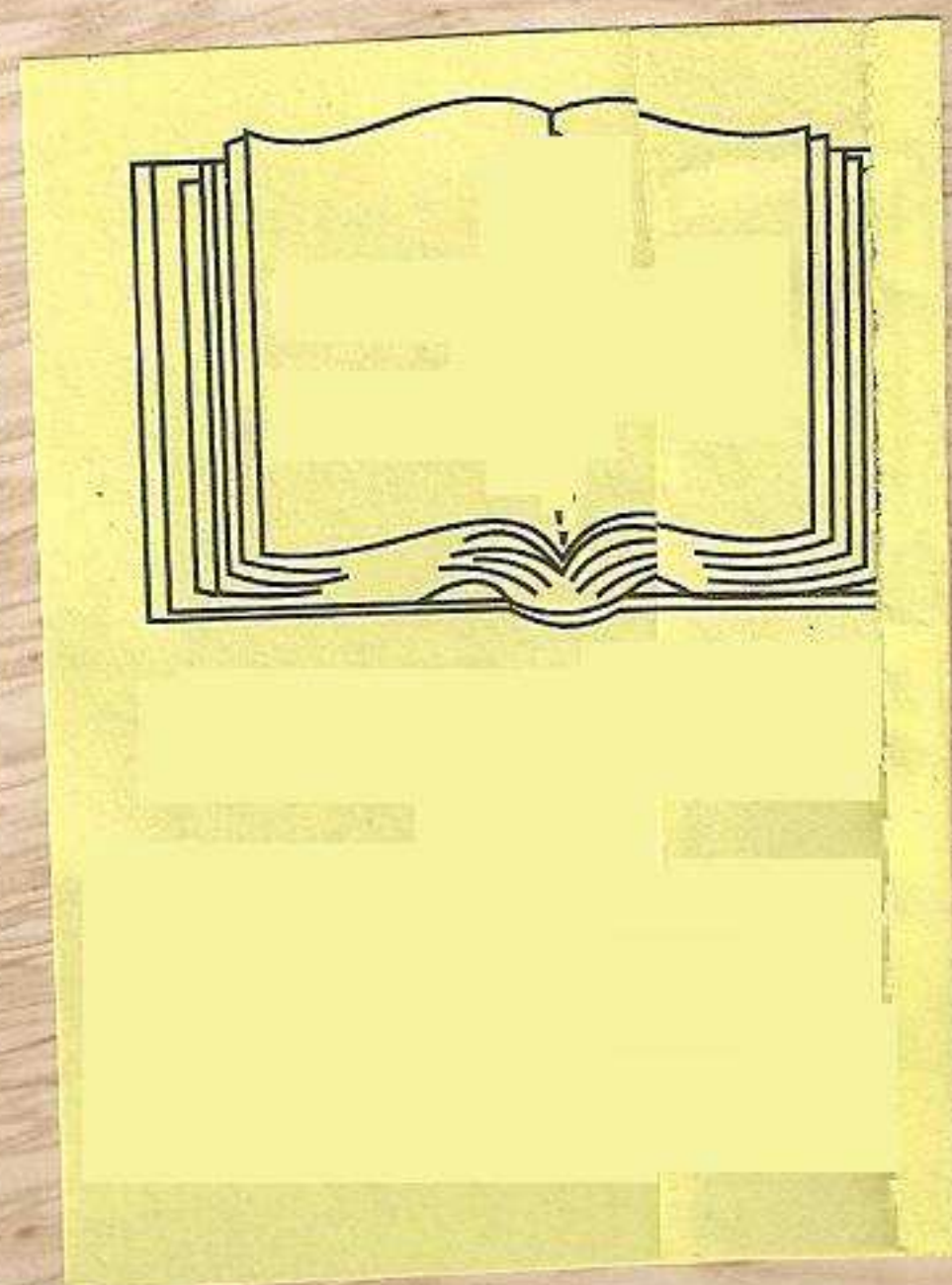
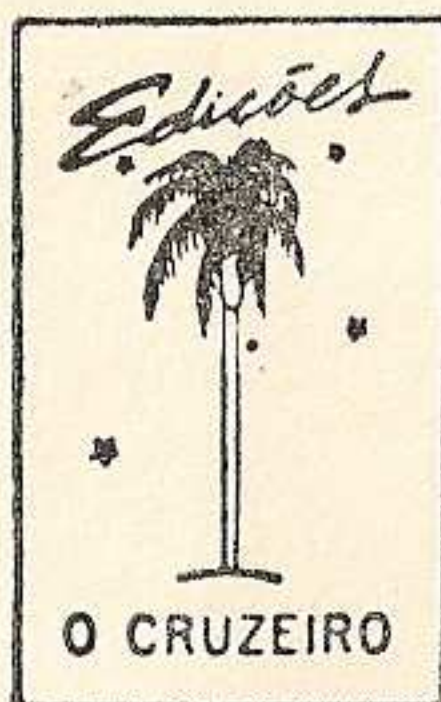
GUSTAVO BARROSO
SEGREDOS E
REVELAÇÕES
DA HISTÓRIA
DO BRASIL

GUSTAVO BARROSO

(Da Academia Brasileira)

SEGREDOS E REVELAÇÕES DA HISTÓRIA DO BRASIL

EDIÇÕES O CRUZEIRO

SEGREDOS E REVELAÇÕES DA HISTÓRIA DO BRASIL

Os Fenícios no Brasil

NA 8.ª sessão extraordinária do então recentemente fundado Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, realizada na tarde de 23 de março de 1839, um de seus fundadores, o eminente Cônego Januário da Cunha Barbosa, apresentou o seguinte requerimento: "Em uma das montanhas do litoral do Rio de Janeiro, ao sul da barra, há uma inscrição em caracteres fenícios, já muito destruídos pelo tempo e que revelam grande antiguidade. Esta inscrição foi vista e observada por um conhecedor das línguas orientais, e que, ao vê-la, concluiu que o Brasil tinha sido visitado por nações conhecedoras da navegação, e que aqui vieram antes dos portuguêses. Êle me certificou que tinha dado conta desta descoberta ao Govêrno de D. João VI, e que tinha copiado a inscrição do mesmo modo que se acha feita. Requeiro, pois, que o Instituto Histórico, atenta a importância desta notícia, peça com empenho aos nossos consócios oficiais de secretarias que se esforcem por descobrir nelas o relatório desta descoberta, feito no reinado de D. João VI, e oferecido pelo Padre Mestre Frei Custódio, professor de Grego, e versado nas línguas orientais".

O venerando Instituto Histórico tomou em consideração o requerido pelo Cônego Januário da Cunha Barbosa e nomeou para estudar o assunto e sôbre êle emitir parecer uma comissão composta do requerente, de Manuel de Araújo Pôrto Alegre, Barão de Santo Ângelo, e de José Rodrigues Monteiro. O parecer da douta comissão, publicado há mais dum século, em 1839, e desconhecido pela maioria dos brasileiros, merece divulgação.

Começa desta sorte: "A comissão encarregada pelo Instituto Histórico e Geográfico para analisar e copiar a inscrição que se acha gravada no Morro da Gávea, transportou-se ao lugar, e não se poupou aos meios e fadigas, que uma primeira excursão demanda, para obter-se um resultado digno de

sua missão; e vem hoje perante o Instituto Histórico e Geográfico dar conta do que viu e observou, assim como trazer uma cópia fiel da pretendida inscrição dêsse monumento que pertence à classe daqueles que Mr. Court de Gebelin coloca no seu *Mundo Primitivo,* e que têm chegado às recentes gerações envolvidos no mistério dos tempos, os hieróglifos, os caracteres cuneiformes e as construções ciclopianas. A descoberta duma inscrição é um fato que pode fazer uma revolução na História; que pode reconquistar idéias perdidas e aniquilar outras em pleno domínio: um nome, uma frase, em uma lápide pode preencher lacunas imensas restaurando conjeturas e abrir uma estrada luminosa do passado ao futuro".

Depois de agradecer o auxílio prestado pelo então Vigário da Freguesia da Lagoa, Padre Manuel Gomes Souto, pelo Capelão do Imperador, Padre José Rodrigues Monteiro, pelos Senhores Manuel Joaquim Pereira e João Luís da Silva que auxiliaram a excursão e testemunharam a cópia da rude epigrafia, a Comissão afirma "que no cume da Gávea, do lado direito dos que vão pelo Serrote da Boa Vista, numa pedra de forma cúbica existem caracteres, ou sulcos que a êles se assemelham". Todavia não afirma sejam gravados pela mão do homem ou pela "lima do tempo". Após algumas considerações sôbre a obra da natureza pelas erosões, formando vultos, figuras ou arquiteturas, a Comissão alinha "argumentos notáveis para que ambas as conjeturas tenham fundamento", apresentando a respeito várias proposições, que resumimos:

I — Que muitos viajantes e sábios têm encontrado inscrições em rochedos de várias partes do Brasil.

II — Que, assim como Pedro Álvares Cabral e o pilôto Afonso Sanches, empurrados pelos ventos, descobriram o continente da América, também os povos antigos, tangidos pelas ambições do comércio, podiam ter aportado ao nosso país e deixado escrita na pedra a memória de nomes ou acontecimentos.

III — Que a inscrição da Gávea está colocada de modo vantajoso para tais conjeturas, voltada para o mar, como caracteres de sete a oito palmos de altura, visíveis de longe a olho nu; mas muito exposta a ventos e chuvas que a gastassem na rocha de consistência mais ou menos fraca.

O parecer estuda em seguida a natureza do terreno onde se eleva a pedra da Gávea, achando que em tempos antigos o lugar onde se vê a inscrição devia ser mais aterrado. Continua, no entanto, a "oscilar entre a afirmativa e a negativa", quanto a ser aquilo obra da mão do homem. E conclui:

"1 — Que os pretendidos caracteres, que apresenta o rochedo da Gávea, não se assemelham aos dos povos do velho continente, que empreenderam as primeiras navegações, e muito menos aos dos modernos".

"2 — Que êstes caracteres, comparados com os alfabetos e inscrições, que Mr. Court de Gebelin dá na sua obra do *Mundo Primitivo,* não apresentam semelhança alguma de uma inscrição fenícia, cananéia, cartaginesa, ou grega, e que mais parecem sulcos gravados pelo tempo, entre dois veios do granito, pois com iguais aparências se encontram não só no lado oposto do da inscrição da mesma Gávea, como em outras pedras destacadas, e principalmente numa grande, que se encontra à esquerda, na base do morro, quando se sobe para a casa do Sr. João Luís da Silva".

"3 — Que a parte da rocha, onde começa a pretendida inscrição, além de perpendicular e de um acesso quase impossível, é a menos conservada ou a mais apagada: sendo aquela que está menos exposta à fúria das estações; alguns traços perpendiculares, outros mais ou menos oblíquos, mais ou menos curvos, ligados por hastes interrompidas, que muito e muito se assemelham a veios, fazem o todo da inscrição, e uma grande irregularidade de profundidade se observa na gravura, assim como no largo veio da base, que se poderia conjeturar como um traço, para melhor se descobrirem as letras, o que é interrompido visìvelmente e dá formas não equívocas de um veio mais profundo. Êste argumento é fortificado pela profundidade dos caracteres da parte esquerda que estão mais expostos, do que os da direita, por entrarem na curva que se dirige para o norte. Os fenícios escreviam da direita para a esquerda, trabalhando destarte, deviam dar a mesma profundidade às letras para que elas fôssem igualmente visíveis".

Quando se pensa que a Comissão do Instituto Histórico com estas razões impugna a autenticidade fenícia da inscrição da Gávea, ela faz marcha à ré, declarando-se "longe de protestar solenemente contra a idéia de serem ou não uma inscrição, aquêles sulcos ou traços, porque ainda não empregou os últimos recursos que lhe restam para a verificação de semelhantes monumentos". Vinha, assim, "em família expor as suas impressões e conjeturas, e protestar que uma segunda exploração será feita com melhores instrumentos e com um dia mais favorável para ver se obtém um resultado de maior evidência, e mais positivo; lastimando contudo o não poder estudar a memória que o ilus-

tre Frei Custódio escrevera noutros tempos, sôbre esta mesma inscrição"...

Ainda mais: "Tem presente na lembrança as navegações dêsses povos da antiguidade, e se triunfar a idéia do ilustre Padre Mestre, ela a fortificará por uma memória mais ampla e circunstanciada, e nas formas demandadas pela ciência da Arqueologia, em que não sòmente passará em resenha tôdas as tradições, que temos das navegações dos antigos, como também procurará, nas línguas e tradições de diversos povos, a luminosa esteira traçada pela civilização dos fenícios, entre os povos das ilhas onde êles tiveram suas feitorias, e onde êles deixaram monumentos materiais de sua existência e passagem, tanto na Ásia, como na América, que, segundo Estêvão Sewall e Court de Gebelin, aí aportaram e deixaram inscrições na parte setentrional".

Finalmente, antes de pôr no parecer a data de 23 de maio de 1839 e de assiná-lo, disse a referida Comissão não desesperar "da glória, que aguarda o Instituto Histórico e Geográfico, na descoberta de iguais monumentos; nem da esperança de ver aparecer em seu seio um Champollion brasileiro, êsse Newton da antiguidade egípcia ou Cuvier do Nilo, para o facho de seu gênio indagador iluminar esta parte da história primitiva do nosso Brasil; e porque ela pode num dia contemplar aquêle monumento como Anaxágoras o sol, e no outro, como Pitágoras, ver naquela rocha uma inscrição gravada pelo acaso e o tempo, ou um padrão, pelo cinzel do homem, deixado às gerações vindouras".

Dêsse documento se infere que a famosa inscrição da Gávea foi notada e estudada em primeiro lugar pelo Padre Mestre Custódio, isto é, Custódio Alves Serrão, maranhense, natural de Alcântara, onde nasceu a 2 de outubro de 1799. Era carmelita e formado em Teologia na Universidade de Coimbra. Dedicou-se às Ciências Naturais, foi lente de Zoologia e Botânica da Academia Militar do Rio de Janeiro, lente de Química e Mineralogia da mesma escola e Diretor do Museu Nacional em 1828. Obteve a secularização em 1840 e em 1859 a nomeação de Diretor do Jardim Botânico. Era versado nas línguas orientais e grega. Acabou cego por abusar da vista no microscópio. Redigiu o Diário da Câmara dos Deputados de 1826 a 1828, publicou em 1833 as *Lições de Química e Mineralogia*, em 1845 o *Processo para Separar o Paládio de Outros Metais a que se Acha Ligado* e em 1867 a *Breve Notícia sôbre as Madeiras do Brasil*. Faleceu no Rio de Janeiro a 10 de março de 1873

com 74 anos de idade. Resenhando sua vida, diz Sacramento Blake: "Consta-me que Frei Custódio, em vista de uma inscrição em caracteres fenícios, já muito carcomidos pela ação destruidora do tempo, encontrada em uma das montanhas do litoral do Rio de Janeiro, ao sul da barra, escrevera uma "Memória em que se prova que o Brasil fôra visitado por alguma nação conhecedora da navegação, antes que aqui viessem os portuguêses". O citado dicionarista biobibliográfico acrescenta à guisa de comentário: "Esta memória foi examinada por uma comissão do Instituto Histórico, mas nunca se tratou mais disto".

É, sem dúvida, a memória apresentada a D. João VI, que desapareceu na papelada das Secretarias de Estado e a que alude Januário da Cunha Barbosa no seu requerimento. É de estranhar que, estando vivo em 1839 o Padre Mestre Custódio Alves Serrão, a Comissão do Instituto, que deu o parecer sôbre os caracteres misteriosos da Gávea, não o tivesse ouvido sôbre o assunto. Na distância do tempo, mais de um século, não se pode atinar com a razão que tenha ditado tão estranho procedimento.

O caso da inscrição da Gávea ìntimamente se prende à debatida tese da vinda, em remotos tempos, de navegadores fenícios a êste lado do Atlântico. Sabe-se que os fenícios e seus descendentes, os cartagineses, fundaram colônias nas costas mediterrâneas e atlânticas da África. Senhores dos mares, bloquearam aos outros povos a passagem do estreito de Gibraltar e puniam de morte, segundo diz Aristóteles, os navegadores que tentassem velejar pelo oceano. Querem certos autores que o país ocidental, afastado longos dias de navegação da Líbia, banhado de rios navegáveis e cheio de suntuosas construções, que Deodoro Siculo nos descreve, seja o continente americano. Essas aventuras dos fenícios no Atlântico teriam sido precedidas das dos Cários, que legaram àqueles o segrêdo de suas rotas marítimas.

Ordoñez, o Padre Cabrera e outros autores antigos asseguram que os cartagineses fundaram colônias na América. Onfroy de Thoron vai mais longe e procura provar a vinda dos fenícios ao Brasil. Segundo o seu raciocínio, as frotas de Hirão, Rei de Tiro, amigo de Salomão, freqüentaram o Rio das Amazonas, em demanda do país de Ofir, que seria o Peru. O próprio nome de Solimões, que tinha o Amazonas e ainda o conserva no seu curso superior, vinha, na sua opinião, do Salomão bíblico. Isso se passou há cêrca de três mil anos.

O mais recente estudo sôbre a inscrição que se pretende ser fenícia existente na Pedra da Gávea, se é que se não trata de marcas de erosão naquela rocha metamórfica, foi feito por Bernardo de Azevedo da Silva Ramos no volume I de sua obra *Inscrições e Tradições da América Pré-histórica*, editada pela Imprensa Nacional em 1930. Bernardo Ramos dedicou a vida inteira ao exame e decifração das chamadas inscrições rupestres existentes no Brasil, como em quase todo o mundo, e sobretudo as da bacia amazônica. Elas são até hoje verdadeiro enigma, não havendo a seu respeito nenhuma teoria científica definitiva, salvo quanto àquelas com animais e armadilhas ligadas à mágica de caça. Bernardo Ramos oferece em seu livro a tradução das da Gávea, baseado, segundo afirma, no grego paleográfico, no sânscrito e até no chinês. Essas inscrições gravadas ou pintadas nas rochas são o que o indígena denominava Itacoatiara.

A interpretação da inscrição da Gávea dada por Bernardo Ramos, transcrevendo em letras do nosso alfabeto os caracteres fenícios e tendo em vista que os fenícios escreviam ao inverso dos latinos, é esta: LAABHTEJ — RAB — RIZDAB — NAISINEOF — RUZT. O que pôsto na ordem em que escrevemos dá o seguinte: TZUR — FOENISIAN — BADZIR — BAR — JETHBAAL. De onde resulta a tradução vernácula: TIRO — FENÍCIA — BADEZIR — PRIMOGÊNITO DE JETHBAAL.

TIRO ou TYRO, o Rochedo Forte, Capital da Fenícia, de fato também era chamado TSOR ou TSUR ou TZUR. Nos catálogos que se conhecem dos soberanos fenícios, figura um Rei Baalazar ou Badezir, que reinou de 855 a 850 antes de Cristo, filho de seu antecessor, Itobaal ou Iethbaal, que reinou de 887 a 855 da mesma era.

Assim, no reinado de Badezir, os fenícios teriam estado no litoral brasileiro, afeiçoado a Pedra da Gávea no alto em forma de cabeça humana, conformação curiosa que ela apresenta, e nela deixado a memória epigráfica de sua passagem.

Será isso verdade?

O Padrão de S. Vicente

ÊSSE padrão encimado pela cruz templária da Ordem de Cristo, esguio e solitário, de pedra amorenada pelo sol e alisada pelo vento, projetando-se para o céu e refletido nas águas assinala o terceiro passo da civilização luso-cristã nas terras brasileiras. O primeiro marco levantou-o Pedro Álvares Cabral nas areias de Pôrto Seguro; o segundo ergueu-o Cristóvão Jaques em Itamaracá; o terceiro cravou-o Martim Afonso de Souza perto dum ilhéu rochoso e agreste do litoral paulista. O segundo foi semente de Olinda-Recife-Pernambuco. Foi o terceiro semente de Piratininga-S. Paulo — a marcha para o Sul e para o Oeste — o recuo do Meridiano, em 1494 firmado teòricamente pela Convenção de Tordesilhas. E, entre êsses pontos extremos a que então chegaram os lusos, batendo a imensa costa, Tomé de Souza alicerçaria, mais tarde, os muros de taipa da cidade do Salvador, primeira cabeça do Estado do Brasil.

Do ciclo das navegações costeiras, entre 1501 e 1530, do qual participaram os portuguêses, muitos franceses e alguns espanhóis, resultaram, esparsos pelo litoral, desterrados, desertores e náufragos, que se uniram às índias. Era o povoamento pela mestiçagem que começava. Ao transpor a frota de Martim Afonso de Souza a barra de S. Vicente e ao fundear entre as suas pequenas ilhas, a indiada aglomerou-se nas praias. Desembarcou o Capitão-mor no pôrto chamado de Tumiaru e ali encontrou, vivendo entre os selvagens, com mulher e filhos, o português Antônio Rodrigues, companheiro de João Ramalho, que galgara a Serra do Mar e, casando com a filha do chefe Tibiriçá, povoara, na planície de Piratininga, a aldeia de Inhapuambucu, depois Santo André da Borda do Campo. Em Tararé, curta praia existente entre a Ilha do Sol, crismada agora em Porchat, e a ponta do Morro de Santo Antônio, antigo Tumiaru, lançaram-se os fundamentos da primeira vila de S. Vi-

cente, a primeira também do Brasil, com o apoio dos morubixabas guaianases do planalto — Tibiriçá e Caiubi. Os índios litorâneos chefiados por Piquerobi, apesar da filha dêste ser mulher de Antônio Rodrigues, preferiram retirar-se para os sertões a se aliarem aos portuguêses. Doze anos após a fundação, em 1544, o mar, avançado sôbre as terras, as inundava e submergia para sempre a Vila de Martim Afonso de Souza. Em 1555, ela renascia ao redor da Igreja de Nossa Senhora da Assunção, que se salvara, ao pé do Morro de Santo Antônio, local onde perdura.

A expedição de Martim Afonso de Souza, que encerra o ciclo das explorações costeiras na nossa história, foi a maior tentativa até aquela data realizada pelo Govêrno de Portugal para resolver o problema da colonização do vastíssimo país encontrato pela armada cabralina, nêle fundando um império que se baseasse em mais sólidas riquezas do que a extração do pau-brasil, apropriada tão-sòmente a monopólios comerciais sem espírito civilizador ou à aventura mercantil de interlopes isolados. Seu plano incluía uma amplitude que faltou à ação de seus predecessores, simples exploradores da linha costeira ou guardas da mesma contra os franceses.

Martim Afonso de Souza partiu de Lisboa no dia 3 de dezembro de 1530, trazendo nos seus quatro navios para êste lado do Atlântico os elementos básicos, humanos e materiais, duma civilização rudimentar: homens de armas, de saber e de artes mecânicas; utensílios, ferramentas e sementes. Compunham essa armada matriarca, que conduzia o embrião social do Brasil, como escreveu a propósito Carlos Malheiro Dias, a nau "S. Miguel", o galeão "S. Vicente", as caravelas "Princesa" e "Rosa", sob o comando de experimentados capitães: Heitor de Souza, Pero Lôbo Pinheiro, Baltasar Gonçalves e Diogo Leite. E ao Capitão-mor, mandado a colonizar tão longínquas regiões dera o rei por antecipação o título de Governador. Foi, assim, o fundador de S. Vicente o primeiro Governador do Brasil.

A armada transpôs as águas das Canárias, costeou a África e, na altura do Arquipélago de Cabo Verde, investiu o oceano, rompendo destemerosamente os temporais, até avistar no último dia de janeiro seguinte a terra do Brasil, ao longo de cujo litoral deu caça aos navios franceses: Diogo Leite se apoderou de uma nau nesse mesmo dia, "abarrotada de brasil"; ao sul do Cabo de Santo Agostinho, tomou a esquadra outra "carregada de brasil"; dias depois, conquistou uma terceira, de abordagem, ao fim de 36 horas de fogo de artilharia. A 17 de fevereiro de

1531, refrescou a frota em Pernambuco. Havia dois meses que a nau francesa "La Pelérine" saqueara e destruíra a feitoria de Itamaracá. Dali, Diogo Leite, com as caravelas, seguiu para o Norte, a "descobrir o Rio Maranham". João de Souza regressou ao Reino, com notícias e pau-brasil, numa das suas naus tomadas aos franceses. A outra, crismada em "Nossa Senhora das Candeias", se incorporou à frota sob o comando do irmão do Capitão-mor Governador, Pero Lopes de Souza, cujo "Diário de Navegação" é a crônica viva da epopéia.

Na Bahia de Todos os Santos, em março de 1531, Martim Afonso de Souza encontrou o patriarca da miscigenação luso-tupi, Diogo Álvares, o Caramuru, que ali se encontrava desde 1519, Já a gente da terra era tôda alva, diz Pero Lopes, os homens muito bem dispostos e as mulheres muito formosas. Ali ficaram dois homens com sementes "para fazerem experiência do que a terra dava". E ainda os cativos duma caravela, que arribava de Sofala e fôra agregada à frota. Porventura os primeiros negros que tomaram pé no Brasil.

Meses demorou a expedição no remanso da Guanabara, onde consertou os navios e construiu dois bergantins destinados à conquista do Rio da Prata, fim último a que se destinava. Tempo foi êste suficiente para 4 homens, mandados pelo Capitão-mor Governador penetrarem as terras e voltaram com notícias e um chefe de tribo que recebeu muitos presentes. A primeira bandeira que explorou o interior. E prosseguiu a viagem para o Sul. Em Cananéia, estavam à espera dos navegadores dois dos primeiros povoadores da costa: Francisco Chaves e um bacharel degredado. À indiada que ocorria alvoraçada às praias falou na sua própria língua, o abanhaeenga, o pilôto Pedro Ames. No lagamar de Santos, balizado ao fundo pela muralha azul-verde da Paranapiacaba, "por a todos parecer tão bem a terra, o Capitão determinou de a povoar, dando a todos os homens terras para fazerem fazendas". E dali seguiram para os sertões ignotos, cuja largura se desconhecia, em busca do Império dos Incas, de onde manavam a prata e o ouro, os oitenta besteiros e arcabuzeiros da grande bandeira organizada por Martim Afonso de Souza e comandada por Pero Lopo e Francisco de Chaves, que os Carijós chacinaram à margem do Iguaçu.

De Pernambuco, Martim Afonso de Souza enviara duas caravelas para o Norte. Em maçro de 1531, elas entravam na Baía de S. José, em abril na de S. Marcos e em junho na de S. João. Atingiram afinal a foz do Rio Gurupi, que se chamou

Abra de Diogo Leite, segundo consta do mapa de Gaspar Viegas, de 134. Para o Sul, foi mandado de Santos Pero Lopes de Souza ao Rio da Prata, que devia explorar e colonizar. Foram-lhe, porém, os fados adversos. Na altura do Arroio Chuí, predestinado a definitivo limite entre a América Portuguêsa e a Espanhola no rumo meridional, o mar em fúria fêz naufragarem a nau-capitânea e um dos bergantins, perdendo-se 7 homens, armas, mantimentos, utensílios, tudo o que se destinava à obra colonizadora. Reunido o conselho dos capitães e pilotos, decidiu-se na dura contingência renunciar àquela emprêsa, encarregando-se Pero Lopes com o bergantim restante e 30 homens de erguer no estuário platino os padrões de posse da coroa portuguêsa. A caravela de Sofala, "Santa Maria do Cabo", recolheu os náufragos na costa sulina e ainda trouxe a S. Vicente outros náufragos, êsses espanhóis, em número de 15, relíquias da expedição malograda de Juan Dias de Solis ao Rio da Prata, que se encontravam no Pôrto de Patos, em Santa Catarina.

Em data incerta do primeiro semestre de 1533, Martim Afonso de Souza partiu de S. Vicente, ali ficando como seu lugar-tenente no cargo de Capitão-mor e Governador da Capitania Gonçalo Monteiro. Deixava no Brasil "os primeiros materiais de uma civilização: a igreja, o município, o estaleiro, o tombo das sesmarias, o pelourinho, emblema da Justiça. Enquanto não parte para a Índia, o donatário ocupa-se da longínqua capitania brasileira, cuja doação o Rei lhe comunicara em carta trazida por João de Souza a S. Vicente. Para lá expede colonos, animais domésticos e sementes, contratando agricultores e mecânicos habilitados na cultura e fabricação do açúcar".

No regresso de S. Vicente a Portugal, Pero Lopes de Souza retomou aos franceses o Forte de Itamaracá e mandou executá-los como exemplo, para castigo de sua felonia.

Martim Afonso de Souza, primeiro colonizador e primeiro donatário do Brasil, primeiro Capitão-mor Governador, recebeu do Rei D. João III os títulos pomposos de Governador da Índia e Capitão-mor dos Mares do Oriente. Com êles, à testa duma armada de 5 navios, partiu do Tejo a 12 de março de 1534. Arribou à Bahia e os franciscanos que levava a bordo ali batizaram os filhos legítimos e os naturais de Diogo Álvares, o Caramuru, o Patriarca que, usando duma poligamia bíblica, começava com outros do mesmo feitio a povoar êstes Brasis. E essa obra povoadora continuava com o casamento de duas de suas filhas bastardas, uma com Afonso Rodrigues, natural de Óbidos,

outra com o fidalgo genovês Paulo Dias Adorno, aventureiros fugidos de S. Vicente, onde tinham cometido um crime.

Assim, começou o Brasil a nascer.

E é tudo isto o que recorda o fuste de pedra do brasonado padrão que aponta o céu e se contempla no mar...

O Brasil já se Chamou América

SOB os auspícios do Duque da Lorena, Renato II, o famoso Cônego Vautrin de Lud fundou, em fins do século XV, na cidade de Saint Dié, um ginásio científico, o Ginásio Vosgense, o qual se tornou célebre na Europa inteira pelos nomes dos sábios que o compunham e pelas obras saídas de sua oficina de impressão. Fizeram parte dêsse erudito cenáculo o escritor Jean Bazin e os geógrafos Matias Ringmann e Waldseemüller.

Ao Duque Renato fôra enviada a carta que, no início do século XVI, corria a Europa, atribuída a Américo Vespúcio, na qual êsse navegador narrava suas quatro aventurosas viagens nas rotas do Novo Mundo achado por Cristóvão Colombo. Segundo o Cônego Vautrin de Lud, em sua obra *Speculi Orbis Declaratio,* aparecida em Estraburgo em 107, essa carta viera em francês de Portugal, sendo traduzida em latim por Jean Bazin. Todavia se verifica que tal tradução foi feita do italiano, e mesmo malfeita. Essa descrição das 4 viagens de Vespúcio ao Novo Mundo, datada de 4 de setembro de 1504, em Lisboa, foi impressa primeiro em italiano sob o título "Lettera di Amerigo Vespucci delle isole nuovamente trovate in quatro suoi viaggi". Êsse opúsculo é hoje em dia raríssimo e só se tem notícias de cinco exemplares, dos quais dois extraviados. Os três restantes se encontram na Biblioteca do British Museum, na Palatina de Florença e na da Universidade Princeton, nos Estados Unidos. Depois, foi editada em latim.

Tal carta tem sido considerada apócrifa por muitos críticos e por outros uma compilação, cujos elementos essenciais foram tirados das cartas verdadeiras de Américo Vespúcio dirigidas a seu amigo e protetor Lourenço de Pier Francesco de Medici.

A 25 de abril de 1507, Vautrin de Lud fazia sair das prensas do Ginásio de Saint Dié a "Introdução à Cosmografia de Ptolomeu", de autoria de Martinho Hylacomylos ou Martin

Waldseemüller, sob o título "Cosmographiae Introductio: cum quibusdam geometriae ac astronomiae principii ad eam rem necessariis".

Tratava-se dum folheto de 52 páginas, dividido em duas partes. Na primeira, vinham as definições e princípios gerais da Cosmografia. Na segunda, as quatro viagens de Vespúcio, "Quatuor Americi Vesputii Navigationes", recebidas de Lisboa pelo Duque Renato. Essa publicação destinava-se a justificar o que se dizia em outros capítulos: a existência de grande extensão de terras descobertas por Américo Vespúcio com as seguintes afirmações: *Nunc vero et hae partes sunt latius lustratae et alia quarta pars Americum Vesputium (ut in sequentibus andietur) inventa est, quam non video cur quis iure vetet ab Americo inventore sagacis ingenii viro Amerigen quasi Americi terram sive American dicendam; cum et Europa et Asia mulieribus sua sortita sunt nomina.* O que em vernáculo desta sorte se traduz: "Agora, no entanto, que essas terras foram totalmente exploradas (as partes já conhecidas do mundo), e uma outra parte, a quarta, foi descoberta por Américo Vespúcio, segundo adiante se verá, nada sei que possa impedi-la de ser denominada de pleno direito Amerigen ou América, vale dizer terra de Américo, em homenagem ao seu descobridor, homem inteligente, sagaz, visto como tanto a Europa como a Ásia receberam nomes de mulheres".

Foi essa a primeira vez que se imprimiu o nome AMÉRICA, que, em pouco tempo, denominaria todo o continente, o qual, pela lógica, deveria chamar-se Colômbia ou Colúmbia. Quais as razões que levaram um geógrafo como Waldseemüller a propor o nome próprio de Vespúcio para, com forma feminina, designar a quarta parte do globo, considerando-a descoberta por êle? Na sua *Histoire Critique de la Grande Entreprise de Colomb,* Henry Vignaud nos oferece estas explicações: "Waldseemüller e seus colegas do Ginásio Vosgense conheciam tôdas as descobertas de Colombo, quando propuseram dar o nome de Vespúcio a uma parte do Novo Mundo. O que é provável ou, antes, evidente é que êles não tinham compreendido a verdadeira significação do feito do grande genovês. Ainda não de todo informado sôbre o assunto, Waldseemüller podia e devia crer que, mesmo após ter tocado em vários pontos da terra firme, Colombo não descobrira senão um arquipélago, enquanto Vespúcio assegurava ter verificado a existência de nosso continente sito ao sul das ilhas achadas pelo genovês Colombo, com as quais não podia ser confundido. Vê-se que, para Waldseemü-

ller, o Novo Mundo não era aquilo que ora compreendemos como tal; mas sòmente essa parte da América do Sul, cuja existência Vespúcio revelara e cujos limites exatos ainda se não conheciam". A carta da América de Waldseemüller prova o que aí está.

Equivale isto a dizer, desde que se conheça o teatro das viagens de Vespúcio, que o nome América designou algum tempo, em verdade, o nosso Brasil. Generalizou-se, todavia, êsse nome com incrível rapidez. Voou da parte meridional do continente para a setentrional, por cima da denominação Índias Ocidentais, que se localizou na região das Antilhas, onde Colombo julgara dar com as Índias. A opinião pública na França, na Inglaterra, na Alemanha, na Itália, nas Flandres, na Dinamarca e na própria Espanha, de onde Colombo partira, aceitou sem dificuldade o nome América, primeiramente aplicado só à do Sul, sobretudo à região brasílica. Confundiram-se, então, as designações América e Brasil, como a cartografia do século XVI nos demonstra.

Assim, a América, nascida a 12 de outubro de 1492 sob o signo de Colombo, foi batizada a 25 de abril de 1507, data da publicação da "Introdução à Cosmografia de Ptolomeu", sob o signo de Américo. Consumou-se com o tempo a injustiça feita ao grande genovês.

O nome do Brasil é mais antigo do que o da América. Aparece na cartografia medieval e renascentista muito antes do descobrimento realizado por Pedro Álvares Cabral, indicando uma ilha de pouso incerto na vastidão ignota do Oceano tenebroso. A América teve nascimento e batismo. O Brasil teve nascimento, dois batismos, apelidos e crisma. Nos batismos foi Terra da Vera Cruz e Terra da Santa Cruz. Como apelidos recebeu o de Terra dos Papagaios e, pouco tempo, o de América. O nome da crisma foi o que se perpetuou: Brasil. O nome do Brasil pode ser considerado um símbolo, vem da lenda antiquíssima duma terra feliz, em celta Bressail, Hy-Bressail, O-Brasil, com a intercorrência da madeira vermelha — Berzino, Berzi, Brasil, e traz consigo uma longa tradição cartográfica. O nome da América representa um roubo, embora involuntário, à glória de outrem e exprime ùnicamente a figura dum homem, aliás muito discutida.

Na sua origem germânica, o nome era Amalrich, Amalreich ou Amelrich. Passou para o latim como Amalaricus. Desta última forma provieram as variantes neolatinas: Amaury em francês, Amerigo em italiano, Morigo e Monigo em espanhol,

Amalarico e Américo em português. Também Albericus, como se vê em certos documentos.

O que está escrito na edição de 1507 da "Cosmographiae Introductio", destrói documentadamente tôdas as teorias tendentes a dar ao nome América origem indígena. Entre elas, as principais são: a do professor da Universidade de Cambridge, nos Estados Unidos, em 1884, Jules Marcou, que afirma vir o nome de Amerrisque, cordilheira existente em Nicarágua; a de Lambert de Saint-Brio, exposta em 1888 na Sociedade de Geografia de New York, encontrando essa origem na região sagrada dos indígenas sul-americanos denominada Can-Amaraca; a de Alphonse de Paris que radica América na denominação duma cidade destruída da Venezuela, Ameracapana; e a da Senhorinha Lecocq, em 1892, a qual assegura que o nome vem de Tamaraque, como era assinalada a Jamaica em velhos mapas.

O texto da "Cosmographiae Introductio" é, no entanto, de meridiana clareza: "América, vale dizer terra de Américo, em homenagem ao seu descobridor..." Além dêsse texto, há o documento cartográfico, o mapa do citado Waldseemüller, no qual vem o nome América indicando a região que hoje é justamente o Brasil. Por êsse mapa, datado de 1507, vemos uma América do Sul demasiado alongada, com sua costa ocidental considerada INCÓGNITA. Na parte superior, sob a Linha Equinoxial, tremula a bandeira de Castela e lê-se esta legenda: EST PER MANDATUM REGIS CASTELLE. Da ponta continental mais avançada, *Caput Sancte Anas,* até a extremidade sul, compreendendo o Rio S. Francisco, a Bahia de Todos os Santos, a terra de S. Tomé, etc., a costa se mostra limitada por duas bandeiras portuguêsas. É justamente essa região correspondente ao Brasil que leva o nome de AMÉRICA.

Vemos, desta sorte, que, graças às viagens, fabulosas ou verdadeiras, realizadas por Américo Vespúcio ou a êle atribuídas nesta parte do globo, o nome de América, destinado a denominar todo o continente, desde a Groenlândia à Terra do Fogo, designou algum tempo cartogràficamente o nosso Brasil. Aliás, ainda os franceses no século XVI mantinham essa denominação, segundo vemos no título do livro de Jean de Léry: *Histoire d'un Voyage Faite à la Terre du Brésil, autrement dite de l'Amérique;* e no de Thevet: *Singularité de la France Antarctique, autrement nommée Amérique.* A França Antártica ficava na Baía de Guanabara.

O Monstro da Praia Vicentina

AS formas espantosas dos animais antediluvianos entrevistas pelos homens pré-históricos nas cavernas geladas ou as suas ossadas imensas encontradas nos pântanos causaram profunda sensação que, transmitida através das gerações, deu, sem dúvida, origem a muitas das lendas de bêstas híbridas e horrendas. E todos os povos primitivos misturaram as formas vivas das águas e das terras nessa produção duma verdadeira fauna de pesadelo, que velhos livros nos descrevem e antigos documentos iconográficos nos apresentam pintados ou esculpidos.

Os chineses criam no grande dragão Tatsmaki; os Hindus, na imensa tartaruga Kusmaradja, na fabulosa serpente Midgard, no bicho Saza, de cabeça de cobra, no *çafir,* de bico de águia e corpo de cão, no *Çaga,* de cara de milhafre e cauda de flor; os árabes himiaritas e nabateus, no pássaro Roka e nas aves Homai; os cafres, na serpente Manika, que bóia no mar como a dos escandinavos; os esquimós, no Tupilek, que tem milhões de pés, de olhos e de dentes; os finlandeses, no misterioso Herlihanem, que envenena o ferro; os polinésios, no homem-porco ou porco-homem Tamampuá.

A lista é longa, variada e apavorante. Para ela, concorrem os assírios com o sinistro Lahmu, nascido da mistura de águas doces e salgadas, com os homens-escorpiões, os touros alados, os anjos-gafanhotos e os deuses-peixes; os gregos com os centauros, os dragões, as hidras, a quimera, o minotauro, as górgonas, as sereias e o Campé, morto por Dionísio, que revolvia campos, devorava povos e arrasava cidades. Os egípcios com a esfinge, a fênix e os deuses chacais, cinocéfalos ou gaviões; os japonêses com o Baku, que devora os sonhos, e o Raiboku, que ataca o raio e cai despedaçado em chuva de pedrinhas pretas; os singaleses com o Daity-Mura de cinco cabeças; os judeus com o pavoroso peixe Leviatã e o Hud-hud, pássaro de ouro que conversava com Salomão; os africanos com

o Kamapa, tão grande que duma extremidade não se vê a outra, e o Seedinevé, que engole aldeias inteiras; os navegadores antigos com o Kraken, polvo gigante que sugava navios e o Peixe-Bispo, que abençoava os náufragos na hora da morte.

Os apocalipses, os volucrários, os *physiologus,* os bestiários, as moralizações e os espelhos naturais, nomes dados geralmente na Idade Média a obras que traziam notícias ou figuras dêsses bicharocos tremendos, enumeravam monstros de arrepiar: Capricervos, Caprimolgos, Caprcórnios e Tragelafos, mestiços de bodes, veados e serpes; Cepus, mescla de pantera, gazela e leão; Sarcófagos, touros carnívoros; Crocotas, lôbos e cães ao mesmo tempo; Dipsades, Anfisbenas, Acôntias, Áspides, Cerastas, Fisalos, Ceprestas, Basiliscos, Citalas, Paneades, Kesiduros, Enhídrios, Ascalábios, Ptíades, Anerudutes, Sanglos, Rútelos, Estifos, Filolópios, Céncrinos, Amolotes, Meláganas, Atélabos, Cicriodes, Selsiros, Onocrócalos e Coquátris, espantosa série de reptis monstruosos, alguns que até zurravam como jumentos.

A fantasia humana não teve limites na criação de tantas monstruosidades. Encontramos no estudo das fábulas antigas, a cada passo, as bêstas apocalípticas: Hipocampos, Hipogrifos, Hipocervos, Grifos, Guivras, Oquilis, Unicórnios, Rafos, Tarandos, Salamandras, Catopléas, Cinamolgos, Lumerpas, Bonasios, Pastinacas, Masticoras, Senadios, Mirags, Saduzags e Manhotes. Na agiografia cristã, os animais fabulosos aparecem ao lado dos Santos: o Dragão Cauquemar lanceado por S. Jorge, a Tarasca aos pés de Santa Marta, a baleia Fisetério conduzindo S. Brandão, o Lôbo voraz de Gúbio amansado por S. Francisco de Assis e a Gárgula dominada por S. Romano.

Algumas dessas criações híbridas representam verdadeiros símbolos. Que é o Falmante, leopardo que estourava de gritar sem necessidade, senão a representação figurada de certos indivíduos? Que é o Mirmecóleo, leão pela frente e formiga por trás, senão o emblema dos fracalhões, que roncam, aparentando fôrça que não possuem? Que é o Presteros, cujo contato tornava imbecil, senão o retrato de certas pessoas e de certas épocas que espalham a imbecilidade e a estupidez?

Entre os portuguêses também correu, quando êles revolviam mundos e mares na sêde de aventuras, a história dum dêsses bichos apavorantes. Contou-a Fernão Mendes Pinto na sua *Peregrinação*: era avistado nos mares misteriosos da Indochina e se chamava Caquessitão; tinha corpo gigantesco, carregado

de compridos e terríveis espinhos, e agitava à flor das ondas um longo rabo como de lagarto.

O nosso Brasil, no seu amanhecer, possuía um bicharoco dêsses, muito digno de se comparar ao Caquessitão de Fernão Mendes Pinto e a quaisquer dos outros aqui anteriormente enumerados. Na penumbra das primeiras idades de todos os povos, sempre se agitam formas larvares. Não podíamos escapar à regra geral. A espantosa notícia nos é dada por dois graves e sisudos historiadores, um, forrado de saber teológico, Frei Vicente do Salvador, o outro, forrado de saber gramatical, Pero de Magalhães Gandavo.

Escreve o primeiro, textualmente, no capítulo X de sua *História do Brasil*: "Na capitania de S. Vicente, na era de 1564, saiu uma noite um monstro marinho à praia, o qual, visto de um mancebo chamado Baltasar Ferreira, filho do Capitão, se foi a êle com uma espada e, levantando-se o peixe direito como um homem sôbre as barbatanas do rabo, lhe deu o mancebo uma estocada pela barriga com que o derrubou e, tornando-se a levantar com a bôca aberta para o tragar, lhe deu um altabaixo na cabeça com que o atordoou, e logo acudiram alguns escravos seus que o acabaram de matar, ficando também o mancebo desmaiado e quase morto, depois de haver tido tanto ânimo. Era êste monstruoso peixe de quinze palmos de comprido, não tinha escama senão pele, como se verá na figura seguinte".

Apesar dêsse "se verá na figura seguinte", nenhum desenho do monstro acompanhava o manuscrito do frade custódio. O mesmo não nos dá o nome do fabuloso animal marinho. Vamos encontrar, tanto êsse nome como a estampa em que vem retratado, na *História da Província de Santa Cruz* de Pero de Magalhães Gandavo, edição de 1575, a primeira, posterior 11 anos ao aparecimento da bêsta, que foi em 1564.

Gandavo assim a descreve: "Era quinze palmos de comprido e semeado de cabelos pelo corpo, e no focinho tinha umas cerdas muito grandes como bigodes. Os índios da terra lhe chamam em sua língua Hipupiara, que quer dizer demônio dágua. Alguns como êste se viram já nestas partes, mas acham-se raramente. E assim também deve haver outros muitos monstros de diversos pareceres, que no abismo dêsse largo e espantoso mar se escondem..."

Ao lado dessa descrição, a estampa do monstro sendo atacado a espada por Baltasar Ferreira, na Praia de S. Vicente: hórrido aspecto antropomorfo e zoomorfo ao mesmo tempo. Decerto era essa mesma figura que Frei Vicente do Salvador es-

queceu de incluir no seu manuscrito, depois de a haver citado. Pelo menos nenhum outro documento iconográfico se conhece sôbre êle na nossa história.

O rapaz que se diz ter atacado e matado a aterradora Hipupiara, segundo conta Pero de Magalhães Gandavo no capítulo XI de sua obra já citada, de nome Baltasar Ferreira, era filho do Capitão Jorge Ferreira, um dos companheiros de Martim Afonso de Souza na fundação de S. Vicente. Casara-se êle com a mameluca Joana, filha do misterioso taciturno e lendário João Ramalho, genro de Tibiriçá e um dos fundadores de S. Paulo. Encontra-se essa filiação na *Nobiliarquia Paulistana* de Pedro Taques. Conta Hans Staden que um filho do mesmo Jorge Ferreira, quando êste era Capitão-mor de S. Vicente, em 1556, fôra morto e devorado à sua vista pelos índios. Não se sabe se era filho natural ou legítimo; todavia não podia ser Baltasar Ferreira, pois êste matou a Hipupiara em 1564, como depõem os historiadores a quem recorremos.

Como se vê, o matador do monstro marinho aparecido em S. Vicente teve existência real e não é crível que a lenda do próprio monstro não se estribe num fato verdadeiro. As lendas são geralmente a fumaça ou as cinzas quentes da fogueira da História. Procurando uma explicação aceitável para a Hipupiara, uma nota à Introdução do 3.º volume da monumental *História da Colonização Portuguêsa do Brasil* aventa o seguinte: "Trata-se, muito provàvelmente, de um exemplar do Lamantino da América, vulgarmente conhecido por Lôbo ou Leão-marinho, habitante das regiões antárticas".

Difícil é encontrar-se em tão reduzidas frases tantas cincadas em Zoologia. O Lamantino, cetáceo herbívoro e fluvial, é um *manatídeo*. O da Flórida e do Norte da América meridional, que se chama, na Amazônia, *Peixe-boi*, é o *manatus latirostris*; o do Sul do Brasil é o *manatus inunguis*. O Leão-marinho habita os oceanos e não os rios como o peixe-boi; é uma *otaria*, sendo que a espécie antártica se classifica como *otaria jubata* ou cebeluda. Gandavo descreve a Hipupiara como semeada de cabelos.

Ora, os nossos índios conheciam perfeitamente o lamantino ou peixe-boi e não o tomariam por um bicho aterrador e fora do comum. Além disso, o episódio da Hipupiara se passou na costa do mar, que os manatídeos não freqüentam. Quando muito seu aparecimento seria possível num estuário, com águas pelo menos salobras, o que não é o caso da Praia de S. Vicente. Assim, para explicarmos racionalmente a presença ali daquele

bicharoco no século XVI, temos de admitir a hipótese plausível de se tratar dum verdadeiro Leão-marinho, duma *otaria jubata* dos mares do Sul. Brehn, na sua *Vida dos Animais*, diz que o Leão-marinho, quando atacado, põe em fuga o homem mais corajoso e o naturalista Steller, que lhe estudou os hábitos, conta que os Kamtschadales tinham, nas suas tribos, em alta estimas os que já haviam matado um dêsses leões, pois isso era prova da maior coragem.

Indicamos esta hipótese como plausível, porque é sabido que as correntes marinhas trazem e lançam sôbre as costas meridionais do Brasil, desde o Rio Grande do Sul até S. Paulo, cadáveres de pingüins e focas, entre os quais, às vêzes, alguns exemplares vivos da fauna das regiões antárticas. Viajando pelo litoral, de Laguna para Torres, no Rio Grande, em 1935, eu vi, pessoalmente, dezenas dêsses cadáveres na praia denominada do Soberbo. Nada há de extraordinário, portanto, na presença dum Leão-marinho antártico vivo na de S. Vicente.

Carlos Malheiro Dias aproveitou a luta de Baltasar Ferreira com a Hipupiara literàriamente para um belo símbolo da colonização portuguêsa do Brasil: "Aquêle adolescente S. Jorge, prostrando com a espada o monstro que o arremete, é ainda o símbolo da vitória lusitana sôbre o terror que emanava da terra virgem, das florestas obscuras e insondáveis, da ferocidade do archeiro tatuado das selvas".

O Tacape de Tibiriçá

ENTRE os chefes indígenas que no amanhecer do Brasil, ao se iniciar nossa colonização, fizeram causa comum com os portuguêses, o mais ilustre foi, sem dúvida, aquêle à sombra de cuja fiel amizade devemos o estabelecimento de Piratininga, berço da metrópole paulistana de nossos dias.

Foi êle o famoso Tibiriçá, sogro do misterioso e discutido João Ramalho, e aliado de Martim Afonso de Souza, cujos nomes tomara ao ser batizado pelos jesuítas. O genro, no entanto, foi acérrimo inimigo dêstes, sobretudo devido à questão da escravização dos índios, que os padres cristãmente defendiam. Graças à proteção de Tibiriçá, ao calor de seu prestígio pessoal no meio da indiada, produziram-se as primeiras mestiçagens, nasceram os primeiros rebentos daquela destemida raça de mamelucos paulistas que haveria de unir pelas suas impávidas Bandeiras os mais afastados rincões de nosso imenso país.

O nome indígena Tibiriçá significa o Príncipe da Terra. É quase um título honorífico. Êsse chefe dos Guaianases de Piratininga deixara-se converter à fé cristã pelos Padres José de Anchieta e Leonardo Nunes.

Graças a Tibiriçá, puderam os padres da Companhia de Jesus permanecer no planalto piratiningano e fundar ali seu primeiro povoado missioneiro, Santo André da Borda do Campo. Enviados para êsse fim de S. Vicente pelo Padre Manuel da Nóbrega, escalaram, vencendo mil dificuldades a Serra do Cubatão e atingiram o platô treze sacerdotes chefiados por Manuel de Paiva. No grupo, figurava como mestre-escola o grande José de Anchieta. Na defesa da nossa missão jesuítica, Tibiriçá combateu em 1562 até contra seu próprio irmão, o tuxaua Arari.

O grande historiador Southey pinta admiràvelmente em poucas palavras como viviam êsses heróicos civilizadores do gen-

tio: "Dormiam em rêdes nem tinham roupa de cama: de porta lhes servia uma esteira pendurada à entrada. As roupas também haviam sido calculadas para região menos vizinha do céu, pois eram de algodão as poucas que tinham; e andavam sem calças nem sandálias. Mesa lhes eram fôlhas de bananeira..." Nessa grande pobreza, diz o próprio Anchieta que se podiam dispensar os guardanapos, visto como nada havia o que comer. De fato, alimentavam-se apenas do que lhes davam os índios, o que não podia ser muito nem escolhido. Às vêzes, de esmola, recebiam alguma cuia de farinha de mandioca. De outras, mais raras essas, algum peixe dos córregos ou alguma caça das selvas. E as frutas do mato.

A subida da Serra do Cubatão, de onde se avistava o mar, a Paranapiacaba dos Tupis, fôra verdadeira epopéia, segundo nos conta o historiador da Companhia, Padre Simão de Vasconcelos. Tinham escalado a pé, rompendo a mataria, íngremes perambeiras, pendurando-se de raízes e cipós, as mãos e os pés escalavrados, em sangue, os corpos e os rostos banhados pelos espinhos, arriscando-se ao encontro de feras e sobretudo de cobras venenosas. *Ad majorem Dei gloriam!* Venceram tudo isso para maior glória de Deus. E dessas misérias e lutas brotariam no futuro a grandeza e a fortuna de S. Paulo.

Testemunha e personagem das principais, nessa época de fé e elevação moral, o morubixaba Tibiriçá foi, na verdade, o laço que uniu no mesmo instintivo desejo de progresso, no mesmo informe anseio de futuro o índio bravio e o aventureiro civilizado, sob os braços acolhedores, pacificadores e luminosos da Cruz.

Êsses primitivos tempos da gloriosa Paulicéia são recordados nos nossos tumultuosos dias por uma relíquia preciosíssima, — o tacape de guerra do chefe indígena Martim Afonso Tibiriçá, ivirapeme de madeira duríssima, o pau-ferro, talhada cônicamente em forma de moca ou maça, bastante pesada, porém fácil de manejar por um homem adestrado e robusto. Levou-lhe o tempo o trançado de palha do punho, que evitava escorregasse da mão que a brandia; levou-lhe também os ornatos de penas multicores. Todavia, embora nua e negra, essa arma de choque evoca em nosso espírito a rude época em que zunia em golpes terríveis, rompendo ossos e crânios de inimigos, nas bárbaras refregas da indiada.

A autenticidade dessa peça requer uma documentação comprobatória. O tacape de Tibiriçá pertenceu durante longo tempo ao Imperador D. Pedro II. Sua Majestade ofereceu-o, quando

visitou S. Paulo, ao grande estudioso de nossos selvagens, o General Couto de Magalhães. Nenhum presente agradaria mais ao notável indianista, um dos fundadores de nosso folclore. Das mãos dos descendentes daquele General passou, em S. Paulo, para as do Dr. João Vieira da Costa Valente.

Durante muito tempo, teve o tacape colado à sua face um retângulo de papel com a declaração autografada de Couto de Magalhães de o haver recebido de D. Pedro II, que lhe afirmara ser o mesmo do grande Tibiriçá. O tempo infelizmente destruiu essa etiquêta. Há, porém, declarações escritas e autenticadas de pessoa da família sôbre o assunto.

Martim Afonso Tibiriçá faleceu em S. Paulo, cercado de seus inúmeros descendentes e do respeito geral, a 25 de dezembro do ano da Graça de 1562. Escrevendo para o Reino a 10 de abril do ano seguinte, 1563, dizia Anchieta com saudade: "Morreu o nosso principal, grande amigo e protetor". Então, João Ramalho, livre da influência do sogro, pôde guerrear à vontade os Padres da Companhia.

A França Antártica

NO dia 10 de novembro do ano da Graça de 1555 aportava à Baía de Guanabara, ainda desocupada pelos portuguêses, não obstante estarem estabelecidos na Bahia e em S. Vicente, em "vida segura e conversável", segundo o expressivo dito de Martim Afonso, a expedição protestante dirigida por Villegaignon e destinada a criar no Brasil a França Antártica.

Gaffarel entende que Nicolau Durand de Villegaignon foi um dos homens mais interessantes do século XVI: soldado, marinheiro, historiador, polemista, idealizador de projetos, agricultor, industrial, erudito, mesmo filósofo, enfim *un homme universel.* Francês de Provins, na Champanha, era filho dum Procurador do Rei, o que faz pensar fôsse sua nobreza *de toga* e não *de espada,* embora contasse como tio o célebre Grão-Mestre de Rodes, isto é, da Ordem de Malta, Villiers de l'Isle Adam, heróico batedor de turcos. Companheiro de Calvino na Universidade de Paris, Cavaleiro Professo da Ordem de Malta, um dos heróis da famosa expedição do Imperador Carlos V contra os piratas barbarescos de Túnis e Argel, onde foi ferido, guerreador da turcalhada na Hungria, oficial de Guilherme du Bellay na campanha do Piemonte, comandante dum navio de guerra na expedição francesa de Strozzi e Montalembert à Escócia, rompendo o bloqueio inglês e trazendo Maria Stuart sã e salva a Brest, guerreiro e polemista em Malta, Vice-Almirante da Bretanha, afinal um dos líderes do grande partido protestante ou huguenote de Coligny, de fato, Villegaignon dá com essa vida movimentada, aventurosa e variada certas razões à entusiástica afirmação de Gaffarel. Nicolau Durand de Villegaignon escreveu dois livros em latim: *Caroli V Imperatoris Expeditio in Africam et Argieram* e *De Bello Melitensi ad Carolum Caesarem et Ejus Eventu Gallis Imposito Commentarius.*

Fechados por diversas circunstâncias os horizontes de sua ambição na Europa, o fidalgo aventureiro decidiu procurar a

expansão de sua atividade nas novas terras descobertas pelos portuguêses além do Mar Tenebroso. Na sua *História do Calvinismo,* diz Maimbourg que êle se apresentou ao Almirante Coligny e lhe propôs a idéia que concebera de estabelecer uma colônia protestante na América do Sul, de onde se poderiam tirar grandes vantagens, constituindo ela, ao mesmo tempo, seguro refúgio para as vítimas de qualquer perseguição religiosa. Esta era uma espada de Dâmocles suspensa sempre sôbre a cabeça dos calvinistas em França.

O plano foi aceito e êle veio, trazendo os elementos da projetada colonização. Fêz boas pazes e melhor aliança com os naturais, ocupou e fortificou a Ilha de Serigipe, dos Tamoios ou das Palmeiras, na qual se perpetuaria até hoje seu nome e a memória da efêmera França Antártica. Ali durou cinco anos a sua fundação, desde o início envenenada pelos dissídios pessoais e as querelas religiosas. Tais desavenças mataram no ôvo a idéia de Villegaignon.

Em 1560, apesar dos reforços trazidos por Bois-le Comte em 1557, os franceses tiveram de abandonar aos lusos vitoriosos a pequena ihla, na qual o Governador-Geral do Brasil, Mem de Sá, mandou arrasar o forte nela construído e denominado Coligny. No entanto, a expulsão definitiva dos franceses só se deu em 1567, isto é, 12 anos após a chegada de Villegaignon à Guanabara, com a tomada das trincheiras de Uruçu-mirim, nas atuais praias do Flamengo e do Russel, e de Paranapucu, na Ilha dos Gatos, depois do Governador, pelas tropas compostas de Voluntários da Bahia, Pôrto Seguro, Espírito Santo e S. Vicente, bem como gente vinda de Lisboa e os frecheiros índios de Ararigbóia. Foram, então, feridos mortalmente Estácio de Sá e o Capitão-de-Mar-e-Guerra Gaspar Barbosa.

Graças a Villegaignon, os portuguêses tiveram sua atenção despertada para as maravilhas naturais da Guanabara. Conheciam-na desde a viagem de Gonçalo Coelho, mas nela não haviam tentado qualquer estabelecimento. A criação da França Antártica despertou-lhes o interêsse. A fortificação calvinista forçou-os à luta. Como para essa não bastasse a gente vinda da Bahia e do Espírito Santo, o Padre Nóbrega trouxe em canoas a de S. Vicente, brancos e frecheiros índios. Foi o primeiro elo da coesão brasileira que se haveria de multiplicar pelo tempo a fora. A fim de tomar posse definitiva do lugar, os vencedores fundaram a cidade de S. Sebastião. E duas das mais antigas e circunstanciais páginas de nossa vida e de nossa história, depoimentos êsses de primeira ordem, foram escritas graças à

vinda dos franceses em função da idéia da França Antártica — o livro de Jean de Léry e o livro de André Thevet. *Histoire d'un Voyage Faite à la Terre du Brésil, autrement dite de l'Amérique e Singularité de la France Antarctique, autrement nommée Amérique.*

A destruição do estabelecimento francês da Guanabara teve influência capital na expulsão ulterior da gente gaulesa das terras meridionais americanas. Capistrano de Abreu desta sorte esquematiza os fatos subseqüentes: "Expulsos do Rio de Janeiro, abrigaram-se no Rio Grande do Norte; expulsos do Rio Grande do Norte, abrigaram-se no Ceará e no Maranhão; expulsos do Maranhão e Ceará, abrigaram-se na Guiana. Se daí não foram expulsos, como planejou Filipe III, quando concedeu a Capitania do Cabo do Norte a Bento Maciel, deve-se à independência de Portugal, à guerra holandesa e a fatos supervenientes".

A essas palavras do mestre pode-se acrescentar que, no reinado glorioso de D. João VI em nossas plagas, conquistamos e ocupamos a Guiana, incorporando-a ao nosso território, sòmente restituindo-a à França em 1817, em virtude do artigo 107 do Ato Final do Congresso de Viena de 1815. A diplomacia joanina, obedecendo às instruções do soberano, tudo fêz para que não abríssemos mão daquele trato de terra que integra o Brasil nos seus lindes naturais; mas não conseguiu o que desejava. Não foi por culpa nossa que o perdemos.

Esqueceu Capistrano de Abreu de se referir à grande influência que os franceses tiveram nas costas de Sergipe, do Rio Real, e da Paraíba, onde longamente traficaram com o indígena e conseguiram mantê-la algum tempo. Ela, porém, foi à garra, como a de outros sítios, destruído o foco implantado na Guanabara por Villegaignon. Depois, sòmente no século XVIII viriam os corsários da França tentar um desagravo tardio e ainda mais efêmero do que a colônia protestante: as expedições de Duclerc e de Douguay-Trouin em 1710 e 1711.

A Ilha de Villegaignon, hoje infelizmente transformada numa quase península, recorda aos brasileiros o plano gorado da França Antártica enxertada no coração do Brasil, na sua mais bela paisagem, pela audácia de Nicolau Durand de Villegaignon. Da fortificação que êle levantou nada poderia ficar. Era de paliçada e terra. Outras lhe sucederam no tempo, após o arrasamento ordenado por Mem de Sá. A que serve de base ao atual edifício da Escola Naval data simplesmente do século XVIII. De 1760 a 1761, o Governador Gomes Freire de

Andrade nivelou as duas colinas da ilha e levantou nela o Forte de S. Francisco Xavier, ao qual, em 1767, se acrescentou uma bateria em roda ou de roda, como então se dizia.

Todavia há muitos anos, quando se fizeram ali escavações para obras do Quartel de Marinheiros Nacionais, se encontrou uma grande espada francesa de execução, com punho alto para ser manejada pelas duas mãos do carrasco, a figura dêste na lâmina empunhando uma balança e o dístico textual: *Vive la Justice*. É tudo o que resta do malôgro da França Antártica.

Dois Pernambucanos em Alcácer Quibir

O POVO português e seu herdeiro, o do Brasil, consideram agôsto mês de desgôsto e sua 1.ª segunda-feira dia aziago, porque a 4 de agôsto de 1578, numa segunda-feira, se travou nos areais de Marrocos a famosa batalha de Alcácer Quibir ou de Kass-el-Kebir, cujo resultado foi a derrota e morte do rei de Portugal, D. Sebastião, o Desejado, caindo seu reino com todos os domínios ultramarinos, inclusive o Brasil, sob o poder da coroa espanhola.

Desde uma década mais ou menos após o descobrimento do Brasil andavam os marroquinos envolvidos em contendas civis, nascidas de ambições e rivalidades dos seus príncipes. Uma delas levara à África as armas portuguêsas. Reinava, então, em Marrocos a dinastia dos Sádidas ou dos Xerifes, como era mais conhecida. Em 1557, subiu ao trono Mulei Abdalá, cujos irmãos, temendo sua crueldade, fugiram para a Argélia. Eram três: o mais novo Mulei Ahmede voltou mais tarde à terra natal e nada lhe aconteceu; o mais velho foi assassinado por sicários mandados ao seu encalço e o do meio, Mulei Abde Almelique, que as crônicas lusas apelidam Mulei Maluco, destinado a espantoso fim, foi quem deu de certo modo causa àquela batalha, provocando a intervenção do monaıca português na crise da sucessão do Império Xerifiano.

Foi o caso que Mulei Abdalá, ao morrer em 1574, designou como seu sucessor, contra as praxes seguidas na ordem sucessória da dinastia, um filho que tivera duma escrava negra Mulei Mohamede Almotanaquil, designado pelos cronistas lusos como Mulei Hamet. Isto desgostou muitos xeques das tribos marroquinas, o que o irmão do xerife morto. Mulei Maluco, quis aproveitar. Tendo servido com brilho nas campanhas dos turcos, deu o Sultão ordem ao rei de Argel para ajudá-lo e prestigiá-lo. Assim, levantando janízaros e ginetários argelinos, o Maluco invadiu sua pátria pela fronteira da Argélia, venceu o

tio e entrou triunfalmente em Fêz. Todavia, refugiado na cidade de Marrocos, Mulei Hamet decidiu continuar a luta.

Em face da mesma, pensou D. Sebastião em intervir na questão marroquina, procurando entender-se a propósito com o poderoso rei de Espanha, Filipe II. Seu grande argumento era o poderio otomano estendido até Marrocos, graças a Mulei Maluco, protegido do sultão de Constantinopla, constituindo isso grave ameaça à cristandade peninsular.

Conseguido êsse apoio, levantou o dinheiro que pôde, organizou uma expedição e entreteve entendimentos com marroquinos influentes. Em fins de 1577, o xerife destronado Mulei Hamet acolheu-se à proteção dos espanhóis e correspondeu-se com D. Sebastião, que o aprazou a esperá-lo em África. O exército com que o Rei se meteu nessa temerária aventura compunha-se de 2.800 mercenários tudescos, valões e holandeses, 2 mil castelhanos, 600 italianos enviados pelo Papa, um Têrço de Aventureiros em que se incluíam jovens fidalgos lusos e o resto de portuguêses, ao todo 17 mil combatentes, dos quais 1.500 a cavalo, não se contando uns 8 mil indivíduos que faziam ofício de gastadores, carreteiros, pajens, armeiros, cozinheiros, criados, escravos e rascoas ou chinas da tropa. A artilharia numerava 36 peças de vários calibres.

Êsse exército desembarcou em Arzila entre 12 e 28 de julho, chegou a Almenara de 30 para 31, e à ponte de Alcácer, além do sobreiral de Larache, sôbre o rio Mocazin, a 3 de agôsto. E, ao amanhecer da segunda-feira 4, defrontou as tropas do Xerife na planura de Alcácer Quibir.

Contra elas avançou dividido em três corpos de infantaria, tendo ao centro o Têrço dos Aventureiros, comandado por Álvaro Pires de Távora, ladeado por mangas de arcabuzeiros de Tânger. À direita, os tudescos. À esquerda, espanhóis e italianos. Ao centro, a bagagem e os não combatentes. Nas alas e coice, os terços lusitanos. Nas costaneiras, as cavalarias. O Xerife formara sua gente à meneira turca, em meia-lua, com infantaria ao centro, cavalaria e infantaria montada nas alas. A sua artilharia, 26 peças, esperava o ataque cristão emboscada numa dobra do terreno, camuflada com ramos de árvores.

A batalha travou-se ainda pela manhã e durou mais ou menos 6 horas, iniciada por uma preparação da artilharia marroquina a que só tardiamente e mal respondeu a portuguêsa. Depois, foi o choque em que logo se distinguiu o bravo Têrço dos Aventureiros, que entrou pelas formações inimigas com violência sem par, detendo-se, porém, à voz inesperada *Ter! Ter!*

até hoje ainda não explicada convenientemente. Cercados, vendem caro as vidas. Pronuncia-se, então, o desbarato do exército. Os alemães são acossados e dizimados, a artilharia tomada e os terços da retaguarda combatem frouxamente. No meio da grande confusão que se estabelece, o Rei luta como um paladino e tomba com honra, enquanto suas tropas fogem, rendem-se ou são chacinadas pelos infiéis. Êsse fim deu origem a lenda do Encoberto, do rei misterioso que um dia voltaria ao seu reino. E o Sebastianismo foi a esperança dum salvador e duma salvação um dia entre os dias...

Não escapou nenhum dos três personagens reais que participaram dessa nefasta batalha. Pereceu em combate de armas na mão o soberano português. Morreu, ao findar a pugna, o xerife marroquino, que a ela comparecera numas andas em precário estado de saúde. E Mulei Maluco, ao fugir da derrota, afogou-se, tentando atravessar o Mocazin. Seu corpo foi esfolado pelos mouros e a pele cheia de palha, sendo transformado em pavoroso espantalho.

Até aqui todos os que lêem um pouco de História sabem. Agora o que poucos sabem é que nessa pugna infeliz, de tão graves conseqüências para o destino de Portugal e do Brasil, estiveram presentes e se bateram como leões dois ilustres brasileiros. Eram êles os dois irmãos pernambucanos, naturais de Olinda, Duarte e Jerônimo de Albuquerque Coelho, ambos filhos do grande Duarte Coelho, primeiro donatário da Capitania de Pernambuco e fundador daquela vila.

Jorge de Albuquerque Coelho comandava uma coluna de cavaleria. Em plena batalha, vendo o Rei tombar do cavalo derrubado por uma bala inimiga, embora gravemente ferido, desmonta e lhe entrega o seu salvando-o, assim, de ser logo morto ou aprisionado. No decurso da pugna cai com seu irmão Duarte, também ferido, prisioneiro dos infiéis. Êste, que era o primogênito, não resistindo às conseqüências dos ferimentos e às agruras do cativeiro, faleceu no fim de dois anos, em 1580, justamente quando Jorge era resgatado a pêso de ouro, aleijado das pernas e andando de muletas.

Duarte de Albuquerque Coelho era o segundo donatário da Capitania de Pernambuco. Jorge, seu irmão mais môço, por sua morte foi o terceiro. Era homem de grande bravura e sangue frio. Em maio de 1565, viajando de Olinda para Lisboa na nau "Santo Antônio", depois de porfiado combate com um pirata francês, rendeu-se e foi largado no mar com seu navio num temporal medonho. Conseguiu animar os companheiros, ven-

cer os elementos e, apesar de longos dias de fome e sêde, chegar finalmente a Cascais. Tinha, como se vê, um grande aprendizado de vicissitudes. E, além de herói, era escritor, tendo sido celebrado por um poeta, Bento Teixeira Pinto, na "Prosopopéia".

Deixou Jorge de Albuquerque Coelho, como seu pai, também dois filhos ilustres: Duarte de Albuquerque Coelho, Marquês de Basto, primeiro Conde de Pernambuco e quarto donatário dessa capitania, autor das *Memórias Diárias da Guerra do Brasil,* e o grande Matias de Albuquerque, Conde de Alegrete, general das fôrças brasileiras contra os holandeses na guerra de Pernambuco e general das fôrças portuguêsas contra os espanhóis na guerra da independência ou restauração de Portugal.

São desta sorte as grandes figuras da brava gente pernambucana.

Natal de Sangue

NAQUELE dia de Natal do Ano do Graça de 1591, três navios de velas desfraldadas ao sôpro regular da brisa marinha entraram no pôrto de Santos. Os moradores da vila fundada por Braz Cubas enchiam as igrejas, ouvindo as missas e sermões da grande festa cristã. De repente, o estrondo da artilharia os encheu de espanto e os lançou em confusão pelas ruas. Ao mesmo tempo, as embarcações miúdas daquela frota despejavam na praia bandos de homens armados de mosquetes e piques, que, soltando gritos espantosos, foram matando quem esboçava a menor resistência, invadindo as casas, saqueando-as, apoderando-se também da Casa da Câmara e ocupando as posições convenientes para dominar a povoação. Eram, na maioria, ruivos, de olhos azuis, grandalhões e barbudos. E um clamor correu de bôca em bôca por tôda a população espavorida.

— Os piratas inglêses!

Pertenciam os três barcos à esquadra do famoso ladrão do mar Thomas Cavendish: o "Roebuck" do Capitão Cocke, o "Desire" do Capitão John Davies e o "Blake Pinesse" do Capitão Strafford. Tendo-os mandado na frente, Cavendish ficara de atalaia na Ilha de S. Sebastião com dois navios: o "Leicester" do Capitão Southwell e o "Daintie" do Capitão Barker. Quando entrou no pôrto, dias depois, as tripulações dos primeiros estavam de posse da vila e nela se haviam convenientemente fortificado.

Nesse bruxulear do século XVI, os piratas inglêses não davam descanso às feitorias e estabelecimentos lusos da extensa e parcamente defendida costa brasileira. Eram pequenos e disseminados no vasto litoral os núcleos populacionais. A Bahia tinha 24 mil habitantes, Pernambuco 20 mil e havia umas 13 mil almas espalhadas em Itamaracá, Ilhéus, Pôrto Seguro, Espírito Santo, Rio de Janeiro, S. Vicente e Santos. Esta última vila repelira em 1581 o ataque do pirata John Whitall com o

"Minion". Em 1583, fôra saqueada por Edward Fenton, que a esquadra espanhola de D. Diogo Flores Valdez, em caminho para Buenos Aires, derrotou e pôs em fuga. Em 1587, Roberto Witrington, com dois navios seus e um do holandês Duarte Esquert, atacara a Bahia, felizmente sem êxito. Em 1595, James Lancaster, associado a Verner, levaria 7 navios contra o Recife, sendo expulso ao fim de um mês de permanência em terra.

Thomas Cavendish era natural de Trimby na Grã-Bretanha e recebera patente de corsário da Rainha Elizabeth, inimiga figadal do Império Espanhol, sob cujo domínio se encontravam Portugal e o Brasil, quando atacou Santos. Sua profissão de pirata não empana o seu talento de grande navegador. As observações que fêz e anotou em suas longas travessias sôbre as marés, as correntes marinhas e o regime dos ventos no Atlântico, no Pacífico e no Índico enriqueceram consideràvelmente os conhecimentos náuticos de seu tempo. Saindo da Inglaterra em 1586, pilhou e devastou as colônias espanholas do Grande Oceano, subindo até a Costa da Califórnia e dali rumando para as Ilhas da Sonda e o Cabo da Boa Esperança. Regressou ao seu país, carregado de botim, em 1588. Dois anos mais tarde se fazia ao mar com destino à costa do Brasil, à frente da esquadra, com que, de surprêsa, se apoderou da Vila de Santos.

Permaneceu nela cêrca de dois meses, tiranizando a população, roubando o que podia roubar, depredando e queimando os engenhos dos arredores. Depois, navegou para o Sul, levando os porões atestados de riquezas. Mas parece que o fato de haver atacado a indefesa povoação brasileira naquele dia santificado do Natal de 1591 trouxe para êle e seus principais capitães uma verdadeira maldição.

É verdade que, para Cavendish, o assalto não fôra cometido pelo Natal, que os inglêses respeitam e celebram tradicionalmente, porque, em 1591, já haviam os portuguêses adotado o calendário da chamada Reforma Gregoriana, enquanto na Inglaterra continuava a prevalecer o velho Calendário Juliano. Assim, o Natal britânico se festejava no dia 25 de dezembro do antigo sistema cronológico, que correspondia no novo, segundo a correção determinada pelo Papa Gregório, a 15 de dezembro. Aliás os inglêses sòmente viriam a aceitar essa modificação tardiamente, no ano de 1752.

Em 1592, novamente o pirata se apresentou diante de Santos. Esperava que a vila estivesse refeita da rapinagem an-

terior e vinha sequioso de nova roubalheira. Mas, desta vez, saiu-lhe o ano bissexto, como diz o povo, ou saiu-lhe o tiro pela culatra. A população estava alerta e preparada para a luta. Aquêles sinos que tinham repicado festivamente no Natal do ano anterior, convocando os moradores às cerimônias litúrgicas nas igrejas, então tocaram a rebate, conclamando todos à resistência diante das velas inglêsas desfraldadas sôbre o mar.

Os piratas ruivos, barbudos e ferozes desambarcaram; porém foram recebidos por nutrido fogo de pedreiros e mosquetaria, carregados a arma branca, cercados e chacinados sem piedade. Santos tomava a sua desforra do Natal triste e sangrento que tivera. Os capitães Southwell, Barker e Strafford morreram no combate e seus marujos e soldados fugiram para bordo, completamente dizimados. Horas mais tarde, as velas dos piratas derrotados se apagavam no horizonte. E os sinos badalavam no espaço os festivos repiques do triunfo.

Thomas Cavendish entrou em grande fúria e resolveu ressacir-se daquele revés em outros pontos do litoral brasileiro. Não poderia voltar à pátria desonrado e desmoralizado por aquela terrível repulsa, êle que se considerava invencível, um verdadeiro leão do mar. Pôs as proas sôbre a Ilha de S. Sebastião, mas ali achou a população em armas, que o repeliu também com novas perdas. Outras perdas e outro revés o esperavam na Ilha Grande. Desfalcado de seus melhores oficiais e aventureiros, com os barcos precisando de refrescos e consertos, velejou para o Espírito Santo e entrou na Baía de Vitória, lançando âncoras diante da Vila Velha, ao pé do monte íngreme, onde se eleva o pinturesco convento de Nossa Senhora da Penha.

A população havia entrouxado roupas e alfaias, tudo o que possuía, e se refugiara no seio dos muros conventuais que, do cume do agreste penedo, dominam tôda a costa. Os piratas desembarcaram sem achar resistência, porém se viram diante de casas vazias e não encontraram nos arredores nenhum recurso que pudesse minorar sua situação. À frente dêles, Cavendish resolveu atacar o mosteiro, apoderar-se dêle, e forçar os habitantes da colônia a lhe fornecerem mantimentos e a lhe pagarem resgate.

Todavia pesava sôbre êle a maldição do Natal, que violara com o sangue e a rapinagem na Vila de Santos. Ao chegar no pequeno planalto que, do lado do oceano, antecede ao convento, os moradores armados e organizados o receberam com uma trabucada que lhe derrubou muitos homens. Os inglêses, enraivecidos, lançaram-se para diante em furente investida a arma

branca. Então, houve o milagre: um cavaleiro armado de ponto em branco desceu do céu, que se abriu, mostrando, em resplandecente clarão, o vulto de Nossa Senhora da Penha, e, ajudando os defensores, guiando-lhes a carga, acometeu os piratas, deu-lhes de rijo e insuflou a todos que o seguiram uma coragem sem limites. Os britânicos recuaram e fugiram pelos pendores do morro abaixo, abandonando os mortos, os feridos e as próprias armas.

Lá embaixo, na Praia de Vila Velha, diante da gruta, onde outrora vivera o ermitão Frei Pedro Palácios, tomaram os batéis e remaram desatinadamente para os seus navios. A frota levantou ferros, largou os panos, transpôs a barra e se fêz na volta do mar. Enfraquecida por tantos reveses, após aquela sacrílega vitória de Santos, não podia mais tentar nenhum êxito no Brasil e só lhe restava o recurso de regressar tristemente à Grã-Bretanha.

Thomas Cavendish não veria mais a sua terra natal. Desorientado, baldo de recursos, minado de desgostos e esfaldado pelas derrotas, foi deperecendo a cada singradura de seus veleiros barcos na travessia do Atlântico e morreu miseràvelmente, sendo seu corpo sepultado no mar.

A maldição daquele natal de sangue o perseguira sem tréguas.

O Verdadeiro Fundador de Fortaleza

REFERINDO-SE à fundação da cidade da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção do Ceará Grande, capital da Capitania do mesmo nome e, depois, da Província e do Estado do Ceará, o historiador cearense Raimundo Girão defende a seguinte tese: "Manda a verdade histórica fixar no segundo período da dominação dos holandeses na terra cearense a data da fundação de Fortaleza. Embora, de estrita justiça, se deva considerar o môço luso Martim Soares Moreno como o *Colonizador do Ceará,* pois que foi êle quem definitivamente plantou nas praias dos verdes mares os primeiros sinais da civilização européia, não menos imperioso é dar a Matias Beck o título de fundador de nossa cidade. Foi, com efeito, ao traço do seu engenheiro Ricardo Caar que, em 10 de abril de 1649, começaram os soldados beckeanos a trabalhar no levantamento do baluarte defensivo chamado *Forte Schoonenburch,* sito no Morro Marajaitiba, *ao sopé do qual corre um belo rio de água doce,* o Marajaik, hoje Pajeú, quase inteiramente desaparecido. Para a construção dessa fortaleza, aproveitaram os flamengos as telhas e peças de artilharia do velho fortim S. Sebastião, deixado por Martim Soares na barra do Rio Ceará, do qual nem vestígios mais existem, porque soterrados pelas dunas..."

Martim Soares Moreno fôra um dos cabos dos sessenta soldados que, em 1603, Pero Coelho de Souza trouxera da Paraíba para a primeira exploração do Ceará, sua conquista e expulsão dos franceses da serra da Ibiapaba. Retirara-se para Pernambuco antes do malôgro definitivo dessa expedição, que se deu em 1605, e, sendo amigo da indiada, regressara, depois, para estabelecer no local o domínio português, assistindo na diminuta povoação denominada Vila Velha, no Fortim de Nossa Senhora do Amparo, antes dito de S. Tiago. Martim Soares deu-lhe em 1611 o nome de S. Sebastião. Amigo do podero-

so morubixaba tupi Jacaúna, Martim Soares é aquêle *Guerreiro Branco* poetizado por José de Alencar na lenda da Iracema.

Os holandeses tomaram êsse forte de S. Sebastião, de madeira e atorreado aos cantos, quando conquistaram o Ceará, em 1637. Pelo "Diário da Expedição de Matias Beck em 1649", se vê que o chefe flamengo mudou a posição daquele fortim para um outeiro à margem da foz do Marajaik, atual Pajeú. Êsse outeiro, denominado Marajaitiba, se elevava bastante sôbre o mar em face dum maceió, onde podiam ancorar pequenas embarcações. Daí o nome de Beco do Maceió que teve até o início dêste século a parte da antiga Rua do Chafariz, agora José Avelino, onde em nossos dias se encontra situada a usina elétrica da cidade. Sôbre essa colina foi edificada a parte central e mais antiga da mesma, compreendida entre as ruas do Quartel e Amélia, hoje Senador Pompeu, Misericórdia, crismada em Dr. João Moreira, e a Praça do Ferreira. Na crista dessa elevação de terreno correm os edifícios principais da antiga capital: a Fortaleza, o Quartel Federal, o Passeio Público, a Santa Casa, a Cadeia, a Estação da Estrada de Ferro.

Mandam a razão e a lógica apoiar a tese de Raimundo Girão, de que foi o capitão holandês Matias Beck o verdadeiro fundador da capital cearense. Os corsários franceses perseguiram muito o estabelecimento luso nascente na costa do Ceará Grande. A enseada do Mucuripe fornecia ancoradouro aos seus navios, facilitando-lhes os ataques a fraqueza numérica da guarnição do fortim e sua precária artilharia, tanto que fingiam canhões com troncos de carnaúba. A mudança do fortim da Foz do Ceará para a do Pajeú por Matias Beck possìvelmente obedeceu a razões estratégicas: menos exposto aos inimigos vindos do mar por ser a embocadura do regato de mais difícil acesso do que a barra do rio e mais fiscalização pela proximidade do ancoradouro do Mucuripe. O certo é que, depois da expulsão dos holandeses, os lusos conservaram o fortim no local onde Beck o assentara, tratando de reparar suas trincheiras em 1662. Dois anos mais tarde, sua guarnição foi reforçada com 20 soldados brancos e 20 pretos. Em 1689, construiu-se um novo quartel. Finalmente, em 1698, se reedificou a fortaleza já denominada de Nossa Senhora da Assunção.

Cartas Régias da última década do século XVII pintam o atraso da pequena povoação que ia aos poucos crescendo em volta do forte: nela não havia mais do que *gentios domésticos*, isto é, índios pacificados, soldados da guarnição e uns *duzentos moradores, os quais não tinham ministro nem oficiais que lhes*

decidissem as dúvidas e sentenciassem as cousas que tudo entre êles era confuso; não havia matriz e o capelão da fortaleza fazia ofício de vigário.

Enquanto essa pequena e triste *Vila do Forte* vegetava dêste modo, o povoado do Aquirás ou Aqueirás, à margem do Rio Pacoti, algumas léguas para o sul, onde os jesuítas tinham levantado uma casa e uma igreja, crescia e progredia de modo a receber no ano de 1711 o predicamento de vila, as honras de município com sua câmara e seu pelourinho simbólico. Mas os índios de súbito a atacaram, chacinaram a população espavorida e perseguiram os fugitivos que vieram acolher-se aos muros da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção. Não fôra êsse assalto do gentio e talvez a Capital do Ceará ficasse sendo Aquirás. Mas as melhores condições de defesa determinadas pela fortificação erguida no outeiro Marajaitiba levaram o Conselho Ultramarino a dar parecer favorável à elevação à vila do povoado existente em tôrno dêsse forte. Daí a Carta Régia de 1725, mandando criar a vila *junto da Fortaleza,* conservar a do Aqueirás (*sic*) e ambas se auxiliarem na defesa contra qualquer ataque. E a 13 de abril de 1726 se inaugurou oficialmente a Vila da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção do Ceará Grande, para *aumento* e *defensa* da Capitania.

A fortaleza que lhe deu o nome e que ainda hoje se eleva no meio de edificações mais modernas, olhando o mar, acha-se inconclusa. Obedecendo ao sistema denominado Vauban, devia constar de quatro baluartes ligados por cortinas e precedidos duma falsa-braga. Existem sòmente dois baluartes, as respectivas cortinas e falsa-braga. Essa obra foi planejada e começada pelo Tenente-Coronel Antônio José da Silva Paulet por ordem do Governador Manuel Inácio de Sampaio, em 1812, sendo inaugurada sòmente em 1817 pelo engenheiro militar Pedro José da Costa Barros. Foi tôda ela erguida sôbre os alicerces das baterias de pedra e cal, feitas no sítio do antigo fortim dos holandeses, em 1801 pelo Governador Bernardo de Vasconcelos.

No ano de 1811, o viajante inglês Henry Koster encontrou em Fortaleza quatro ruas e mil e duzentos habitantes. Em 1823, o Govêrno Imperial tornava-a cidade. Seu primeiro sobrado seria levantado por Conrado Jacob de Niemeyer, engenheiro militar, em 1824, à esquina da Rua Major Facundo com a Rua Guilherme Rocha, na Praça do Ferreira, onde está o Excelsior Hotel. O primeiro teatro, o Concórdia, nasceu em 1832. O primeiro Bispo chegou em 1853.

Fortaleza é hoje a oitava cidade do Brasil e uma de suas mais belas capitais. Bem avisado andou, pois, Matias Beck em plantar na Colônia Marajaitiba o Forte Schoonenburch que foi o seu berço. E a sua heráldica perpetua êsse fato: uma fortaleza batida pelo mar com o dístico *Fortitudine*.

As 3 Batalhas dos Guararapes

NO dia 31 de julho de 1645 o Exército Pernambucano levantou acampamento no Engenho de Covas e marchou para o Monte de Santo Antão, nas vizinhanças da cidade de Vitória e da ermida dêsse santo, conhecido também por Monte das Tabocas, onde se entrincheirou. Êsse pequeno exército fôra organizado pelos insurgentes que a 13 de junho se tinham levantado contra o domínio holandês. Concentram em Maciape 1.500 homens do Cabo, de S. Laurenço e de Ipojuca, armados de cutelos, foices, chuços, forcados, velhas espadas e mosquetes de caça. Esperaram ali os reforços que lhes deviam trazer o índio Camarão e o prêto Henrique Dias. Mas o envio pelos holandeses dum destacamento composto das guarnições de Ipojuca, Cabo, Una, S. Lourenço e Serinhaem sob o comando do Tenente-Coronel Hendrick Hauss, a fim de atacá-los antes da chegada daqueles reforços, obrigou seu chefe, Dias Cardoso, a procurar um ponto estratégico onde melhor pudesse resistir a qualquer ataque.

Enquanto Dias Cardoso tomava seus dispositivos de defesa no Monte das Tabocas, a insurreição alastrava, as denúncias e traições choviam, as execuções se realizavam. A 1.º de agôsto de 1645, os holandeses executavam no Recife, como cúmplices do movimento rebelde, os brasileiros Tomás Pais, de Tigipió, e Gonçalo Cabral, de Goiana. No dia 2, as nossas companhias de assalto se emboscavam nos tabuleiros ao pé do monte, cobertas na margem do Rio Tapacurá pelo contingente do Capitão Fagundes. Fernandes Vieira assumiu o comando e, às 2 horas da tarde de 3 de agôsto, as tropas do Tenente-Coronel Hauss tomavam contato com os elementos avançados da nossa gente. O Capitão Fagundes fingiu oferecer resistência até prender bem o inimigo na operação. Depois, foi se retraindo e levando-o a engajar o combate com o grosso. Então, o atacou de súbito pelo flanco esquerdo. Os holandeses, menos numerosos, porém melhor armados e disciplinados, bateram-se até o anoi-

tecer, resistindo a quatro assaltos consecutivos, depois de haverem rompido a primeira linha de defesa e encontrado tenaz resistência na segunda. Fernandes Vieira meteu-os entre dois fogos e obrigou-os a retirar para São Lourenço da Mata com a perda de mais de 200 homens entre mortos e feridos.

Essa batalha do Monte das Tabocas é a primeira vitória militar da insurreição pernambucana contra o herege invasor e marca o declínio definitivo de sua dominação em terras brasileiras. Dessa data em diante, os insurgentes ou independentes de Pernambuco restringem o âmbito do intruso ano a ano, mês a mês e dia a dia. Aos poucos, os holandeses vão ficando ilhados no Recife à sombra de seus poderosos fortes, suprindo-se do que lhes envia a metrópole, quase sem ligações com o interior do território. Outrora o São Francisco e o Maranhão delimitavam o seu império. Agora estavam adstritos aos pântanos entre Olinda e o Capiberibe. A gente branca de Fernandes Vieira, a gente parda de Vidal de Negreiros, a gente índia de Filipe Camarão e a gente negra de Henrique Dias, reunidas fraternalmente num anseio de libertação e superiormente comandadas pelo General Barreto de Menezes, com seus arraiais fortificados, suas guerrilhas alertadas, suas companhias de assalto e de emboscada, que hoje se denominariam *comandos,* iam apertando o cêrco do Recife e tirando o fôlego ao inimigo.

Êste precisava romper aquêle cêrco, conquistar a região de Muribeca e de Ipojuca, férteis celeiros para seu periclitante abastecimento, a fim de levantar o moral da guarnição e poder repelir os luso-brasileiros para a Bahia, cortando-lhes a linha de comunicações com o Rio São Francisco. Com êsses objetivos, o comandante holandês, Tenente General Sigismundo van Schkoppe deixou o Recife rumo ao Sul à frente de 4.500 homens, no dia 18 de abril de 1648. Avisado de sua marcha, o General Barreto de Menezes, que se encontrava no Arraial Novo do Bom Jesus, resolveu impedir-lhe o avanço.

Deixando 300 homens para a defesa do Arraial, foi ocupar na tarde daquele dia os Montes Guararapes, linha de três colinas que corre da margem esquerda do Rio Jaboatão nas proximidades da Praia da Piedade, em cujo desfiladeiro teria o inimigo fatalmente que passar. Barreto de Menezes dispunha de metade do efetivo do seu adversário, 2.200 homens, chefiados por cinco heróis: Vidal de Negreiros, Fernandes Vieira, Filipe Camarão, Henrique Dias e Antônio da Silva. As guardas avançadas flamengas tirotearam com as avançadas luso-brasileiras do Capitão Soares da Cunha naquela mesma tarde, enquanto as tropas

tomavam posições de combate: à esquerda, Vidal de Negreiros na estrada entre o brejo e a colina setentrional e Henrique Dias na base desta; à direita, Camarão na baixada. Vieira ficou com a reserva, ao centro, e Antônio da Silva dispôs seu esquadrão de cavalaria entre a coluna do meio e a do sul.

A batalha começou às 8 horas da manhã do dia 19, tomando Barreto a iniciativa dos movimentos. Tática semelhante e que dera ótimos resultados no Monte das Tabocas. Provocar a investida do inimigo e conduzi-lo para a posição conveniente, onde seria fatalmente batido. Assim, os regimentos do Coronel Elst se enganjaram contra Vidal de Negreiros, que os destroçou, tomando-lhes a artilharia. Reforçados pelos de Brinke e de Hauss, sôbre êles Barreto atirou a reserva e a cavalaria. Os índios de Camarão tinham atraído os batavos ao pantanal, onde se atolavam com suas pesadas couraças, seus grandes arcabuzes e seus morriões de aço. Às 2 horas da tarde de 19 de abril de 1648, os holandeses exaustos, não podendo romper a passagem do desfiladeiro, ameaçados de desbordamento nos flancos e vendo os montes nas mãos do adversário, retiraram para o Recife, deixando mais de mil mortos e feridos no campo da luta e o estandarte ou guião do general em nossas mãos. Entre os mortos, dois coronéis. Entre os feridos, outros dois.

Do nosso lado havia lusos e brasileiros de várias côres que combatiam irmanados por um mesmo ideal patriótico. Do lado do invasor as tropas eram na sua maioria compostas de mercenários valões, francêses, húngaros, alemães, suecos, inglêses, polônios e escoceses. Essa gente deixou nas mãos dos luso-brasileiros 33 bandeiras, algumas peças de artilharia e um coronel prisioneiro, não sendo perseguida e dizimada pelos vencedores graças à chuva torrencial que naquela tarde se despejou do céu.

A obra de libertação definitiva de Pernambuco das mãos dos holandeses, tão bem iniciada no Monte das Tabocas, teve sua consagração nessa primeira vitória dos Guararapes e seria definitivamente completada na segunda batalha do mesmo nome. Coroaria essa luta titânica de dez anos a capitulação do invasor vencido e humilhado, na Campina do Taborda, em 1654.

Os serviços de informação de Barreto de Menezes levaram ao seu conhecimento que os holandeses pretendiam novamente romper o cêrco pôsto ao Recife com os mesmos objetivos e na mesma direção da vez anterior. Então, mandou levantar trincheiras em Borrachos, no Engenho Novo e na Ponte de São Bartolomeu, nas proximidades dos Guararapes. Corria o ano de 1649. No dia 17 de fevereiro, o Coronel Brinck, à frente de

mais de 4 mil homens de infantaria, marinheiros, e auxiliares índios e pretos, levando seis bôcas de fogo, abalou do Recife à surdina e foi ocupar a colina norte dos Guararapes com a sua vanguarda. Ao mesmo tempo, Barreto de Menezes saía do Arraial Novo, sua base de operações, e alcançava à noite, vencendo penosa marcha, as encostas do morro denominado do Oitizeiro. Desta sorte, ficou o inimigo muito surpreendido ao verificar no decurso da noite que os luso-brasileiros se encontravam já no seu flanco direito. Manteve-se quieto e de sobreaviso, esperando o nascer do dia. O general luso-brasileiro aproveitou a sua inação para ocupar os entrincheiramentos de antemão preparados e dispor sua tropa no desfiladeiro, barrando-lhe a passagem.

Ao romper a manhã de 19 de fevereiro de 1649, Barreto de Menezes estabelecia seu pôsto de comando no alto do Oitizeiro e ordenava o ataque das avançadas flamengas pelas suas próprias. Queria obrigar o Coronel Brinck a revelar de que fôrças dispunha. Os esquadrões de cavalaria de Araújo Miranda e Antônio da Silva galoparam sôbre as linhas contrárias e foram recebidos com descargas de artilharia. Contra os 4 mil e tantos homens do invasor dispúnhamos de uns 2.600 ou 2.700. Mas os batavos, escarmentados pela derrota do ano anterior, resolveram evitar o combate desde que encontravam a passagem para a Muribeca, que haviam pretendido ocupar, tomada pelos independentes. À 1 hora da tarde, abandonaram as posições que haviam tomado na véspera, formaram em coluna de marcha e iniciaram o regresso ao Recife, cobrindo seu movimento com uma flanco-guarda de dois bons regimentos de infantaria.

Apercebeu-se logo Barreto de Menezes do seu intento e, sem a menor hesitação, ordenou que o inimigo fôsse atacado em tôda a linha, surpreendendo-o antes de completar sua ordem de marcha. Os ataques foram impetuosos, conjuntos e simultâneos, apanhando a tropa holandesa na baixada, desprovida da proteção das elevações de terreno. D. Diogo Pinheiro Camarão envolveu a esquerda flamenga. Vidal de Negreiros e Francisco de Figueiroa assaltaram a ala direita. Os regimentos de cobertura viram-se desfeitos e atirados sôbre o grosso em confusão, o qual não logrou usar sua artilharia. E a cavalaria, lançada em violenta carga pela estrada, dividiu o Exército Holandês pelo meio. Eram 5 horas da tarde. O Coronel Brinck tombou morto, de espada na mão. O Vice-Almirante Gielissen e o Coronel Westerwoort também morreram combatendo. Os res-

tos das fôrças destroçadas levaram para o Recife o pavor da derrota. Nunca mais os holandeses enfrentariam os filhos da terra que pretenderam dominar.

O balanço da vitória dá para os nossos 60 mortos e 250 feridos, contando-se entre os primeiros o famoso Sargento-mor Paulo da Cunha Sotto Mayor e o bravo Capitão-de-Cavalos Araújo Miranda, e entre os segundos Vidal de Negreiros, Fernandes Vieira, Henrique Dias e outros. Em contraposição tiveram os flamengos 1.100 mortos, 600 feridos e 110 prisioneiros. Demais, perderam as bandeiras e as peças, que o Governador-Geral do Estado do Brasil, Conde de Vila Pouca de Aguiar, remeteu para Lisboa como silenciosas, porém, eloqüentíssimas testemunhas do grande triunfo alcançado mais uma vez nos Guararapes.

O local era fadado pelo destino a servir de campo de batalha. Quando da revolução pernambucana de 1824, 175 anos depois da Segunda Batalha dos Guararapes, ali se travaria o que se pode denominar a Terceira Batalha dêsse nome, visto como aquela linha de colinas históricas iria servir de posição chave para a série de movimentos com que o Brigadeiro Francisco de Lima e Silva iniciaria e consumaria a derrota dos rebeldes.

Vindo do Rio de Janeiro à frente de 1.200 homens, o Brigadeiro Lima e Silva, pai do Duque de Caxias, desembarcou em Jaraguá, nas Alagoas, e marchou sôbre o Recife, que a esquadra do Almirante Cochrane bloqueava, reunindo-se na Barra Grande a dois batalhões de caçadores a pé e um troço de cavalaria miliciana que se tinham recusado a aderir ao movimento e se achavam sob o comando do Presidente Francisco Pais Barreto. As tropas da Confederação do Equador proclamada em Pernambuco a 2 de julho de 1824, intituladas Exército Constitucionalista e comandadas por Barros Falcão, deixaram a capital pernambucana e marcharam para o sul como outrora os holandeses. Seu objetivo era impedir a junção das fôrças desembarcadas em Jaraguá com as da Barra Grande e derrotar os legalistas na sua marcha sôbre a cidade. O ataque à Barra Grande falhou e a junção se fêz, passando os imperiais a se denominarem Exército Cooperador da Boa Ordem.

Então, estabelecendo seu quartel general na colina onde se encontra a Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, Barros Falcão dispôs o Exército Constitucionalista nos Guararapes e esperou o ataque do Exército Cooperador da Boa Ordem. Estava-se a 12 de setembro de 1824 e iam começar as manobras

da Terceira Batalha dos Guararapes, que levaria dias a ser decidida. O Brigadeiro Lima e Silva condicionou sua estratégia ao princípio do menor derramamento de sangue possível, visto como se tratava duma luta entre irmãos e tomou seus dispositivos táticos de acôrdo com essa idéia básica. Assim, depois de aferrar Barros Falcão ao terreno nos Guararapes, fingindo querer romper a passagem, desalojou-lhe a extrema direita do Engenho Sant'Ana e, desbordando o inimigo por êsse flanco, apoderou-se na sua retaguarda da ponte do Motocolombó, do Forte das Cinco Pontas e de parte do bairro dos Afogados. Às 4 horas da tarde, suas testas de coluna transpunham a ponte da Boa Vista dentro da cidade. O Presidente da Confederação do Equador, Manuel de Carvalho Pais de Andrade, fugia numa jangada para bordo da fragata inglêsa "Tweed". Barros Falcão, sentindo-se isolado da capital, tentou um ataque à ponte do Motocolombó, onde a retaguarda de Lima e Silva o rechaçou.

No dia 13, de combinação com a esquadra, Lima e Silva tomava o bairro de Santo Antônio e atacava os fortes do Brum, do Buraco e do Picão, para se apoderar da Lingüeta. Sua retaguarda de sobreaviso repelia outro ataque de Barros Falcão na Boa Vista. A 14, a luta pelo Recife prossegue e o Exército rebelde inutilizado pela marcha de flanco de Lima e Silva nos Guararapes só tem uma saída: retirar para Olinda pelo Poço da Panela. A 17, pela manhã, o Recife e Olinda caem nas mãos dos imperiais. O exército de Barros Falcão capitula e é dissolvido. Seus remanescentes em armas fogem para o sertão e só serão ultimados no Ceará.

O Calabar de Batina

FOI o Brasil no mundo colonial ibérico a única região onde repercutiram as lutas religiosas travadas na Europa da segunda parte do século XVI à primeira do século XVII. É êste um dos aspectos mais importantes das tentativas de fixação de franceses, inglêses e holandeses em vários pontos do nosso país ainda não estudados convenientemente. Até hoje, aos nossos historiadores, preocupados tão-sòmente com as razões políticas ou com os fatôres econômicos da pirataria e conquista daqueles povos contra os domínios ultramarinos dos portuguêses, escapou aquela feição, nìtidamente definida de alargamento também da esfera de influência protestante no universo.

A reforma luterana determinara na Europa a famosa guerra dos Trinta Anos, a que pôs têrmo, provisòriamente, a paz da Vestfália, celebrada em Münster, cujo tratado adrede feito nada mais foi do que a sementeira de agitações e lutas que vieram até o tempo da Revolução Francesa, por sua vez preparadora de outras lutas e de outras agitações. Depois de Lutero, Calvino formou partidários na Suíça, nas Flandres e na França. A nova seita protestante dividiu a catolicíssima nação em huguenotes e papistas. A Espanha imperial e católica assumiu a liderança da contra-reforma. Daí suas intervenções na política francesa desde o século XVI, suas guerras nos Países Baixos contra os *gueux* calvinistas e seu longo duelo marítimo com a Inglaterra. Como nação também fundamentalmente católica, Portugal teve de sofrer ataques que se intensificaram nas suas colônias da África, da América e da Ásia, sobretudo após sua queda sob o domínio espanhol.

A heresia calvinista procurou firmar pé no Brasil com o estabelecimento de Villegaignon na Baía de Guanabara. Os fundamentos religiosos dessa tentativa são evidentes, pois discussões violentas em matéria de crença separaram os colonizadores da França Antártica e o episódio de João de Bolés nos

demonstra a tentativa de propaganda protestante entre os silvícolas, com destruição conseqüentes da catequese jesuítica. Na conquista de Pernambuco e terras adjacentes pelos holandeses, quase um século depois, é também claro o elemento religioso. Os hereges perseguem os católicos no Recife e alhures, passam-nos a fio de espada como no Engenho Cunhaú ou tentam a propaganda calvinista no seio da indiada, além de serem apoiados sempre pela numerosa judiaria daquele tempo em terras brasileiras.

Nos bastidores dessa luta de religião no Brasil, há episódios interessantíssimos, que nos dão informes curiosos sôbre caracteres e ações de indivíduos nela participantes, bem como até onde podia ir na época o sentido religioso da vida. O do jesuíta Manuel ou Francisco Morais, pois se não sabe bem o seu nome de batismo, é dos mais elucidativos.

No auto da fé realizado a 7 de abril de 1642 em Lisboa pela Santa Inquisição, êle foi queimado em efígie. Que teria feito o padre para tão dura pena, embora fôsse *sacerdos in aeternum?* Êle passou do lado dos pernambucanos que defendiam o Brasil luso-católico para o dos holandeses que representavam a conquista herege. E, como se isso não bastasse, sem trepidar, lançando a batina às urtigas, abjurou o catolicismo, declarou-se calvinista e casou com uma holandesa sectária dêsse credo. Grande e grave foi êsse escândalo na nossa vida colonial. Tão grande e tão grave que repercutiu na própria existência em nossas plagas da Ordem Inaciana, pois que o invocaram para justificar a falta de confiança na mesma que alegavam todos quantos tinham interêsse na escravização dos índios, que ela tenazmente combatia, a fim de pô-la fora dos seus arraiais. Não esqueçamos de que, um século e pico antes do Marquês de Pombal, dêste lado do Atlântico, especialmente no Maranhão e em São Paulo, se propugnou e efetuou a expulsão dos jesuítas. Em São Luiz contra êles tenazmente lutou Manuel Bequimão.

No volume I, páginas 684 e 685, da *Cronologia Paulista* de J. J. Ribeiro, encontra-se, firmado por 124 homens bons de S. Paulo, entre os quais Amador Bueno da Ribeira, o Aclamado, o que não quis ser rei, Domingos Jorge Velho, Governador do Gentio de Cabelo Corrido, herói de Palmares, um dos grandes Generais do Sertão, e todos os Procuradores das Vilas das Capitanias de São Vicente e Santo Amaro, notável documento que declara ter sido a expulsão dos jesuítas de São Vicente, no mesmo ano, baseada no *grande crime* do Padre Morais, da Capitania de Pernambuco.

Leiamos nesse papel o trecho que mais nos importa: "...e juntamente constando que um padre de sua mesma Ordem, religioso professor, sacerdote e pregador, que governavam as aldeias dos índios de Pernambuco, por nome o Padre Francisco Morais, ao qual êles haviam constituído por Capitão e Govêrno dos mesmos índios na guerra de Pernambuco contra os holandeses, se rebelou e lançou com o inimigo levantando guerra contra os nossos, assim êle com os mesmos índios, fazendo-nos notáveis danos, e mortes, de que procedeu a total ruína de Pernambuco por serem os índios muitos em quantidade e por remate se fêz apóstata e foi casar em Holanda, e tem os ditos reverendos padres tanta mão com êstes índios que se pode temer o risco de nossas vidas..."

Aqui os escravizadores da bugrada sangraram-se em saúde, aproveitando a negregada traição e apostasia do Padre Morais para lançar caluniosa e vil suspeita sôbre tôda a Companhia de Jesus, apontada sibilinamente como capaz de usar dos índios contra os colonizadores lusos, como o fizera o infeliz sacerdote. Para isso, exageram a importância do seu ato injustificável, atribuindo-lhe a *total ruína* de Pernambuco. Na opinião dêsses caçadores de escravos de São Paulo, fôra o Padre Morais um verdadeiro Calabar de batina.

Grande e negra a traição, gravíssima a apostasia, mas nem uma nem outra de molde a causar essa total ruína ou a transformar em flamengo-herege o Brasil luso-católico. Na verdade, como chefe de várias aldeias de índios mansos ou em vias de redução, adotar o calvinismo e levar todos êsses íncolas para o grêmio calvinista foi obra tão maléfica que custa a crer a tenha praticado um jesuíta. É o caso de recordar a lição camoneana de que, mesmo entre os portuguêses, alguns traidores houve algumas vêzes. Também entre os jesuítas. Não foi êsse, infelizmente, o primeiro e único exemplo. Outros, embora raríssimos e distanciadíssimos, lhe sucederiam na viagem do tempo.

À gravidade do crime do Calabar de batina correspondeu a pena inquisitorial: morte da fogueira do auto da fé lisboeta, em efígie, porque o novo calvinista se refugiara nos Países Baixos fora do alcance da Justiça que o perseguia .

O Comércio do Brasil no Século XVII

O TRABALHO de G. Batelli apresentado à Sociedade de Geografia de Lisboa e baseado num documento italiano da época "O comércio dos portos de Lisboa, Setúbal e Pôrto nos fins do século XVII", o manuscrito existente no Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Paris sob o título "Mémoire touchant le commerce du Portugal" e os eruditos comentários ao mesmo da autoria do Sr. Julião Soares de Azevedo, estampados na "Revista da Faculdade de Letras" de Lisboa, permitem ao estudioso da nossa história traçar com alguma segurança um pequeno quadro do comércio marítimo do Brasil naquele tempo.

De 1650 a 1700, pode-se calcular anualmente a média dos navios mercantes que vinham de Portugal ao Brasil e para lá voltavam de 60 a 65. No ano em que foram mais numerosos, 1664, contaram-se 68. Vinham quase todos do Pôrto e Lisboa; alguns de Setúbal. A metade mais ou menos destinava-se à Bahia, então capital da colônia. O resto repartia-se entre o Rio de Janeiro e Pernambuco, com meia dúzia para a Paraíba ou o Maranhão. Êsses barcos calavam de 250 a 500 toneladas e andavam sempre, por causa dos piratas europeus e muçulmanos, em frotas ou comboios, guardados por um ou dois navios de guerra. Uns perdiam-se com os temporais; outros, se o ano era mau de açúcar, como se dizia, isto é, se a safra de açúcar fôra precária, não devendo voltar vazios, ficavam nos nossos portos dum ano para o outro. Porque as viagens se faziam da Europa para cá em Março, aproveitando o regime favorável dos ventos, e daqui para lá em setembro ou outubro pela mesma razão. As tempestades, porém, às vêzes alteravam êsse ritmo e as frotas chegavam ou partiam com meses de atraso.

Quase todo êsse comércio se fazia por escambo de mercadorias e raramente com dinheiro de contado, que era proibido sair do reino, onde o meio circulante se tornava raro. Além

disso, a saída de numerário fraudava a alfândega, pois que ela recebia direitos das mercadiorias que se exportavam e não do dinheiro em espécie. Eram aquelas, principalmente, farinha de trigo, vinho, azeite, lãs, linhos, sarjas, aniagem, chapéus, calçados, sêdas, linhas de coser, papel, tintas e material de ferro e cobre para montagem e reparo dos engenhos de moer cana. Em troca disso tudo, fornecia o Brasil, em primeiro lugar os açúcares, em seguida tabaco, couros, pau-brasil, barbas de baleia, pontas de marfim, madeiras, cacau, âmbar cinzento, salsaparrilha e ouro. Em 1699, por exemplo, saíam do Rio de Janeiro para Lisboa 35 arrôbas de ouro em barra. Isto é o que foi legalmente registrado. Pode-se calcular outro tanto passado fàcilmente em contrabando.

Todo êsse comércio era feito em barcos de nacionalidade portuguêsa. Na opinião dos franceses, pelas seguintes razões: viagem longa e pouco rendosa, pois levavam mais dum ano e o frete era barato; além disso dêle se tinha de deduzir a contribuição destinada às despesas dos navios de guerra que escoltavam as frotas. Acrescentava-se ainda a sobriedade e reduzida paga das tripulações lusas, a que as dos outros povos se não sujeitavam, sendo muito mais exigentes.

No entanto, os documentos oficiais coevos não deixam entrever essa falta de lucro. Antes pelo contrário, havendo anos de boa safra, em que as frotas não tinham capacidade para levar à Europa a totalidade da nossa produção. Em 1690, por exemplo, as frotas da Bahia e do Recife levaram para Portugal 16 mil caixas de açúcar e 23 mil rolos de tabaco, fora o carregamento de couros. Ficaram no Rio e na Bahia, por falta de praça nas embarcações, 9 mil caixas de açúcar. Ora, sabendo-se que, nesse tempo, o reino consumia mais ou menos 5 mil caixas, Veneza, Hamburgo, Amsterdão e outros portos setentrionais recebiam cêrca de 3 mil e talvez o dôbro os do Mediterrâneo, fácil é deduzir que houve até falta do produto na Europa e daí seu encarecimento e a necessidade de enviar às pressas novos navios em busca do saldo que aqui ficara.

Quando nossos historiadores se referem ao famoso decreto de Abertura dos Portos do Brasil ao comércio das nações amigas, primeiro ato patriótico e nunca demais louvado do Príncipe Regente D. João ao chegar à Cidade do Salvador, inspirado pelo Visconde de Cairu, às vêzes afirmam, outras deixam entrever que até então estava o Brasil com seus portos defesos a qualquer outro comércio que não fôsse o direto e exclusivo com a metrópole lusa. Nada mais inverídico. O referido decreto veio

sòmente generalizar uma providência que, desde o século XVII, fôra pela monarquia portuguêsa juridicamente considerada e tomada em parte. A proibição dos estrangeiros comerciarem no nosso litoral, que datava das primeiras explorações da costa, no início do século XVI, não perdurou de modo total após a primeira metade do século XVII.

Assim, várias Cartas Régias a revogaram no decurso do tempo. Em 1654 e em 1661, em relação à Inglaterra. Nesta última data, em relação à Holanda, o que é digno de nota, visto como guerreamos sua invasão do Nordeste até sete anos antes dessa data, até 1654, quando capitularam na Campina do Taborda os holandeses que ocupavam o Recife. Em 1667, em relação à França. A única exigência feita aos navios inglêses, flamengos e franceses que traficavam no Brasil era um depósito, fiança ou caução em Lisboa, para garantia dos direitos de exportação a que as mercadorias brasileiras estavam sujeitas. De acôrdo com essas Cartas Régias, os navios dessas nações comerciando com o Brasil tinham direito a participar dos comboios ou frotas que o Govêrno de Portugal fazia escoltar pelos seus vasos de guerra. Desde 1673, tiveram os franceses um consulado efetivo na Bahia, o que demonstra a importância de suas transações comerciais naquela época. Em 1698, elas subiam a ponto do embaixador da França em Portugal, Rouillé, propor ao seu govêrno a criação de mais dois consulados, um no Rio de Janeiro e outro em Pernambuco.

Em 1692, segundo uma carta do embaixador francês em Lisboa, Estrées, citada por Soares de Azevedo, os holandeses faziam comércio em Lisboa, Pôrto, Viana do Castelo e Figueira da Foz, carregando nas suas urcas e patachos açúcar, tabaco, âmbar cinzento e *outras mercadorias do Brasil.* A principal mercadoria que, então, o nosso país exportava era o açúcar mascavado ou não, quer diretamente carregado no Recife, Bahia, Paraíba e Rio de Janeiro, quer apanhado das mãos dos portuguêses, que o revendiam, nos portos da Metrópole, freqüentados pelos barcos mercantes suecos, dinamarqueses, inglêses, flamengos, franceses, espanhóis e italianos de várias procedências. Os negócios eram feitos em geral para Londres, Bordéus, Havre, Estocolmo, Copenhague, Hamburgo, Antuérpia, Amsterdão, Roterdão, Cádis, Marselha, Gênova e Livorno.

A Tróia Negra de Palmares

A PALAVRA *quilombo* quer dizer na língua africana *mbunda*, de Angola, casa no mato onde se açoitam negros fugidos. *Quilombola* é o escravo refugiado num quilombo. Houve no Brasil durante os séculos em que durou a escravidão de africanos inúmeros quilombos. Por tôda parte. A toponímia conserva a memória da existência dêsses valhacoutos. Rios, distritos, povoados, estações, morros, serras existem com êsse nome em São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Goiás, Paraná e Santa Catarina.

O mais célebre de todos os quilombos do Brasil foi o de Palmares, Tróia negra destruída no fim do século XVII. Ficava situado na Serra da Barriga, na antiga Capitania de Pernambuco, tendo sido, sem dúvida, o primeiro Canudos do Brasil. Começou êsse ajuntamento de negros fugidos ao cativeiro em 1630 com a entrada em cena dos conquistadores holandeses, que, nesse ano, se apoderaram de Olinda e do Recife. Aproveitando a confusão e a desorganização conseqüente à guerra, os escravos amontaram-se e nas dobras adustas daquela serrania estabeleceram suas palhoças. De 1643 a 1645, já senhores de grande parte do território nordesitno e mais seguros da pose das terras pernambucanas, os holandeses deram sôbre a pretalhada quilombada, dispersando pelos matos e sertões aquêles que não puderam capturar.

Todavia veio a fase final da campanha da restauração de Pernambuco, que terminaria em 1654 com a rendição dos invasores flamengos na Campina do Taborda. Nem lusos nem batavos tiveram, então, tempo de se preocupar com o que se passava naquela Serra da Barriga, onde se reorganizavam novamente e mais fortes do que nunca os quilombos, pois o momento era asado para a fuga da escravaria aos duros trabalhos do eito e à vida de sujeição das senzalas. Conhecidos, pois, êsses antecedentes, compreende-se que, no decurso do tempo, tenham na-

quele local, 20 mil negros resistido a 20 expedições seguidamente enviadas contra êles. Os quilombolas haviam estabelecido fortes estacadas ou cêrcas, precedidas de fossos, em redor de suas aldeias, onde viviam em palhoças sob a chefia dum Zombi ou Zumbi. Cultivavam roças de mandioca e milho nas proximidades. Criavam animais domésticos. Exerciam algumas indústrias caseiras e misteres. Guardavam mais ou menos os costumes de sua tradição. Foi a essa rudimentar sociedade que se convencionou denominar República de Palmares.

Êsses escravos algumas vêzes praticavam correrias pelas regiões circunvizinhas, roubando plantações ou gados, levando consigo outros negros das fazendas. O exemplo da vida livre que iam gozando provocava a fuga dos pretos das localidades próximas. Suas expedições predatórias constituíam sério perigo para os fazendeiros do sertão. Por isso, acalmados os furores da guerra holandesa e restituído Pernambuco ao poder de Portugal, logo se pensou em destruir aquêle núcleo de rebeldia negra. Mas as diversas expedições enviadas contra êle foram vencidas pela resistência dos pretos alapardados nas suas alfurjas e entrincheirados nas suas paliçadas.

Isto fêz com que a 3 de março de 1687 o Governador da Capitania de Pernambuco João da Cunha Souto Maior assinasse um contrato com o famoso sertanista de S. Paulo, Domingos Jorge Velho, a fim de que êste, com a bandeira de seu comando, então em andanças pelo Nordeste, atacasse e desse cabo do reduto dos Quilombolas. Logo depois deixou o govêrno, porém seu sucessor, o Marquês de Montebelo, D. Antônio Félix Machado da Silva e Castro, a 3 de setembro de 1691, manteve as condições estipuladas, pelas quais a escravaria de novo segura pelos expedicionários paulistas lhes pertenceria como prêsa de guerra, devendo ser vendida no Rio de Janeiro e em Buenos Aires. Êsse contrato foi ratificado por Alvará Régio de 7 de abril de 1693.

Segundo um estudo do erudito Sr. Basílio de Magalhães, Domingos Jorge Velho fôra de S. Paulo para o Nordeste do Brasil a convite de Francisco Dias d'Avila, Chefe da Casa da Tôrre da Bahia, sendo nomeado Mestre de Campo dum Têrço de Paulistas, com o qual ajudou aquela casa na exploração e conquista de parte da Paraíba e do Piauí, levada a efeito entre 1671 e 1674 por Domingos Afonso Sertão. Por um concessão de sesmaria, firmada pelo Governador de Pernambuco, Francisco de Castro Morais, se sabe que foram oficiais dêsse Têrço o Sargento-mor Cristóvão de Mendonça Arrais, os Capitães

Alexandre Jorge da Cruz, Pascoal Leite de Mendonça, Domingos Rodrigues da Silva, Luís da Silveira Pimentel, Simão Jorge Velho, João de Matos, Domingos Luís do Prado, Ajudante Antônio de Souza, Alferes Domingos de Mendonça e Sargento Braz Gonçalves. Diz o mesmo documento, enumerando os serviços dêsses bandeirantes, que Domingos Jorge Velho, à frente de oitenta brancos e 1.300 *arcos do seu gentio*, índios auxiliares ou mamelucos paulistas, *desceu em estado de guerra contra os negros fugidos e rebeldes dos Palmares, que insultavam, invadiam, roubavam, violaram e assasinavam os brancos em tôdas essas capitanias de Pernambuco.*

Êsse Têrço de Paulistas, veio de Piancó, no Piauí, e foi reforçado por outro de Pernambucanos sob o comando de Bernardo Veira de Melo, que se tornaria famoso mais tarde na chamada Guerra dos Mascates e sonharia no Recife uma República *à maneira de Veneza.* As duas fôrças conjugadas atacaram com ímpeto o maior arraial dos quilombolas na Serra da Barriga, denominado Cêrca Grande, e dêle se apoderaram após muitas horas de luta, vencendo desesperada resistência. O combate terminou ao cair da noite, quando, aproveitando a escuridão, o chefe dos negros, o Zombi ou Zumbi, logrou fugir, acompanhado dos principais de seus sequazes. Percebida a fuga, foram êles perseguidos de perto pelos contrários e, perdendo o rumo, se despenharam alguns duma alta ribanceira, sucumbindo no abismo. Outros foram aprisionados e entre êles se encontrava o Zumbi, que os vencedores imediatamente degolaram.

Assim terminou a Tróia Negra e dêsse trágico desfecho nasceu a lenda, que, através dos tempos, se espalhou por todo o Brasil e quase tomou foros de história, a qual dizia que, em companhia dos derradeiros defensores de Palmares, o Zumbi se suicidara diante dos vencedores atônitos, lançando-se do alto duma penha a fundo despenhadeiro. Historiadores antigos e modernos, doutos e conspícuos, como Sebastião da Rocha Pita e Oliveira Martins, aceitaram essa versão fantasiosa dos acontecimentos. O encontro do ofício do Governador de Pernambuco e Capitão-General Caetano de Melo e Castro ao Govêrno Metropolitano, datado de 13 de março de 1695, documento fidedigno e minucioso, restabeleceu de vez a verdade histórica. Narra, de acôrdo com os relatórios dos conquistadores de Palmares, a cena final da fuga, da queda de alguns pretos pela barranca abaixo e do degolamento sumário do Zumbi.

Semelhante exemplo não terminou com os quilombos no Brasil. A sêde de liberdade continuou a formá-los. Tanto assim que, em 1741, um Alvará do Rei mandava marcar a ferro em brasa no rosto com um F (*Fujão*) os escravos nêles apanhados.

Os Padroeiros da Bahia

QUAL o verdadeiro patrono da cidade da Bahia, fundada pelo Governador-Geral Tomé de Souza, a mandado do Grande Rei D. João III, no Ano da Graça de 1549? Muitos brasileiros fazem esta pergunta, quando se lhes diz que não é S. Salvador, como geralmente presumem.

Em 1921, quando se quis oficializar S. Salvador como Padroeiro da Bahia, o historiador Sílio Bocanera Júnior combateu o projeto com estas palavras: "S. Salvador nunca foi patrono desta cidade; nem sequer lhe emprestou o título canônico de seu nome. *Cidade de S. Salvador* é uma erronia que, em barda, vemos escrita nos próprios documentos oficiais, e cometida até por letrados, por isso mesmo mais pecaminosos, porquanto *Cidade do Salvador* é que é o verdadeiro, dado por Tomé de Souza, ao instalar, oficialmente, o govêrno da Bahia. *Cidade do Salvador* lê-se, ademais, nas Bulas Pontifícias, nas Cartas Régias, nas Cartas dos Jesuítas, nos Sermões do Padre Vieira, em crônicas antigas dos nossos credenciados historiógrafos, e nos Têrmos das Vereações ou Atas da Câmara Municipal dos mais remotos tempos coloniais, muitos ainda existentes no Arquivo de nossa Intendência, enfeixados em livros, e bem conservados".

Na verdade, o primeiro bispo do Brasil, D. Pedro Fernandes Sardinha, assinava *Bispo do Salvador* e o segundo Governador-Geral, D. Duarte da Costa, datava as missivas da *Cidade do Salvador*. Todavia as Bulas Pontifícias, acima invocadas, fazem exceção a isso, talvez tendo sido a origem da denominação taxada de errônea, mas repetida pelo tempo além. Na Bula *Super Specula Militantes Ecclesiae* do Papa Júlio III, que, em 1551, nomeou o primeiro bispo do Brasil, lê-se várias vêzes S. Salvador. Na Bula *Inter Pastoralis Officii*, de 1676, que deu à Sé da Bahia prerrogativas de Metropolitana, também se

diz S. Salvador. Como se vê, a Igreja manteve em seus documentos oficiais a tradição que manda preceder o título de Salvador, dado a Jesus Cristo, do qualificativo Santo, respeitoso sinal de fazer Êle parte, como Filho de Deus, da Santíssima Trindade. Profundo estudioso do assunto, o erudito historiador baiano, Cônego Manuel de Aquino Barbosa, assim opina: "Se há motivos para censuras, o alvo não deve ser a Santa Sé, mas o fundador da cidade, que se servindo de um nome da Igreja e desejando honrar o Salvador do Mundo, cuja doutrina constituía um dos maiores motivos para a colonização do Brasil, não soubera empregá-lo e esquecera o qualificativo inseparável dêsse vocábulo que nos lembra o Filho de Deus no desempenho da grande missão que o fizera baixar à terra".

O mesmo historiador define, de acôrdo com as autoridades canônicas, o que sejam o *titular* e o *patrono* ou *padroeiro* dum local. O primeiro, *titulus* ou *oraculum*, em latim, de onde *orago*, quase sempre único, se escolhe no ato da fundação ou bênção dum país, diocese, cidade, freguesia ou igreja, que por êsse nome se distinguem uns dos outros. O *titular* é, pois, a pessoa divina, o mistério, o anjo ou o santo a que se dedicou a criação ou edificação. O *padroeiro*, *patronus*, em latim, é o santo protetor da terra ou edifício, intercessor dos devotos perante Deus. Desta sorte, não podem as Pessoas da Santíssima Trindade servir de patronos, visto como não são intermediários e sim a própria Divindade. Um decreto papal regula, por isso, a eleição, ou escolha, dos padroeiros, que deve ser depois, confirmada ou aprovada pela Sagrada Congregação dos Ritos. Estabelecidas estas distinções, procuremos saber qual o verdadeiro padroeiro da Cidade do Salvador, já que êste é seu legítimo e antigo titular. Afirmemos, em seguida, que absolutamente não é pelas razões expostas o Senhor do Bonfim, cuja devoção é na Bahia muito viva e tradicional. E adiantemos que ali houve três patronos sucessivos.

Combatendo em 1921 o projeto inconstitucional do Vereador Antônio José da Costa Neto, que decretava feriado municipal o dia 6 de agôsto, em homenagem ao *padroeiro da Cidade, S. Salvador*, Sílio Boccanera Júnior, esquecido de que canônicamente o Salvador do Mundo não podia ser investido dêsse atributo ou ignorando isso, baseava-se no velho cronista Frei Jaboatão para declarar único padroeiro Santo Antônio de Arguim, cuja imagem fôra levada, a 23 de agôsto de 1595, em solenissima procissão, da Igreja da Ajuda para o convento

de S. Francisco, "onde teve altar distinto, durante muitos anos, até o dia em que, clandestinamente, dali desapareceu".

No volume I do precioso *Novo Orbe Seráfico Brasílico*, o bom franciscano assim descreve êsse desaparecimento: "No convento foi colocada a imagem no altar do mesmo santo, que era, como em tôdas as nossas igrejas, aonde êle não é titular, da parte da Epístola. Ali permaneceu muitos anos, ainda que não achamos notícia individual até quando, e só uma tradição constante que certo guardião, levado de zêlo indiscreto (quando não fôsse a causa alguma das que aponta um cronista de nossa Ordem), vendo a venerada imagem naquele estado, e parecendo-lhe indecência estar nos altares, ou pelo mutilado dos inimigos ou carcomida do tempo, mandando fazer outra que é a que hoje vemos, dizem uns que a mandara enterrar, outros afirmam que a dera a um devoto, ao que nos inclinamos mais... Ouvimos que João Carneiro de Couros, escrivão proprietário da Câmara Eclesiástica desta cidade, já falecido há alguns anos, falando sôbre esta mesma imagem com o Irmão Frei Francisco da Conceição, religioso leigo, que foi alguns anos enfermeiro desta casa e há muitos é sacristão da igreja, lhe disse que a tinha em seu poder, que por devoção particular a pedira ao prelado, e que não obstante estar a imagem mui derrotada, êle a tinha reformado no melhor modo que pode ser".

De onde viera tão venerada imagem que Jaboatão censura ter sido dada por velha e carcomida a um particular? José Álvares do Amaral, autor do "Resumo Cronológico e Noticioso da Província da Bahia", condensa a documentada narrativa do Frade: "Uma frota de 12 embarcações, tripuladas por indivíduos que professavam a seita luterana, saiu da França em 1595 com destino a se apoderar desta cidade da Bahia, mas, antes que atravessasse o oceano, acometeram os tripulantes o Castelo de Arguim, na pequena ilha sôbre a costa ocidental da África, pertencente a portuguêses, e, depois de praticarem muitas barbaridades, roubaram a imagem de Santo Antônio, que, debaixo de insultos e blasfêmias, embarcaram em um dos seus navios. Assaltados, porém, êstes por violentos temporais, poucos escaparam do naufrágio, e entre êles o que conduzia a imagem, a qual foi, por zombaria, arrojada ao mar na altura do morro de S. Paulo, indo dar à costa nas praias de Itapuã. Francisco Dias d'Ávila, primeiro senhor da Casa da Tôrre de Garcia d'Ávila, pôde haver a imagem, e colocou-a na capela do seu solar, donde, tempo depois, foi levada para a Igreja da Ajuda, e daí para o convento de S. Francisco.

Era Santo Antônio de Arguim considerado o primeiro padroeiro da Cidade da Bahia, e tinha a praça de soldado intertenido na fortaleza da barra até que o Governador D. Rodrigo José de Menezes Castro o elevou ao pôsto de capitão. Por Decreto de 25 de novembro e Patente de 22 de outubro de 1816 foi promovido ao pôsto de tenente-coronel, com o sôldo de sessenta mil-réis mensais, que ainda hoje percebe do cofre geral".

Frei Jaboatão escreve textualmente que "a Câmara e tôda a cidade tomou o santo (Antônio) por padroeiro, e tomou à sua conta a defesa da cidade de tal maneira que, sendo a barra desta Bahia ocupada continuadamente com ladrões franceses, até agora, era de noventa e oito, não aparece ladrão que não dê à costa, ou se vão confusos e desbaratados, sem os moradores nisso gastarem coisa alguma".

Comentando êsses textos, Sílio Boccanera Júnior afirma: "Escolhido Santo Antônio de Arguim por primeiro padroeiro desta cidade, e isso por *eleição da Câmara,* como consta da Ordem do Governador do Estado (do Brasil), lhe fizeram, de logo, voto de perpetuar a memória dos fatos milagrosos sucedidos em uma imagem sua *tôda de prata,* com outras promessas mais; e de tudo isso se olvidaram, e tudo, com o perpassar dos anos, foi ficando no esquecimento; e vai, segundo a opinião de Jaboatão, o justo castigo que sobreveio mais tarde à Bahia, da invasão holandesa em 1624, e outros danos".

Sabe-se ainda que em 1645, a Câmara do Salvador fêz voto perpétuo de comemorar anualmente a Restauração de Pernambuco, se esta se realizasse, e de fundir a imagem de Santo Antônio em prata. Mas outra vez, no decurso do tempo, venceu o esquecimento.

Para Sílio Boccanera Júnior o primeiro padroeiro da Bahia foi Santo Antônio de Arguim, de acôrdo com Frei Jaboatão e os Têrmos da Vereança. O Cônego Manuel de Aquino Barbosa, baseado em documentos incontestáveis, contraria essa opinião, tida e havida geralmente como verdadeira. Em seu belo trabalho "O Titular e o Padroeiro da Cidade do Salvador", apresentado ao Congresso de História da Bahia em 1949, trascreve uma certidão do reitor do Colégio dos Jesuítas, de 18 de dezembro de 1718, da qual consta que "as sagradas cabeças das Onze Mil Virgens, mandadas pelo Padre Geral Francisco de Borja, vieram de Lisboa para a Bahia no galeão S. Lucas, sendo recebidas festivamente a 2 de junho de 1575, dia do Corpo de Deus; que, em 1576, o 3.º Bispo da Bahia, D. Antônio Barreiros, resolveu tomá-las como padroeiras de seu bispado, de-

signando como dia de guarda o 21 de outubro; que o 4.º Bispo, D. Constantino Barradas, tendo suprimido alguns dias santos, manteve aquêle em homenagem às padroeiras do Brasil; que, em 1684, o Padre Alexandre de Gusmão, Reitor do Colégio da Bahia, propôs o caso ao juízo do Arcebispo D. Frei João da Madre de Deus e êste aprovou aquêle dia de guarda pelo mesmo motivo; finalmente, que a Santa Sé confirmou a festa das Santas Virgens.

"A certidão, declara o ilustre historiador baiano, não só confirma a preciosa nota do "Ritual do Arcebispado da Bahia" de que, desde 1576, eram padroeiras do Brasil Santa Úrsula e suas companheiras mártires, mas ainda declara que D. Antônio Barreiros as tomou como padroeiras do bispado da Bahia e mandou que, nesta capital, onde eram veneradas três cabeças daquelas mártires, fôsse guardado o dia 21 de outubro, no qual a Igreja celebra sua festa." O fato é confirmado ainda pelo altar das Onze Mil Virgens na antiga igreja dos jesuítas, hoje catedral, pela tradição da Irmandade das Onze Mil Virgens dos estudantes do Colégio dos Padres, na referência às procissões rogativas feitas a essas mártires, segundo a carta do Padre Henrique Gomes, de 16 de junho de 1614, nas festas tradicionais a que aludem Fernão Cardim e Gregório de Matos.

Santo Antônio de Arguim, segundo o Cônego Barbosa documenta, foi o segundo padroeiro da Bahia, de acôrdo com o que dizem Jaboatão e os documentos que cita. Todavia, talvez por esquecimento das primeiras padroeiras, as Onze Mil Virgens, uma Portaria de 1705 e uma Carta do Senado da Câmara de 1706 chamam-lhe *primeiro padroeiro*. E o referido historiador aponta um terceiro padroeiro para a Cidade do Salvador. É êle S. Francisco Xavier, a cuja intercessão o povo baiano recorreu, em abril de 1686, para que o livrasse da peste conhecida como *mal da bicha*, fazendo voto de tomá-lo como padroeiro. É o que contam o Reitor do Colégio dos Jesuítas da Bahia, Padre Diogo Machado, numa carta, e vários outros documentos.

A peste cessou e o Senado da Câmara pediu ao rei de Portugal permissão para se cumprir o voto popular, a 20 de julho de 1686. Em março do ano seguinte, o Rei D. Pedro II resolveu, conforme diz sua provisão, "aprovar a ereção do padroeiro da Cidade da Bahia no glorioso apóstolo do oriente S. Francisco Xavier, e de haver por válido o voto da Câmara da dita Cidade da Bahia, em nome dos moradores dela".

De acôrdo com as determinações da Cúria Romana, a 31 de março de 1689, a Câmara, a nobreza e o povo da Cidade do

Salvador elegeram por escrutínio secreto o novo padroeiro. A 14 de abril seguinte, convocado na Sé, o clero deu seu consentimento a essa escolha. O Arcebispo D. Frei Manuel da Ressurreição a 16 de abril anunciou o patrocínio de S. Francisco Xavier numa Carta Pastoral. E a procissão do mesmo se fêz a 10 de maio de todos os anos, pelo menos até 1694.

No século XVIII, as procissões cessaram e o padroeiro foi olvidado; mas, em 1754, o Arcebispo D. José Botelho de Matos comunicou o que havia a respeito à Sagrada Congregação dos Ritos, a qual reconheceu ser *S. Salvador, o titular da cidade e S. Francisco Xavier, o padroeiro.* Em conseqüência dessa resolução, à festa do apóstolo do Oriente foi devidamente restaurada no ano de 1755, celebrando-se até 1828, quando de novo caiu em desuso. Em 1855, a epidemia da cólera que devastou a capital baiana fêz com que a população outra vez se recordasse da valiosa proteção do Santo. O Arcebispo D. Romualdo Antônio de Seixas lembrou a invocação de seu auxílio numa pastoral angustiosa e fundou-se, então, uma irmandade para manter o culto do padroeiro, a qual foi instalada, com discurso do prelado, a 16 de setembro daquele malfadado ano.

"A festa e a procissão do padroeiro da cidade voltaram depois ao esquecimento. Esfriou-se o culto a S. Francisco Xavier. Desapareceu a comemoração anual, não conseguindo alcançar os primeiros anos dêste século." O povo é, na verdade, ingrato, só se lembra dos seus santos nas aperturas. Todavia parece que ùltimamente a Bahia outra vez se volta para o seu terceiro padroeiro, sempre solícito em protegê-la dos flagelos que a consumiram.

Uma Cidade Misteriosa no Sertão

UM manuscrito encontrado na Biblioteca Nacional já roído do cupim, e publicado no primeiro tomo da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro leva o seguinte título: "Relação histórica de uma oculta e grande povoação antiquíssima, sem moradores, que se descobriu no ano de 1753". O autor do curiosíssimo documento escreve: "Depois de uma larga e importuna peregrinação, incitados da insaciável cobiça do ouro, e quase perdidos em muitos anos por êste vastíssimo sertão, descobrimos uma cordilheira de montes tão elevados, que pareciam chegar à região etérea, e que serviam de trono ao vento, às mesmas estrêlas; o luzimento que de longe se admirava, principalmente quando o sol fazia impressão no cristal de que era composta, formando uma vista tão grande e agradável, que ninguém daqueles reflexos podia afastar os olhos; entrou a chover antes de entrarmos a registrar esta cristalina maravilha, e víamos sôbre a pedra escalvada correr as águas precipitando-se dos altos rochedos, parecendo-nos como a neve, ferida pelos raios do sol, pelas agradáveis vistas..."

Depois dêsses pretensiosos tropos literários, de cujo fim, felizmente, as sevandijas deram cabo, discorre o autor anônimo: "Abarracados nós, e com o desígnio de retrocedermos, ao dia seguinte, sucedeu correr um negro, andando à lenha, a um veado branco, que viu, e descobriu por êste acaso o caminho entre duas serras, que pareciam cortadas por artifício e não pela natureza: com o alvorôço dessa novidade principiamos a subir, achando muita pedra sôlta e amontoada por onde julgamos ser calçada desfeita com a continuação do tempo. Gastamos boas três horas na subida, porém suave pelos cristais que admiramos, e no cume do monte fizemos alto, do qual, estendendo a vista, vimos em um campo raso maiores demonstrações para a nossa admiração. Divisamos coisa de légua e meia uma povoação grande, persuadindo-nos pelo dilatado da figura ser alguma cidade da côrte do Brasil..."

Foram mandados exploradores à mesma, continua a Relação, os quais voltaram *desenganados*, pois, embora ouvissem cantar os galos, não encontraram ninguém. Guiados por um índio, entraram todos de madrugada pela cidade adentro, devidamente prevenidos e armados. A entrada se fêz por um arco triunfal semelhante ao de Constantino em Roma, com uma porta larga entre duas menores. Não foi possível ler, devido a altura, a epigrafia que coroava o monumento. Seguiram por uma avenida de sobrados iguais e simétricos com terraços de lages ou de ladrilhos requeimados. Visitaram muitas dessas moradias, tôdas elas sem alfaias de espécie alguma, sob cujas abóbadas as vozes ecoavam soturnamente. Ao fim dessa rua, havia uma praça regular, tendo ao centro, sôbre um coluna de granito negro uma estátua de homem, de pé, a mão esquerda pousada na ilharga e a direita apontando o Pólo Norte. A cada canto da praça erguia-se uma agulha, *à imitação das que usavam os romanos.* Quais? Agulhas de pedra com os obeliscos egípcios ou quadrantes solares?

Do lado direito da tal praça, um palácio soberbo, invadido de morcegos, com um baixo-relêvo no pórtico, representando *pessoa de pouca idade, sem barba, com uma banda atravessada e um fraldelim pela cintura.* Debaixo viam-se alguns caracteres epigráficos que o manuscrito reproduz. Do lado esquerdo, erguia-se um templo de *magnífico frontispício,* cheio de efígies e cruzes. Seguiam-se, depois, os restos da cidade sepultados em *grandes e medonhas aberturas da terra* em que não brotava, por entre montões de pedras toscas ou lavradas, uma erva.

Era a cidade banhada por um rio caudaloso, de margens limpas e agradáveis, além do qual se estendiam viçosos campos, plantações de arroz e bandos de patos que se apanhavam com as mãos. Durante três dias desceram o curso de água até chegarem em estrondosa cachoeira, onde a fôrça da correnteza não era menor do que a das *bôcas do decantado* Nilo. Ali o rio se espraiava de tal sorte que parecia o *Grande Oceano.* Ao oriente da catadupa, socavões cuja profundidade foi impossível sondar e em cuja entrada se encontravam vestígios de prata, como tirados das minas deixadas ao tempo. Uma dessas furnas era coberta por grande laje com figuras misteriosas gravadas, que o documento reproduz. No meio dos campos, outro palácio com escadaria de pedras de várias côres e quinze aposentos, além do salão, cada qual com sua bica de água encanada. No pátio, colunatas circulares.

Pelas margens do rio acharam *boa pinta* de ouro e prata; viram andorinhas, morcegos, raposas enormes e ratos de pernas curtas, que não andavam nem corriam, mas saltavam *como pulgas*. Um dos companheiros, afastando-se, deu com uma canoa tripulada por duas pessoas brancas, de cabelos pretos e vestidas à européia, as quais fugiram. Outro chamado João Antônio achou numas ruínas um *dinheiro de ouro, figura esférica, maior que as nossas moedas de seis mil e quatrocentos*, tendo no anverso a imagem dum moço ajoelhado e no reverso um arco, uma coroa e uma seta.

O manuscrito termina desta sorte: "Estas notícias mando a Vm. dêste sertão da Bahia e dos rios Para-oaçu, Una, assentando não darmos parte a pessoa alguma, porque julgamos se despovoarão vilas e arraiais; mas eu a Vm. a dou das minas que temos descoberto, lembrado do muito que lhe devo. Suposto que nossa companhia saiu já um companheiro com pretexto diferente, contudo peço a Vm. largue essas penúrias e venha utilizar-se destas grandezas, usando da indústria de peitar êsse índio, para se fazer perdido e conduzir Vm. para êstes tesouros..."

Não se sabe a quem tenha sido dirigida a curiosa relação, nem qual o seu autor. A única referência certa, além da data, é a do sertão da Bahia, nos Rios Paraguaçu e Una. Nada mais. Pois, apesar disso, o que nêle se encontra foi tomado a sério e, sob os auspícios do Instituto Histórico e o amparo oficial, o Cônego Benigno José de Carvalho e Cunha, que para isso se oferecera, entrou pelo sertão baiano em busca da cidade misteriosa. Em junho de 1844, êle oficiava ao governador da província da Bahia, dizendo que desde o ano anterior, andava naquela busca já *descoroçoado* de achar a tal cidade na margem direita do Paraguaçu e na serra do Cincorá. Levava um roteiro *impresso pelo Instituto* e o combinava com as notícias que obtinha, convencido de que a cidade abandonada estava situada acima do Orobó. E terminava: "Êstes meus cálculos sôbre o lugar da cidade abandonada acabam de ser confirmados por uma testemunha de vista. Indo eu para o Tingá, recebi uma carta de José Rodrigues da Costa da Otinga, na qual me diz que um negro cativo, morador com seu senhor no lugar que chamam Serra do Orobó, que morou anos dentro dos maninhos, se me oferecia para acompanhar, e mostrar o quilombo, onde êle estêve, e a cidade que eu busco: diz êste negro que o quilombo está fora da cidade abandonada, mas perto; que os negros do quilombo aí vão passear aos domingos; e dá tão exata notícia das casas e entrada da cidade, e das estátuas e do rio, que cor-

re defronte, que quadra completamente com o roteiro do Instituto, e com o que eu tinha calculado; mandei chamar o negro, e lhe prometi a alforria, porém o senhor não o deixou vir, e mesmo tendo havido pessoa da Otinga que pretendeu comprar o negro, o senhor não o vende por preço nenhum. Entretanto a minha guia é o rio: terei mais trabalho, mas não deixarei de ter bom resultado. Ha três meses que estou doente, não sei o mais que tem havido a respeito dêste negro; mas haverá 15 dias me instaram na Otinga, para apressar a minha entrada, que tínhamos guia. Se Deus me der saúde, entro depois de S. João".

O crédulo Cônego Benigno desde 1842 procurava aquela miragem, assinalada no documento aliteratado que citamos, sertões adentro. A 23 de janeiro de 1845, dirigia-se mais uma vez ao Tenente-General Soares de Andréa, Governador da Bahia, confessando que, depois de percorrer a Serra do Cincorá e encontrar entre a gente velha dali tradição oral do episódio do veado branco que dera a conhecer aos aventureiros do século XVIII a existência da cidade abandonada, repisa a história do negro que conhecia a tal cidade e pede mais dinheiro. Afirma com solenidade: *"Eu me animo a afirmar a V. Exa. que a cidade está descoberta;* mas para dar com mais brevidade esta gostosa notícia aos sábios do Brasil e da Europa, que estão com os olhos em mim para saber decerto a existência de um monumento de tamanha transcendência para a história dêste país, são necessários socorros, pois num terreno ocupado por negros e feras é-me indispensável entrar com cautela, e gente armada e municiada, e levar mantimentos, porque daqui para dentro não há o que comer..."

Em julho de 1848, Manuel Rodrigues de Oliveira fazia uma comunicação publicada pelo Instituto Histórico, criticando a perambulação sem rumo do Cônego Benigno e assegurando que as indagações deviam partir do local assinalado no manuscrito do século XVIII, a confluência e barra dos rios Paraguaçu e Una. Primeiro, porque ali, onde foi depois plantada a vila de Belmonte se encontraram fragmentos de móveis antiquíssimos, de louças e ferramentas carcomidas, mesmo restos de alicerces e paredes. Segundo, porque dali para o centro, na fazenda Provisão, a 22 léguas de Camamu, se encontravam montículos de ruínas como de antigas ruas, fragmentos de louça pintada, escumalho de ferro, foices, machados e moedas de cobre à romana, tão grandes que delas os meninos faziam rodas de carrinhos. Mais adiante se veria a catadupa assinalada no papel de 1753. Terminava descrendo de que o Cônego Benigno

achasse alguma coisa e assegurando que guardava em segrêdo as suas notícias sôbre o assunto, certo de estar servindo à grandeza do Brasil.

Fêz-se, após êsse comunicado um grande silêncio sôbre a cidade misteriosa do sertão baiano. O Cônego Benigno morreu sem a ter achado. O Sr. Manuel Rodrigues de Oliveira também. Do negro de Otinga que conhecia seu roteiro nem mais notícias. Mas, em 1886, quase 40 anos depois, o Conselheiro Tristão de Alencar Araripe, em sua memória sôbre "Cidades Petrificadas e Inscrições lapidares no Brasil", ainda escrevia: "A existência de cidades abandonadas no interior dos nossos extensos e inexplorados bosques tem sido por vêzes anunciada, e bem conhecemos o empenho com que êste Instituto procurou verificar a notícia dada em um roteiro escrito em 1753 e encontrado na Biblioteca Nacional desta côrte... O Cônego Benigno da Cunha, nosso consócio, hoje falecido, incumbiu-se da investigação e descobrimento da inculcada cidade; nada pôde êle conseguir, queixando-se da falta de recursos para uma indagação completa; e assim continua problemática a existência das ruínas descritas no roteiro".

É mais do que provável que a Relação de 1753 seja mera fábula criada por um sujeito de fértil imaginação dosado de pretensões literárias. Parece mais uma página de Ridder Hagard nas "Minas de Salomão" do que um roteiro de verdade. Até hoje já seria tempo de se ter qualquer notícia das tais ruínas com suas estátuas, praças e epigrafias, se tudo não passasse dum conto *à dormir debout,* história para boi dormir ou lagartixa cair da parede, segundo diz espirituosamente nosso povo.

Uma Vila de Marrocos no Pará

NO Ano da Graça de 1502, aportaram alguns navegantes portuguêses a pequeno pôrto da costa marroquina sôbre o Atlântico, onde levantaram um fortim. Em 1509, edificou-se um castelo naquele local e, após a tomada de Azamor, aos infiéis, o arquiteto João de Castilho lançou os fundamentos da vila que para ali planejara e se chamou Mazagão.

Não se conformaram os mouros com aquela cunha da conquista lusa enfiada no flanco dos territórios sob seu domínio e constantemente a atacaram. Foi até 1562 meio século de assaltos frustrados ou repelidos, graças à energia e destemor dos intrusos. Nesse ano, a situação se tornou mais grave. O Sultão Mulei-Mohamed ou Molei-Hamet, destinado a morrer vitorioso em Alcácer-Quibir, pôs-lhe cêrco à frente de copioso exército. O Capitão-mor da praça, Rui de Souza Carvalho, defendeu-se com bravura sem par durante dois meses, obrigando os inimigos a se retirarem.

Isso, porém, não pôs fim à luta entre muçulmanos e cristãos naquele minguado trato dos areais africanos. Durante os séculos XVI, XVII e XVIII, os Governadores D. Jorge de Mascarenhas, Antônio de Miranda Henriques, João Jacques de Magalhães e Bernardo Pereira Berredo defenderam Mazagão tenazmente dos constantes assaltos da mourisma.

Em 1768, cercavam os marroquinos mais uma vez aquêle baluarte do além-mar em África, quando o Marquês de Pombal entendendo que a posição não merecia os sacrifícios que por ela já se tinham feito e ainda se estavam fazendo, deu ordem ao seu derradeiro governador, o bravo Diniz Gregório de Melo e Castro, que a evacuasse, o que se realizou no mês de março de 1769. O interessante é que a população lusa da cidade, na qual inúmeras pessoas havia ali mesmo nascidas, não foi recolhida pelo poderoso ministro de D. José I às terras do reino, senão temporàriamente, para ser mais tarde enviada a povoar uma parte do Brasil.

Na seção de manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, conserva-se o original da comunicação a respeito feita pelo Secretário de Estado dos Negócios Ultramarinos, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, a 16 de março de 1769, ao Governador e Capitão-General da Capitania do Grão-Pará, Fernando da Costa de Ataíde Teive. O precioso documento diz o seguinte: "Havendo S. Majestade há muitos anos conhecido o quanto inútil era sustentar a Praça de Mazagão, e a grande despesa, que era obrigado a fazer para a sustentar, e não se seguindo fruto algum do Cristianismo; porque era impossível o propagar-se por aquela porta, pelo ódio irreconciliável, que aquêles bárbaros conservavam aos moradores da mesma praça, por cuja causa também não podia fazer progresso algum o comércio, e em conseqüência acharem-se aquêles miseráveis moradores condenados a uma perpétua penúria, sendo-lhes necessários, até para terem uma pouca de lenha, arriscarem as vidas, como todos os dias estava sucedendo. E tendo S. Majestade na sua real consideração todos êstes objetos, tinha resoluto, que se largasse a dita Praça aos Mouros, debaixo de certa negociação, em que se trabalhava. A ela se antecipou o Imperador de Marrocos, fazendo-lhe um sítio formal com um exército de setenta mil combatentes, e todos os instrumentos de expugnação, de que se necessita em semelhantes ocasiões. Chegando aquela notícia a esta Côrte, resolveu El Rei Nosso Senhor, que se apresentassem três naus de guerra, e os navios de transporte competentes, para transportarem aquêles moradores a êste pôrto. Assim se executou, depois de haverem sofrido o sítio mês e meio, e das bombas haverem reduzido a ruínas quase tôdas as casas daquela pequena Praça. Devendo aproveitar-se tôdas estas famílias, resolveu S. Majestade, que fôssem transportadas para êsse Continente; e manda expedir êste aviso a Vi S.ª a fim de fazer tôdas as disposições, que julgar precisas, para aí receber duas mil até duas mil e duzentas pessoas, a cujo fim deve V. S.ª ter prevenido mantimentos, e os cômodos necessários. Com estas famílias ordena El Rei Nosso Senhor, que se estabeleça uma nova povoação na costa setentrional das Amazonas, para se darem as mãos com o Macapá, e com a Vila Vistosa. Entre os rios, que vêm por aquela parte buscar as Amazonas, lembra o Mutuacá, o qual, tendo campos capazes de gado e criações, parece o mais próprio, mas sempre será necessário que V. S.ª mande explorar por pessoas capazes, que possam bem conhecer a terra, se é capaz de criações e produzir frutos, para que os nossos moradores vivam em abundância, para

se tirarem para sempre da miséria, em que nascerão, e se criarão. Se, porém, não acharem estas qualidades nas margens daquele rio, os exploradores, que V. S.ª mandou àquela diligência, poderão escolher outro qualquer dos que desaguam nas ditas Amazonas por aquela margem setentrional, que mais a propósito lhe parecer para êste utilíssimo estabelecimento; contemplando porém muito a pureza dos ares; porque a caridade, e as positivas ordens de S. Majestade recomendam a saúde destas miseráveis gentes. Devendo sair daqui dentro de 15 dias a maior parte dêste transporte, fia S. Majestade do cuidado e zêlo de V. S.ª que não perderá um instante em dar todos as providências, que lhe parecerem necessárias, a fim de que em chegando os novos hóspedes, não experimentem necessidade alguma. Pelos navios do transporte, receberá V. S.ª uma competente soma de dinheiro, para pagamentos, e ficar girando nessa cidade. Nos ditos transportes irão as ferramentas, e as armas necessárias, para se municiarem os povoadores na forma, que até agora se tem praticado com os mais..."

Desta sorte, 340 famílias portuguêsas de Mazagão, em Marrocos, numerando 1022 indivíduos de tôdas as idades e dos dois sexos, foram trazidas de Lisboa em janeiro de 1770, para Belém do Pará, nos navios "Sant'Ana", "S. Joaquim" e "S. Francisco Xavier". O Capitão Inácio de Castro Morais Sarmento, obedecendo às ordens do governador da capitania, demarcou o local da nova vila de Mazagão e traçou sua planta, à margem do rio Mutuacá, conforme sugeria o govêrno de Portugal. Posteriormente, o projeto foi ligeiramente modificado pelo engenheiro italiano Domingos Sambuceti. E, afinal, em junho de 1771, o Sargento-mor Bernardo Toscano de Vasconcelos, sucessor do Capitão Morais Sarmento, começou a instalação dos emigrantes da África nas casas de taipa que ia levantando.

Das 340 famílias retiradas por ordem do Marquês de Pombal da costa marroquina sòmente 163 se fixaram na nova Mazagão. As restantes permaneceram em Belém ou procuraram agenciar sua vida em outras localidades como Macapá ou a depois extinta Vila Vistosa de Madre de Deus do Anauerapucu. O poder municipal da recente povoação começou a funcionar com o Senado da Câmara em setembro de 1771. Dêle foi primeiro Juiz Ordinário o luso-marroquino João Fróis de Brito, celebrizado na história colonial paraense por sua feroz desavença com o Sargento-mor Bernardo Toscano de Vasconcelos. Daí ânimos exaltados e lutas que apazigou o substituto de Vasconcelos, Sargento-mor Manuel da Gama Lôbo de Almeida.

A construção da vila prosseguiu ininterruptamente até 1775. Em 1772, existiam 134 casas de moradia. Na última data, seu número provàvelmente já devia atingir a casa de 200. No Arquivo Público de Belém do Pará se encontra a "Relação das famílias que vão estabelecer-se por ordem de S. Majestade, e rateio do que o mesmo Sr. lhes manda pagar na cidade de Belém do Grão-Pará pelos Adms. da Comp. Geral em escravos, e fazendas pelos preços correntes por conta dos soldos, tenças, moradias, e alvarás que vencerão na Praça de Mazagão". Por êsse precioso documento se conhecem os nomes dos chefes das famílias emigradas, suas mulheres, filhos e demais parentes, bem como os ordenados que venciam, se exerciam funções públicas, e as indenizações ou auxílios que receberam. Havia entre êsses retirantes da África oficiais de infantaria e cavalaria, cirurgiões, empregados do Estado, escrivães, soldados, artífices, artilheiros, feridos e estropeados da guerra, viúvas e domésticas.

Sem dúvida, a transposição através do Atlântico, de tôda a população duma vila portuguêsa de Marrocos para as terras brasileiras, a fim de povoar nova vila com o mesmo nome nas regiões da Amazônia, se encontra símiles na história dos povos antigos, decerto é única nos anais do continente americano. No episódio mais uma vez se depara a vontade férrea de Pombal: êle extingue com um traço de pena a gloriosa Mazagão africana e cria no Pará uma nova Mazagão.

A Pesca da Baleia no Rio de Janeiro

NO seu poema "Caramuru", Santa Rita Durão descreve a pesca da baleia nas costas da Bahia. De fato, as baleias austrais freqüentaram seguidamente as águas territoriais brasileiras, de junho a outubro, até começos do século XIX, quando desapareceram quase, em conseqüência da perseguição que lhes foi feita. Um dos lugares preferidos pelas baleias era, o que muito pouca gente sabe, a baía do Rio de Janeiro, na qual se realizaram grandes pescarias dêsses valiosos cetáceos e houve mesmo estabelecimentos para a exploração dos seus produtos.

Em seu famoso livro *Histórico duma Viagem à Terra do Brasil,* o francês João de Lery, companheiro de aventuras de Villegaignon, refere-se a uma enorme baleia que encalhou na praia de Cabo Frio e às que freqüentavam as águas mansas da baía: "... horríveis e espantosas baleias, as quais, mostrando-nos diàriamente as grandes barbatanas fora dágua e folgando neste vasto e profundo rio, aproximavam-se tanto que as podíamos alcançar com tiros de arcabuz". O cronista francês do século XVI, que ainda denomina a nossa maravilhosa baía Rio de Geneure (Janeiro) ou Rio de Guanabara, não nos informa se os franceses pescaram ou mataram algumas vêzes essas baleias. Todavia essa pesca, segundo se sabe, deve ter começado no fim do século XVII, muito depois da expulsão dos mesmos franceses.

O nome de Ponta da Armação em Niterói é o derradeiro vestígio das pescarias de baleias, que regularmente se efetuavam outrora na Baía de Guanabara. Chama-se *armação* em português ao estaleiro destinado a receber as baleias arpoadas, a fim de serem devidamente esfoladas e tratadas, extraindo-se o seu azeite. Perto da capital da Bahia, há também uma Armação.

O referido local em Niterói era conhecido como a Armação de S. Domingos e para êle eram levadas as baleias arpoadas dentro da Guanabara ou nas redondezas do mar. A praia cha-

mada do Arpoador, além de Copacabana, relembra também a pesca das baleias fora da barra.

O primeiro estabelecimento para a extração do azeite da baleia no Rio de Janeiro foi montado atrás da antiga Alfândega por Braz de Pina, 1.º contratador das baleias e proprietário de imenso latifúndio mais para o fundo da baía, nos atuais subúrbios da Leopoldina, onde se conserva uma estação ferroviária com seu nome. Foi êsse Braz de Pina quem construiu o chamado Cais dos Mineiros, ao fim da atual Rua Visconde de Inhaúma. Ali, embarcavam viajantes e mercadorias destinadas a Suruí e Magé, por onde se atingia Minas através da Serra da Estrêla. A Rua do General Câmara, que desapareceu com a abertura da Avenida Getúlio Vargas, chamada em outros tempos do Sabão e do Bom Jesus, teve, por começar no estabelecimento ou armação de Braz de Pina, o nome de Rua do Azeite do Peixe. Êsse azeite era consumido na iluminação pública e particular da cidade. A construção de novo edifício para a Alfândega obrigou o Contratador das Baleias a mudar sua fábrica para o outro lado da baía. Isto foi mais ou menos em meados do século XVIII.

Braz de Pina conservou-se na posse do contrato das baleias e do azeite até o ano de 1765, quando foi adjudicado a Pedro Quintela. Sabe-se que até 1791 a produção anual do azeite de baleia no Rio de Janeiro orçava em média por 734 pipas. Em 1801, o Govêrno resolveu não mais pôr em hasta pública o contrato da pesca de baleia e produção do azeite. Avocou o negócio. Encampou, como hoje se diz. As conseqüências eram inevitáveis: desorganização, madraçaria e prejuízos. Assim, em 1816, a exploração dessa riqueza foi novamente entregue à iniciativa particular. Mas, infelizmente, ela já ia por águas abaixo.

As pescarias de baleias no Rio e na Bahia foram decaindo ràpidamente de ano para ano, de tal modo que, quando se proclamou a independência, não se pescavam mais os grandes cetáceos nas águas da Guanabara. O Govêrno Imperial apoderou-se dos galpões e edifícios da Armação de S. Domingos, dêles fazendo depósitos de emigrantes. Em 1831, a Regência do Império mandou proceder a rigoroso inventário dos mesmos e seus pertences, o qual atingiu a soma, importantíssima para a época, de 122 contos de réis ou 122 mil cruzeiros. Venderam-se em 1834 os utensílios da fabricação do azeite. A Antônio Francisco de Paula e Holanda Cavalcanti de Albuquerque, visconde dêste nome, conselheiro de Estado, senador em 1838 e

ministro da Fazenda em 1829 e 1831, bem como de outras pastas em outros gabinetes, foi, em 1835, aforada parte do terreno em que se erguiam as antigas instalações de Braz de Pina. Enfim, em 1866 localizou-se na Ponta da Armação um Laboratório Pirotécnico. Nos dias da República, sob o govêrno do Marechal Floriano Peixoto, o local se tornou célebre por sangrento combate entre as fôrças legais colhidas de surprêsa à noite e os marinheiros desembarcados da esquadra revoltada pelos Almirantes Custódio José de Melo e Saldanha da Gama.

A prova de que nossos mares eram em tempos antigos muito freqüentados pelas baleias austrais é que ainda hoje se encontram uma vez por outra êsses cetáceos nas nossas costas, entre Cabo Frio e os Abrolhos, principalmente. Todos os que viajam por mar para o Norte do país sabem disso.

Possui o Museu Histórico um painel oval a óleo do século XVIII, em que a pesca das baleias na Guanabara se acha admiràvelmente documentada. Obra certamente de Leandro Joaquim, ornava um dos pavilhões do antigo Passeio Público. Vêem-se os navios baleeiros ancorados e com os mastaréus descidos, as baleeiras e remos percorrendo as águas em perseguição dos monstros marinhos, êstes arpoados e feridos, esguinchando sangue, outros mortos, rebocados para a Armação de S. Domingos. Os pormenores dêsse quadro são fidelíssimos, apesar da ingenuidade de sua técnica e execução. Nenhum documento, porém, da pesca de baleias no Rio de Janeiro, pode superá-lo.

O Misterioso Ermitão de Minas Gerais

NA segunda metade do século XVIII, um ermitão misterioso apareceu nas solidões da Serra de Nossa Senhora da Piedade, nos arredores de Sabará, em Minas Gerais. Pouco tempo depois, mudou-se para a Serra de Nossa Senhora Mãe dos Homens, mais adiante, também denominada Serra do Caraça. Era um homem de mais de 40 anos, que se apoiava num grande bastão de jacarandá, vivia frugalmente de esmolas e se denominava Irmão Lourenço de Nossa Senhora.

Êsse personagem, hoje quase lendário, possuía de seu a soma de 8 mil cruzados, angariou auxílios e esmolas pela redondeza, adquiriu datas de terras e nelas erigiu no ano de 1774 uma capela, que aparelhou devidamente para o culto divino e à qual doou tudo quanto conseguira ajuntar. Anos após, ao Príncipe Regente D. João, requereu a confirmação da cessão daquela sesmaria e a autorização para a vinda de missionários, que habitariam nos cômodos construídos ao pé da capela de Nossa Senhora Mãe dos Homens por êle levantada. O príncipe regente pediu informações às autoridades civis e religiosas de Minas Gerais em 1802 e 1804. Algumas opinaram a favor do que o Irmão Lourenço requerera e outras contra. As delongas burocráticas fizeram com que o caso não tivesse solução até 1819, quando, na idade de 94 anos, o misterioso ermitão veio a falecer.

Era, então, o príncipe regente rei sob o nome de D. João VI e se achava no Brasil. O Irmão Lourenço legou-lhe as terras e as construções que fizera, bem como os gados e escravos que pertenciam à sua fundação religiosa. O rei mandou vir missionários da Congregação de S. Vicente de Paulo e lhes transferiu aquêles bens. Fundou-se, assim, naquelas montanhas mineiras um estabelecimento de educação que se tornaria célebre na história do nosso país, o Colégio do Caraça, cuja influência educadora se espargiu pelos rincões mineiros, desde Congonhas

do Campo até Farinha Podre, hoje chamada Uberaba. Êsse colégio, onde se processavam admiráveis estudos clássicos, que fazia alarde de sua profunda latinidade, atravessou períodos triunfais e outros de esmorecimento ou decadência, tendo por êle passado muitas gerações de mineiros, do seio das quais se elevaram figuras da maior grandeza moral e intelectual.

Em 1854, estabeleceram um Seminário no Caraça e êste quase absorveu o velho colégio, que, todavia, foi restaurado em 1857 e continuou a educar e instruir a mocidade mineira. Seu majestoso edifício, ao gôsto do século XVIII, com o templo da Mãe dos Homens dividindo as alas da grande fachada em partes iguais, domina o vasto cenário montanhês, que produz no visitante profunda emoção. Era ali que vinham outrora os romeiros de tôda parte das Minas Gerais cheios de fé, em busca de consôlo espiritual.

Mas quem seria êsse misterioso ermitão que, em 1817, o naturalista Saint-Hilaire encontrara nos corredores do Caraça como "uma sombra vaga", de voz apagada pela idade quase centenária, a quem alguns dos governadores da capitania tinham em outros tempos testemunhado a maior consideração? "Sua fronte curvava-se para o peito; mas seus olhos revelavam ainda o fogo que outrora os animou", diz o viajante francês e acrescenta: "Suspeita-se que ele pertencesse a uma familia condenada por crime de alta traição, quando governava o Marquês de Pombal".

Procuremos resolver o enigma dêsse ermitão mineiro aqui esboçado por Saint-Hilaire. Leônidas Marcondes, Diretor da Instrução Pública de Minas, que visitou o Colégio do Caraça em 1877, numa notícia que, a propósito dessa visita, publicou no jornal "Atualidade", a 22 de maio de 1880, afirma: "O que se aceitou como mais verossímil, como mais provável, é que êsse personagem era algum membro da família dos Távoras que, comprometido na conspiração por êles urdida em Portugal contra o Marquês de Pombal, se asilara incógnito nestas solidões hospitaleiras, temendo a cólera do Richelieu português. Como quer que seja, o Irmão Lourenço, que assim o chamava o povo, em pouco encheu os arredores com a fama de sua piedade, de sua devoção e de sua austeridade, e, graças à fascinação de suas virtudes eremitérias, para logo erigiu aqui um templo sob a invocação de Nossa Senhora Mãe dos Homens. De longínquos pontos acudiram os devotos; choveram os donativos; instituiu-se a romaria".

Por sua vez, o historiador Xavier da Veiga revela, de acôrdo com o que corria entre o povo, o segrêdo pessoal do ermitão: "É tradição que o ermitão Lourenço de Nossa Senhora não era outro senão D. Carlos de Mendonça Távora, membro dessa desgraçadíssima família, tão atrozmente perseguida e vitimada pelo Marquês de Pombal, e que conseguiria escapar ao processo bárbaro e à vigilância ou indagações da Polícia".

De fato, o processo, prisão e execução dos diversos membros da família dos Távoras se realizaram em Lisboa após o atentado de 3 de setembro de 1758 contra o Rei D. José I e o ermitão surge nos arredores de Sabará, primeiro lugar em que sua presença é assinalada, alguns anos após essa data, e adquire a sesmaria do Caraça a 24 de março de 1774. Cronològicamente, pois, nada se opõe ao que diz sôbre êle a tradição colhida pelos historiadores citados.

Na noite de 3 de setembro de 1758, D. José I saiu do Paço da Ajuda, na companhia de seu confidente, o Sargento-mor Pedro Teixeira, ao que se diz para uma aventura amorosa. De volta, às 11 horas, ao chegarem de sege à porta da Quinta de Baixo, na travessa do Guarda-mor da Saúde, por onde deviam entrar, os dois notívagos acharam a fechadura entupida, mas conseguiram limpá-la, abrir a porta e continuar o caminho na carruagem. Na altura do arco da chamada Quinta do Meio, três embuçados a cavalo disparam tiros sôbre a sege, o cocheiro fustigou a parelha e correu a tôda brida. Adiante, outros cavaleiros descarregaram os trabucos com grossa munição sôbre a viatura. O rei ficou gravemente ferido. O Sargento-mor Pedro Teixeira e o boleeiro Custódio da Costa também foram atingidos pelos tiros; mas levaram o soberano à casa do cirurgião-mor Antônio Soares Brandão, na Junqueira, onde se lhe fizeram em segrêdo os curativos. A metralha da trabucada dilacerara as carnes reais na omoplata direita, no ombro, no braço, no cotovêlo e no peito do mesmo lado.

Eram do domínio público os amôres de D. José e da Marquesa nova dos Távoras, D. Teresa, e correu a atoarda de que o rei regressava de seus braços, quando a nobre família ofendida lhe pôs as duas emboscadas noturnas. A côrte guardou silêncio sôbre o caso; mas o estado do monarca era tão grave que a rainha teve de assumir a regência do reino.

A 13 de dezembro de 1758, veio a público a devassa que o Marquês de Pombal, Ministro todo-poderoso, mandara proceder contra certo número dos maiores fidalgos do país como implicados naquele *horroroso e sacrílego insulto* à pessoa sagrada do

rei. Imediatamente, as tropas cercaram os solares dos Távoras e dos Atouguias, bem como tôdas as casas conventuais dos jesuítas. O velho Marquês de Távora, Francisco de Assis, General de Cavalaria e antigo, vice-rei da Índia, foi recolhido ao Pátio dos Bichos, em Belém. O marquês novo, Luiz Bernardo, seu irmão José Maria, seus cunhados Jerônimo de Ataíde, Conde de Atouguia, e João de Almeida Portugal, Marquês de Alorna, foram metidos no Forte da Junqueira. As prisões se faziam ao mesmo tempo em outros lugares. No solar de Azeitão, eram aprisionados o Duque de Aveiro, D. José de Mascarenhas, e seu sobrinho Martinho, Marquês de Gouveia; em Chaves, um irmão do Marquês de Távora, D. João; e mais os Condes de Óbidos, de Vila Nova e da Ribeira Grande, o Desembargador Antônio da Cunha Freire, os serviçais de tôda essa gente, e alguns padres da Companhia de Jesus.

Não escaparam as mulheres, que foram recolhidas a vários conventos: a Marquesa D. Leonor de Távora, a Duquesa de Aveiro, a Condêssa de Atouguia, a Marquesa de Alorna e a própria D. Teresa de Távora que se dizia ser amante do rei.

A instrução do processo foi feita pelos próprios Secretários de Estado: o Marquês de Pombal, D. Luís da Cunha e Tomás da Costa com os interrogatórios presididos por um juiz da Inconfidência expressamente nomeado o Dr. Pedro Gonçalves Cordeiro Pereira. O processo se fêz secretamente e só a sentença devia ser pública. À Junta da Inconfidência ou Tribunal Julgador nomeada a 4 de janeiro de 1754 cabia sòmente provar o ato criminoso sem averiguar suas causas pronunciando, em conseqüência, seu veredicto. O sigilo sôbre as causas era exigido pelo decôro régio.

O Duque de Aveiro figura no processo como o chefe da conjura e o organizador do atentado, comprando cavalos, arranjando os sicários, preparando as emboscadas e nelas tomando parte de bacamarte em punho, com *temerária, sacrílega e implacável ira.* Correu que D. Teresa de Távora fôra quem o delatara ao soberano. E êle acabou tudo confessando.

Os réus foram defendidos pelo Desembargador Tavares Siqueira; mas a Junta os condenou por sentença de 19 de janeiro de 1759: o Duque de Aveiro e o velho Marquês de Távora a serem *rompidos vivos* a golpes de maça, expostos numa roda e queimados com todo o cadafalso; Luís Bernardo de Távora, José Maria de Távora, Jerônimo de Ataíde, Braz José Romeiro, João Miguel e Manuel Álvares, êstes três últimos seus asseclas, ao

rompimento, estrangulamento e queimamento, sendo as cinzas lançadas ao mar; os sicários Antônio Álvares Ferreira e José Policarpo de Azevedo a enforcamento e fogueira; a Marquesa D. Leonor à decapitação na praça pública; todos os réus perderam os bens confiscados pela Fazenda Real.

Mas um dêles que logrou fugir aos primeiros rebates da perseguição, José Policarpo de Azevedo, nunca pôde ser encontrado pela Justiça, apesar de todos os esforços e diligências feitos. Os juízes o declaram *banido* e ofereceram os prêmios a quem o prendesse, de 10 mil cruzados no reino e de 20 mil fora dêste.

As bárbaras execuções da feroz vingança se realizaram em Belém, no local denominado hoje o Chão Salgado, durante 9 horas de horrendos espetáculos, no dia 13 de janeiro de 1759. A Duquesa do Aveiro e a Condêssa de Atouguia foram encerrados nos conventos do Rato e de Marvila. No primeiro dêsses mosteiros, faleceu anos mais tarde, esquecida de seu real amante, a leviana D. Teresa de Távora e Lorena, irmã do Marquês de Távora e espôsa de seu sobrinho D. Luís. Outros acusados permaneceram nas masmorras longo tempo, sem culpa formada. Deram-se buscas nas casas dos jesuítas e seqüestraram-se seus bens, que, com surprêsa geral em face do alardo de suas riquezas, não passavam de utensílios do culto e livros. Dos padres que foram encarcerados sòmente um sofreu morte ignominiosa no cadafalso, após 9 meses nos cárceres do Santo Ofício, a 20 de setembro de 1761, sendo garroteado e queimado no Rossio. Espalharam, depois, ao vento as suas cinzas. Foi êle o infeliz Gabriel Malagrida, que estivera antes no Estado do Maranhão.

O ermitão que fundou o Caraça em Minas Gerais era, segundo a tradição oral, um remanscente dessa imensa tragédia que aniquilou a mais alta nobreza de Portugal e deu ensejo a Sebastião José de Carvalho, Conde de Oeiras e Marquês de Pombal, a exercer o domínio absoluto e a substituir o ensino religioso dos jesuítas pelo ensino oficial, primeiro passo para o ensino leigo, que viria a seu tempo. Seria êsse ermitão, como escreve Xavier da Veiga, D. Carlos de Mendonça Távora, parente dos derradeiros Marqueses de Távora, cujo nome se não encontra no processo ou seria aquêle José Policarpo de Azevedo, procurado como agulha em palheiro nas terras de Portugal pela Justiça do rei, cuja cabeça valia de 10 a 20 mil cruzados?

Segundo estudos mais recentes e documentados, essas teses lendárias desabam ao sôpro da história. O ermitão não seria

nem um nem outro, mas pessoa de família obscura do Norte de Portugal. A história mata as lendas, mas não consegue apagar o seu perfume, que, às vêzes, mais do que ela resiste à crueldade assassina e implacável do tempo.

A Casa de Marília de Dirceu

A CASA tida como sendo a de Marília de Dirceu, noiva do inconfidente Tomás Antônio Gonzaga, sempre foi uma antiga vivenda a cavaleiro do chamado Largo do Dirceu, no Bairro de Antônio Dias, na velha cidade de Ouro Prêto. Ela se elevava ao fim de pequena rampa empedrada, após um chafariz de carrancas restaurado pela Inspetoria de Monumentos Nacionais, quando existia.

Pouco a pouco essa mansão histórica, abandonada aos estragos das intempéries, foi-se arruinando, sem que alguém a defendesse, até consumar-se sua completa destruição.

O próprio Tomás Antônio Gonzaga indicava a posição da casa de sua noiva a quem entrasse na cidade e a percorresse, vindo do alto das Cabeças:

Entra nessa grande terra,
Passa a primeira ponte,
Passa a segunda, a terceira;
Tem um palácio defronte.

D. Maria Dorotéia Joaquina de Seixas habitava na verdade a espaçosa mansão do bairro de Antônio Dias, de cuja terceira janela avistava o noivo, conforme descreve Diogo de Vasconcelos, que se postava na última sacada da Ouvidoria, onde morava. A propósito dêsse namôro a distância, Mário de Lima escreveu: "Surpreenderemos Gonzaga à varanda do seu casarão, a bordar versos e a entretecer bordados para a veste nupcial de Marília bela ou escutaremos as *conversas da ponte,* cheias de maledicência..."

Todos os que escreverem sôbre a venerável cidade mineira sempre se referiram àquele edifício singelo e vasto, de biqueira, que se erguia acima da pequena esplanada dominadora da famosa ponte romana como sendo a verdadeira residência da noiva

de Gonzaga. A tradição local apontava-a como tal. E, depois que ela foi posta criminosamente abaixo, um notável homem de letras mineiro enviou sua chave dentro dum estôjo à Academia Brasileira. Tudo isso corroborado pela opinião de Joaquim Norberto e Lúcio dos Santos.

A casa de Marília foi derrubada, quando prefeito municipal de Ouro Prêto o Dr. Baeta Neves, de 1927 a 1928, construindo-se em seu lugar um prédio no pavoroso estilo denominado falsamente colonial, para servir de Grupo Escolar. Dizia o Dr. Boeta Neves, para justificar a demolição condenada por muita gente, que aquela absolutamente nunca fôra a casa de Marília, mas sim a residência do Barão do Ouro Branco, João José de Magalhães, Coronel da Guarda Nacional, falecido a 2 de junho de 1888. E o engenheiro Jerson Dias, encarregado da demolição, afirmava ter encontrado nas ripas e madeiramentos pregos de fabricação mecânica, que não existiam na época colonial, quando sòmente se usavam os feitos na forja. As provas, porém, dessas asserções nunca foram apresentadas.

A triste verdade é que o antigo prédio ouropretano, considerado tradicionalmente como residência de D. Maria Dorotéia Joaquina de Seixas, foi pôsto abaixo antes que a antiga capital das Minas fôsse considerada monumento nacional. Infelizmente.

Nêle viveu até 9 de fevereiro de 1853, data de seu falecimento, na avançada idade de 86 anos, D. Maria Dorotéia Joaquina de Seixas, que as "Lyras" de seu noivo, o desembargador inconfidente Tomás Antônio Gonzaga chamavam Marília de Dirceu. Nunca se casou. Seu corpo foi sepultado na matriz do bairro de Antônio Dias, que fica em frente do local onde outrora se elevava a residência senhorial de seus pais, Baltasar João Mayrink e D. Maria Dorotéia Joaquina de Seixas.

Tendo Marília de Dirceu morrido em 1853, é possível que sua casa de moradia haja passado para a propriedade do Barão de Ouro Branco, que faleceu em 1888. Entre essas duas datas decorrem 35 anos, tempo suficiente para novas gerações acreditarem numa tradição mais recente. Decerto foi isso o que ocorreu em Ouro Prêto em relação à Casa de Marília. Também o fato de serem encontrados pregos modernos no telhado dessa mansão não implica a certeza de não ter sido ela da noiva de Gonzaga. Proprietários ou locatários que lhe sucederam na posse do imóvel poderiam ter mandado substituir o antigo te-

lhado, talvez danificado pela ação do tempo, e daí novas têrças, novos caibros e novas ripas exigindo pregos de uso corrente.

A verdade é que nenhuma desculpa diminui a gravidade do crime cometido com a destruição da Casa de Marília de Dirceu em Ouro Prêto.

O Meteorito do Bendegó

JOAQUIM da Mota Botelho, que em 1815 foi mesário da Irmandade do Senhor dos Passos de Monte Santo, antigo Pico Arassu, no sertão da Bahia, comunicou no ano de 1784 a D. Rodrigo José de Menezes, governador daquela capitania, ter encontrado sôbre um serrote, ao pé do riacho Bendegó, uma "pedra extraordinária", que lhe parecia conter ouro e prata. No ano seguinte, 1785, o referido governador ordenou ao Capitão-mor do Itapicuru, Bernardo Carvalho da Cunha, providenciasse para o transporte daquela pedra ao pôrto de mar mais próximo, a fim de que dali viesse por mar para a cidade do Salvador, o que seria mais fácil do que por terra.

Bernardo Carvalho da Cunha mandou construir uma estrada calçada de pedra do riacho Bendegó ao rio Vasa Barris ou Irapiranga, onde o mesmo deságua, e um grande carrerão de rijas madeiras, que devia ser puxado por doze juntas de bois, para que o pesadíssimo bloco pudesse ser levado por água e terra até Aracaju, pôrto mais próximo da capital bahiana. Montou-se com grandes esforços a pedra sôbre o carretão; mas, na descida do serrote, não houve como travá-lo e se lançou a tôda velocidade ladeira abaixo. Os eixos de madeira das rodas pegaram fogo com o atrito e a pedra tombou à mergem do riacho Bendegó.

D. Rodrigo José de Menezes comunicou a malograda tentativa de transporte ao Ministro de Estado, Martinho de Melo Castro, em Lisboa, enviando-lhe, ao mesmo tempo, algumas amostras da referida pedra, a fim de serem examinadas por pessoas entendidas.

Nunca mais se tratou do assunto até que, em 1810, A. F. Mornay, enviado pelo governador da Bahia para estudar as fontes minerais do sertão da Província, ouviu referências à "pedra extraordinária", que continha ouro e prata. Suspeitou logo tratar-se dum meteorito e decidiu examiná-la, seguindo para a região de Monte Santo, guiado por aquêle mesmo Joaquim da

Mota Botelho, que a tinha encontrado. Encontrou o pesadíssimo bloco ainda sôbre os restos de madeiros do carretão queimado e desconjuntado, verificando estar em presença dum meteorito, "composto de ferro metálico".

Tirou dêle com grande dificuldade um fragmento do pêso de alguns quilos, que enviou com um relatório ao Dr. Wollaston, Secretário da Real Sociedade de Londres, o qual foi lido na sessão da mesma, em 16 de maio de 1816 e publicado imediatamente no "Philosophical Transactions". Segundo as medidas tomadas por Mornay, o meteorito se apresentava, então, com as seguintes dimensões: 7 pés de comprimento, 4 de maior largura e 2 de maior espessura, com o pêso de 14.000 libras e massa de 28 pés cúbicos. O Dr. Wollaston analisou a amostra e lhe deu a seguinte composição: 95,1 % de ferro, 3,9 % de níquel e 1 % de diversos outros metais.

Felisberto Caldeira Brant, mais tarde Marquês de Barbacena, então Brigadeiro do Real Exército, examinou-o *in loco* em 1811, e fêz nova tentativa para arrancá-lo da margem do riacho e transportá-lo, nada conseguindo. Em 1820, os grandes naturalistas Spix e Martius dirigiram-se àquele local e encontraram a pedra profundamente enterrada no solo. Calcularam seu pêso em 21 mil libras e arrancaram dela com a maior dificuldade duas amostras, visto como as partes salientes, as excrescências, mais fáceis de tirar, tinham sido levadas nas amostras anteriores e mesmo pelo povo que as tomava como lembrança. Os fragmentos remetidos para a Europa por Spix e Martius foram analisados por Fickentscher, que apresentou êste resultado: 91,90 % de ferro, 5,7 % de níquel, 0,46 % da parte insolúvel em ácido e 1,93 % de água expelida pelo calor. A parte insolúvel produziu: 0,16 de óxido de ferro, 0,14 de óxido de níquel, 0,06 de sílica e 0,10 de carbono.

Além das amostras do meteorito do Bendegó existentes em coleções particulares, muitas se encontram nos museus da Europa: Munique, Londres, Viena, Gotinga, Petrogrado, Berlim, Eslanger e Copenhague. Para se avaliar de sua importância, tamanho e pêso, basta compará-lo com os mais conhecidos do mundo. Segundo Spix e Martius tem 21 mil libras, enquanto o de Gibbs, nos Estados Unidos, tem 1.635; o de Inem, que se achou no México, 1.400; o da Sibéria 1.600. Maior do que êle, porém, é o de Gualamba, descoberto do Chaco argentino por D. Rubim de Calis, que tem 32 mil.

O meteorito do Bendegó jazeu esquecido no sertão baiano até 1883, quando o Diretor da Seção de Geologia do Museu Na-

cional do Rio de Janeiro, o saudoso Orville Derby, pediu ao grande tupinólogo, Engenheiro Teodoro Sampaio, membro da Comissão de Melhoramentos do Rio São Francisco, que o fôsse examinar. Teodoro Sampaio estêve no riacho Bendegó, a cêrca de 30 quilômetros da povoação de Queimados, por onde, então, já passava o caminho de ferro e verificou que a "pedra extraordinária" se encontrava no mesmo lugar onde tombara do carretão em 1785.

Em 1886, o Conselheiro Ladislau Neto, Diretor do Museu Nacional, incitado pelo Professor Orville Derby, pediu novas informações sôbre o meteorito ao Engenheiro Luís da Rocha Dias, Diretor da Estrada de Ferro Bahia-São Francisco, o qual enviou o chefe do prolongamento da mesma via-férrea, Dr. Vicente José de Carvalho Filho, para estudar os meios de remoção do bloco para o Rio de Janeiro. Veio de lá nova amostra e um relatório; porém nada se fêz até 1887, quando Ladislau Neto tratou do assunto em sessão da Sociedade de Geografia e ofereceu o fragmento do Bendegó a D. Pedro II. A Sociedade referida resolveu unânimemente tratar do transporte da pedra para oferecê-la ao Museu Nacional, por proposta do seu presidente, o Marquês de Paranaguá. O Barão de Guaí, então deputado pela Bahia, ofereceu de seu bôlso, para os trabalhos a serem feitos, o dinheiro preciso. E o Ministro da Agricultura, Rodrigo Silva, prontificou-se a tomar as providências necessárias.

A 20 de agôsto de 1887 partiu para a Bahia, a bordo do paquête "Espírito Santo", a comissão encarregada do transporte do Bendegó. Os trabalhos de remoção começaram a 7 de setembro seguinte e a 28 de maio de 1888 foi a "pedra extraordinária" depositada no Arsenal da Marinha da capital baiana, de onde veio para o do Rio de Janeiro pelo vapor "Arlindo", aqui chegando a 15 de agôsto de 1888. Gastou-se, portanto, um ano nessa transladação.

O auto do recebimento do meteorito do Bendegó no Museu Nacional do Rio de Janeiro, então instalado no edifício do Campo de Santana, agora Praça da República, onde hoje funciona o Arquivo Nacional, dá pormenores preciosos sôbre o assunto: "Aos 27 dias do mês de novembro de 1888, no reinado de Sua Majestade o Imperador o Sr. D. Pedro II, nesta Cidade do Rio de Janeiro, foi recolhido ao Museu Nacional, pelas 12 horas do dia, o meteorito do Bendegó, encontrado nos sertões da Província da Bahia, em 1784, no têrmo de Monte Santo, e transportado para esta capital pela comissão encarregada pela Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, composta do

cidadão José Carlos de Carvalho e dos engenheiros Umberto Saraiva Antunes e Vicente José de Carvalho Filho. Concorreram para as despesas de transporte o Barão de Guaí até a estação mais próxima da Estrada de Ferro da Bahia a S. Francisco, o Govêrno Imperial com auxílios indiretos, Jacomo Nicolau de Vicenzi oferecendo o vapor nacional "Arlindo", que trouxe o meteorito, e a companhia do S. Francisco, que gratuitamente prestou tantos auxílios à comissão. Nesta Côrte, prestaram igualmente relevantes serviços o Arsenal de Marinha e a Companhia de Carris Urbanos, que conduziu o meteorito até o Museu. Esta preciosa dádiva foi feita pela Sociedade de Geografia, da qual é Presidente o Marquês de Paranaguá. Dêste têrmo foram tiradas duas cópias, uma para ser remetida ao Govêrno Imperial e outra à Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. *Dr. João Batista de Lacerda,* Diretor Interino do Museu; *Orville A. Derby,* Diretor da 3.ª Seção; *Francisco José de Freitas,* Subdiretor da 3.ª Seção. Confere: o Secretário *Francisco José de Freitas.*

Nosso folclore, a par da história, conserva admiràvelmente o achado do famoso holosiderito e, mais ainda, a data de sua queda do espaço sôbre o serrote sertanejo, que foi no ano de 1640. O povo lhe dera o nome, provàvelmente africano, de *pedra Quilá.* O documento folclórico foi copiado pelo Dr. Eduardo Augusto de Caldas Brito dum livro pertencente ao escrivão da delegacia de polícia da vila baiana de Inhambupe, Manuel Estanislau de Souza, em 1886. Êste senhor era neto dum índio chamado Manuel Joaquim de Sá, que oferecera o escrito ao português Antônio de Souza Freire, residente na ribeira do Pau Grande. Trata-se duma poesia em quatro décimas, feita em Monte Santo no fim do século XVIII, quando a pedra foi encontrada e localizada, tendo-se tentado transportá-la:

Na infância de minha avó
Uma medonha faísca
Fêz no espaço uma risca
E caiu no Bendegó;
O estampido e o pó
Retumbou, quis sufocar;
E, indo a êsse lugar
Grande concurso de gente,
Achava-se ainda quente
Aquela pedra Quilá.

Com a maior segurança
Deus a pôs nesse lugar;
Ninguém a pode abalar,
Nem dar-lhe certa mudança;
E, porque tem circunstância,
Com esta certeza vá,
Que nesta terra não há,
Só se fôr a Virgem Pura.
Tem ciência e está segura
Aquela pedra Quilá.

O defunto Capitão-mor
Bernardo Carvalho Cunha
Nesse tempo se dispunha
Trazê-la do Bendegó;
Achou-a firme qual nó,
Como ainda hoje está:
Carro e bois levou de cá,
Com tôda sua companhia,
Não trouxe, como devia,
Aquela pedra Quilá.

Depois que êle morreu,
Ainda veio um viandante
Ver se era diamante,
Porém não a conheceu,
O malho nela bateu:
— Esta pedra não é má,
Porém jeito nenhum dá.
No mesmo dia, voltou,
Mais intacta ela ficou,
Aquela pedra Quilá.

Eis o exemplo de como o folclore pode servir de documento histórico, permitindo fixar uma data cronológica. A versalhada do índio Manuel Joaquim de Sá se refere à queda do Bendegó na infância de sua avó, tendo-se por aí calculado que seria em 1640.

O holosiderito do sertão da Bahia pode ser admirado à entrada do nosso Museu Nacional, na Quinta da Boa Vista.

A Dinastia de Bragança

NA Dinastia de Bragança, cujo reinado começou em 1640 com a feliz aclamação de D. João IV, parece que a má sorte persegue os primogênitos reais. Uns não chegam a subir ao trono, outros o ocupam por pouco tempo ou nêle sucumbem tràgicamente. É isso o que o historiador observa no decurso do tempo, tanto na Casa Real Portuguêsa como na Casa Imperial Brasileira.

O filho mais velho de D. João IV, D. Teodósio, primeiro príncipe do Brasil, não chegou a reinar. Coube o trono a seu infeliz irmão D. Afonso VI, que outro irmão mais môço, D. Pedro II depôs, tomando-lhe também a mulher. A primogênita dêsse casamento de D. Pedro II de Portugal com sua cunhada Isabel de Nemours, também chamada Isabel, morreu nova. O primogênito das segundas núpcias, D. João, viveu apenas um mês. A sucessão, portanto, coube ao filho segundo, que foi D. João V, o Magnânimo e o Magnífico.

A filha mais velha dêste rei, a infanta D. Maria Bárbara, não reinou. Trocada por uma princesa castelhana, D. Mariana Vitória de Bourbon, que casou com seu irmão mais môço, D. José, então Príncipe do Brasil, contraiu matrimônio com D. Fernando, Príncipe das Astúrias. Por isso, quando D. João V morreu, coube a coroa ao citado D. José, primeiro do nome, que governou sob as auras do poderoso Marquês de Pombal.

Morto D. José I, por falta de herdeiro masculino, o cetro tomba *en quenouille,* como se dizia em França, onde a famosa Lei Sálica, que datava dos Franco-Sálios opostos aos Franco-Ripúarios, proibia às mulheres subirem ao trono. Em Portugal, isso era permitido. O cetro podia tornar-se fuso de fiar. Assim D. Maria I, filha de D. José I, casada com seu tio, que tomou o nome de D. Pedro III, governou o país até enlouquecer em Salvaterra e veio morrer no Brasil. O filho primogênito dêsse casal, D. José, que usara o título de Príncipe do Brasil, morreu

de bexigas aos 27 anos de idade. O filho segundo, D. João, faleceu ao nascer. Quem cingiu a coroa por morte da velha Rainha foi o filho terceiro. D. João, Príncipe da Beira, algum tempo príncipe-regente e afinal Rei de Portugal, Brasil e Algarves, e Imperador titular do Brasil, D. João VI, o criador da nação brasileira.

Dos filhos de D. João VI com a Infanta da Espanha D. Carlota Joaquina sòmente veio a reinar o 4.°, que foi D. Pedro I do Brasil e IV de Portugal. A primogênita, D. Maria Teresa, Princesa da Beira, não reinou. Tendo casado no Rio de Janeiro em 1810 com o Infante de Espanha D. Pedro Carlos de Bourbon e Bragança, enviuvou e contraiu novas núpcias com outro Infante espanhol D. Carlos Maria Isidoro, por sua vez viúvo de sua irmã mais moça D. Maria Francisca. O filho segundo de D. João e D. Carlota Joaquina, D. Antônio, Príncipe da Beira, nascido no Palácio de Queluz a 21 de março de 1795, faleceu de varíola a 11 de junho de 1801 com seis anos de idade. A filha que se lhe seguiu, D. Maria Isabel, casou com Fernando VII e foi Rainha da Espanha. Em 5.° lugar, D. Maria Francisca, já citada, segunda mulher do Infante D. Carlos Maria Isidoro, pretendente a sucessão da coroa espanhola, lutou de armas na mão, à frente dos chamados Carlistas, contra D. Isabel II, alegando a vigência da Lei Sálica na sua pátria, cuja dinastia bourbônica viera de França. Finalmente, o caçula de D. João e D. Carlota Joaquina, D. Miguel I, ocupou temporàriamente o trono português, sendo dêle expulso por seu irmão D. Pedro IV, depois que deixou de ser Imperador do Brasil.

Casou-se êste em primeiras núpcias com a Arquiduquesa d'Áustria D. Maria Leopoldina. A filha primogênita dêsse enlace, D. Maria II, subiu ao trono de Portugal; mas, no do Brasil, sucedeu-lhe o filho, D. Pedro II. A descendência do primeiro matrimônio do Imperador D. Pedro I confirma a observação do início dêste artigo sôbre a Dinastia de Bragança:

1 — D. Maria da Glória, Rainha de Portugal sob o nome de D. Maria II.

2 — D. Miguel, falecido em 1820, pouco depois de nascer.

3 — D. João Carlos, nascido em 1821 e falecido em 1822.

4 — D. Januária, nascida em 1822 e falecida em 1901 com 79 anos, casada com o Conde de Aquila e Príncipe das Duas Sicílias Luís Carlos Maria José de Bourbon.

5 — D. Paula Mariana, falecida aos dez anos de idade.

6 — D. Francisca, nascida em 1824 e falecida em 1898 com 74 anos, casada com o Príncipe de Joinville.

7 — D. Pedro de Alcântara, Imperador do Brasil sob o nome de D. Pedro II.

A sucessão de D. João VI englobou o reino de Portugal e o império do Brasil. Por isso, a Dinastia de Bragança dividiu-se em dois ramos dum e doutro lado do Atlântico. Em ambos, a sua sorte continuou a perseguir os primogênitos reais. O filho mais velho de D. Maria II, Rainha de Portugal, D. Pedro V, nascido em 1837, subiu ao trono, mas faleceu prematuramente em 1861, sem herdeiros, deixando-o ao irmão mais moço D. Luís I. O primogênito dêste. D. Carlos I, reinou para acabar tràgicamente assassinado no Terreiro do Paço, em Lisboa, na companhia de seu primogênito, o Infante D. Luís Filipe. A triste e efêmera sucessão foi recolhida pelo segundo filho, D. Manuel, 33.º e último Rei de Portugal.

No Brasil, o primogênito de D. Pedro II, D. Afonso, Príncipe Imperial, nascido no Rio de Janeiro a 23 de fevereiro de 1845, morreu a 11 de junho de 1847. O cetro passou a fuso de fiar, no dizer dos franceses. O Terceiro Reinado destinava-se à Princesa mais velha, D. Isabel, casada com o Conde d'Eu, se não sobreviesse a 15 de novembro de 1889 a proclamação da República.

O filho mais velho de D. Isabel e do Conde d'Eu, o Príncipe D. Pedro de Alcântara, no caso duma restauração monárquica no Brasil não poderia reinar. A fim de casar com a Condêsse Dobrzensky de Dobrzenicz, nobre tcheca sem sangue real, cedeu por si e seus herdeiros ao ramo segundo da família imperial, representado pelo saudoso Príncipe D. Luís e por seu filho, o Príncipe D. Pedro Henrique, todos os direitos à coroa imperial.

A filha primogênita das segundas núpcias de D. Pedro I com a princesa bávara D. Amélia de Leuchtenberg, D. Maria Amélia de Beauharnais e Bragança, nascida em 1831, faleceu solteira na Ilha da Madeira em 1853. A regra geral da má sorte da primogenitura e filiação masculinas pode ser observada mesmo entre os rebentos ilegítimos. O primeiro filho bastardo de D. Pedro I com uma tal Noemi morreu pouco depois de nascer; D. Pedro de Alcântara Brasileiro, havido com a Marquesa de Santos, viveu sòmente vinte dias.

Sòmente depois da ascensão da dinastia bragantina se viram mulheres no trono português: D. Maria I e D. Maria II. A sucessão das dinastias de Borgonha e de Aviz sempre se fizera por linha varonil. No Brasil, a Princesa Imperial D. Isabel, herdeira de D. Pedro II, por três vêzes foi regente do

Império na ausência de seu augusto pai: de 25 de março de 1871 a 31 de março de 1872, quase um ano; de 26 de março de 1876 a 25 de setembro de 1877, ano e meio; e de 30 de junho de 1887 a 22 de agôsto de 1888, menos de quatorze meses. E pouca gente sabe que, durante a menoridade de D. Pedro II, foi sua irmã mais velha, a Princesa D. Januária, reconhecida na qualidade de herdeira presuntiva da coroa, tendo prestado juramento perante a Assembléia Legislativa no Ano da Graça de 1836. Se acontecesse qualquer coisa nesses difíceis anos da Regência ao pequenino D. Pedro, ao invés dum imperador o Brasil teria uma imperatriz.

Um Brasileiro Libertador

NO começo do século XIX, a cidade de Goiana, em Pernambuco, foi por sua importância, riqueza e cultura foco permanente de movimentos revolucionários, visando a independência do Brasil ou pelo menos a das regiões do Norte. Ali, no Convento do Carmo, professara sob o humilde nome de Frei Pedro José de Santa Rosa, o advogado José Inácio Ribeiro de Abreu e Lima. Depois de enviuvar, estudara Teologia em Coimbra e recebera as ordens sacerdotais das mãos do Cardeal Chiaramonte, que, depois, Papa com o nome de Pio VI, assinou o breve de sua seculirazação. Foi êsse o famoso Padre Roma, um dos chefes da Revolução de Pernambuco de 1817, que, enviado à Bahia para levantá-la, ali foi prêso, submetido a um tribunal militar e passado pelas armas. Assim, a energia do Conde dos Arcos, que governava aquela Província impediu a propagação do movimento subvensivo. Êle explodira no Recife a 3 de março de 1817 e a 28 do mesmo mês era o Padre Roma executado. Tinha 49 anos de idade.

O Padre Roma deixava um filho, também chamado José Inácio, nascido em Pernambuco a 6 de abril de 1769, que cursara de 1812 a 1816 a Real Academia Militar do Rio de Janeiro e era capitão de Artilharia aos 21 anos. Estava na Bahia, prêso por insubordinação no Forte de S. Pedro, quando o pai foi denunciado, aprisionado e julgado. Na manhã de 28 de março de 1817, ao levarem êste para o local do suplício, no Campo de Santana, foram buscar o filho e o obrigaram a assistir ao fuzilamento de seu genitor. Barbaridade inominável que decidiu o destino do jovem oficial.

O Capitão José Inácio de Abreu e Lima, mal se apanhou em liberdade, fugiu do Brasil. Compreende-se perfeitamente que não poderia continuar a viver numa terra, onde o despotismo de certas autoridades cometia atos monstruosos como o de que fôra vítima. Embarcou clandestinamente e em fevereiro

de 1818 se achava nos Estados Unidos. Dali passava para a Ilha de S. Tomás, nas Antilhas, no mês de abril. Buscava a Grande Colômbia, onde se processava intensa luta pela emancipação da América do Sul. A 20 de novembro daquele ano, quando Simão Bolívar, o Libertador, faz sua famosa Declaração contra Fernando VII da Espanha, em Angostura, o oficial brasileiro acha-se presente e serve nas suas tropas. Conforme êle próprio confessaria, "não tinha pátria e fiz da Colômbia a minha".

Secretário de Bolívar, oficial de Estado-Maior, incorporado aos famosos *llaneros* do não menos famoso General José Antônio Paez, tenente-coronel hoje e general amanhã, José Inácio de Abreu Lima serve no Exército Colombiano desde maio de 1818 e dêle sòmente se aparta após a morte do Libertador, que ocorre em S. Pedro Alexandrino a 17 de dezembro de 1830. São doze anos de árduas refregas nas arenas civis e nos campos de batalha. Nestes, êle revela uma bravura indômita, tanto que o considera *guapo* o General Paez, parco de elogios, cujos *llaneros* cantavam:

De los generales qual es el valiente?
Mi General Paez, con toda su gente.

O brasileiro veterano das lutas pela independência da Colômbia e da Venezuela, ainda em 1868, escrevendo do Recife a êsse caudilho que lhe dera a sua amizade, diz que vira "nascer a Colômbia nas Queseras del Medio", a 3 de abril de 1819, quando Paez, à frente tão só de escassos 150 homens, destroçara as tropas espanholas de Morillo.

De lança em riste ou de espada em punho, batera-se Abreu e Lima como um herói em Savana da Guarda, Achaguas, Cuenta, Vargas, Molinos e Topaga. Derramara seu sangue em Carobobo. Êle próprio, historiador e escritor, traça o panorama de seus feitos: "Assisti à infância da Colômbia em Nova Granada... Tenho orgulho de me chamar um dos libertadores da Venezuela e da Nova Granada, e de usar as minhas cruzes de Boyacá, de Porto Cabello e do meu nobre escudo de Carabobo... Assisti aos últimos estertôres da Colômbia, presenciei sua morte e fiz tudo por ela. Despedacei as facções, derrotei Campos em Rio Hacha; bati-me com os Goajiros corpo a corpo; libertei Santa Marta e, se bem que não pudesse livrar Cartagena da traição do General Luque, quando ali sucumbiu o General Montilla, caí com ela..."

Esta a fé de ofício de José Inácio de Abreu e Lima, General dos Exércitos da Grã-Colômbia de Simão Bolívar. Dela, morto o Libertador, seguiu em 1831 para os Estados Unidos, de onde foi à Europa. Encontrou-se com D. Pedro I que reconquistava o trono de Portugal e desfrutou a sua privança. O desaparecimento de Bolívar, seu amigo e que êle considerava o herói epônimo da América livre, encerrou sua carreira militar na Colômbia, de vez que, de fins de 1826 a princípio de 1827, rompera com o General Santander por êle acoimado de intrigante astuto e sutil. D. Pedro I, transformado em D. Pedro IV, falece em 1834. Dois anos depois, já Abreu e Lima se acha no Brasil, onde, desde 1832, um Decreto Legislativo de 28 de outubro lhe restituíra todos os direitos de cidadão brasileiro e lhe permitira o uso dos títulos e honras conquistados nas guerras colombianas. Não quisera voltar ao exército e redigia em Niterói o periódico "O Raio de Júpiter", que atacava fortemente o Padre Diogo Antônio Feijó, Ministro da Justiça da Regência e, depois, Regente do Império.

Do Sul, não lhe correndo bem a vida, regressou à terra do nascimento e no Recife foi redigir "A Barca de S. Pedro", que é uma das publicações que preparam a eclosão da Revolução Praieira, nìtidamente socialista, de 1848. Dela participa e, vencido o movimento, purga as culpas que no mesmo tivera no degrêdo de Fernando de Noronha, em 1849, até que, novamente restituído à liberdade, prossegue na propaganda de suas idéias, ao lado de trabalhos históricos e literários. Entre outras obras, é autor dum *Compêndio de História do Brasil,* duma *Sinopse da História Brasileira,* duma *História Universal* em 5 tomos com ilustrações, dum opúsculo *O Socialismo,* de *As Bíblias Falsificadas,* de *O Deus dos Judeus e o Deus dos Cristãos,* de um *Direito Criminal,* além de cartilhas, discursos e memórias. Deixava inédito, por sua morte em Pernambuco, a 8 de março de 1869, o "Resumo Histórico da Última Ditadura do Libertador Simão Bolívar, Comprovado com Documentos", cujo manuscrito se encontra no Instituto Arqueológico Geográfico Pernambucano do Recife. Editou-o em 1922, no Rio de Janeiro, o ilustre Professor Diego Carbonell, então Ministro Plenipotenciário e enviado extraordinário da Venezuela no Brasil. A propósito da morte de Abreu e Lima, escreve Sacramento Blake: "Foi-lhe negado formalmente pela autoridade eclesiástica uma sepultura em lugar sagrado só por discutir com liberdade de pensamentos doutrinas da Igreja, sem pôr em dúvida jamais os princípios fundamentais e imutáveis da Religião". Na

verdade, o morto poderia ser cristão a seu modo, mas não católico na verdadeira acepção desta palavra, tendo em vista as idéias que expendeu, propugnando o casamento civil, analisando em 1835 o projeto do Deputado Rafael de Carvalho sôbre a separação da Igreja Brasileira da Santa Sé, discutindo as doutrinas do Catolicismo no seu trabalho "O Deus dos Judeus e o Deus dos Cristãos", e pregando o socialismo como o pregou no preparo da Revolução Praieira.

Há uma pergunta a fazer: por que razão Abreu e Lima abandonou a Venezuela e interrompeu ali sua carreira? Por um caso de amor. Quando Simão Bolívar ainda se encontrava no Peru, o oficial brasileiro freqüentava em Caracas a casa de sua irmã Antônia, onde conheceu e amou a sobrinha do Libertador, filha de outra irmã, Joana, e de Dionisio Palacios y Sojo. Cahamava-se essa môça Benigna Cornélia e era noiva do General Briceño Mendes, amigo predileto de Bolívar, com quem mais tarde se casaria. Parece que o brasileiro enfeitiçou o jovem caraquenha: mas a família da môça combateu essa inclinação, porque tinha Abreu e Lima, segundo diz um historiador venezuelano, reputação de "jugador y mujeriego". Como pretendesse o cargo de Chefe de Estado-Maior, apoiado pelo General Carlos Soublette, Antonio Leocadio Guzmán, que se ensaiava nas intrigas políticas, abriu campanha contra êle no seu jornal, o "Argos". Numa verrina anônima, aludiu ao namôro com a sobrinha de Bolívar. Abreu e Lima esperou-o à noite na rua e deu-lhe uma surra de pano de espada que o levou ao hospital. Submetido a conselho de guerra, foi prêso na fortaleza de Maracaibo. Isso o desgostou e o levou a deixar o país que ajudara a libertar do domínio espanhol.

Foram êsses o destino e a morte dum revolucionário de nascimento, de educação e de tendências incentivadas pelo meio e pelos acontecimentos.

Um General de Napoleão no Brasil

A RESTAURAÇÃO da Dinastia de Bourbon em França com o Rei Luís XVIII, após a queda definitiva de Napoleão em Waterloo, inaugurou um período de perseguição contra os elementos militares suspeitos ao novo regime. Grande número dos veteranos do Grande Exército que passeara vitorioso pela Europa inteira foram postos a meio-sôldo, riscados dos quadros e sujeitos à incômoda vigilância da polícia real. Por isso, inúmeros oficiais subalternos, superiores e generais emigraram para as Américas do Norte e do Sul. Muitos vieram parar no Brasil.

Entre êstes, o mais notável foi o General Tierry, Conde de Hogendorp, que viveu e morreu no Rio de Janeiro. Nascido em 1761, na cidade do Roterdão, começou sua brilhante carreira militar aos 17 anos na chamada Guerra da Sucessão da Baviera. Espírito aventureiro, tomou parte nas fôrças expedicionárias, compostas de voluntários de tôdas as procedências, que combateram sob as ordens de Washington, Lafayette e Kosciusko na luta contra os inglêses pela independência dos Estados Unidos. Depois, serviu nas Índias Holandesas, foi algumas vêzes perseguido por suas idéias liberais avançadas e de outras aproveitando em importantes funções pelo Govêrno da Holanda, como Governador de Java e Sumatra, e Embaixador em Petersburgo.

Quando Napoleão fêz seu irmão Luís Rei da Holanda, o Conde de Hogendorp serviu ao novo govêrno na qualidade de Ministro da Guerra e Embaixador em Viena, Berlim e Madrid. Tornou-se partidário acérrimo do Imperador e, quando êste anexou sua pátria ao Império Francês, passou para o Grande Exército Imperial no pôsto de General-de-Divisão. Foi Governador Militar de Hamburgo, da Prússia Oriental e da Silésia, após a malfadada campanha da Rússia. Em 1814, publicou interessante livro de Memórias.

Fiel e dedicado pessoalmente a Napoleão, apresentou-se para servi-lo na volta da Ilha de Elba e bateu-se heròicamente ao seu lado até o último momento na Batalha de Waterloo.

Era irmão dum homem notável, Gilberto Carlos von Hogendorp, estadista e militar, acérrimo defensor do constitucionalismo, alma da independência holandesa em 1813, quando Napoleão recuava batido na Alemanha, Ministro de Estado no govêrno que se constituiu com a libertação dos Países Baixos do Império Francês.

Napoleão não esqueceu nos tristes anos de destêrro em Santa Helena a fidelidade do general holandês, que fôra seu ajudante de campo na última campanha da epopéia. No parágrafo 6.º do Codicilo escrito a 24 de abril de 1821, perto de sua morte, e reunido ao testamento datado de Longwood a 15 do mesmo mês e ano, o Imperador prisioneiro declara textualmente: "Ao General Hogendorp, holandês, refugiado no Brasil, 100 mil francos". E recomenda a execução de suas últimas disposições a seu filho adotivo, o Príncipe Eugênio Napoleão de Beauharnais, antigo Vice-rei da Itália.

Napoleão Bonaparte expirou às 11 horas do dia 5 de maio de 1821, onze dias após ter feito êsse legado de cem mil francos ao General Hogendorp. Êste nunca recebeu a soma que lhe foi atribuída pelo Imperador dos Franceses. Refugiado no Rio de Janeiro, vivia modestamente retirado no fundo do atual bairro de Laranjeiras. Tinha raros amigos. Sòmente algumas vêzes o visitavam o Conde da Barca e o Príncipe D. Pedro, mais tarde Imperador do Brasil. Por isso, a Rainha D. Carlota Joaquina o considerava uma daquelas péssimas companhias que haviam instilado o liberalismo maçônico no seu filho mais velho.

O Barão de Neven, parente do Príncipe de Metternich e representante do Império Austríaco no Brasil, considerava-o um dos mais perigosos portadores dos princípios revolucionários que incendiavam o século.

O sítio do Barão von Hogendorp chamava-se Nova-Sião e ocupava uma das faldas do Corcovado, na atual ladeira do Ascurra. É hoje propriedade do Govêrno Brasileiro e nêle residiu algum tempo, quando Ministro de Estado o Sr. Osvaldo Aranha. O General plantara ali 20 mil cafeeiros, de cuja colheita anual vivia. Fabricava também para vender vinho de caju e licor de grumixama. Sua propriedade ocupava a maior parte do chamado Morro do Inglês, por ter ali residido o inglês Guilherme Young. Sabe-se que Hogendorp era muito retraído e um tanto exótico. Seu quarto de dormir era pintado de prêto, com caveiras, tíbias cruzadas e esqueletos em tinta branca nas lúgubres paredes. Isso talvez se prendesse aos ritos das sociedades

secretas iluministas de que fizera ou ainda naquele tempo fazia parte.

A inglêsa Maria Graham, que estêve no Brasil ao tempo de D. João VI e de D. Pedro I, visitou o General Hogendorp no dia de Ano Bom de 1822. Seu sítio era lindeiro com o de Chamberlain, que nos deixou tantos documentos iconográficos sôbre o Rio de Janeiro daquela época. O alemão Lenthold, que o viu também, lembrava-se de o ter conhecido quando êle fôra governador Militar da Prússia Oriental, na cidade de Koenigsberg.

O Conde von Hogendorp faleceu de repente, pobre e isolado, na sua propriedade agrícola, em 1830. Ao lhe vestirem o corpo, verificaram que era todo tatuado. O Imperador D. Pedro I mandou fazer-lhe o entêrro à sua custa. Foi sepultado no antigo Cemitério dos Inglêses ou Cemitério Protestante, na Gamboa.

Havia 9 anos que Napoleão morrera no destêrro de Santa Helena e êle ignorava que figurara no seu testamento. Não pôde levar para o túmulo o consôlo dessa lembrança amiga. Graças a êle, porém, o nome do Brasil figura entre as últimas vontades do Imperador dos Franceses.

Os Encourados do Pedrão

DE 25 de julho de 1822 a 2 de julho de 1823, uma a uma, as antigas povoações do Recôncavo Baiano: a heróica Vila da Cachoeira, a Leal Vila de Santo Amaro, a valorosa Vila de S. Francisco, a patriótica Vila de Maragogipe e a decidida Vila de Valença se revoltaram contra o poderio português e o combateram denodadamente de armas na mão, vertendo o sangue de seus filhos nos campos de batalha. Segundo a emérita lição do saudoso mestre Bernardino de Souza, "a revolução baiana de 1822 não teve sentido regional. Olhos fitos no Brasil inteiro, estendido então do Amazonas ao Prata, desde os seus primeiros ensaios, o pensamento era a grande pátria que se queria fundar sob o signo do Cruzeiro".

A essa luta dos baianos contra o forte exército luso do bravo General Inácio Madeira concorreram reforços pernambucanos, paraibanos, alagoanos e sergipanos, como também o famoso Batalhão do Imperador, vindo do Rio de Janeiro; mas o grosso da gente que se bateu indômita nos sangrentos combates do Funil, da Cruz do Cosme, da Conceição, no Cabrito, em Itaparica, às margens do Paraguaçu e no Pirajá era composto de filhos da Bahia. Foi o povo humilde, heróico e abnegado quem concorreu a essa luta e daí seu inapagável entusiasmo ao comemorá-la todos os anos, desde 1824 até nossos dias. Sertanejos fortes e praianos rústicos, pescadores e agricultores, matutos e peixeiros, todos se armaram e acudiram à voz das Câmaras Municipais daquelas vilas, que chamavam os brasileiros a pugnar pela independência nacional. Hermano de Santana assim os descreveu: "Batidos das tormentas e dos temporais, sem abrigo e sem roupagens, perseguidos das endemias, acossados dos flagelos mórbidos, faltos de mantimentos de guerra e de bôca, tocaiados por inimigo veterano e numeroso, nunca se lhes entibiou ânimo, jamais esmoreceu a confiança da vitória".

Venceram e, ao entrarem triunfalmente na velha cidade do Salvador evacuada pela guarnição lusa, mostraram na sua glo-

riosa penúria como um povo improvisa soldados destemidos. Os sinos da Soledade repicavam festivos, acompanhados logo pelos de tôdas as igrejas e conventos. Os canhões do Barbalho troaram, logo seguidos pelos das demais fortalezas. E a primeira coluna dos Libertadores apareceu no caminho da Lapinha, chefiada por José Joaquim de Lima e Silva, futuro Visconde de Magé, ao mesmo tempo em que, pelas estradas de Brotas e do Rio Vermelho surgiam dois outros destacamentos, o de Barros Falcão e o de Felisberto Caldeira.

Vanguardeava a marcha de Lima e Silva o corpo de batedores de Antero Ferreira de Brito e, ao lado do estado-maior do chefe, vinha a denodada voluntária de S. José de Itapororocas, de saiote à escocesa, farda de caçador a pé e barretina alta, Maria Quitéria de Jesus Medeiros, verdadeiro símbolo do heroísmo e do sacrifício da mulher baiana pela libertação do Brasil. Enquanto isso, nos longes do horizonte se apagavam na toalha azul do mar as oitenta e quatro velas da esquadra portuguêsa de Félix de Campos que regressava à antiga metrópole, levando os soldados vencidos em Pirajá.

As tropas brasileiras andrajosas e esquálidas numeravam cêrca de 12 mil homens. Algumas delas se apresentavam em melhores condições: o Batalhão do Imperador, os Caçadores de Pernambuco, os Henriques da Bahia. As outras eram organizações patrióticas, que sabiam lutar e morrer por um ideal, porém não tinham outro garbo senão o pinturesco de seus apelidos e os brasões das glórias conquistadas por sua valentia. Eram os Periquitos, assim denominados pela abundância de ornatos verdes e amarelos de suas fardas empoeiradas e sujas; os Ceroulas, por trazerem a velha indumentária sertaneja — camisa e ceroulas amarradas nas pernas; os Libertos, compostos como o nome o diz, de gente alforriada da escravidão; os Quebra-ferros, espalhafatosos e audazes; os Montebrechas, quase todos filhos de Pernambuco; os Pitangas e os Voluntários; os Cavaleiros da Tôrre de Garcia d'Avila e os Cavaleiros de Pirajá; a Legião de Honra da Cachoeira e a Legião da Bahia; enfim, os de apelidos de sabor clássico e mitológico, os Mavortes e os Relonas, relembrando o deus e a deusa da guerra da antiga Roma.

Sobressaíam no meio dessa soldadesca popular os rudes cavalarianos sertanejos, vaqueiros vestidos dos pés a cabeça de couro de veado capoeiro, reunidos para a guerra pelo famoso Padre Brayner, que se apresentavam de lanças em punho como varas de ferrão, montando seus árdegos e pequeninos cavalos

de campear o gado arisco nas catinga e carrascais. Chamavam-se a si próprios Couraças, em virtude dos couros que os cobriam. O povo do Salvador denominou-os os Encourados do Pedrão. Sua tradição vinha de longe. Desde fins do século XVII, as Companhias de Ordenanças do interior da Bahia e do Nordeste todo, fôrças territoriais consideradas na organização militar da época como de Cavalaria Auxiliar, vestiam a indumentária dos vaqueiros regionais. Os documentos daquela época e os do século XVIII dão-lhes o nome textual de *Cavalaria do Sertão.* O poviléu batizou-os logo como os Couraças. E o 2 de julho na Bahia os sagrou como os Encourados do Pedrão.

Êsses heróis, de quem já se disse que, dos couros para defesa dos espinhos e garranchos, fizeram couraças a guardar-lhes os peitos das balas adversas, contribuíram para que o vaqueiro do Norte, armado em guerra pela pátria, penetrasse na História do Brasil a par do gaúcho do Sul. No seu belo poema "Lances de Epopéia", o poeta baiano Artur de Sales celebrou êsses heróis anônimos:

Vêm ratamplando nos tambores,
Estridulando nas cornetas,
Sobressaltando os arredores,
— Chusma revel de baionetas...
Rijos perfis, brônzeos, hirsutos
Ei-los (Roldões broncos e brutos),
Os Encourados do Pedrão.

E vêm por vale, campo e brenha,
Numa brutal marcha guerreira;
Guia-os um frade que a estamenha
Cingiu com a espada e a cartucheira...
Ei-los que vêm, roupa de couro,
Por descampados e arraiais,
Buscando ao longe estranho touro
— Êsses vaqueiros imortais.

Por aguilhadas — baionetas.
E a corda é a bala no surrão...
E êsses tambores e cornetas
Dos Encourados do Pedrão

São como cães soltos à frente,
Por alcantis e matagais
Levando a sanha onipotente
Dêsses vaqueiros imortais.

Matilha esplêndida e divina!
Fareja, ansiosa, os horizontes,
Grita na víride campina,
Abala no pico dos montes...
Fareja o rastro da vitória...
Chama!... E êles passam, de roldão,
Na disparada para a glória,
— Os Encourados do Pedrão.

A Guerra da Independência da Bahia projetou no muro da História a sombra inapagável dos rudes e valentes vaqueiros. Representantes da velha civilização nordestina do couro, remanescentes do histórico ciclo do gado, êsses cavaleiros habituados à sêca, à aridez da catinga, aos espinhos dos cardeiros e das juremas, à garrancheira dos carrascos, aos pedregulhos das híspidas serrotas, no monumento de nossas glórias esculpiram também o seu baixo-relêvo. Sua figura aí permanecerá eterna, iluminada em cheio pela voz augusta da poesia. Em verdade, os Encourados do Pedrão são Vaqueiros Imortais, naquela "hora das Epopéias e das Ilíadas", em que dialogam a Imortalidade e a Eternidade, segundo a palavra genial de Castro Alves.

O Canhão de João de Botas

PROCLAMADA a Independência do Brasil à margem do Ipiranga no dia 7 de setembro de 1822, nem todo o território nacional se viu logo livre do domínio português. Houve luta em alguns pontos, sendo que na Bahia ela assumiu maiores proporções. Ali se encontrava forte esquadra lusa, composta de uma nau de guerra, duas fragatas, dez corvetas, dois brigues, uma escuna, uma sumaca, quinze charruas e vários transportes. Em terra, o General Inácio Madeira comandava, além dos milicianos locais, seis mil soldados portuguêses, na maioria veteranos da Campanha Peninsular contra os exércitos de Napoleão.

A 25 de junho de 1822, insurgira-se a Vila da Cachoeira contra os lusitanos. A rebeldia alastrou como um incêndio por tôda a Província e, em poucos dias, o Govêrno Independente ali estabelecido organizava corpos de voluntários, entre os quais tiveram lugar de relêvo os famosos *couraças,* sertanejos vestidos de couro como os vaqueiros das catingas. A êsses corpos se foram reunindo reforços vindos de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio de Janeiro. Essas fôrças marchavam sôbre a capital comandadas por Pires de Carvalho, futuro Visconde de Pirajá. Chefiou-as, depois, o Coronel Falcão Brandão, que seria mais tarde Barão de Belém. Em outubro do mesmo ano, veio da Côrte o General Labatut, que assumiu a direção das operações.

Por mar, Lord Cochrane bloqueava a cidade com a nau de guerra "Pedro I" e a corveta "Maria da Glória", navios aos quais se juntariam mais tarde as fragatas "Niterói" e "Carolina", e o brigue "Bahia". Em maio de 1823, o Coronel José Joaquim de Lima e Silva, depois General e Visconde de Magé, substituiu Labatut e, a 2 de julho, a capital, que resistira durante quase um ano, se entregava aos brasileiros, embarcando a guarnição portuguêsa na sua esquadra para a Europa.

Durante o assédio e bloqueio da Bahia, travaram-se dois combates importantes, nos quais a vitória coroou os esforços

dos brasileiros, contribuindo para abater o moral do exército português. Foram os de Pirajá a 8 de novembro de 1822 e o de Itaparica a 7 de janeiro de 1823.

Na primeira dessas datas, ao romper da manhã, o Coronel luso Gouvêia Osório atacou com infantaria e artilharia as posições brasileiras do Major Barros Falcão, enquanto sôbre elas cuspiam fogo e ferro alguns navios de guerra. Se o ataque foi ousado, a repulsa foi violenta, sobressaindo na refrega pelo seu denôdo o Tenente de Caçadores da Bahia, Argolo Ferrão, que seria posteriormente General e Barão de Cajaíba, pai do famoso General Argolo, Visconde de Itaparica, herói da campanha do Paraguai.

O Coronel Gouvêia Osório retirou-se com graves perdas, sendo muito perseguido pela gente de Barros Falcão, que lhe não deu tréguas até que se abrigou nas defesas exteriores da capital.

A 7 de janeiro, a esquadra portuguêsa tentou um desembarque para tomar o Forte de S. Lourenço na Ilha de Itaparica. O combate entre os entrincheiramentos brasileiros e as fôrças lusas durou de nove horas da manhã ao pôr do sol. Assaltos sucediam-se a assaltos, sem resultado algum. E os brigues lusitanos que auxiliavam a operação foram galhardamente repelidos por duas canhoneiras brasileiras, que então se cobriram de glória, a "Pedro I", comandada pelo Segundo Tenente João de Oliveira Botas, e a "D. Leopoldina", do comando do Sargento André Avelino Pereira. Três vêzes repelidos, os reinóis desistiram do intento.

Cabem os maiores louros dessa jornada ao Tenente João de Botas. Com sua pequena e frágil canhoneira, avançava temeràriamente sob o fogo do inimigo e metia a pique os lanchões carregados de gente armada para o desembarque. Chegou mesmo sua audácia ao ponto de atacar grandes navios. Na proa da canhoneira, manobrando um pequeno canhão-rodízio de ferro, gritava ordens aos seus marujos e fazia certeira pontaria nos barcos contrários, estabelecendo entre êles a confusão e espalhando a morte. Dava, assim, arras da atuação que iria desdobrar alguns anos depois nas águas do Rio da Prata durante a campanha do Brasil contra as Províncias Unidas. O veterano da Independência também ali se cobriria de glória.

O pequeno canhão-rodízio de João de Botas, recolhido ao Museu Histórico, é uma relíquia preciosa que, lembrando êsses fatos, serve de ensinamento de patriotismo e coragem aos brasileiros de hoje. Foi a bravura de homens como o então Segundo

Tenente João de Oliveira Botas que obrigou o forte núcleo militar português da Bahia a considerar-se de antemão vencido. Deve-se a êsse herói do mar em grande parte a vitória que conduziu as tropas brasileiras triunfalmente no dia 2 de julho de 1823 à cidade do Salvador, evacuada pelos portuguêses do General Madeira.

Essa data enche de júbilo e de orgulho os corações baianos. Cantaram-na os poetas em odes de ouro. O anjo da morte, no dizer de um dos maiores dêles, estendida a sua lúgubre tela nos campos ensangüentados de Pirajá. Essa data é o símbolo da integração total do território sob o tremular da auriverde bandeira imperial. Mas nenhuma relíquia a recorda melhor do que o pequeno rodízio de proa da conhoneira "Pedro I", pessoalmente manobrado pelo ousado João de Botas em diversos combates contra os portuguêses.

A Guerra do Fidié

O MARANHÃO foi um dos baluartes da resistência portuguêsa à separação política do Brasil. Não que lhe faltasse aos filhos o mesmo ardor patriótico que agitava o país de sul a norte, nem que entre êles não houvesse alguns dignos de ombrear com os mais altos vultos da formação da nacionalidade. Mas as condições do momento, resultantes de seu afastamento da capital, de sua vida econômica independente, de suas relações diretas com Lisboa, de sua representação fiel às Côrtes do Reino, do número, prestígio e fortuna do elemento português no seu seio, tornaram-no numa como base da repulsa lusa às legítimas aspirações nacionais. No entanto, no momento de se declarar a luta aberta, os independentes do Maranhão souberam com coragem pegar em armas.

Quando o rastilho da insurreição despertada pelo grito do Ipiranga se acendeu pelo Ceará e pelo Piauí, a organização lusitana da Província onde nasceu Gonçalves Dias se apresentou aos olhos dos brasileiros como terrível espantalho. Por isso, ao comentar a proclamação da independência da Parnaíba, o historiador Abdias Neves fala do *perigo maranhense*. De fato, o Maranhão às mãos do partido luso era uma ameaça constante.

Desde 1821, todo o Brasil estremecia como se lhe percorressem o vasto corpo calafrios denunciadores de gravíssima crise. As próprias províncias mais distantes dos focos de agitação do Centro-Sul sentiam fortes abalos. Não só nas cidades do litoral se agitavam idéias e homens. As notícias da efervescência percorriam os sertões ásperos e distantes. Por tôda parte frêmitos entrecortados de rebeldias e pronunciamentos, como os fugazes clarões que perpassam entre as nuvens amontoadas, pouco antes da tempestade, anunciavam grandes acontecimentos. A revolução da independência vinha sendo preparada desde o começo do século.

Saiu-se da agitação a prol da organização constitucional do Reino Unido provocada pelas Côrtes de Lisboa para a dos decretos destas que chamavam o Príncipe Regente D. Pedro ao Reino. Convocaram-se os procuradores das Câmaras e instituiram-se Juntas pelo país inteiro. O Rei se achava como prisioneiro do outro lado do Atlântico e o Príncipe seu filho, na anarquia que se espraiava, tentava enfeixar nas mãos os destinos do jovem povo, lutando contra o espírito recolonizador daquelas Côrtes. Algumas províncias sòmente cumpriam as ordens emanadas de Lisboa. Entre elas, o Maranhão.

Raia o ano memorável de 1822 e o eco do Fico, consubstanciando a recusa do Príncipe a voltar ao Reino, repercute em todo o Brasil. Desenha-se a grande reação nacional. Algumas guarnições lusas capitulam. D. Pedro percorre Minas e S. Paulo. Ferve o movimento libertador à sombra da reação à inábil e violenta política das Côrtes. Há muito sonho nas almas, muita luz e muita esperança nos olhos dos patriotas. Borbulham levantes como solfataras pela vasta face da terra brasileira. As canções do povo no Nordeste, onde os lusos são denominados *marinheiros,* mesmo no Maranhão, demonstram certa prevenção contra os portuguêses:

Marinheiro pé de chumbo,
Calcanhar de frigideira,
Quem te deu a ousadia
De casar com brasileira ?

Marinheiro pé de chumbo,
Calcanhar de requeijão,
Quem te deu a ousadia
De casar no Maranhão ?

Lança D. Pedro o grito de "Independência ou Morte!" à margem do Ipiranga, mas nem tôdas as províncias respondem livres a essa voz. A guerra explode na Bahia. Liberta-se o Piauí. Sòmente depois se libertarão o Maranhão e o Pará.

Quase um ano leva o brado do Ipiranga para chegar à Atenas brasileira. Em outubro de 1822, na vila piauiense da Parnaíba, o Juiz João Cândido e o Coronel de Milícias Simplício Dias da Silva proclamam a adesão da Província ao novo estado de coisas. Mas a Junta de Govêrno do Maranhão, ligada à Metrópole, apoiada nas baionetas e na artilharia de forte guarnição lusa, escudada no prestígio moral da Igreja, representada

pelo Bispo Nazaré, se opõe à marcha do movimento de libertação, anatematiza a proclamação piauiense e ordena ao Major Fidié, Comandante das Armas, então na Vila de Oeiras, que ataque os sediciosos. Ao mesmo tempo se alia com a Junta do Pará, para se manterem ambas fiéis à Lisboa.

O Major João José da Cunha Fidié, arrastando sua artilharia e suas carrêtas de munição com juntas de bois, atravessa os sertões rumo à Parnaíba, talando os campos e saqueando as fazendas dos *independentes*. Os patriotas da Parnaíba, não lhe podendo fazer frente, fogem assombrados para as vilas cearenses próximas da fronteira, Sobral e Granja.

De posse da Parnaíba, o Comandante português se imobiliza, enquanto a agitação lavra pelos sertões a fora. De tal modo se espraia que a Junta de Oeiras pede atemorizada o seu regresso. Mas, antes que êle ali chegue, os independentes, chefiados pelo Brigadeiro Souza Martins, proclamam a independência, "de mãos dadas com o Ceará", conforme reza um documento coevo. Então, as milícias sertanejas do Ceará, transpondo a raia, levam socorro à gente do Piauí, chefiadas por experientes e famosos caudilhos locais, Tristão de Alencar, destinado à morte na Revolução de 1824 nos campos de Santa Rosa, e José Pereira Filgueiras, espécie de Pancho y Villa nordestino, sergipano de origem, homem agigantado e forçudo, que desatolava sòzinho um carro de bois e atirava de braço estendido com qualquer um de seus dois formidáveis bacamartes — o Bôca da Noite e o Estrêla d'Alva. Dêsse Hércules do sertão se conservou a lenda de ter os ossos do antebraço unidos numa cana só.

Essas hostes bravias e estonteadas atacaram a tropa portuguêsa regular do Major Fidié na sua marcha de Parnaíba para Oeiras, no lugar denominado Retiro do Jenipapo, a 12 de março de 1823. Contra mil homens de sólida e disciplinada infantaria de linha e onze canhões que disparavam mortífera metralha (*mitriaga,* como diziam os matutos), os milicianos de Alencar e Filgueiras se atiraram mal armados e pior organizados com espantosa coragem, batendo-se três horas a fio e indo morrer de armas brancas em punho sôbre o dorso e as rodas das peças. Mas essa bravura não impediu fôssem derrotados.

O comandante português vitorioso apressou a marcha de sua tropa sôbre Oeiras, onde queria sufocar a rebelião. Para isso deixou atrás a impedimenta, o carretame das bagagens e munições puxado a bois. Então, o regimento de Cavalaria de Milícias cearense da Vila de Sobral, comandado pelo Capitão Nereu, que também invadiu o Piauí, surpreendeu-o, matou-lhe a escolta e

levou tudo consigo. Sem munições, o chefe luso teve de acampar no Estanhado, depois Vila da União, de onde se viu obrigado a retirar-se para a vila maranhense de Caxias, lugar em que poderia conseguir os recursos que lhe faltavam. Entrou em Caxias a 17 de abril de 1823 e se fortificou no Morro da Taboca.

O Piauí estava, assim, livre da presença das tropas portuguêsas e os cearenses continuavam a levar-lhe socorros em homens e munições. Vieram também auxílios de Pernambuco. Alarmada com a situação, a Junta de S. Luís fortifica a cidade e pede auxílio a Lisboa, tão apavorada com sua sorte que nem responde aos ofícios em que, de Caxias, o Major Fidié lhe suplica reforços e pólvora.

Isolada da capital da Província pelas guerrilhas dos insurretos, Caxias é cercada pelo chamado Exército Auxiliador, composto pelas milícias do Ceará, Pernambuco e Piauí. Forçado a capitular, o Major Fidié demite-se do comando. A Câmara que se encarregue da capitulação. Esta é aceita pelo Tenente-Coronel Luís Manuel de Mesquita a 31 de julho de 1823, que entregou 20 canhões e 5 bandeiras. Feito prisioneiro e remetido para o Rio de Janeiro, foi João José da Cunha Fidié recolhido à Fortaleza de Villegaignon, que, num opúsculo escrito para defesa de seus atos, êle próprio denomina Vilagalhão.

Em S. Luís, a notícia da capitulação do Fidié dá ânimo aos elementos brasileiros contra a Junta de Govêrno enfeudada à Metrópole. O Marechal Faria, que comanda a guarnição, sente-se aos poucos sem fôrça no seio da tropa, depois da rebelião do Alferes Reis e dos Tenentes Barradas e Raposo, que combateram seus soldados em pleno centro urbano. A chegada da nau "Pedro I" e de alguns brigues de guerra sob o comando de Lord Cochrane dá por terra com a Junta fiel a Lisboa. O Almirante apodera-se dos navios surtos no porto e dos fortes, manda arriar de todos os mastros a bandeira das Quinas e nelas içar o pavilhão auriverde, ocupa a cidade com um contingente de marinheiros, proclama a Independência e aclama D. Pedro I Imperador e Defensor Perpétuo do Brasil a 28 de julho de 1823.

É isto o que se denomina na nossa História a Guerra do Fidié.

Rei de Portugal, Imperador do Brasil

O PENSAMENTO da fundação dum Império no vasto território brasileiro é muito anterior à nossa independência política. Parece que, logo depois da restauração da Monarquia portuguêsa, quando D. João IV se via assoberbado de dificuldades, surgiu a idéia da transferência da Côrte para o Brasil. O certo é que o Rei fêz seu primogênito, D. Teodósio, Príncipe do Brasil, dando como apanágio do herdeiro da dinastia o nome da grande colônia lusa. Também, depois do terremoto que quase destruiu Lisboa em 1755 e subverteu grande parte da riqueza do Reino, se pensou nessa transladação. Mas, antes dessa última data, em 1738, D. Luís da Cunha, que foi um dos grandes estadistas de Portugal, na sua "Carta a Marco Antônio" dava a D. José I, sem rebuços, êstes conselhos:

"Que é Portugal? Uma ourela de terra, da qual uma têrça parte é inculta; e a outra é da Igreja; e a que resta não dá produto que baste ao seu sustento. As outras potências da Europa protegeriam Portugal contra a Espanha e esta mesma se absteria de apoderar-se dêle, com receio de perder em troca as províncias do Prata e do Paraguai. No caso da transferência da Côrte (*para o Brasil*), tornar-se-ia necessária uma completa demarcação da América; o Oiapoque e o Prata deveriam ser os limites ao norte e ao sul, e, pelo sertão, o Paraguai até a lagoa dos Saraiés, e daí lançando uma linha divisória até o Madeira".

Mesmo que a Côrte lusa se não mudasse para o Rio de Janeiro, como desejava o insigne estadista, êle queria que o Govêrno Português fixasse êsses limites, para o que poderiam muito contribuir os jesuítas portuguêses, em nada inferiores aos espanhóis, que haviam fundado as missões do Uruguai e do Paraguai. Com essas fronteiras perderia o Rei da Espanha grande território, o que não o prejudicaria muito, porque sôbre êle seu domínio era meramente nominal, em vista do poder que ali tinha a Companhia de Jesus. Ali não havia ouro nem prata,

mas a erva-mate era uma riqueza futura por ser melhor para a saúde do que o chá e o café.

O sonho imperial de D. Luís da Cunha expresso nesse papel, que Cairu e Southey nos revelam, era na verdade desmesurado. Fixado o domínio português naquelas amplas fronteiras que êle requeria para o Brasil, era possível abalar o poder da Espanha no Peru, onde o duro jugo castelhano tornava os povos ávidos de se libertarem dêle. Quanto ao Chile e as demais terras até o Estreito de Magalhães, não seria difícil obtê-las em troca do Algarve. Como se vê, o homem de estado luso não hesitava em propor ao seu Rei o desmembramento da Metrópole para a grandeza da colônia americana, porque, como êle próprio escreve:

"Os tapuias do sertão em nada, senão na côr, diferem dos rústicos das nossas províncias e, demais, depois de instruídos, observam os preceitos da Igreja melhor do que os nossos camponeses, que ou os esquecem ou os desprezam. Mas onde bate o ponto é aqui: *não pode El Rei manter Portugal sem o Brasil, enquanto que, para manter o Brasil, não carece de Portugal*".

E concluía propondo a mudança da Côrte para o Brasil, nestes têrmos: "Melhor é, pois residir onde está a fôrça e a abundância, do que onde está a necessidade e a falta de segurança. Acabarei, portanto, esta minha visão dizendo a Vossa Majestade que, sem embargo de não já ser tempo de falar nela, pode vir algum (do que Deus nos livre) em que não seja mal lembrada".

Foi D. Luís da Cunha profeta. Veio êsse tempo com a invasão de Junot, e o Príncipe Regente D. João se mudou com a Côrte e o aparelhamento do Estado Português para o Brasil. Segundo propunha o estadista luso do século XVIII, na sua visão, fixados aquêles vastos limites territoriais do Brasil e assente nêles a Coroa Portuguêsa, D. José I deveria tomar o título de Imperador do Ocidente.

Êsse pensamento imperial norteou a ação do Príncipe Regente D. João, depois D. João VI, ao transferir-se para o Rio de Janeiro. A Maria Graham, que nos conta o fato, disse o eminente homem de Estado Conde da Barca que seu monarca desejava na América Portuguêsa *to found a new Empire*, fundar um novo Império. Fêz o próprio Príncipe a mesma confissão no Manifesto com que, do Brasil, declarou guerra à França de Napoleão: "A Côrte levantará sua voz do seio do *novo Império* que ela veio criar".

Assim, D. João, que elevou o Brasil à categoria de Reino, igualando-o à Metrópole em 1816, anos antes tornava pública aquela idéia imperial portuguêsa, que vimos tão largamente expressa na *visão* de D. Luís da Cunha. Sabemos que no pensamento de D. Sebastião, na sua louca aventura da África, vibrava a idéia imperial. Nas suas bagagens ia a coroa fechada imperial com que em Fêz pretendia sagrar-se Imperador. Era que a paisagem colonial portuguêsa imensa e rica, estendendo-se dum e doutro lado do Atlântico e do Índico, abarcando pontos do Pacífico, em confronto com a exigüidade da terra metropolitana que a criara, dava êsses ímpetos de criação imperial nesses ilimitados horizontes. Camões cantou no seu poema a Fé e o Império.

Imperador do Atlântico seria D. Sebastião. Imperador do Ocidente seria D. José. Imperador do Brasil acabou sendo de verdade D. João VI.

Sim, pelo tratado em que Portugal reconheceu em 1825, a independência do Brasil, feito sob mediação da Grã-Bretanha, assinado em nome de D. João VI e D. Pedro I por seus representantes diplomáticos, àquele foi reconhecido o título honorífico de Imperador do Brasil, sem direito de transmissão aos seus sucessores. Desta sorte, um Rei de Portugal e o mais brasileiro dos Reis de Portugal foi, afinal de contas, Imperador do Brasil.

O Grande Favorito de Pedro I

ENSINA a História que os poderes são em geral muito inclinados a dar valimento a pessoas de baixa extração ou de mau caráter, apontando-se inúmeros exemplos, entre os quais figuram em primeiro plano o do barbeiro Tristão de Luís XI de França e o da famigerada Camarilha de Fernando VII da Espanha. Vários motivos explicam essa preferência. Em primeiro lugar, essa espécie de gente não faz sombra aos seus protetores; em segundo, lisonjeira como lacaios, sujeita-se a todos os caprichos do amo e presta-se a representar todos os papéis que êle indique; finalmente, não tendo nenhum valor próprio, seu criador pode reduzi-la ao nada de onde saiu, quando lhe der na veneta. Não é, pois, de admirar que muitos dos válidos ou favoritos de Reis e Imperadores, em várias nações, tenham sido bufões, criados, escudeiros, copeiros ou eguariços. De outras vêzes, se sua origem não é tão humilde, trata-se de indivíduos sem escrúpulos ou chocarreiros, verdadeiros testas de ferro ou palhaços dos que mandam.

A essa regra quase geral não escapou nosso simpático primeiro Imperador, o Sr. D. Pedro I, cuja educação foi muito descurada, passando êle o melhor de seu tempo, na adolescência, na pouco recomendável companhia da famulagem do paço real. Daí aquela desenvoltura de linguagem plebéia de que nunca se corrigiu. Comprazia-se Sua Majestade na intimidade de pessoas de categoria inferior e de procedimento um tanto equívoco. Contam-se entre seus válidos de má qualidade dois que deixaram os nomes na história do Primeiro Reinado. Eram um alemão e outro português.

O alemão Jorge Antônio von Schäffer viera para o Brasil em 1821, recomendado à Arquiduquesa D. Leopoldina, mulher de D. Pedro, então Príncipe Real, por seu pai o Imperador da Áustria Francisco II, a fim de fundar um estabelecimento colonial agrícola. Depois da partida de D. João VI para Lisboa,

o Príncipe D. Pedro o nomeou em setembro de 1821 agente secreto para colonização e recrutamento. Recebeu o hábito da Ordem de Cristo e a patente de Major da Imperial Guarda de Honra, quando êste corpo militar se constituiu. Sua atuação no alistamento de soldados para os batalhões mercenários que se criaram no Brasil foi na verdade criminosa. Pago por cabeça de alistado, arrebanhou os piores elementos na Alemanha: mandriões, egressos das penitenciárias, saltimbancos, fidalgos aventureiros sem eira nem beira, verdadeiros bandidos que puseram em 1829 o Rio de Janeiro em polvorosa, depois de cometerem os piores abusos anos seguidos.

Êsses soldados deram ao aventureiro Von Schäffer, que se dizia doutor, o significativo apelido de Schäffer-Cachorro. Até 1827 permaneceu êsse favorito imperial na Europa, contratando os tais colonos para o Brasil. A Imperatriz Leopoldina tomou-se de afeição por êle e com êle manteve seguida correspondência, na qual lhe contava coisas íntimas de sua vida, se queixava das infidelidades do espôso e o tratava por *excelente Schäffer* ou *meu único amigo*.

Por Decreto de 9 de abril de 1827, apesar de tôdas as falcatruas cometidas no serviço de recrutamento e colonização, O Govêrno Imperial nomeava Jorge Antônio Schäffer Encarregado de Negócios do Brasil nas Cidades Hanseáticas, na Baixa Saxônia ou Saxônia Ducal, dos Ducados de Oldenburgo e Mecklemburgo, e na Dieta da Confederação Germânica sediada em Francfort-sôbre-o-Meno.

Schäffer tornou ao Brasil em 1828, sendo promovido a Tenente-Coronel. O valimento imperial recompensava com essa promoção os desserviços que êle prestara à nação. Quatro anos antes, em 1824, em Altona, êle publicava um livro encomiástico "Brasilien als unabhangiges Reich", o Brasil como país independente.

O português era um famoso contador de anedotas e dizedor de pilhérias, que recebeu por isso a alcunha de Chalaça. Depois de divertir com suas piadas o Príncipe Real, passou a divertir o Imperador. Por isso, durante anos e anos, com escândalo da gente séria, foi secretário e confidente especial de Sua Alteza e de Sua Majestade.

Chamava-se Francisco Gomes da Silva, filho do ourives português Antônio Gomes da Silva, nascido em Lisboa a 22 de setembro de 1791, diz Sacramento Blake. Deixara o aprendizado do ofício de ourivesaria na loja paterna para entrar no seminário, do qual saiu, a fim de acompanhar o pai que vinha

para o Brasil na comitiva do Príncipe Regente D. João, em 1807. Três anos depois, entrava para a famulagem do paço como Reposteiro de Número, espécie de lacaio de libré que guardava as portas. E, assim, se infiltrou na intimidade do Príncipe D. Pedro. Aventureiro e arrivista, verdadeiro pícaro, como Estevinho Gonçalves ou Gil Braz de Santilhana.

Graças à proteção do Conde dos Arcos e do Marquês de Vila Nova da Rainha, em cujo agrado caíra, ajudados do Príncipe, conseguiu ser nomeado em 1810 para um emprêgo de certo valor: Juiz de Balança da Casa da Moeda. Mas, tendo raptado com escândalo a uma mulher casada, estêve algum tempo banido da Côrte.

Mal regressava D. João VI a Portugal e o Chalaça tornava à intimidade de D. Pedro, a quem acompanhava nas suas aventuras amorosas. Não o largava um instante durante os acontecimentos que precederam a independência. Estava a seu lado no dia histórico do Ipiranga e foi um dos primeiros que formaram como simples soldado a Imperial Guarda de Honra.

Mandou confeccionar, segundo os modelos que apresentou, a primeira coroa imperial do Brasil e o grande cetro de ouro rematado pelo dragão heráldico da Casa de Bragança. Criado particular, conselheiro privado e amigo inseparável do jovem Imperador, o Chalaça foi realizando uma a uma tôdas as suas ambições, acumulando cargos: Secretário do Gabinete Imperial, Intendente das Cavalariças do Paço, Conselheiro de Estado e concessionário da extração do ouro. A 1 de dezembro de 1823 nomeado Oficial da Secretaria de Estado nos Negócios do Império, dois anos mais tarde, em 1825, pulando por cima de velhos e devotados funcionários, se via promovido a Oficial Maior, que equivale hoje a Diretor Geral. Ademais, Tenente em 1823, Capitão em 1824 e Coronel em 1827, era o Comandante da Imperial Guarda de Honra criada pelo Decreto de 1 de dezembro de 1822 e composta de três esquadrões de gente de prol: um do Rio de Janeiro, um de S. Paulo e um de Minas Gerais.

Seu peito estrelava-se de condecorações: as placas das Ordens de Cristo, da Tôrre e Espada, de S. Leopoldo da Áustria, da Rosa e do Cruzeiro do Sul.

Os abusos que praticou, as prevaricações que cometeu e os inimigos que fêz levantaram contra êle uma escandalosa grita. A opinião pública exigia seu afastamento e o Marquês de Barbacena, à frente do Ministério, fêz ver ao soberano a conveniência de mandar embora o Chalaça e outro válido do mesmo estôfo, João da Rocha Pinto. Então, D. Pedro I nomeou-o primeiro

Enviado Extraordinário e Encarregado de Negócios do Império do Brasil no Reino de Nápoles. Francisco Gomes da Silva embarcou para a Europa sob o pretexto de tratar da saúde, mas não aceitou essa nomeação.

Na Europa, ocupou seus ócios escrevendo e publicando em Londres, respectivamente em 1830 e 1831, um folheto de crítica à "Exposição" do Marquês de Barbacena e um livro intitulado "Memórias oferecidas à Nação Brasileira". Desta obra escreve Sacramento Blake que é raríssima e preciosa pelas luzes que derrama sôbre os fatos do Primeiro Reinado, "dos quais foi o autor testemunha e parte". Nela defende-se das acusações que lhe foram feitas.

Quando D. Pedro I do Brasil como D. Pedro IV de Portugal reconquistou êsse país para sua filha D. Maria II a seu irmão D. Miguel, em 1833, o Chalaça, lembrado de sua fiel dedicação ao ex-Imperador, apresentou-se para servi-lo e foi nomeado Secretário de Estado da Casa de Bragança. Morto o seu imperial e real amigo em 1834, continuou no exercício dêsse cargo e se tornou Procurador Titulado da Imperatriz Viúva D. Amélia.

Nascido em 1791, o Chalaça viveu 61 anos, falecendo em Lisboa em 1852. Nenhum outro dos áulicos ou favoritos de D. Pedro I teve sôbre êste a sua influência nem lhe foi mais fiel. A História ainda não pronunciou definitivo juízo sôbre a personalidade de Francisco Gomes da Silva.

D. Pedro I, o Amor e a Política

TÔDA a gente sabe que nosso primeiro Imperador D. Pedro I foi um dos grandes amorosos coroados, contando-se por dezenas suas aventuras galantes no Rio de Janeiro. Veio, talvez, em grande parte dessas façanhas de amor à popularidade de que gozou até que a mancebia pública e notória com a famosa Marquesa de Santos, a Pompadour do Primeiro Reinado, como alguns a chamaram, pondo a bondosa Imperatriz Leopoldina em situação humilhante, que a imprensa da época explorou à vontade, contribuiu, com outras razões de caráter político, para a perda dêsse prestígio.

Os povos sempre gostaram dos Reis Cavaleiros como D. Pedro I, guerreiros, esportivos, decididos, acessíveis, estabanados, obedientes aos seus instintos e impulsos naturais. Têm sempre para os seus galanteios, enquanto êstes permanecem no âmbito das coisas puramente humanas e individuais, um sorriso de complacência e simpatia. Contudo, quando vão além dêsses limites e implicam na perda da majestade soberana ou na interferência feminina na administração e na política, franzem o sobrolho e condenam tais atitudes como indignas do Poder Soberano. Esta é a lição que nos dá a História através das nações e dos tempos.

Enquanto Sua Majestade Imperial, ótimo manobrador de soldados, excelente cocheiro de seges e traquitanas, magnífico cavaleiro, se aprouve de freqüentar modistas franceses da antiga Rua do Ouvidor ou de saltar muros e janelas, à noite, para colhêr os beijos de burguesas espevitadas, fidalgas levianas ou mulheres do povo deslumbradas pelos ouropéis do Imperador, perdoou todos êsses estouvamentos próprios de uma mocidade ardente e sadia. Logo, porém, que viu instalada nas cercanias do Paço da Boa-Vista, com posição de relêvo na Côrte, mimada e adulada, exercendo uma espécie de advocacia administrativa, influenciando a escolha dos ministros, produzindo bastar-

dos e estendendo mesmo as mãos ávidas para a coroa, a amante oficial, a revolta e a indignação se manifestaram através dos papéis impressos, dos escritos anônimos, dos pasquins torpes e das inscrições noturnas em muros e paredes. Isso era demais!

A morte da Imperatriz sagrou-a como vítima da comborça imperial e trouxe contra essa tais ondas de suspeitas e de impopularidade que o soberano se viu obrigado, depois de muita hesitação, a sacrificá-la. Surgiu, em conseqüência, a necessidade de novo casamento para o Monarca brasileiro e as nossas crônicas relatam o que foi a odisséia de seus diplomatas em busca duma noiva de sangue real, que se atrevesse a partilhar o leito conjugal com um Imperador de país longínquo e malconhecido, onde êle era proclamado um verdadeiro Minotauro, um Barba-Azul.

Com repulsas claras ou subterfúgios aleatórios, as chancelarias européias afastaram qualquer idéia de tal casamento. As casas soberanas da Suécia, da Rússia e da Áustria, obedecendo não só aos mandados e interêsses políticos do momento, como à má fama de que gozava D. Pedro I, evitaram arriscar suas Princesas numa aventura matrimonial além do oceano. Enfim, o Marquês de Barbacena, gastando rios de dinheiro, conseguiu encontrar uma jovem de rara beleza, mas não de sangue real muito puro, para trazer aos braços ansiosos do Monarca brasileiro. Foi a segunda Imperatriz do Brasil, D. Amélia de Leuchtenberg, filha do Príncipe Eugênio de Beauharnais, enteado de Napoleão Bonaparte e por êle nomeado Vice-rei da Itália, o qual casara com uma filha do Duque da Baviera, pelo mesmo Napoleão elevado a rei.

D. Pedro I, seduzido pela sua formosura, parece que de verdade a amou, e ela, seduzida por suas altas, inegáveis qualidades de homem e de soldado, também lhe dedicou profunda afeição. O fato mais digno de nota é que o Imperador, segundo parece, lhe foi tão fiel quanto era possível ao seu árdego temperamento de verdadeiro *coureur de femmes*. Na verdade, depois das segundas núpcias, não se conhece nenhuma ligação que tivesse e as pouquíssimas aventuras a que os cronistas se referem, entre as quais uma nos Açôres, quando ali preparava a invasão de Portugal, permanecem num véu de penumbra e mistério, que não permitem a um historiador consciencioso aceitá-las sem maior exame.

É muito difícil que os amôres dum Monarca se mantenham nos estreitos limites de sua vida particular. O natural é que dela extravasem para os campos da administração e da política,

não só porque a amante do soberano, cercada de lisonjeiros e oportunistas, acaba formando uma côrte ao lado da côrte oficial, o que a empavona de prestígio e glória mundana, como porque o próprio soberano há de procurar, se por ela está embeiçado, como diz o povo, satisfazer-lhe caprichos, desejos e ambições. Vemos na Bíblia a famosa judia Ester apoderar-se da alma do Rei da Pérsia e mudar, em favor do seu povo, a política anti-judaica que o govêrno seguia. Vemos em Heródoto a cortesã de Naucratis, Rodope, governar o Faraó do Egito. Vemos em Roma o poderio público das amantes dos Césares. Vemos na Idade Média o prestígio de Agnés Sorel. Vemos ainda, mais perto de nós, Diana de Poitiers com Francisco I, a Lavalliére e a Maintenon com Luís XIV, a Pompadour e a Du Barry com Luís XV.

O nosso Rei Cavaleiro, por sua vez, como veremos adiante, gostava de associar à política os seus amôres, de modo próprio. Na sua vida amorosa, êle passou por três períodos diversos: no primeiro, amou a granel, com o entusiasmo da adolescência e da mocidade, as belas mulheres que se ofereceram aos seus braços; no segundo, fixou-se em uma paixão carnal violenta por D. Domitila, Marquesa de Santos; e no terceiro, já na idade de maior madureza, entregou-se de corpo e alma ao amor legítimo e louvável pela formosa D. Amélia de Leuchtenberg.

Possui o Museu Histórico Nacional, nas suas coleções, três inestimáveis relíquias que documentam as três fases amorosas da agitada e curta vida do fundador do Império Brasileiro, que morreu exausto de canseiras, lutas e guerras, golfando o sangue dos pulmões desfeitos, aos 34 anos de idade, por uma coincidência extraordinária na mesma sala do Palácio de Queluz, onde nascera. A sala denomina-se de D. Quixote e tem nos seus painéis decorativos a representação dos principais episódios da fantástica vida do herói de Cervantes, como se simbolizassem a vida quixotesca dêsse que foi D. Pedro I do Brasil e D. Pedro IV de Portugal.

A primeira dessas relíquias, que data da mocidade imperial, quando D. Pedro proclamou a independência do nosso país, é um sinête-berloque, destinado à cadeia do relógio. Consta de uma bela turmalina azul, gravada com esmêro nas suas três faces. Com ela, Sua Majestade, naquele tempo, em que ainda se não inventara o envelope, dobrando-se e lacrando-se o papel da própria carta, apunha seu sêlo às missivas que enviava. Numa das faces, a marca destinada às epístolas de caráter oficial: dentro duma cercadura elíptica, com a legenda patriótica Indepen-

dência ou Morte, sua sigla ou monograma, em cursivo. Na outra, o carimbo para a correspondência de amizade: um cisne boiando sôbre as águas, símbolo de pureza de intenções, e o dístico, em francês, como era da elegância de seu tempo — *Je pense.* Na terceira, uma pena e um coração, com o lema, que sempre desmentira na prática amorosa — *Sempre sincero.* Êste era o sinête das cartas e bilhetes de amor...

A segunda relíquia mostra como, a exemplo do sinête-berloque, se misturavam o amor e a política no pensamento imperial. Ela concretiza essa justaposição que o berloque já deixa entrever. Trata-se duma carta de D. Pedro à Marquesa de Santos, oferta do Presidente Epitácio Pessoa ao Museu Histórico. Diz assim, respeitada a sua ortografia:

"Meu Amor e meu Tudo. No dia em que fazia trez annos q. eu comessei esta amizade com Mecê assigno o tratado do nosso reconhecimento como Imperio por Portugal. Hoje q. Mecê faz os seus vinte e sette recebo a agradavel noticia q. no Tejo tremulara em todas as embarcaçoens nelle surtas o Pavilhão Imperial, effeito da ractificação do Tratado por El Rey meu Augusto Pay. Quanto he para notar uma tal combinação de acontecimentos politicos com os nossos domesticos e tão particulares!!!! Aqui ha o q. quer q. seja de misteriozo que eu ainda por hora não divizo, mas q. indica q. a Providencia vella sobre nós (e se não é pecado) athé como q. approva a nossa tão cordial amizade, com tão celebres combinaçoens. Como estou certo que Mecê toma parte e bem a peito nas felicidades ou infelicidades de nossa cara Patria, por isso tive a lembrança de lhe escrever.

Este seu fiel constante disvellado agradecido, e verdadeiro Amigo, e Amante do fundo d'alma — *O Imperador.*

P.S. Não responda para se não encommodar, e perdoe a carta ser tão grande, e maior q. fosse ainda não dizia o q. querem dizer tais combinaçoens".

Em nenhum documento amoroso se pode encontrar maior prova de sua *combinação,* na linguagem imperial, da política com o amor, levando de permeio, sacrìlegamente, a Providência Divina. A assinatura da epístola é digna de nota. O soberano apaixonado como um rapazola firma-a, não com seu nome pessoal, Pedro, ou, como em outras, com os apelidos que lhe dava na alcova a Marquesa de Santos e que são conhecidos — *Demonão* e *Fogo-Foguinho,* mas com a chancela em letra graúda dos seus decretos, a rubrica de soberano: *O Imperador!*

Passemos à terceira relíquia dêsse amor misturado à vida pública da Nação. É a magnífica placa de Dignitário da Ordem Imperial da Rosa, criada para comemorar o casamento de D. Pedro I com D. Amélia, linda estrêla de esmalte branco sob a coroa do Império, repousando sôbre um resplendor de ouro e circulada por uma romântica guirlanda de rosas desabrochadas. Nessa flor, o entusiasmo amoroso do Monarca simbolizara a peregrina beleza da jovem Imperatriz. Ao centro, em monograma, as iniciais entrelaçadas P. A., Pedro e Amélia. Em tôrno a legenda — *Amor e Fidelidade.*

Foi, assim, que D. Pedro I fêz seus amôres entrarem na História do Brasil.

D. Pedro I e a Maçonaria

TODOS os estudiosos de nossa história conhecem de sobra o importante papel que a Maçonaria representou nos pródromos de nossa emancipação política. Quase sem exceção, os grandes vultos políticos e militares dessa época estavam filiados às sociedades secretas. As Lojas de S. Paulo e do Rio de Janeiro atuavam por trás das personalidades em evidência. Até membros do clero, a despeito da excomunhão *ipso facto* pronunciada pelo Papado desde os breves de 1738 e 1751, a elas se achavam filiados.

A atividade maçônica no Brasil vinha se acentuando desde o entardecer do século XVIII. Foi muito silenciosa até 1815, quando se fundou a famosa Loja Comércio e Artes, que funcionou na casa do Dr. José Joaquim Vahia, na Pedreira da Glória, e, depois, na do Capitão-de-Mar-e-Guerra Domingos de Ataíde Moncorvo, em Niterói. No ano de 1816, havia 5 lojas regulares em Pernambuco. Em 1821, montava-se o Poder Maçônico brasileiro no Rio e em 1822 fundava-se, afinal, o Grande Oriente do Brasil, do qual decorreram as duas famosas lojas de Niterói: União e Tranqüilidade, e Esperança da Vitória. Houve mais em Niterói a Distinta ou Distintiva, que parecia datar de 1821. E, segundo Gonçalves Lêdo e José Bonifácio, é de crer que a primeira loja maçônica regular no Brasil foi a Reunião, estabelecida em 1801.

Na sua atuação a prol da independência, a Maçonaria procurou condicioná-la a uma verdadeira transação entre os elementos nacionais conservadores e os mais avançados. Êstes queriam logo a república. Aquêles a repeliam. Daí se tomar como base a permanência da dinastia bragantina num império constitucional e democrático. A república viria a seu tempo, como veio, coroando a obra. Tudo se fazia sob o influxo das idéias do racionalismo filosófico lançado ao mundo pela Enciclopédia. O Príncipe D. Pedro, Regente do Reino do Brasil na

ausência do pai, D. João VI, de retôrno à Europa, cooperou de bom grado com o movimento que o empurrava para um trono imperial. Mas, pensando servir-se da Maçonaria, a ela é que estava servindo.

A 13 de maio de 1822, o Brigadeiro Domingos Alves Branco Muniz Barreto propôs que a Maçonaria conferisse a D. Pedro o título de Protetor e Defensor Perpétuo do Brasil, para que, à dignidade de Regente, emanada do Soberano português, se juntasse outra, outorgada pelo povo. D. Pedro, lembrado de Cromwell, não aceitou a palavra Protetor e ficou sòmente Defensor Perpétuo. Então, a Maçonaria funcionava na antiga Rua da Ajuda, em casa de Joaquim José da Rocha.

Ali começou a trama para forçar o Príncipe a ficar no Brasil, desobedecendo ao chamado da metrópole e inutilizando a ação da tropa portuguêsa do comando do General Avilez. O Fico foi a porta aberta para o grito de "Independência ou Morte!". Quando D. Pedro seguiu para o interior, a conquistar o apoio de Minas e S. Paulo, a Maçonaria decidiu recebê-lo no seu seio e dar-lhe o malhete de Grão-Mestre. Na mesma noite do seu regresso da Paulicéia, tomou posse do cargo. Fôra, sem dúvida, José Bonifácio quem cuidadosamente o guiara até o seio da Loja. Era êle, então, o Grão-Mestre em exercício. Tomou o Imperador como maçom a alcunha ou nome de guerra de Guatimozin. Iniciado como aprendiz, em oito dias galgava todos os graus até o último. E Menezes Drummond conta que, no dia de sua aclamação, o Imperador se achava rodeado de todos os *irmãos* trazendo armas ocultas.

Mesmo antes de proclamada a independência e de se instituir o Império Brasileiro, formaram-se no seio da Maçonaria duas facções rivais, a de Gonçalves Lêdo e a de José Bonifácio. Êste dirigia os mais conservadores; aquêle os mais liberais, os mais avançados. Girondinos e Jacobinos. Por isso o Patriarca deixou o Grande Oriente e fundou o Apostolado ou Nobre Ordem dos Cavaleiros de Santa Cruz. D. Pedro foi eleito seu Arconte-Rei e José Bonifácio Cônsul. Ambos prestaram juramento a 22 de junho de 1822.

O Imperador, como se vê, pertencia às duas facções maçônicas e procurou navegar entre elas sem choques bruscos. Todavia a de Lêdo exigiu dêle o juramento prévio da Constituição que se ia votar. D. Pedro rebelou-se e, assomado de gênio como era, mandou na qualidade de Grão-Mestre a Gonçalves Lêdo a seguinte prancha: "Cumprindo fazer certas averiguações públicas como particulares na Maçonaria, mando primo

como Grão-Mestre que os trabalhos da maçonaria se suspendam até segunda ordem minha. É o que tenho a participar-vos agora. Resta-me reiterar os meus protestos como irmão. *Pedro Guatimozin,* Grão-Mestre".

Sêco e expressivo. Lêdo submeteu-se, mas lançou a Marquesa de Santos contra José Bonifácio. O Imperador, numa noite chuvosa, à frente de 50 soldados do Regimento de Artilharia Montada, entrava na sede do Apostolado, na Guarda Velha, onde hoje fica o Tabuleiro da Baiana, fechava o *Templo* e mandava carregar os arquivos para lugar seguro.

A luta entre o soberano e as facções maçônicas continuou daí por diante sem remissão até a queda de Sua Majestade na madrugada de 7 de abril de 1831, provocada por aquêles mesmos liberais exaltados que já pensavam em república. Um de seus jornais dizia nessa ocasião estas palavras significativas: "O perjuro abdicou. Devemo-lo deixar partir em paz, podendo êle colhêr livremente os frutos das traições cometidas contra nós". Confissão mais do que clara.

Chegaram até nossos dias as insígnias maçônicas usadas por D. Pedro I. Estão guardadas no Museu Histórico, ao qual foram doadas pela Viscondessa de Cavalcanti, cujo marido, um dos estadistas do Império, as conservava com o maior carinho. São as seguintes: faixa bordada a sêda e ouro com a águia bicéfala de Cavaleiro Kadosch como pendente; avental de Grão-Mestre com a figura do Templo à sombra da Acácia; malhete de sinais, de bronze dourado, com o nome do Imperador gravado em relêvo; finíssimo espadim de lâmina de Toledo e punho de latão dourado e filigranado.

Ao lado dessas preciosas relíquias, há uma outra encontrada nos desvãos do Paço de S. Cristóvão, quando o mesmo foi entregue ao Museu Nacional. Trata-se dum gládio maçônico grande e forte, de punho singelo e bainha de veludo vermelho. É de supor tenha pertencido também a D. Pedro I, de vez que D. Pedro II nunca fêz parte, que se saiba, de qualquer sociedade secreta. Talvez seja o gládio de Arconte-Rei no Apostolado.

Tais peças recordam aos brasileiros de hoje o papel representado junto à Maçonaria pelo Imperador D. Pedro I, Guatimozin e Arconte-Rei ao mesmo tempo.

A Morte de Líbero Badaró

JOÃO Batista Líbero Badaró nasceu em 1798 na cidade marítima de Laigueglia, na Itália. Nessa ocasião, as idéias da Revolução Francesa eram impostas *manu militari* na Península e, na região em que se incluía aquela cidade, fôra instituída a efêmera República da Ligúria. Poucos anos depois, a espada vitoriosa de Napoleão Bonaparte a anexaria ao território francês. Era filho dum médico, o Dr. Andréa Badaró, cujo culto pelo idealismo revolucionário se depreende do próprio nome que impôs ao seu descendente na pia batismal: Líbero, o Livre. Educou-se êste pois, dentro da craveira espiritual paterna, e formou-se em medicina, seguindo-lhe o exemplo.

Líbero Badaró era homem de espírito e cultura, sobretudo nos ramos da zoologia e da botânica, tendo realizado algumas pesquisas em ambos e publicado trabalhos a respeito. Aos 28 anos de idade, portanto em 1826, quatro anos após nossa independência política, transferiu-se para o Brasil. Ignora-se o verdadeiro motivo dessa mudança. Os biógrafos de Badaró, como Joaquim Antônio Pinto Júnior ou Argemiro da Silveira, alegam que o Brasil era seu *sonho dourado* e que, além do *desejo de estudar nossa flora,* o clima revolucionário da época no nosso país o tentava. Não documentam, porém, o que afirmam. É lícito, pois, convir que essas razões de caráter político foram as principais, em vista, do ambiente ideológico em que Badaró se criara e do sentido internacionalista do mesmo, sobretudo na Itália, onde pululavam as sociedades secretas com êsse caráter.

De chegada, Líbero Badaró demorou no Rio de Janeiro, colecionando exemplares de nossa flora, escrevendo uma monografia sôbre trepadeiras e fetos, fazendo relações pessoais e exercendo a clínica. Em 1827, criou o Govêrno Imperial os Cursos Jurídicos, instituindo as Faculdades de Direito de Olinda e S. Paulo. Nossos estudantes nessas matérias já não precisavam mais ir à velha Coimbra. E a mocidade que iria fre-

qüentar essas escolas superiores se apresentava naturalmente como uma massa plástica, na qual se poderia fàcilmente moldar a mentalidade futura da nossa sociedade.

Daí certamente o interêsse de acorrerem a S. Paulo elementos alienígenas formados nas idéias revolucionárias do século, a fim de as transmitirem através do ensino às novas gerações brasileiras. É o que se infere através de certos períodos de um de seus biógrafos: "Seu coração sempre ardera pelo amor da liberdade debaixo de cujos auspícios nascera. Suas virtudes e sua instrução o tinham disposto a prestar-se naturalmente para tudo o que fôsse dirigido a beneficiar a espécie humana: e a esperança de lhe ser útil com seus conhecimentos, unida aos convites de uma grande multiplicidade de vozes que se erguiam de tôda a parte contra os inimigos do sistema político estabelecido e jurado, o determinaram a desposar a causa dêste mesmo sistema e a levantar, como escritor público, a espada sôbre as indignidades e as maquinações dos perversos, fazendo-se para com os povos intérprete da razão e da lei e o órgão geral dos sentimentos da gente livre e cordata". Quem quiser entender direito que entenda.

É muito curioso um estrangeiro que, sem motivo aparente, vem para o Brasil numa quadra agitada de sua história e aqui, mal decorrido um ano de sua chegada, já se acha no ponto de entrar na vida pública nacional e nela atuar como um intérprete da razão, da lei e dos sentimentos. Pergunta-se lògicamente: que credenciais tinha perante o Brasil que não ajudara nunca a construir, nem a defender, êsse italiano, para exercer tal mandato?

Em 1828, segundo Azevedo Marques, temos Badaró em S. Paulo, herborizando e clinicando, mas de olhos fitos no novo Curso Jurídico. Tanto assim que, nesse mesmo ano, se oferece e é aceito para ensinar *gratuitamente* na cadeira de Geometria, enquanto não chegasse o professor nomeado para a mesma. Ainda falava mal a nossa língua, o que lhe criou não pequenas dificuldades. Residia na Rua Nova de São José, hoje crismada com seu nome, e sua casa era ponto de reunião de estudantes. Tinha excentricidades e pisava duro, pesadamente, com sapatos de sola grossa, de onde seu apelido de "o Botas".

Em 1829, êsse estrangeiro lançava um jornal político sob o título de "O Observador Constitucional", censurando as autoridades, criticando as leis e atacando as pessoas que não estavam nas medidas *a priori* traçadas no seu espírito desde as terras européias. Em 1830, o Vice-Presidente da Província no exer-

cício da Presidência e Bispo Diocesano, D. Manuel Joaquim Gonçalves de Andrade, homem de bem, carregado de serviços à Religião e à Pátria, oficiava ao Govêrno Imperial dizendo que o redator do "O Observador" era "um italiano, de nome Badaró, que em 1828 para aqui mandou o Deputado Costa Carvalho, e entrou nesta cidade com o título de grande médico, mas êsse crédito em breve tempo desapareceu. Depois, não tendo ainda chegado o professor de Geometria, êle se ofereceu para ensinar esta Ciência gratuitamente, eu lhe permiti e lhe franqueei uma sala nos baixos da casa do Govêrno; de fato, ensinou perto de um ano, com a desgraça que nenhum de seus discípulos aproveitou. Por fim, não se verificando nêle o verso latino — *Dat Galenus apes*, etc., passou por acaso a redator daquela fôlha, que tem extração pelos continuados ataques e achincalhações às autoridades, e pelas correspondências de intrigas de que é cheia, sendo estas matérias que a gente miúda lê com apetite, ao menos por ser a que pode entender".

Vemos, assim, que o italiano, sem a menor raiz na nossa terra, logo de entrada nela se arrogava o direito de meter o bedelho na sua vida política e não respeitava fôsse quem fôsse. Nem a magistratura na pessoa do Ouvidor e Desembargador Dr. Cândido Ladislau Japiaçu, cujo grande crime, segundo um ofício da Câmara Municipal ao Conselho do Govêrno da Província, fôra ameaçar de prisão os liberais que haviam iluminado as fachadas de suas casas, quando, em França, no ano de 1830, os revolucionários derrubaram os Bourbons. Grande crime na verdade perante o revolucionarismo internacional!

Nesse mesmo ano, o "Observador Constitucional" apontou suas baterias para a pessoa do Monarca. No artigo com que se apresentara ao público, êsse jornal se dizia órgão duma sociedade de estrangeiros, o que o punha justamente fora das paixões locais e apto à tarefa de criticar os acontecimentos. Pois êsses estrangeiros, tendo à frente Badaró, nem respeitavam sequer a pessoa do Chefe da Nação que os acolhera.

Na noite de 20 de novembro de 1830, dois indivíduos, um dos quais era o alemão Henrique Stock, se emboscaram junto a casa onde residia Badaró, na Rua de S. José, do lado esquerdo de quem vai para o Largo de S. Francisco. Fazia luar, passavam serenatas e êles se cosiam à sombra das paredes. Passou por êles o marceneiro inglês Roberto Watkins, que reconheceu Stock e, em resposta às suas pilhérias, mandou fôsse cozinhar a bebedeira em casa. Quando Badaró veio para sua residência, desembocado na Rua Direita, o citado alemão dêle se aproxi-

mou, puxou com êle rápida conversa e deu-lhe um tiro de pistola no baixo-ventre com a arma que trazia escondida sob a japona. O jornalista italiano tombou mortalmente ferido, gritando por socorro.

Muita gente correu para aquêle local, o assassino e o indivíduo que o acompanhava fugiram, as autoridades não foram encontradas e, transportado para seu leito, Líbero Badaró esperou a morte. Confessou-se e comungou no dia 21 pelas 11 horas da manhã e faleceu às 10 horas da noite, dizem que perdoando aos seus assassinos e pronunciando estas palavras célebres: — "Morre um liberal, mas não morre a liberdade!"

O povo, indignado com o crime, exigiu do Comandante das Armas, Coronel Carlos Maria Oliva, a prisão dos matadores, que se julgava serem *três alemães*, entre os quais o de nome Stock em alguns documentos denominado Henrique e noutros Simão. Foram agarrados dois dêles na casa do Ouvidor Japiaçu, onde se haviam refugiado, e entregues ao Juiz Criminal.

O entêrro de Badaró na noite de 22 de novembro, à luz de tochas, teve grande pompa e concorrência.

No processo que se fêz, viram-se implicados no crime os alemães e o Dr. Japiaçu, que, ameaçado na sua vida pelo poviléu, foi remetido prêso para o Rio de Janeiro, onde sua inocência se provou e reconheceu. Stock foi condenado, porém dizem alguns que era inocente também, que outro praticara o crime. Profundo mistério envolve o assassínio de Líbero Badaró. Contava-se que a ordem para matá-lo fôra levada da Côrte pelo Tenente de Caçadores Carlos José da Casta, que se conluiara com Stock na chácara do Dr. Justiniano de Melo Franco, no Brás. Acusou-se de mandante do crime ao próprio Imperador D. Pedro I. Quando em maré de impopularidade o monarca visitou Minas, os sinos de Ouro Prêto o receberam ao dobre de finados *pela alma de Líbero Badaró*. No entanto, nenhuma prova jamais se exibiu de qualquer participação sua no caso. Diz-se ainda que o verdadeiro assassino era o citado Tenente, não tendo Stock feito mais do que apontar-lhe a vítima que não conhecia. Êsse militar acabou a vida na maior miséria e no maior abandono, em Santos. Opinam alguns cronistas do assunto que obedecera às sugestões ou ordens da sociedade secreta denominada Colunas do Trono, a qual fôra criada por José Clemente Pereira e cujos membros se intitulavam colunistas-clementistas. A verdade é que nada se sabe ao certo sôbre essa morte que abalou a opinião paulista em 1830 e muito contribuiu

para diminuir o prestígio popular de que gozava nosso primeiro Imperador.

Em 1889, os restos mortais de Líbero Badaró, que se encontravam na Igreja do Carmo, foram trasladados para o Cemitério da Consolação, onde repousam num túmulo de mármore com êste epitáfio:

S. Paulo — 21 Novembre 1889
Alla mano del Sicario
All'ingiuria del tempo
Vendicano
In G. B. Libero Badaró
Il pensiero del filosofo
Il cuore del medico e del cittadino
L'umanitá
XXI Novembre MDCCCXXX

A trasladação, porém, não foi feita no dia 21, como consta da epigrafia tumular, e sim no dia 24, domingo, devido às perturbações trazidas à vida da cidade pela proclamação da República no dia 15.

O Sacrifício do Imperador

DE fins de março a princípios de abril de 1831, a cidade do Rio de Janeiro fervilhava de boatos que tornavam pesado o ambiente político. Sentia-se uma revolução no ar que se respirava. De 14 a 15 de março, quando os partidários de D. Pedro I, então acoimados de portuguêses, embora entre êles houvesse lusos e brasileiros, festejavam a volta do Imperador de sua viagem a Minas Gerais com bródios e luminárias, estalara pavoroso conflito que passaria à História com o título de Noite das Garrafadas, naturalmente porque as armas nêle mais usadas para desancar os adversários foram as garrafas da própria festa. Daí por diante a boataria não deu mais tréguas aos espíritos. Verdadeira guerra de nervos ou guerra fria, como se diz em nossos dias.

Dizia-se que D. Pedro I estava entregue de corpo e alma aos *corcundas, marotos, bicudos* ou portuguêses que haviam aderido à independência para destruí-la, reconduzindo os brasileiros ao regime colonial de que se haviam libertado. Afirmava-se que essa gente escondia armamentos com que pretendia de súbito atacar os quartéis, apossando-se de seus depósitos, inutilizando a guarnição militar e ocupando os pontos estratégicos da capital do Império. Essa conjura visava em primeiro lugar apoderar-se da artilharia para com ela esmagar os patriotas nas ruas. Os jornais avolumavam mais ainda a tensão existente com seus artigos incendiários. Ela se propagava às províncias, onde se davam desordens. Lembrava-se o exemplo do povo de Paris, que, no ano anterior, 1830, erguera barricadas, desafiara as tropas e expulsara o Rei Carlos X.

Os liberais-exaltados, como eram chamados, promoviam ajuntamentos, arengas e conflitos sobretudo nas proximidades dos quartéis. Assim se mantinha uma contínua efervescência de ânimos. O Imperador organizara a 19 de março um Ministério que não conseguiu sequer pôr ordem nas ruas. A 5 de abril

despediu-o e formou outro de que faziam parte velhos estadistas de origem portuguêsa e de espírito conservador, então considerados reacionários, como, por exemplo, os Marqueses de Inhambupe e de Paranaguá.

Êsse foi o pretexto para a rebelião. A 6 de abril, corria pela cidade que a Polícia prendera os dois grandes corifeus liberais Evaristo da Veiga e Nicolau de Campos Vergueiro. O populacho aglomerava-se pelas esquinas e era hàbilmente conduzido a uma espécie de concentração no Campo de Santana, onde pronunciavam discursos inflamados o Deputado Odorico Mendes Vieira e o jornalista Borges da Fonseca. A êsse comício compareceram os Juízes de Paz dos distritos próximos, que receberam a incumbência de ir ao Paço da Boa Vista, em S. Cristóvão, pedir ao Soberano, em nome do povo, a reintegração do Ministério demitido. D. Pedro I repeliu a exigência como atentatória à dignidade do poder que exercia.

À noite, crescendo a agitação, os Deputados oposicionistas Evaristo da Veiga, Carneiro Leão, Custódio Dias, Henriques de Rezende, Limpo de Abreu e Martiniano de Alencar conseguiram a adesão do Brigadeiro Francisco de Lima e Silva, pai do futuro Duque de Caxias, cujas tropas ocupavam o Campo de Santana por ordem do Govêrno, a fim de enfrentar qualquer manifestação popular. Êsse General foi ao Paço da Boa Vista entender-se com o Imperador sôbre a gravidade da situação. D. Pedro disse-lhe sem subterfúgios que a agitação contra o Ministério era simples pretexto, que a sua pessoa era a visada no movimento e que os liberais desejavam pô-lo fora do trono. Nada menos e nada mais. Por isso não cedia uma linha.

Enquanto o Brigadeiro Lima e Silva ia e vinha, suas tropas, cercadas de manifestantes, incitadas pelos discursos e influenciadas pelo ambiente, fraternizavam com a massa popular e seus agitadores. Desta sorte, viu o General que já não contava mais com sua disciplina e mandou o Major Miguel de Frias comunicar ao Monarca que o Exército agora apoiava a reclamação do povo e exigia uma resposta breve. Punha-se, assim, à frente do movimento que não poderia mais deter. D. Pedro I, aconselhado a ceder, mandara procurar o Senador Nicolau de Campos Vergueiro, que era liberal e popular, para entregar-lhe a tarefa de constituir novo Ministério. Miguel de Frias permaneceu no Paço da Boa Vista à espera dessa providência. Mas não houve meio de se encontrar o Senador Vergueiro, o tempo passava, a agitação crescia e era preciso resolver a grave situação.

Enquanto isso, as tropas que guardavam o Imperador em S. Cristóvão, aliciadas por enviados das do Campo de Santana, pouco a pouco o foram abandonando no decurso da noite. Primeiro o Regimento de Artilharia Montada. Por fim, o próprio Batalhão do Imperador, do qual sòmente lhe ficou fiel o Major Luís Alves de Lima e Silva, futuro Duque de Caxias. Conta Monsenhor Pinto de Campos, biógrafo do grande soldado, a propósito, êste magnífico episódio:

Consultado pelo Soberano sôbre a situação, o Major Lima e Silva disse: — "Se Sua Majestade quiser debelar o movimento, nada será mais fácil. Bastará seguir nesta mesma noite para a fazenda de Santa Cruz, e ali reunir as Milícias, à frente das quais estou pronto para me colocar, devendo estacionar no Campinho os postos avançados. Se, porém, se adotar êste alvitre, deverá ser acompanhado dum decreto, concedendo baixa a todos os soldados da primeira linha, que a quiserem; pois, feito isso, dentro de 24 horas, os oficiais se acharão sós". A êste conselho, o Imperador respondeu: — "O expediente proposto é digno do Major Lima e Silva; mas não o aceito, porque não quero que por minha causa se derrame uma só gôta de sangue brasileiro..."

Desalentado ante a revolta e a traição, D. Pedro I abdicou no filho pequenino, que seria D. Pedro II, na madrugada de 7 de abril, acolhendo-se com a Imperatriz D. Amélia e sua filha D. Maria II de Portugal a bordo da fragata inglêsa "Warspite", surta no pôrto. Dela se passou para a "Volage" que o levou à Europa. Ia, como D. Pedro IV de Portugal, escrever o último capítulo de sua vida cavalheiresca e gloriosa, reconquistando nos azares da guerra civil ao irmão D. Miguel o trono de sua filha. Êle esperava desde 1830 no Brasil a repercussão do movimento em França contra Carlos X. Disse-o em francês aos membros do corpo diplomático estrangeiro que o visitaram na "Warspite", na manhã de 7 de abril: "Je me suis attendu à une révolution dans ce pays-ci aprés ce qui était en France... J'ai été trahi depuis longtemps..."

Antes de partir, ao filho de 5 anos de idade escrevia esta página de antologia: "Meu querido filho e meu Imperador. Muito lhe agradeço a carta que me escreveu, eu mal a pude ler, pois as lágrimas eram tantas que me impediam de a ver; agora que me acho, apesar de tudo, um pouco mais descansado, faço esta para lhe agradecer a sua e para certificar-lhe que, enquanto vida tiver, as saudades jamais se extinguirão em meu dilacerado coração. Deixar filhos, pátria, amigos, não pode haver

maior sacrifício; mas levar a honra ilibada, não pode haver maior glória. Lembre-se de seu pai, ame a sua, a minha pátria, siga os conselhos que lhe derem aquêles que cuidam de sua educação, e conte que o mundo o há de admirar, e que eu hei de me encher de ufania por ter um filho digno da pátria. Eu me retiro para a Europa: assim é necessário para que o Brasil sossegue, o que Deus permita, e possa para o futuro chegar àquele grau de prosperidade de que é capaz. Adeus, meu filho, receba a bênção de seu pai que se retira saudoso e sem mais esperanças de o ver. *D. Pedro de Alcântara*".

Pai e filho nunca mais se viram. Durante uma década, o Brasil não sossegou. O sangue que D. Pedro I, recusando o conselho leonino de Caxias, não quis derramar, os brasileiros fizeram correr nas aras da anarquia de noite a sul do país. Cabanos no Pará, Balaios no Maranhão, Pintistas no Ceará, Setembristas e Decembristas em Pernambuco, Sabinos na Bahia, Liberais em S. Paulo, Luzias em Minas e Farrapos do Rio Grande do Sul a Santa Catarina, todos não tiveram o mesmo escrúpulo do Monarca em poupá-lo.

Com 36 anos de idade apenas, esgotado por uma vida dinâmica, D. Pedro I faleceu a 24 de setembro de 1834, no Paço de Queluz, no mesmo aposento onde nascera a 12 de outubro de 1798, a Sala de D. Quixote, ilustrada com painéis da vida do Cavaleiro Andante, cujo destino parecia o paradigma do seu. Ali, antes de fechar os olhos para o derradeiro sono, perguntando-lhe a filha qual sua última vontade, respondeu que desejaria ver um soldado do Batalhão de Caçadores 5, do qual era Coronel honorário e que o acompanhara dos Açôres do Mindelo, combatendo sob suas ordens no Cêrco do Pôrto. O Duque da Terceira mandou vir um cabo dêsse batalhão, que se ajoelhou em pranto ao pé do leito, onde agonizava o Rei de Portugal e Imperador do Brasil. E D. Pedro adormeceu na morte, pousando os olhos enevoados e a mão álgida na fardeta côr de pinhão com chouriças, canhões e gola verdes dum dos heróis que comandara.

O primeiro Imperador do Brasil teve a morte emocionante dum soldado.

Paixão e Morte de Pinto Madeira

POUCOS são os episódios de nossa História tão dramáticos como os da paixão e morte do Coronel de Milícias e potentado sertanejo do sul do Ceará, Joaquim Pinto Madeira. Em 7 de abril de 1831, D. Pedro I, forçado a abdicar por uma sublevação maçônica militar, partira para a Europa, ficando no govêrno do país uma Regência composta pelo Brigadeiro Lima e Silva, Costa Carvalho e Bráulio Muniz. Em dezembro do mesmo ano, Pinto Madeira se levantava em armas na Vila do Jardim e marchava sôbre a do Crato, onde entrava a 2 de janeiro de 1832 e lançava uma proclamação aos brasileiros, declarando que ia desafrontar a honra da Nação e a pessoa do soberano expulso, restabelecendo o respeito pelo trono e pela Religião Católica. Pelo teor dêsse documento que chegou até nossos dias depreende-se que o chefe rebelde esperava repercutisse seu movimento no resto do país, o que não aconteceu, ficando êle isolado no remoto Cariri.

Era Pinto Madeira membro duma sociedade secreta que existia no Recife desde 1829 com o nome de Colunas do Trono, a qual dispunha de jornais e elementos de prestígio, e cuja finalidade era apoiar o nosso Primeiro Imperador na luta contra os liberais. Possìvelmente contava com essa gente que lhe faltou ou foi malfeita a articulação com ela. Não se pode fazer nenhum juízo sôbre o assunto por falta de documentação precisa. O que se sabe é que o Coronel de Milícias desde as lutas de 1817 e 1824 contra a coroa real ou imperial se distinguira como fiel e entusiasta partidário da monarquia.

Assessorava a Pinto Madeira outro realista de fama, o Vigário do Jardim, Padre Antônio Manuel de Souza, conhecido depois do movimento de 1831, Revolução Pintista ou Pintismo, pela antonomásia de Padre Benze-Cacête. Isto, porque os matutos sublevados, faltos de armas de fogo, não tendo nem mesmo facões ou facas, se armavam de bons cacêtes de pequiá, jucá, ca-

nela-de-veado e pau-ferro, que lhe levavam para benzer. Eram tantos milhares de sertanejos que o vigário se cansou de benzer-lhes os *quirins* e, para abreviar o feito, benzeu um capão de mato e mandou que dêle tirassem os paus de que precisavam.

Vencera Pinto Madeira e combate do Buriti, antes de ocupar o Crato; mas na sua marcha sôbre a Vila de Missão Velha foi derrotado pelos milicianos do Coronel Agostinho José Tomás de Aquino, homem sanguinário e cruel, e pela tropa de linha do Tenente Antônio Cavalcanti de Albuquerque. Essas fôrças se antepuseram à chuaneria pintista por ordem das autoridades regionais, enquanto não chegava o chefe militar designado pela Regência para restabelecer a ordem. Foi êste o General Labatut, herói da guerra da Independência na Bahia, que desembarcou em Fortaleza no dia 23 de julho de 1832, à frente de 200 soldados de infantaria do Exército.

Marchou logo para o sertão, que encontrou saqueado e talado de maneira horrorosa pelas fôrças legais, segundo declarou em ofício à Regência, datado de 11 de outubro de 1832. Reclamava nêle uma devassa e a punição dos réus de *horrorosos atentados* e *nefandas atrocidades*. Êsses bárbaros legalistas, no dizer do bravo General, tinham matado os prisioneiros, queimado as casas e roças, roubado os gados, confiscado os bens, recebido subôrno e desrespeitado as mulheres.

Labatut era humano. Preferiu dominar o movimento sem derramar sangue brasileiro numa luta estéril. Concentrou suas fôrças no acampamento do Conventinho, perto do Crato, e mandou aos chefes pintistas uma proclamação, concitando todos a deporem as armas sob a promessa do respeito às suas vidas e direitos. Assinava-a como Comandante da Divisão Pacificadora do Norte e a tinha lançado ainda a bordo do brigue "Alcides" no Pôrto de Fortaleza, a 22 de julho de 1832.

Sem esperança de auxílio na luta que vinham sustentando, Pinto Madeira e o Padre Souza, sabendo que o General já tratara humanamente outros rebeldes, renderam-se a 3 de novembro de 1832 à frente de mais de três mil homens. Labatut cumpriu sua palavra e mandou os dois caudilhos sertanejos para o Recife sob a guarda dum oficial de sua inteira confiança, o Capitão Joaquim da Silva Santiago, que os entregou ao Presidente de Pernambuco, Bernardo Luís Ferreira, o qual os devia remeter para o Rio de Janeiro, onde deveriam ser julgados.

Em 12 de dezembro do mesmo ano, o futuro Marquês do Paraná, Honório Hermeto Carneiro Leão, desautorizava como Ministro o nobre procedimento de Labatut. Pinto Madeira e

o Vigário do Jardim tinham estado presos na Fortaleza do Brum, haviam sido transferidos para o porão da escuna "União" e embarcados, depois, no paquête "Pedro I" para seguirem para o Rio de Janeiro. Influências poderosas à última hora fizeram-nos voltar àquele porão, pois se argumentava que seu julgamento na Côrte seria injúria à Justiça do Ceará, onde tinham cometido o crime de sedição.

O Vice-presidente de Pernambuco em exercício da Presidência, Manuel Zeferino dos Santos, teve escrúpulos em entregar os presos àquela Justiça, da qual se dizia em praga ou prolóquio popular no Nordeste, — Justiça do Ceará te persiga! Oficiou, consultando a Regência, impregnado do famoso horror à responsabilidade. Enquanto os papéis iam e vinham, a desordem campeava no sertão cearense com a retirada das fôrças de Labatut e a explosão de ódios locais.

Escolheu a Regência um Presidente capaz de acabar com essa anarquia, o enérgico Padre José Martiniano de Alencar, futuro Senador do Império, ex-revolucionário de 1824, inimigo de D. Pedro I. Estava-se já em 1834. No ano anterior, Pinto Madeira e o Benze-Cacête, por ordem do Govêrno Regencial, tinham sido mandados do Recife para a cadeia de S. Luís do Maranhão. Começava a sua paixão, andavam de Herodes para Pilatos.

A 15 de outubro de 1834, o paquête "Patagônia" trouxe a Fortaleza Pinto Madeira, requisitado do Maranhão para responder a júri no Crato pelo antecessor de Martiniano de Alencar na Presidência da Província, Coronel Inácio Correia de Vasconcelos. O Vigário Antônio Manuel de Souza ficara doente em S. Luís.

O prêso seguiu escoltado para o Cariri, entrando, depois de 33 dias de viagem, na Vila do Crato amarrado ao lombo dum cavalo magro que um soldado puxava. Trazia algemas grosseiras nos pulsos feridos. Muita gente pelas ruas vendo aquilo, em geral cabisbaixa, triste. Lançaram-no na cadeia da Câmara e convocaram o júri em sessão extraordinária. Perante êle, Pinto Madeira compareceu a primeira vez no dia 26 de novembro. Presidiu-o o Tenente-Coronel de Ordenanças José Vitoriano Maciel, que morreu aos oitenta anos na maior miséria. Foi Promotor de Justiça o Major Antônio Raimundo Brígido dos Santos. Serviram de advogado da defesa o Vigário do Exu, Padre Manuel dos Santos Brígido e do Escrivão Antônio Duarte Pinheiro. Compuseram o Conselho de Sentença José Gregório Tavares, Antônio Ferreira de Lima Sucupira, Raimundo José

Camelo, Manuel Joaquim Carneiro, o Sargento-mor de Milícias Romão José Batista, Raimundo Gonçalves Parente, Manuel Carlos da Silva, Roque de Mendonça Barros, Antônio de Oliveira Carvalho, Raimundo Pedroso Batista, José Ferreira Castão e Antônio Luís do Amaral.

Tribunal bizarro! Juiz-presidente um leigo, promotor um rábula, defensor um sacerdote e juízes de fato políticos contrários ao réu! Tão bizarro que não conheceu do crime de rebelião de Pinto Madeira, mas o julgou por crime comum: a morte do português Joaquim Pinto Cidade, morador no Crato, que se alistara nas tropas legais, fôra aprisionado e morto por uma patrulha avançada dos rebeldes comandada por Francisco Xavier Veneno. Pinto Madeira só soubera do crime depois dêle cometido pelos seus comandados, dirigindo-se ao local, repreendendo-os e impedindo-os de matar um companheiro do português, como ficou provado. Das 30 testemunhas que depuseram no processo, 20 declararam que *ouviram falar no fato*, 3 disseram que *de nada sabiam*, 2 afirmaram *ter ouvido tiros*, 2 asseguraram que Cidade *fôra morto pela tropa do Pinto Madeira*, uma conhecia o *caso por ser do domínio público* e só uma *presenciou o comandante da patrulha mandar atirar na vítima depois de haver estado com Pinto Madeira.*

Da defesa só compareceram 3 testemunhas. De 2 o juiz não permitiu a transcrição dos depoimentos. Da 3.ª o depoimento foi adulterado. Ela protestou e levou uma surra ao sair do tribunal. Não houve mais quem se atrevesse a depor a favor do acusado.

O julgamento foi uma farsa. O juiz leigo condenou o infeliz à pena máxima e se recusou a receber o seu apêlo à Regência do Império com estas palavras de público:

— Prepare-se para morrer!

O ódio político e sectário queria cevar-se nos padecimentos do caudilho sertanejo. Meteram-no no calabouço e, no dia seguinte, o levaram ao oratório. Desde às 6 horas da tarde, quando se publicou a setença, os sinos do Crato começaram a dobrar a finados e o comandante da guarda do condenado lhe disse cruelmente:

— Os sinos dobram pelo senhor, que vai morrer amanhã de manhã!

Espalhavam-se pela cidade boletins em prosa e verso contra o *monstro*, o *ímpio*, o *malvado*, o *dragão*. Erguia-se no alto do Barro Vermelho uma altíssima fôrca de traves de aroeira para pendurá-lo. Da prisão o desgraçado ouvia o lúgubre martelar dos

carapinas, quando cessava um instante o dobre dos sinos a finados.

Nada disso acovardou aquêle grande herói cearense hoje esquecido. Aceitou e arrostou todos êsses horrores com a humildade, a coragem e a resignação dum crente, do católico fervoroso que era. Nem um grito impaciente, nem uma palavra áspera, nem uma recriminação, nem uma queixa, nem um pedido. Sòmente protestou contra a morte na fôrca, considerada infamante. Antigo Coronel de Milícias, depois Tenente-Coronel Comandante do 78.º Batalhão de Caçadores da 2.ª Linha, embora o Govêrno lhe tivesse cassado a patente, julgava-se com o direito a ser fuzilado.

Na ensolarada manhã de 27 de novembro de 1834, o préstito com o condenado à morte saiu da cadeia para o espaventoso cadafalso. À frente, o Porteiro dos Auditórios, apregoando a sentença. Em seguida, Pinto Madeira, entre os Confessores da Agonia, com uma corda de tucum ao pescoço, em cuja ponta pegava o carrasco Cosme Cavaco. Caminhava com passo firme, denotando a maior calma. Vinha após êle o Juiz de Direito interino e leigo Antônio Ferreira Lima, a quem o outro juiz leigo José Vitoriano, terminada a farsa do júri, passara o exercício do cargo. Ao seu lado, o Juiz de Paz Antônio Vicente de Moura e o Escrivão. Finalmente, a tropa de baioneta calada sob o comando do Capitão Mainha, Francisco Pereira Maia, que já cumprira sentença na Bahia, aventureiro sem moral, odiento e vingativo, que o historiador cearense Paulino Nogueira considera "verdadeiro ditador da comarca" e "alma de tôda essa tragédia".

Ao pé da fôrca, Pinto Madeira suplicou aos seus confessores que intercedessem para que fôsse fuzilado e não enforcado. Os sacerdotes falaram aos magistrados que divergiam quanto à concessão. Foi quando o Capitão Mainha praticou um ato generoso com estas palavras textuais:

— Pois, ou o réu é fuzilado, ou volta para a cadeia, para apelar como é preceito expresso da lei!

Sentaram Pinto Madeira numa cadeira prêsa a uma das traves do patíbulo. Maia ofereceu-lhe um lenço para vendar os olhos. Recusou-o, dizendo que tinha um, e com êle cobriu o rosto. O Sargento Braga alinhou 5 soldados diante dêle, um dos quais, Miguel do Couto Garcez, declarou que não fuzilava o homem e foi prêso. Outro o substituiu. Um cabo lívido e trêmulo deu voz de fogo. Pinto Madeira tombou morto, de bruços, murmurando:

— Valha-me o Sacramento!

O tiro de misericórdia lhe foi dado ao ouvido pelo soldado Gonçalo Rolão e o corpo foi sepultado na Matriz do Crato. Mais tarde violaram e revolveram sua catacumba, de maneira que o crânio até o ano de 1848 andava rolando pelo chão da igreja. A morte heróica de Pinto Madeira impressionou profundamente o espírito do povo, de modo que houve durante muito tempo no sertão cearense uma espécie de culto à sua memória. Rezavam-lhe para achar objetos perdidos e obter graças. Acendiam velas em sua intenção. Até lhe atribuíam diversos milagres.

Informado do que se ia passar, o Presidente Alencar mandara um estafeta ao Crato, que encontrou tudo ultimado. Em ofício ao juiz do feito, êle condenou o julgamento como ilegal e "ato de ferocidade", mandando apurar responsabilidades. Em 1836, dois anos mais tarde, terminou essa apuração feita pelo Promotor do Crato, um dos autores do *ato de ferocidade,* com a absolvição dos acusados.

Foi Alencar acusado violentamente por êsse *assassínio jurídico* na imprensa e no parlamento. Ainda em 1837, na Câmara dos Deputados, por Honório Hermeto, Figueira de Melo, Miguel Calmon, Bernardo da Gama, Bernardo de Vasconcelos e Martim Francisco, um dos Andradas, que pronunciava estas palavras textuais, denunciadoras de graves e sangrentos segredos na nossa política nacional:

"Sr. Presidente, se eu pudesse rasgar o véu que oculta o mistério de semelhante atentado; se eu pudesse revelar nesta Câmara o nome da pessoa ou pessoas que êsse Presidente (*Alencar*) encarregou de assassinar a Pinto Madeira, ou a quem quis encarregar, ou a quem falou para assassinar a Pinto Madeira, apenas chegado à Província do Ceará, *todo o mistério* estava patente, tôda a discussão tinha acabado; mas a *religião do segrêdo* mo veda e é por isso que entrarei na análise dos fatos, que se apresentam nesse processo que levou Pinto Madeira ao patíbulo".

Que *mistério* e que *religião do segrêdo* seriam êsses que tapavam a bôca de Martim Francisco, embora êle formulasse o libelo de assassínio político contra o processo, condenação e execução do herói cearense? Mistério e religião ocultos e poderosos é o que não pode ser pôsto em dúvida.

Esquecido na cadeia de S. Luís por causa da doença que lhe não permitira viajar para Fortaleza, o Padre Benze-Cacête escapou à morte que apanhou seu companheiro de ideais políticos. Deve ter dado do fundo da alma as mais ferventes graças a Deus.

Uma Guerra Maometana no Brasil

A RELIGIÃO de Maomé e a civilização árabe chegaram ao Brasil através dos escravos importados das regiões africanas de cultura árabe. Tentaram até deflagrar uma guerra santa na Província da Bahia, onde eram numerosos. Davam-se a si próprios o nome de Musulmis, muçulmanos, mas os outros escravos negros de origem bantu ou congolesa os denominavam Malês, isto é, gente do Império Africano e Maometano do Niger-Mali. Malê era uma corrutela da palavra Malinké, gente de Mali.

Êsses escravos muçulmanos pertenciam aos povos haussás ou auçás, nagôs ou jorubas, tapas, jejes, grunas, bornos, cabindas, barbas minas, calabares, jobus, mendobis e benins. Não seguiam ortodoxamente o Corão, porém as práticas duma das seitas do Islame que se tinham espalhado pela África. Alguns possuíam certa instrução, muitos sabiam ler e escrever a língua árabe. Obedeciam a imames, chamados limanos ou alumás, e a marabutos ou santarrões.

As primeiras insurreições dêsses negros maometanos na Bahia foram preparadas pelos auçás em 1807 e 1809, sendo esmagadas pelo Governador, o Conde da Ponte. Durante os anos de 1813 e 1816, o Governador Conde dos Arcos venceu duas novas rebeldias dêsses mesmos auçás. Em 1826, 1827 e 1828, os jorubas se levantaram por sua vez, foram vencidos e duramente castigados pelas autoridades. Em 1830, nova revolta abortou devido a uma denúncia.

A Guerra Santa explodiu em 1835. Durante essa época, devido à revolução dos Farrapos no Rio Grande do Sul, as províncias do Norte, entre elas a da Bahia, estavam desprovidas de tropas. Os musulmis ou malês aproveitaram essa circunstância favorável para um golpe de surprêsa que lhes devia entregar a Cidade do Salvador, onde pretendiam chacinar os brancos e proclamar uma rainha negra, a escrava Sabrina, que afirmavam ser uma princesa na sua terra natal. Para se reconhecerem du-

rante a luta, todos deviam usar uma gandura ou camisola branca com cinta vermelha. Todos os documentos dessa grande conspiração, escritos em língua e caracteres árabes, acham-se no Arquivo Nacional.

O movimento devia eclodir durante a noite de 24 para 25 janeiro de 1835, durante os festejos tradicionais no Arrabalde do Bonfim, a cuja famosa igreja quase tôda a população da cidade costumava ir em peregrinação. Os escravos marchariam de vários pontos sôbre a cidade semideserta e se apoderariam dos quartéis e pontos estratégicos, semeando por tôda parte a confusão e a morte. Tudo fôra minunciosamente preparado em segrêdo no seio das *djemas* ou associação religiosas que mantinham os escravos em contato, sob a orientação da sociedade secreta Ohogbo. Escravos libertos enriquecidos no comérico e pequenas indústrias locais forneciam armas, munições e dinheiro. Havia escravos organizados em grupos militares e muito bem armados. Mulatas e negras libertas serviam de elementos de ligação.

Duas dessas mulheres se apavoraram na última hora e denunciaram a conspiração às autoridades, que tomaram logo providências de caráter militar. Enquanto reforçavam os postos, guardas e patrulhas, os musulmis já se reuniam nos pontos de antemão combinados. Alguns soldados de polícia que procuravam escravos fugidos alarmaram inadvertidamente êsses ajuntamentos. Os conjurados julgaram-se descobertos e perderam um tempo precioso modificando as ordens e senhas para o movimento, o que permitiu ao Govêrno tomar mais medidas de precaução.

Ao começar a madrugada, os pretos, armados de chuços, espadas, facas, pistolas e espingardas, lançaram-se em várias colunas sôbre a cidade. Uma dessas colunas atacou o Palácio do Govêrno, a segunda o Quartel da Polícia, a terceira o Forte de S. Pedro e a quarta a caserna da Infantaria de Linha. Os poucos soldados que guarneciam êsses postos repeliram-nas com duas ou três descargas. Então, os escravos se espalharam pelas ruas da vizinhança, saqueando as casas e matando os moradores.

Uma quinta coluna marchava pela beira-mar e foi atacada pela Polícia em Água de Meninos. Combate terrível! Os negros defenderam-se como heróis. Sua resistência sòmente cedeu diante do assalto pela retaguarda que lhes deram os marinheiros dos navios de guerra surtos no pôrto. Grande número de cadáveres ficaram na praia. Inúmeros foram os feridos.

Pela manhã, o movimento rebelde estava inteiramente dominado. Enchiam-se as prisões de escravos vencidos. Instaurou-se um processo que só terminou nove anos mais tarde, em 1844.

Muitos dos rebeldes presos, condenados à morte, foram fuzilados ou enforcados; outros receberam penas de prisão mais ou menos longas; enfim alguns voltaram para a África, mandados pelas autoridades, pois não tinham grandes provas contra êles e os reputavam perigosos, capazes de novas articulações. É provável fôssem êsses os sacerdotes maometanos da pretalhada, os chamados alumás ou limanos.

Essa foi a Guerra Maometana que houve no Brasil e da qual pouca gente tem notícia. Ameaçadora e de curtíssima duração. O povo traduziu a seu modo o nome dos co-participantes dessa frustrada Guerra Santa: Malês, gente da má lei, da lei má, más leis. A lei má era o Corão que espiritualmente regia êsses pobres negros trazidos do Benin e do Senegal, que os antigos cronistas lusos chamavam Çanagá.

Gloriosa Aventura dos Farrapos do Mar

CHAMARAM-SE Farrapos, *Gueux* ou Maltrapilhos, os combatentes da resistência holandesa contra o domínio espanhol nos séculos XVI e XVII. Havia *Gueux de Terre* e *Gueux de la Mer,* isto é, guerrilheiros e corsários. O mesmo nome de Farrapos ou Farroupilhas se deu no Brasil aos rebeldes separatistas do Rio Grande do Sul, que proclamaram a República em Piratinin e durante uma década, de 1835 a 1845, combateram contra o Império, sendo vencidos e pacificados pelo gênio militar e político do então Barão de Caxias. E também tiveram êsses revolucionários, como os da Holanda, Farrapos de Terra e Farrapos do Mar.

Êstes atuaram sob o comando do grande aventureiro italiano José Garibaldi, que dirigiu a construção de pequenos navios, equipou-os, tripulou-os e nêles se lançou em temerária aventura, a qual, embora gloriosa, não produziu nenhum resultado prático do ponto de vista militar. Num estaleiro improvisado na Lagoa dos Patos, construíram os republicanos, dirigidos por Garibaldi, dois lanchões armados em iate, a que deram os nomes de "Rio Pardo" e "Seival". Como a Esquadra Imperial bloqueasse a barra do Rio Grande, não podiam essas embarcações chegar, por ali ao mar. Então, postas em carrêtas puxadas por bois, foram transportadas, vencendo-se grandes dificuldades, por terra, na distância de dez léguas daquela lagoa ao Rio Tramandaí pelo qual desceram para o oceano. Era intenção de Garibaldi com êsses navios apoderar-se da Vila da Laguna em Santa Catarina, a fim de auxiliar os rebldes daquela Província e nesse pôrto estabelecer uma base de operações de corso contra a navegação nas costas meridionais do Brasil.

No dia 14 de julho de 1839, o "Rio Pardo" e o "Seival" saíam da foz do Tramandaí e velejavam pelo Atlântico rumo a Laguna. Estava finda a travessia terrestre que fôra vencida graças à tenacidade do aventureiro italiano e de seus companhei-

ros. Não era a primeira vez que a História registrava o difícil transporte de navios por terra, sôbre rolos ou carrêtas, puxados por alimárias ou empurrados por homens. Durante a guerra entre o Brasil e a Argentina, de 1825 a 1828, os corsários desta última Soriano e Fournier por duas vêzes trouxeram lanchões armados em guerra de Maldonado à Lagoa Mirim. Em 1453, Maomé II, que sitiava Constantinopla, fêz arrastar suas galeras do Bósforo para o Corno de Ouro pelas colinas de Sikoe, para vencer a resistência dos bizantinos. E, em 1439, os venezianos levaram em carroções de Roveredo a Torbole, no Lago da Guarda, 31 barcos, entre os quais 6 grandes galeras de guerra.

A felicidade não sorriu de entrada aos Farrapos do Mar. Logo no dia seguinte ao de sua partida do Tramandaí, a 15 de julho, na barra de Araranguá, naufragou nos parcéis o "Rio Pardo", comandado pelo próprio Garibaldi. Perdeu-se a embarcação com tudo o que levava, mas salvaram-se o chefe e seus 14 tripulantes. Parece que isto, ao invés de desanimar os rebeldes, lhes deu maior audácia, tanto assim que, a 22 de julho seguinte, o "Seival", onde o italiano se reunira ao seu imediato Griggs, atacou destemidamente o lanchão da esquadrilha legal "Imperial Catarinense", que descia o Rio Tubarão. Deu-se o encontro no lugar denominado Carniça. O comandante do "Imperial Catarinense" era um bravo, José de Jesus, resistiu enquanto teve pólvora e balas. Esgotadas as munições, recusou render-se e preferiu queimar o barco e lançar-se a nado para a praia com seus homens.

Não lhe seguiu o exemplo o comandante doutro lanchão legalista, o "Lagunense", que subia o rio e se deixou apresar por Garibaldi. Êste ressarciu assim a perda do "Rio Pardo." A notícia dessa pequena vitória farroupilha, ampliada pelos boatos ou pelo pânico, fêz com que o Coronel Vicente Paulo de Oliveira Vilas Boas, que comandava as tropas imperiais da Laguna, com o pretexto de terem os Farrapos à sua disposição fôrças numerosas, evacuasse aquela estratégica posição. No entanto, êle contava com elementos bastantes para vencer a Garibaldi, se lhe não faltasse capacidade ou fibra, não só em homens como em embarcações.

A evacuação fêz-se medrosamente na calada da noite. Sòmente a escuna "Cometa" logrou pôr-se ao largo com a gente que conduzia. Outra escuna, a "Itaparica", e um lanchão, o "Sant'Ana", mal dirigidos, encalharam. Garibaldi não perdeu tempo e atacou-os rijamente, obrigando-os à rendição ao amanhecer. Assim se apoderou da vila e do Pôrto da Laguna pres-

tigiando no mar as armas republicanas. Naquele rincão catarinense, encontraria Anita, destinada a ser sua companheira fiel até os dias tristes de Ravena. O vencedor da tíbia esquadrilha imperial foi vencido pelo amor.

Enquanto o "Seival" e o "Lagunense" fundeavam no pôrto ao romper o dia 23 de julho de 1839, um destacamento de Farrapos de Terra, infantes e cavaleiros, chefiado por Joaquim Teixeira Nunes entrava na Vila da Laguna e dela tomava posse. Todos os navios mercantes surtos no fundeadouro foram apresados. Era um belo triunfo para as armas republicanas. E, no dia 25 de julho, Nunes e Garibaldi, assessorados pelos elementos rebeldes da Laguna, ali proclamavam a efêmera República Catarinense.

Até outubro permaneceu a esquadrilha dos Farrapos inativa. Garibaldi amava. Mas a 20 de outubro de 1839 ela velejou para o Norte. Reforçada com as prêsas feitas nos combates da Carniça e da Laguna, constava de 2 escunas e o "Seival" armado de palhabote. Levava como objetivo perturbar a navegação no litoral de S. Paulo. O aventureiro italiano ia ostentando nas mangas da farda os galões de Capitão-Tenente, pôsto que na hierarquia atual corresponde ao de Capitão-de-Corveta.

A expedição foi frutuosa. A estrêla de Garibaldi brilhava sôbre o mar. A 2 de novembro seguinte, regressava a flotilha republicana ao Pôrto da Laguna embandeirada em arco, comboiando três navios aprisionados: um iate e as sumacas "Elvira" e "Bizarria". Mas o homem põe e Deus dispõe. Na altura da Ilha de Santa Catarina, surge a barlavento do comboio um patacho de guerra do Império, o "Andorinha", comandado por um valente oficial, o Capitão-Tenente Francisco Romano da Silva. Apesar de armado sòmente com duas peças atacou os navios de Garibaldi, que estavam melhor armados, retomou o iate e a sumaca "Elvira", e os perseguiu até a noite.

Isso foi o prólogo de decisivo combate no dia imediato, 3 de novembro. Aproximando-se pela madrugada da Ponta de Imbituba, onde havia fôrças terrestres do seu partido, Garibaldi ordenou que as escunas e o "Seival" lançassem ferros e esperou o "Andorinha". Cruzava, porém, nas costas catarinenses a esquadrilha imperial do Comandante Mariath. O "Andorinha" lançou-se ao ataque pelo meio-dia, seguido do "Patagônia", comandado pelo 1.º Tenente Jorge Benedito Ottoni, e da escuna "Bela Americana", comandada pelo 1.º Tenente João Custódio de Houdain. Durou o fogo até quase 5 horas da tarde, sem que os navios imperiais pudessem se aproximar dos republicanos

devido à peça de artilharia e aos 200 atiradores que de terra defendiam a posição onde Garibaldi fundeara. Soprava vento muito forte que tangia pesados aguaceiros.

Então, os dois patachos imperiais ficaram vigiando os barcos de Garibaldi para que não fugissem, aferrando-os ao local, enquanto a escuna ia buscar tropas de desembarque e pequenas embarcações na Ilha de Santa Catarina em poder da legalidade. Só com êsses elementos seria possível a aproximação dos navios inimigos. Aproveitando a escuridão da noite, o chefe farroupilha incendiou a sumaca "Bizarria" e fugiu com sua escuna e seu palhabote para a Laguna.

Perdera ainda Garibaldi nessa expedição ao litoral paulista uma de suas escunas e a sumaca "Formiga" de que se apoderara, a qual fôra retomada pelos imperiais na altura de Cananéia. Desta sorte, naufragaram as suas esperanças de alcançar totalmente os objetivos a que se propusera desde que saíra do Tramandaí.

Em Laguna, havia agora uma guarnição numerosa e forte, chefiada por um bravo, o General David Canabarro. O Capitão Filipe Capote, ardoroso farroupilha, comandava o Forte da Barra artilhado com 9 canhões, sob cuja proteção fundeou a esquadrilha garibaldiana. Era muito mais numerosa e forte do que a saída em julho do Rio Tramandaí. A escuna "Itaparica", tomada aos imperiais, sob o comando do lagunense João Henriques, tinha 5 peças. A "Libertadora", ex-"Rio Pardo", também tomada aos imperiais, com um canhão-rodízio de proa, era a capitânea de José Garibaldi. A "Caçapava", comandada pelo inglês John Griggs, tinha um rodízio de menor calibre. Ainda menor era o do lanchão "Lagunense", dirigido pelo nacional Manuel Rodrigues. Chefiava o "Sant'Ana", também de um rodízio, Inácio Bilbau. Ao palhabote "Seival" coubera um comandante italiano, Lorenzo Valerigni.

Sabendo que avançava contra a vila uma coluna imperial do comando do Tenente-Coronel José Fernandes dos Santos Pereira, vinda da Vila Nova e constituída por uma das brigadas do exército do General Soares de Andréa, Canabarro, que se encontrava ilhado naquela posição, sem nada que lhe garantisse as comunicações da retaguarda com o Rio Grande do Sul, decidiu evacuá-la, de modo que, a 15 de novembro de 1839, a cavalaria da Guarda Nacional do Destêrro, que vanguardeava os imperiais, entrou sem encontrar resistência pelas ruas adentro. Às 5 horas da tarde, a vila estava ocupada, restabelecida a au-

toridade do Império e morta a República Catarinense ou República Juliana, como por alguns foi chamada.

Todavia a flotilha de Garibaldi ficara engarrafada no pôrto bloqueado pelos navios imperiais do Comandante Mariath: brigues-escunas "Eolo" e "Cometa", escuna "Bela Americana", patacho "Destêrro", 4 lanchões artilhados e 5 canhonheiras. Entardecia quando essa fôrça naval rompeu à entrada da barra, cuspindo fogo no forte e nas embarcações rebeldes. Garibaldi, completamente derrotado, fugiu, depois de combater intrèpidamente, deixando um esteira de mortos e feridos. Incendiou duas escunas. Outra foi metida a pique. Seus lanchões e o "Seival" caíram nas mãos dos imperiais.

Êsse palhabote tornou-se com o tempo o mais famoso dos navios dos Farrapos do Mar. Durante muitos anos foi visto no Pôrto da Laguna, empregado em misteres comerciais. Vendido em hasta pública como prêsa de guerra pelo Govêrno Imperial, fôra adquirido por uma firma local, transformado e crismado com o nome popular de "Garrafão". Pela última vez foi fotografado a 5 de março de 1908 pelo ilustre lagunense, farmacêutico e fotógrafo Tácito Pinho, que dedicadamente conseguiu reunir riquíssima documentação do passado de sua terra, a qual herdou seu não menos ilustre patrício, o Professor José Pinto de Paula Júnior.

Na praia onde, depois de 1908, apodreceu ao abandono a quilha do antigo "Seival", encalhado por imprestável, nasceu uma árvore, uma figueira, que, transplantada com cuidado, orna hoje um logradouro público da Laguna. É conhecida como a Árvore do Seival e nela havia uma placa de prata com a seguinte inscrição: "Esta árvore nasceu na quilha do Seival, lanchão em que Anita Garibaldi combateu pela República em 1839. Transplantada por Antônio Joaquim de Souza, que a ofertou ao Govêrno Municipal. O Superintendente Oscar Pinho mandou plantá-la neste local em comemoração aos heróicos feitos da legendária catarinense. O Governador Antônio Pereira da Silva Oliveira, em homenagem à Laguna, em cujo território nasceu Anita, em 1821, mandou gravar esta placa".

A mesma foi recolhida ao Museu da pequena cidade e hoje, ao pé da árvore, se vê uma grande placa de bronze com os mesmos dizeres.

Um Imperador Negro no Brasil

NO Império, durante o Segundo Reinado, constituíram-se definitivamente as fôrças políticas nacionais em dois grandes partidos, o Conservador e o Liberal, que, muitas vêzes, ao sabor do interêsses regionais se fragmentavam em alas ou dissidências. O Partido Liberal vinha desde os alvôres da Independência e aglutinava todos os elementos de idéias avançadas, mesmo aquêles que se inclinavam para o republicanismo. O Conservador formara-se com os antigos reacionários e os liberais moderados. O povo dera-lhes apelidos curiosos pelos quais eram conhecidos, às vêzes no âmbito nacional, outras sòmente nos meios provincianos. Foram os liberais Patriotas, Chimangos e Luzias, conforme as épocas. Do mesmo modo, foram os Conservadores, Caranguejos e Saquaremas. No Ceará, os Conservadores se dividiram em Graúdos e Miúdos, os Liberais em Minus e Ripardos. Êstes tiveram algum tempo em Pernambuco a alcunha de Praieiros e os outros a de Guabirus. No Maranhão, os Conservadores chamavam-se Cabanos e os Liberais, Balaios ou Bem-te-vis. Algumas dessas denominações vieram até os primeiros anos da República, como, por exemplo, os Maloqueiros e Cafinfins cearenses.

Os Bem-te-vis ou Liberais exaltados do Maranhão atearam ali em 1838 a revolução que se chama na nossa História, Balaiada. O nome de Bem-te-vis lhes vinha do seu jornal, pregoeiro de liberalismo *à outrance* e de jacobinismo terrível contra o elemento português, que apoiava o conservadorismo em defesa própria, já se vê. O movimento começou em Caxias, então empório comercial maranhense. No fundo, reação até certo ponto popular contra a burguesia rica, na qual predominavam os portuguêses. Tramou-se a conspirata na casa do Juiz de Paz Bernardo Antônio da Silveira, tendo como um de seus inspiradores o boticário, que se dizia francês Labord. Pretendiam os conspiradores Bem-te-vis prender as pessoas mais importantes, assaltar o Quartel da Fôrça Pública, expulsar os ne-

gociantes lusos e confiscar seus bens. A denúncia do que se premeditava levada à Justiça pelo Professor de Latim Leão Sabino frustrou os planos. Mas, tendo sido assassinado pelos capangas dos inimigos dos Bem-te-vis um dos chefes dêstes, o Coronel Raimundo Teixeira Mendes, a efervescência dos ânimos liberais em Caxias precipitou lamentáveis acontecimentos.

Ao mesmo tempo, na Vila de Manga, a 12 léguas de S. Luís estalava grave desordem. O vaqueiro negro Raimundo Gomes entrara por ela adentro à frente dum grupo de capangas, dispersara os bisonhos guardas-nacionais que a defendiam e libertara da cadeia seu irmão, o prêto José Gonçalves, que se achava prêso por crime de morte. Saindo da vila, o bando de Raimundo Gomes começou a praticar correrias e depredações, acolhendo nas suas fileiras todos os aventureiros e criminosos da redondeza, de modo que, em poucos dias, contava já cêrca de 200 homens. Êsses cangaceiros derrotaram uma fôrça de 200 soldados do Exército mandada da capital para combatê-la. Outra fôrça de 400 homens, comandada pelo Capitão Pedro Alexandrino, também foi destroçada, morrendo o comandante e apoderando-se os vencedores das armas, fardamentos e munições. O prestígio de semelhante vitória fêz a rebeldia matuta alastrar-se pelos sertões do Maranhão, do Piauí e até do norte do Ceará.

Os Bem-te-vis de Caxias mandaram por isso pedir o auxílio de Raimundo Gomes, que marchou sôbre a cidade à frente dos bandos de facínoras dos chefetes Lívio Castelo Branco, Milone, Mulungueta, Pedro de Moura, Ruivo e o famigerado Balaio, o mais feroz de todos, cujo apelido se estendeu a todos os comparsas e fêz conhecida essa revolta na nossa História com o nome de Balaiada. A cidade foi ocupada pelos Balaios após 46 dias de violentas refregas com grandes perdas dos atacantes e defensores. Seguiram-se à ocupação sanguinária orgias, depredações, saques, violências de tôda espécie. A anarquia culminou com a desinteligência entre os caudilhos sertanejos. Os influentes Bem-te-vis procuraram apaziguar os ânimos, reuniram uma assembléia de todos os chefes, reconheceram a chefia suprema do prêto Raimundo Gomes e decidiram enviar a S. Luís uma delegação que se entendesse com o Presidente da Província para a entrega pacífica da capital. Essa audaciosa tentativa tinha de ser naturalmente repelida.

Enquanto isso, sinistras matulas de Balaios percorriam o interior, matando, roubando e estuprando as mulheres. Houve coisas de arrepiar. As fôrças desmoralizadas do Govêrno, mal

dirigidas, eram derrotadas a cada passo por essa chuaneria em grande estilo.

Para pôr côbro à rebeldia, o Govêrno da Regência nomeou para a Presidência e Comando das Armas da Província do Maranhão o então Tenente-Coronel Luís Alves de Lima, futuro Duque de Caxias, e para o da Fôrça Naval o Capitão-de-Fragata Joaquim Marques Lisboa, futuro Marquês de Tamandaré. Foi Caxias quem, atuando com acêrto, energia, ponderação e inteligência, soube empregar devidamente os elementos militares de que dispunha, encurralando os rebeldes em certos pontos, batendo-os, perseguindo-os, desmoralizando-os e, depois de prestigiar novamente as armas imperiais, estendendo sôbre todos êsses transviados o manto conciliador da anistia. Acabou mesmo admitindo nos corpos de tropa elementos da jaqueria sertaneja, de tal modo dominados pelo seu ascendente pessoal que êsses Balaios arrependidos foram os soldados fiéis com que venceria mais tarde a revolução liberal de S. Paulo. O título de Barão, Conde, Marquês e, finalmente, Duque de Caxias com que foi galardoado o Condestável do Império Brasileiro, recorda nas páginas da nossa História a memorável pacificação do Maranhão.

Entre os chefes da Balaiada, o mais bizarro foi, sem dúvida, o negro Cosme. Era um assassino condenado à fôrca que lograra fugir da cadeia de S. Luís, se internara pelo sertão e estabelecera em lugar ínvio um quilombo de negros fugidos das fazendas, espécie de pequena República dos Palmares, da qual era o tirano incontestável. As correrias dessa pretalhada aterrorizavam vasta zona de cultura e criação de gado. Apoderara-se Cosme da Fazenda Tocanguira, transformada em seu quartel general, e tinha como secretário um rapaz português, de algumas letras, que redigia seus diplomas e proclamações. O prêto distribuía entre a sua gente, como os antigos soberanos do Haiti, títulos de Barão e patentes de Capitão, cobrando por isso gordos emolumentos que embolsava. Tinha ministros e uma guarda pessoal, fazendo-se transportar num andor, sentado numa cadeira, sôbre os ombros de quatro latagões. Assinava todos os documentos de cruz e se intitulava de modo espaventoso — D. Cosme I, Tutor e Imperador das Liberdades Bem-te-vis, adornando-se com paramentos litúrgicos roubados a uma igreja de arraial. O Imperador negro aderiu aos Balaios e se tornou verdadeiro perigo.

Luís Alves de Lima mandou contra êle uma fôrça sob o comando do bravo Capitão Leão Sabino, veterano das guer-

rilhas do sertão, a qual derrotou os quilombolas e aprisionou o seu imperador baleado nas pernas. Transportado para S. Luís, padeceu morte natural na fôrca, como preceituava textualmente a sentença. Além dos feridos e mortos, foram feitos na refrega 2.400 prisioneiros. Como se vê, era um verdadeiro exército que comandava o Imperador Negro.

Nos bolsos dos presos e de alguns mortos foram achados os interessantes documentos que o prêto vendia a pêso de ouro roubado pelos seus sequazes nos assaltos contínuos a fazendas e povoações dos arredores. A redação era do tal português de algumas letras: "Sai hoje na ordem do dia a patente de Capitão a Antônio Cabinda, que não é mais escravo do Cabano José Rosa, o qual pagará 30 mil réis, sendo 15 à vista e o resto fiado por um ano". "Sai hoje na ordem do dia a nomeação de Barão a D. Joaquim Cabinda, que foi de Ricardo Navia, que pagará 100 mil réis, sendo 50 à vista e os outros 50 fiados por um ano, ao qual se fará as honras de minha imperial casa, e quem não fizer ficará desgraçado".

Foi D. Cosme I o único Imperador negro que houve no Brasil, além dos tradicionais e folclóricos Imperadores do Divino Espírito Santo.

A Maçonaria Negra de Vassouras

AINDA está para ser devidamente escrita com todos os pormenores a história da escravidão em nosso país. Até agora sòmente têm sido descritos alguns de seus aspectos; mas inúmeros existem e dos mais interessantes completamente ignorados. Um dêles é, sem a menor sombra dúvida, o das organizações secretas e religiosas da escravaria, com poderosa atuação em movimentos insurrecionais, cabendo entre elas o primeiro lugar aos famosos Malês ou negros auçás muçulmanos da Bahia, que várias vêzes se rebelaram do fim do século XVIII à primeira metade do século XIX. Essas conspirações baianas tiveram articulações ou repercussões em outras Províncias do Império, nas quais o desenvolvimento da lavoura implicava na existência de numerosos escravos.

Como exemplo notável disso, basta descrever o que ocorreu no tradicional município de Vassouras, na Província Fluminense, de grande riqueza agrícola no tempo da Monarquia. Num de seus mais conhecidos distritos, o do Pati do Alferes, a 13 de novembro de 1838, rebentou uma grande revolta de negros. Cêrca de 300 escravos da fazenda "Freguesia", de propriedade do Capitão-mor Manuel Francisco Xavier, segundo marido de D. Francisca Elisa, Baronesa da Soledade, chefiados pelo africano Manuel Congo, assassinaram um lavrador branco, expulsaram os feitores e, saindo, armados com o que encontravam se dirigiram a outra fazenda do mesmo riquíssimo senhor, a "Maravilha", que saquearam e depredaram. Dirigiram-se, depois, sem serem inquietados, para as matas de Santa Catarina, onde se alapardaram num quilombo entrincheirado. Manuel Congo e sua companheira, bela rapariga chamada Maria Crioula, foram pelos rebeldes aclamados rei e rainha do novo quilombo.

Tomada de surprêsa, a gente de prol do município não esboçou a menor reação. Ficou mesmo apavorada, pois o exemplo podia tornar-se contagioso e como resistiriam, então, os poucos proprietários aos milhares de pretos que povoavam sítios e

fazendas? Isso tornou os rebeldes audaciosos. Suas correrias obrigaram as autoridades a enfrentá-los. Mas êles, que dispunham de certo número de armas de fogo e de munições, fruto de suas pilhagens, achando-se também com o moral levantado em conseqüência do êxito do movimento por sua ignorância julgado duradouro, não se deixaram atemorizar, enfrentando a primeira expedição que tentou desalojá-los.

Era ela composta pela Guarda Nacional de Vassouras, comandada por Laurano Correia e Castro, depois Barão de Campo Belo, assessorado pelo Major Lourenço Luís de Athayde e outros distintos oficiais daquela milícia, como Antônio Correia e Castro e Carlos Teixeira Leite. Os quilombolas receberam impávidos o seu ataque e a derrotaram fragorosamente, obrigando-a a desastrosa retirada.

A situação tornou-se grave e o Govêrno Imperial entrou em cena, mandando seguir para Vassouras um destacamento de tropas regulares, que, a 11 de dezembro de 1838, deu combate a pretalhada, derrotou-a, fazendo nela espantosa matança, apoderou-se dos seus redutos e aprisionou os cabecilhas do movimento. Voltaram, pois, os infelizes escapos às balas e baionetas dos soldados ao cativeiro de que haviam pretendido escapar pela violência, sendo submetidos aos mais duros e cruéis castigos. Fêz-se o processo da rebeldia com inquirições de testemunhas e demais diligências, que durou mais de 8 meses. O Rei Manuel Congo, condenado à morte, foi enforcado, como mandava a lei, a 6 de setembro de 1839. Seus principais asseclas Justino Benguela, Antônio Magro, Pedro Dias, Belarmino, Miguel Crioulo, Canuto Moçambique e Afonso Angola receberam a pena de 650 açoites, naturalmente parcelados, a fim de poderem resistir, e o incômodo porte duma gargalheira com haste por três anos. A bela Rainha Maria Crioula foi absolvida, o que surpreendeu a tôda gente.

O mais curioso é que, de acôrdo com os documentos do processo em questão, se descobriu a existência duma grande sociedade secreta de escravos, dividida em círculos de diversas categorias, cada um dos quais com cinco membros, cujo chefe recebia ordens do de categoria imediatamente superior. Essa cadeia hierárquica ia até o chefe principal.

Enquanto perdurou a ameaça dos pretos homiziados no quilombo de Santa Catarina, de 13 de novembro a 11 de dezembro de 1838, manteve-se a Câmara Municipal de Vassouras em sessão permanente, sob a presidência do futuro Barão de Campo Belo, Laureano Correia e Castro, um dos próceres lo-

cais. Êsse estado de alarma continuou no decurso do processo da sedição negra, em vista de se ter descoberto a associação secreta a que nos referimos. Os lavradores alarmados constituíram uma comissão de homens de responsabilidade, da qual faziam parte o grande advogado e depois Deputado Domiciano Leite Ribeiro, futuro Visconde de Araxá, Joaquim Francisco de Faria, Laureano Correia e Castro, e Joaquim José Ferreira Leite, mais tarde Barão de Vassouras. Essa comissão estudou o assunto e sôbre êle apresentou um relatório, que Alberto Brandão considera "um documento digno de seus autores e revelador da grandeza de vistas e de sentimentos dos homens daquele tempo". Mas, apesar disso, nenhuma providência séria se tornou, de modo que, quase uma década mais tarde, em 1847, era o município de Vassouras ameaçado novamente por uma sublevação geral dos escravos. Organizara a mesma, segundo se apurou em 1848, aquela articulação secreta de células de 5 indivíduos hieràrquicamente sobrepostas, tendo, então, como chefe um pardo livre, oficial de pedreiro, chamado Estevam Pimenta. A revolta devia explodir no dia de S. João, 24 de junho de 1847. Mas, descoberta a tempo, foi abortada.

O Sr. José Botelho de Athayde, residente em Volta Redonda, que houve por bem fornecer-me notas sôbre essa organização secreta dos pretos vassourenses, é de opinião que muitos dêles eram Malês, como os rebeldes da Bahia, isto é, sectários do Islame, pretos maometanos. Seu bisavô, o Major Lourenço Luís de Athayde, secretário da Guarda Nacional de Vassouras quando comandada por Laureano Correia e Castro, bem como Vereador da Câmara Municipal várias vêzes, testemunhou o depoimento dos escravos que levaram, no processo das sedições vassourenses, à descoberta da sociedade secreta dos pretos.

Ela era de caráter místico, posta sob a proteção da imagem de Santo Antônio, denominada EL-BANDA. Os chefes inferiores chamavam-se *Tates-Corongos*. A tessitura dêsse organismo secreto funcionava de tal sorte que deixava entrever como seu chefe supremo ou organizador, nunca descoberto, verdadeira *cabeça oculta,* pessoa de mais valor e mais inteligência do que um simples pedreiro, como o mestiço Pimenta, único graduado da seita a que a polícia logrou chegar.

Na verdade, se os fazendeiros de Vassouras, alertados pela insurreição negra de 1838, não se preparam para novas refregas, a revolta de 1847, que, felizmente para os brancos e para os infelizes e ignaros escravos, gorou ao nascer, teria causado talvez mais mortes e prejuízos do que a outra.

O Monte Cristo Brasileiro

JOÃO Batista Ferreira de Souza Coutinho, Barão de Catas Altas, que morreu na maior miséria, devorado de angústias e dívidas, a 31 de maio de 1839, foi, quanto à riqueza que usufruiu e dilapidou, um verdadeiro Conde de Monte Cristo do Brasil antigo. Dêle disse o historiador Teixeira de Melo, muito sensatamente: "A história dêste homem é bastante singular. Da sua narração se tirará mais de uma lição proveitosa, não sendo a de menos ensinamento a de que, por maior que seja uma fortuna, não resiste aos esbanjamentos e à dissipação: para o perdulário não há minas inexauríveis".

O Barão de Catas Altas era de proveniência humilde na antiga Capitania das Minas Gerais, na época febril e aventureira da mineração do ouro. Vivia modestìssimamente do emprêgo de sacristão na igreja da vila, cujo nome tomaria mais tarde para o seu baronato. Casara duas vêzes e com duas irmãs, filhas do Guarda-mor José Alves da Cunha, primeiro proprietário da famosa mina do Gongo Soco, que o povo denominava a Caverna dos Ladrões. Os casamentos sucessivos com as duas filhas do Guarda-mor tinham sido facilitados pelo parentesco que já ligava êste ao sacristão, pois José Alves da Cunha desposara em segundas núpcias a irmã do mesmo. Deu-lhe o sogro a intendência ou administração da referida mina. Quando faleceu, no Ano da Graça de 1818, o futuro barão, lesando os outros herdeiros, tomou para si a propriedade plena daquela fonte de ouro.

Fonte de ouro que parecia inesgotável! O Duque de Luxemburgo, Ministro do Rei de França Luís XVIII junto à Côrte do Brasil, em correspondência publicada no "Journal des Débats" de Paris, no ano da morte do Barão de Catas Altas, afirma que do Gongo Soco se extraíram em certos anos 17 libras de ouro por dia, no valor de 670 libras esterlinas, o que era, na época, uma quantia espantosa. E prossegue com êstes algaris-

mos: "Julgando-a, depois, esgotada, vendeu-a pela soma de 90 mil libras esterlinas à companhia inglêsa "Imperial Brazilian Mining Association", que se formara em 1824. No espaço de 12 anos, esta mina extraordinária rendeu mais de 30 mil libras de ouro, perto de 1 milhão e 200 mil libras esterlinas. O Govêrno Brasileiro teve, por sua parte, dêste grande total, perto de 2 mil contos, ou 250 mil libras esterlinas, com o direito proveniente do produto da mina, e 1.200 contos, 150 mil libras, como direito de exportação".

Tais cifras mostram o que fôra, nos tempos áureos daquela produção diária de 670 libras esterlinas, a fortuna do Barão de Catas Altas. Era ouro a dar com um pau. Pois bem, depois de se ter arruinado uma vez, êle tornou a fazer a imensa riqueza com um golpe de sorte: a compra por 13 contos de réis da mina de Macaúbas, de onde extraiu grande quantidade de ouro e que acabou vendendo por preço elevadíssimo também aos inglêses.

O ouro enlouqueceu o Midas de Minas Gerais, que possuía seis palácios: no Gongo Soco, no Brumado, em Santa Luzia do Rio das Velhas, em Ouro Prêto, em Sabará e em Caeté. Vivia, como os antigos ricaços romanos, como um verdadeiro Trimalcião, rodeado por verdadeira côrte de aduladores e parasitas, que o acompanhavam a tôda parte exclusivamente à sua custa. Em suas residências, a mesa do almôço, jantar e ceia era franca para quem chegasse, de modo que em volta dêle se multiplicavam os papa-jantares de tôda espécie. Derretia-se com os louvores que lhe faziam. Quando saía a cavalo, levava uma escolta de 40 comensais.

Megalômano, pretendia deslumbrar tôda gente, prodigalizando a ourama que seus escravos arrancavam às entranhas da terra, em Macaúbas ou no Gongo Soco. Seus banquetes mereciam ser descritos pela pena de Petrônio no "Satyricon". Finda a fartíssima comezaina, como um doido, o Barão se punha a quebrar todos os cristais e porcelanas, para, no festim seguinte, ostentar outros serviços ainda mais belos e ricos. Os convidados, ao partirem as almôndegas e pastéis, encontravam dentro dêles caroços de ouro puro do tamanho de avelãs, mimos do extravagante anfitrião. Comprou a pêso de ouro o seu título de Barão por Decreto Imperial, datado de 18 de outubro de 1829.

Quando o Imperador D. Pedro I visitou a Província de Minas Gerais, compareceu ao beija-mão de Sua Majestade. O Monarca perguntou-lhe o nome. Respondeu com ênfase:

— João Batista Ferreira de Souza Coutinho.

D. Pedro atentou para a sua pequena estatura e não resistiu, como era seu inveterado costume, a uma pilhéria:

— Maior é o nome do que a pessoa, disse, com um sorriso irônico.

O Barão não se deu por achado e, para provar a sua grandeza, mandou pouco depois de presente ao soberano uma baixela de ouro maciço.

Sua renda de milhões e milhões de cruzados anuais subvertia-se dessa maneira por todos os lados. Aquela vida espetacularmente faustosa era um verdadeiro sorvedouro de dinheiro. O Barão fazia dívidas, que se foram acumulando, enquanto teve ouro para tapar os buracos e crédito para agüentar-se firme. Depois, aquela montanha se despejou sôbre êle e o esmagou ao seu pêso.

Tendo gasto ridìculamente tão grandes quantias, nunca fêz um benefício à sua terra natal, aquêle Gongo Soco, de onde arrancara tanto ouro. O arraial de mineradores, pobre e sujo, sòmente veio a progredir na edificação e na vida urbana com a companhia inglêsa que adquiriu a velha mina. Foi nessa época que o Duque de Luxemburgo ali encontrou, como escreveu: "Um sistema de ordem e de regularidade constante presidindo a todos os ramos da administração".

O Barão de Catas Altas teve um filho único, que, após a morte do pai, vivia modestamente dos frutos de pequena propriedade agrícola no município de Caeté.

Houve na nobiliarquia brasileira dois Barões de Catas Altas, não devendo um ser confundido com o outro. Aliás, isso ocorreu com alguns títulos. Não sendo êles hereditários, morto um titular, o Soberano tinha liberdade de dar o título a outra pessoa sem a menor ligação com aquêle. O primeiro Barão de Catas Altas foi êsse João Batista Ferreira de Souza Coutinho, que Xavier da Veiga considera o Monte Cristo brasileiro e para cuja bizarra vida pede a pena dum novo Alexandre Dumas. O segundo, nomeado por Decreto Imperial de 23 de dezembro de 1887, já no fim da Monarquia, chamava-se Antônio José Gomes Basto e era também natural da Província de Minas Gerais.

Príncipe Francês Surrado na Bahia

FRANCISCO Fernando Felipe Luís Maria de Orleans, Príncipe de Joinville, terceiro filho do Rei de França Luís Filipe, casou em 1843 com a Princesa D. Francisca de Bragança, irmã de D. Pedro II, Imperador do Brasil. Tendo cursado a Escola Naval e combatido com bravura em S. João de Ulloa e Vera-Cruz, no México, em 1839 foi promovido a Capitão-de-Mar-e-Guerra. Contra-Almirante em 1840, foi nomeado comandante da divisão da esquadra francesa encarregada de repatriar os restos mortais de Napoleão sepultados em Santa Helena.

Para cumprir essa missão, deixou a França com as fragatas "Belle-Poule" e "Favorite", tocando em primeiro lugar no pôrto de Tenerife, nas Canárias. Em pleno Oceano Atlântico, calmarias e borrascas de tal modo castigaram os dois navios que se viu obrigado a arribar à Bahia, onde o esperava uma aventura bem pouco interessante, segundo conta nas suas "Memórias".

Estando a sua esquadrilha fundeada diante da velha cidade do Salvador à espera de vento de feição que a levasse à Ilha de Santa Helena, resolveu o Príncipe francês, para matar o tempo, realizar uma excursão venatória no Rio Paraguaçu, que êle denomina Cachoeira. Fretou pequena lancha a vapor e, em companhia de alguns de seus oficiais, se dirigiu ao Recôncavo, subindo o rio sem encontrar viva alma até grande distância da foz. Em certo ponto, deixou a embarcação ancorada e se meteu pelos matos, fazendo, diz êle, grande matança de papagaios, tucanos e outros animais.

Ao pôr do Sol, meteram-se os caçadores por um caminho que, atravessando vasta clareira, os levou a uma povoação, a qual encontraram absolutamente deserta. Não se via uma pessoa na sua praça e nas sus ruas. As casas de moradia e de comércio se achavam tôdas fechadas. A igreja, aberta e deserta, ainda rescendia ao incenso duma cerimônia religiosa que se deveria ter

realizado havia pouco tempo. Num coreto, diante dela, jaziam sôbre cadeiras e diante das estantes com as suas partituras os instrumentos duma banda de música, parecendo que o seu concêrto tivesse sido interrompido naquele instante.

"O povoado assim repentinamente abandonado — escreve o Príncipe de Joinville — começou a nos intrigar. Mas, esperando fazer ressuscitar a sua população e também levados por espírito de brincadeira, depusemos as espingardas, lançamos mão do bombo, dos trombones e das clarinetas e produzimos o mais formidável dos charivaris. Trabalho perdido! Ninguém apareceu."

Como se aproximasse a noite, decidiram os franceses regressar a bordo e voltaram tranqüilamente para a sua lancha pelo mesmo caminho. A noite caiu, mas esplêndido luar logo a iluminou, de modo que chegaram sem tropêço ao local onde haviam deixado a embarcação. Mas, quando se preparavam para embarcar, foram inopinadamente cercados por uma verdadeira multidão, armada de espingardas, chuços, sabres, facões e paus. Não puderam o Príncipe e seus oficiais oferecer a menor resistência, pois logo os agarraram, os desarmaram, os separaram uns dos outros, os moeram a pau e os arastaram para os matos. A maioria dos atacantes compunha-se de negros e mulatos, que vociferavam e metiam o cacête a torto e a direito, de maneira que os franceses tiveram a impressão nítida de se acharem em poder duma horda de selvagens.

Nessa apertada conjuntura, Sua Alteza Real o Príncipe de Joinville abraçou-se com um sujeito de chapéu alto e faixa a tiracolo, que brandia um espadagão e lhe pareceu o chefe do bando, fazendo-lhe compreender com algumas palavras de mau português, que era o comandante dos navios de guerra franceses surtos na Bahia. Ao mesmo tempo, dizia-lhe que êle e os seus se arrependeriam, se lhe fizessem algum mal e aos seus companheiros.

O poviléu furioso não lhe deu ouvidos. Arrastou-o a um montículo, onde o encostaram para o fuzilar, aprestando-se meia dúzia de pretos para isso com suas espingardas. Aí o Tenente Touchard conseguiu desembaraçar-se dos que o seguravam e cobriu com o seu o corpo do Príncipe. O tal homem da faixa conseguiu impor ordem àqueles endemoniados e ouvir as explicações dos mal-aventurados caçadores de tucanos e papagaios.

À excitação sucedeu a calma. Os franceses puderam dizer quem eram e o que andavam fazendo. E o tal homem da faixa mandou que os soltassem, dando-lhe explicações que aclararam

o mistério da povoação abandonada e daquele violento e subitâneo ataque.

Houvera na véspera renhidas e agitadas eleições no povoado. O partido que as perdera ameaçara vingar-se. Desta sorte, ouvindo os tiros dos franceses pelo mato afora, a população se tomara de pânico. Eram decerto os adversários que vinham com seus capangas atacá-la, como tinham prometido. Ao virem, saindo da floresta, aquêle grupo de homens brancos armados de boas espingardas, os habitantes pensaram que eram a vanguarda dos assaltantes e, por isso, abandonando tudo, fugiram para os matos e se esconderam, ficando, porém, de alcatéia. Então, verificaram que o grupo era pequeno, que nenhum refôrço os seguia e que se retirava, depois de haver feito aquela barulheira com os instrumentos da banda de música. Voltaram, pois, às casas, armaram-se com o que encontraram à mão e saíram no encalço dos supostos invasores, dispostos a lhes darem uma lição em regra, como de fato o fizeram. Verdadeira *journée des dupes*... para empregar uma expressão bem francesa e sobretudo histórica.

Narrando o acontecido, o Príncipe de Joinville termina um tanto melancòlicamente: "Fomos, sem demora, postos em liberdade, com muitas desculpas, que, porém, não atenuaram os efeitos das pancadas recebidas". O que nos permite afirmar que Sua Alteza, antes de conduzir o corpo de Napoleão para os Inválidos, foi na verdade, embora por equívoco, surrado na Bahia.

O lamentável incidente motivou, como era natural, uma troca de notas diplomáticas entre as Chancelarias da França e do Brasil. O Govêrno Imperial deu as satisfações que o caso exigia e mandou proceder a rigoroso inquérito na Vila da Cachoeira, cuja população praticara o feito.

Três anos mais tarde, esquecendo de todo aquela surra, o Almirante-Príncipe de Joinville casava com D. Francisca, Princesa brasileira, a qual seria, na intimidade da côrte de França, a bela e simpática Chicá.

O Solitário da Lagoa Santa

PEDRO Guilherme Lund, nascido em Copenhague a 14 de junho de 1801, deve ser considerado o Fundador da Paleontologia Brasileira. Tendo se dedicado, desde a adolescência aos estudos de Ciências Naturais, sobretudo da Geologia, aos 23 anos de idade apresentava duas memórias à Universidade da Capital da Dinamarca, que lhe concedia dois prêmios.

Decidiu-se, em 1825, a perseverar no trato de sua ciências prediletas em terras ainda pouco exploradas nessas matérias e, para isso, escolheu o Brasil, embarcando para o Rio de Janeiro a 28 de setembro daquele ano e aqui chegando a 8 de dezembro. A navegação a vela fizera essa viagem tão demorada. Durante três anos, nos arredores do Rio de Janeiro, em Nova Friburgo e em Campos, observou e estudou a fauna e a flora dessas regiões, publicando a respeito três trabalhos: "Estudos do Gênero Europe". "Estudos sôbre o invólucro dos ovos dos moluscos gasterópodos" e "Descrição dos costumes das formigas brasileiras".

De volta à Europa, visitou a Alemanha, a Áustria, a Itália, a Sicília e a França. Estêve pela derradeira vez em seu país natal, onde foi eleito membro da Academia de Ciências de Copenhague, pois, voltando ao Brasil em 1833, nunca mais o deixou. Em companhia do botânico Riedel, pretendia explorar Minas e Goiás; mas o amigo adoeceu e êle após estudar mais de vinte grutas da primeira dessas Províncias, entre as quais as de Maquiné, Mosquito e Saco Comprido, fixou-se em 1834, nas cercanias do Curral d'El Rei, hoje Belo Horizonte, no lugar denominado Lagoa Santa, que transformou em pedestal de sua glória.

Dedicado sòmente aos seus estudos preferidos, se tornou ali verdadeiro Ermitão da Ciência. Solitário naquele êrmo, sem um auxiliar sequer, realizou um trabalho tenaz e assombroso, comunicando aos meios científicos europeus os resultados de suas investigações, observações e achados. Para se avaliar o que

foi a obra dêsse homem extraordinário, bastará dizer que explorou ou fêz explorar à sua custa ou sob sua direção 250 cavernas. Dessas até 1835, havia conseguido penetrar e estudar 40, o que lhe permitiu a confecção de longo e notável trabalho em dinamarquês — "Cavernas existentes no calcário do centro do Brasil, algumas das quais encerram ossadas fósseis".

Era rico e do que possuía viveu sempre, sem recorrer a ninguém, preocupado sòmente com os seus trabalhos científicos. Todavia, espírito profundamente religioso, praticava silenciosamente a virtude da caridade. Daí o respeito, a estina e a afeição que lhe dedicavam os moradores das proximidades naquele então longínquo sertão mineiro.

O Professor Gorceix, que escreveu uma memória intitulada "Luna e suas obras no Brasil", em 1884, assim descreve o local onde viveu o cientista Solitário: "Quando o viajante chega à Lagoa Santa, ao pôr do Sol, no momento em que a chapada é banhada por essa luz suave que os olhos podem impunemente admirar; quando cessaram os rumôres do dia, e os da noite ainda se não fazem sentir, à vista da serena tranqüilidade daquele pequeno arraial, sente-se penetrado o espírito do desejo de ali ficar, e de, no meio daquela paz e daquela vida fácil, esquecer para sempre que existe outro mundo cheio de penas, de ódios e de lutas implacáveis, para satisfação de necessidades factícias, de ambições e de vaidades. Lund pôde satisfazer êsse desejo e, ao mesmo tempo, preencher a gloriosa tarefa que tomou à sua conta".

Não se poderia exprimir melhor essa espécie de sentimento lírico em face da natureza, que empolgou no coração da terra brasileira a alma eleita do grande e solitário sábio da Lagoa Santa, cujo nome é padrão de duas pátrias amigas: a Dinamarca, onde nasceu; o Brasil, onde viveu e serviu à Ciência.

Infelizmente, Pedro Guilherme Lund escreveu suas notáveis memórias na sua língua materna, o dinamarquês, língua pouco conhecida e sem nenhuma divulgação. As traduções francesas dos mesmos não vieram a público senão muito tardiamente. Desta sorte, durante largo tempo, foi sua obra desconhecida de certos meios científicos e mesmo por parte dos brasileiros. O certo é que, como escreveu Xavier da Veiga: "Ao Dr. Lund, memória respeitada entre os cientistas, se deve a descoberta em cavernas calcárias, nas vizinhanças do Rio das Velhas, de restos humanos da época quaternária, quando, no dizer dum escritor, era ainda desconhecida ou contestada na Europa a existência do homem pré-histórico".

Em carta dirigida ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1842, o sábio Lund declarava ter achado "restos humanos em uma caverna, que continha, misturados com êles, ossos de vários animais de espécies decididamente extintas". Representavam êsses restos "todos os caracteres físicos dos ossos realmente fósseis". Estavam "em parte petrificados e em parte penetrados de partículas férreas, o que dava a alguns dêles um lustro metálico, imitando o bronze, assim como um pêso extraordinário". Na sua opinião, "sôbre a imensa idade dêles não podia haver dúvida alguma". Não podia, no entanto, devido a múltiplas circunstâncias, concluir "se os indivíduos de que êles derivavam tinham sido coevos com animais em cuja companhia se achavam". E, do estudo dos crânios mais ou menos completos que encontrara, testas, ossos zigomáticos, ângulo facial, órbitas, maxilares, podia afirmar que tudo lhes assinalava "lugar entre os mais característicos da raça americana".

Os esqueletos de ambos os sexos eram de tamanho comum, à exceção de dois masculinos de estatura invulgar. Jaziam na chamada Lapa da Lagoa do Sumidouro e os pormenores a seu respeito foram vulgarizados na Europa pelos trabalhos de Soren Hansen, baseados nas observações de Lund e nos restos humanos que êste enviara para o Museu de Copenhague. Os ossos de animais entre os quais estavam eram da fauna do terreno denominado geològicamente *pampeano superior*, do Gliptodonte, do Marquerodus, do Celidotério e do Clamidotério, animais antediluvianos.

Consagrando a existência a êsses notáveis trabalhos científicos, Lund descobriu e estudou fósseis da idade plistocena, bem como os restos humanos e os instrumentos de pedra feitos pelo homem, jacentes entre êles, chegando a admitir que o povoamento da América Meridional ia além do período histórico e talvez se tivesse realizado nas épocas geológicas. Daí o valor que, como iniciador da Paleontologia brasileira, lhe atribuíram Beuchat e outros cientistas de renome. O mesmo Beuchat, Quatrefages, Kolmann, Wirchow e Soren Hansen propugnam a identidade do *homem fóssil* de Minas Gerais com o de Pontinelo, na Província de Buenos Aires, encontrado por Santiago Rolh, em 1881. A raça a que êsse homem pré-histórico pertenceu deve ter vivido no Brasil na época denominada quaternária, sendo possìvelmente mais antiga do que aquela cujos vestígios se acharam na Europa. Todavia não foi esta a conclusão a que chegaram a respeito os sábios brasileiros Rodrigues Peixoto e Lacerda Filho. Para êles, o *Homo sapiens lagoanus*, segundo a classifica-

ção de Eckstedt, era simples parente dos nossos conhecidos Botocudos, o que hoje parece definitivamente assentado pela Ciência Antropológica. Todavia a êsses dois estudiosos faltou o aparelhamento técnico necessário e o material de estudo preciso para que seus trabalhos possam ser aceitos como definitivos.

Tendo caído fragorosamente a teoria do *Homo Pampeanus*, que Ameghino, em sua discutidíssima obra *"Antiguedad del Hombre nel Plata"*, localizou na Argentina, e outras afirmações, sem alicerce científico, da existência duma raça pré-histórica, autóctona no continente americano, forçoso é convir que se não pode manter de pé a comunicação da existência daquele homem antiquíssimo, que Lund fêz outrora ao Congresso de Antropólogos de Moscou. O Professor Angyone Costa, em estudo publicado no Volume I dos *"Anais do Museu Histórico Nacional"*, faz notar que os restos humanos achados por Lund, entre ossadas antediluvianas e relíquias de pedra, apenas revelam, "além da antiguidade, uma vida rudimentar que não ultrapassara o período da pedra lascada, segundo foi possível observar no material arqueológico de inferior qualidade recolhido. Fora êsse detalhe — prossegue — pròpriamente o que mais fere a atenção e pode levar a deduções interessantes é a falta de homogeneidade dos crânios encontrados, entre os quais 50 % são de considerável altura, exibindo à face larga cavidade piriforme; outros são camecéfalos, portadores de crânio baixo e fugido, enquanto outros, em menor quantidade, acusam grande elevação crânica, tendo, porém, à face uma estreita cavidade piriforme".

Em vista disso, Bastos d'Avila classificou os crânios da Lagoa Santa em três grupos: proto-negróide, em maioria; proto-australóide, em minoria; e caspiano, por exceção. Disso resulta, como acentua ainda Angyone Costa, "a qualidade migratória do homem brasiliano." Decerto, remotas épocas houve em que os continentes estiveram unidos e tais migrações foram possíveis.

Não importa para se afirmar que Pedro Guilherme Lund tenha sido o fundador da Paleontologia brasileira êsses argumentos e conclusões. O que importa é a soma de trabalho que produziu, a dedicação à Ciência de que deu provas seguras e o impulso inicial nesse setor de estudos em 52 anos de vida no Brasil, dos quais 48 solitários na Lagoa Santa, sem outro contato, a não ser o científico, com o resto do mundo, tendo ali falecido a 5 de maio de 1880, com 79 anos de idade, dos quais mais de dois têrços consagrados ao nosso país.

A Última Revolução do Império

MUITAS vêzes as revoluções trazem como prefácio uma onda de jacobinismo e xenofobia. Êsse fenômeno, observado em vários países, também ocorreu no nosso. Tomemos como exemplo a chamada Revolução Praieira, que explodiu em Pernambuco no ano de 1848. No ano anterior, em dezembro de 1847, e no imediato, em julho, houve no Recife dois *mata-matas* terríveis. Chamavam-se *mata-mata, mata-bicudo, mata-maroto* e *mata-marinheiro* as matanças organizadas periòdicamente desde o começo do século contra os portuguêses em várias partes do Brasil. Porque então a nossa xenofobia sòmente era exercida contra os lusitanos, acusados injustamente de serem causa de todos os nossos males. Aliás, naquela priscas eras, não tínhamos colônias alemãs, polonesas ou lituanas no Sul, nem italianas em S. Paulo ou alienígenas de outros matizes nos grandes centros urbanos, de modo que o jacobismo vesgo não encontrava outros estrangeiros contra quem se manifestar senão os filhos de Portugal, nossos irmãos de sangue.

Dêsses *mata-bicudos* o que deixou mais execrável memória nos nossos anais foi o de Cuiabá, que começou a 30 de maio e só terminou a 1 de junho de 1834. Então, o Deputado Silva Marques, liderando uma récua de assassinos, procedeu à matança de surprêsa de todos os portuguêses residentes na capital de Mato Grosso e levou a sua infame maldade ao ponto de obrigar sob terríveis ameaças as famílias das vítimas a iluminarem festivamente suas casas. Tudo isso sob o pretexto da abdicação do Imperador *português* D. Pedro I e duma suposta conjura dos lusos para o fazerem voltar ao trono. O lamentável fato se reproduzia 14 anos depois sob o pretexto de exercerem o monopólio aladroado do comércio a retalho.

No mesmo ano, na França, houve uma revolução pregada e levada a efeito por intelectuais, que apeou do trono o rei burguês Luís Filipe e o substituiu por uma efêmera República de poetas,

destinada a ser esmagada pelas botas militares do Segundo Império Napoleônico. A nossa é mais ou menos sua parenta. Ambas eclodiram informadas por um idealismo utópico de caráter nìtidamente socialista.

A Revolução Praieira, assim denominada porque o jornal da ala avançada do Partido Liberal que lhe deu origem ficava na Rua da Praia, não poderá ser compreendida do ponto de vista acima exarado sem a leitura da revista social, literária e científica "O Progresso", que começou a ser publicada no Recife em julho de 1846 e durou até setembro de 1848. Era dirigida por um *mulato socialista* ou *Cousin Fusco,* Antônio Pinto de Figueiredo. O Govêrno Pernambucano em boa hora fêz ùltimamente reeditar em volume essa publicação precedida de ótimo estudo da autoria de Amaro Quintas. Diz êste ilustre historiador o seguinte: "O admirável esfôrço de Antônio Pinto de Figueiredo não ficará no olvido. As suas idéias, verdadeiras antecipações em vista de seu avanço e de seu adiantamento para a época, irão situá-lo como um precursor da ciência social em nossa terra e como um dos mais lúcidos estudiosos de nossa realidade sociológica".

A leitura das páginas de "O Progresso" capacita o estudioso a fazer uma idéia do conteúdo ideológico da Revolução Praieira, em geral apresentada sòmente na nossa História como simples movimento de caráter político, eleitoralista ou demagógico. Há nela, sem dúvida, uma reação antilatifundiária contra o senhor de engenho e contra os privilégios das classes abastadas. Ora, desde que se atente para o papel exercido na época pelo comércio luso no Brasil, se compreende o alcance das reações incitadas pelo jacobinismo de certos agitadores. Numa declaração escrita pelo revolucionário de 1848, Deputado Afonso Ferreira, *a latere* da Proclamação de 31 de dezembro de 1848, se exigia a reforma da Constituição do Império com uma nova Constituinte, que tornasse o Senado temporário, fizesse nova divisão territorial do país, modificasse o regime da nomeação dos Presidentes da Província, sòmente consentisse nos altos postos da administração e magistratura brasileiros natos, o que era contra os portuguêses que se tinham tornado brasileiros na Independência, e ùnicamente aos mesmos brasileiros permitisse o comércio a retalho. A 1 de janeiro de 1849, os chefes das fôrças liberais assinavam um Manifesto ao Senado, declarando que só deporiam as armas quando se convocasse e instalasse uma Assembléia Constituinte, que desse ao país o sistema federativo, o sufrágio universal, a independência dos poderes do Estado, a extinção do poder pessoal do Monarca, a abolição dos juros convencionais e

a nacionalização do comércio a retalho. Todos êsses propósitos vamos encontrar na leitura de "O Progresso" de Antônio Pinto de Figueiredo. Cabe tôda razão a Joaquim Nabuco, quando diz: "A política (praieira) complica-se com um fermento socialista". E acrescenta: "Um dos principais ataques da Praia era contra o *feudalismo* dos senhores de engenho".

Aproveitando o anseio de libertação econômica e social das massas trabalhadoras do açúcar, os praieiros fizeram dêle uma arma terrível contra a grande propriedade em que se apoiava o Partido Conservador. Daí a acusação de Maciel Monteiro na Câmara dos Deputados de que a Praia queria o *comunismo*. É que êle sentia o brotar das sementes sansimonianas e fourieristas no conteúdo ideológico de nossa Revolução de 1848, o mesmo da de França. Em 1848, uma onda revolucionária alastrava no mundo: na Prússia, na Hungria, na Áustria, na Itália a dois passos do Manifesto Comunista de Karl Marx de 1847.

Em Pernambuco, além dos teóricos como o *Cousin Fusco* e seus companheiros da redação de "O Progresso", agentes do internacionalismo influíam nos espíritos, como o engenheiro francês Vauthier e o General José Inácio de Abreu Lima, filho do famoso Padre Roma, Presidente da famosa Sociedade Imperial Pernambucana, que se destinava a reagir de armas na mão contra as demissões de empregados feitas pelo Govêrno e se ramificava pelo interior, redator do "Diário Novo", órgão da Praia, ligado às sociedades secretas internacionais e criador do boato de que D. Pedro II estava combinado com os portuguêses contra a nossa independência. De onde se vê o artificialismo da xenofobia a que se incitavam as massas ignaras. Havia absoluta falta de imaginação nos "slogans" revolucionários: o Imperador queria recolonizar o Brasil, o partido no poder era absoluto e miguelista...

Um irmão do General, Inácio Roma, revolucionário profissional, que participara dos movimentos de 1831, 1832, 1833, 1834 e 1835 capitão reformado do Exército, reunia cangaceiros e assassinos nas matas do Catucá desde certo tempo, de acôrdo com a tal Sociedade Imperial. As despesas com essa gente de maus bofes era feita, segundo Figueira de Melo, com o produto da falsificação da moeda de cobre. Todos os preparativos para o movimento vinham desde 1846, quando o Partido da Praia no poder lançou sua polícia contra os senhores de engenho, acusando-os de dar guarida a criminosos, os acostados com que pretendiam se defender. O sectário do senhor de engenho recebia o apelido de Papa-mel.

Para a legislatura de 1848, graças a êsse trabalho pré-revolucionário, mandou Pernambuco uma bancada de Deputados escolhidos na fina-flor da Praia e "animada, como escreveu Neto Campelo, da confiança que dá a unanimidade": Joaquim Nunes Machado, Chichorro da Gama, Afonso Ferreira, Jerônimo Vilela, Urbano Sabino, Pessoa de Melo, Arruda Câmara, Cunha Azevedo, Abreu Lima, Rêgo Monteiro, Lopes Neto, Carvalho Mendonça e o Padre Faria. Eram o estado-maior da revolução em perspectiva, destinados, depois, a historiadores e advogados da mesma. Mas a legislatura de 1848 foi adiada por Decreto do Govêrno Imperial para abril de 1849 e seria dissolvida a 19 de fevereiro daquele ano. O Partido Conservador, dominante no Senado, tomava medidas defensivas. À Praia só restavam dois caminhos: submissão ou revolução.

Escolheu êste contra a vontade de alguns de seus próceres mais prudentes, Nunes Machado e Borges da Fonseca, por exemplo. O movimento explodiu no interior onde se tinham reunido homens e armazenado armas. As fôrças que ali se preparavam marcharam sôbre o Recife. A 31 de dezembro de 1848, Nunes Machado, Peixoto de Brito, Jerônimo Vilela e Afonso Ferreira deixavam a capital e se iam unir a essas fôrças. Ficavam conspirando, Lopes Neto, Rêgo Monteiro e o Padre Faria. Arruda Câmara deveria agitar o Norte da Província. A 7 de novembro de 1848 começara o movimento. Uma semana depois, comandados por José Joaquim de Almeida Guedes, os rebeldes combatiam contra os soldados do Coronel Amorim Bezerra em Mussupinho e recuavam com perdas; mas as guerrilhas se multiplicavam por todos os lados e em fevereiro de 1849 se atreviam a um ataque ao Recife. Dois mil praieiros iniciaram a ação pela Boa Vista e pelos Afogados, penetrando no interior da cidade. As tropas legais receberam-nos com cerrado tiroteio nas Ruas Nova e do Carmo, nos Largos da Ribeira e do Carmo. Iniciado às 5 horas da manhã, o combate durou até 9 da noite. As fôrças de terra foram auxiliadas pelos marinheiros do vapor de guerra "D. Afonso", surto no pôrto e comandado por Marques Lisboa, futuro Marquês de Tamandaré. O chefe dos revoltosos, o ardoroso tribuno Nunes Machado, tombou morto por uma bala na cabeça, durante a refrega, atacando o Quartel da Soledade. Sem comando, os rebeldes foram repelidos.

Peixoto de Brito sucedeu-lhe na chefia até fugir para o estrangeiro. A Praia continuou a lutar inglòriamente no interior, em Paratibe, Monjope, Água Preta, Pajeú de Flôres, Bezerros, Goiana, Jacuipe e Cruangi, até dezembro de 1849, quando seu

Para a legislatura de 1848, graças a êsse trabalho pré-revolucionário, mandou Pernambuco uma bancada de Deputados escolhidos na fina-flor da Praia e "animada, como escreveu Neto Campelo, da confiança que dá a unanimidade": Joaquim Nunes Machado, Chichorro da Gama, Afonso Ferreira, Jerônimo Vilela, Urbano Sabino, Pessoa de Melo, Arruda Câmara, Cunha Azevedo, Abreu Lima, Rêgo Monteiro, Lopes Neto, Carvalho Mendonça e o Padre Faria. Eram o estado-maior da revolução em perspectiva, destinados, depois, a historiadores e advogados da mesma. Mas a legislatura de 1848 foi adiada por Decreto do Govêrno Imperial para abril de 1849 e seria dissolvida a 19 de fevereiro daquele ano. O Partido Conservador, dominante no Senado, tomava medidas defensivas. À Praia só restavam dois caminhos: submissão ou revolução.

Escolheu êste contra a vontade de alguns de seus próceres mais prudentes, Nunes Machado e Borges da Fonseca, por exemplo. O movimento explodiu no interior onde se tinham reunido homens e armazenado armas. As fôrças que ali se preparavam marcharam sôbre o Recife. A 31 de dezembro de 1848, Nunes Machado, Peixoto de Brito, Jerônimo Vilela e Afonso Ferreira deixavam a capital e se iam unir a essas fôrças. Ficavam conspirando, Lopes Neto, Rêgo Monteiro e o Padre Faria. Arruda Câmara deveria agitar o Norte da Província. A 7 de novembro de 1848 começara o movimento. Uma semana depois, comandados por José Joaquim de Almeida Guedes, os rebeldes combatiam contra os soldados do Coronel Amorim Bezerra em Mussupinho e recuavam com perdas; mas as guerrilhas se multiplicavam por todos os lados e em fevereiro de 1849 se atreviam a um ataque ao Recife. Dois mil praieiros iniciaram a ação pela Boa Vista e pelos Afogados, penetrando no interior da cidade. As tropas legais receberam-nos com cerrado tiroteio nas Ruas Nova e do Carmo, nos Largos da Ribeira e do Carmo. Iniciado às 5 horas da manhã, o combate durou até 9 da noite. As fôrças de terra foram auxiliadas pelos marinheiros do vapor de guerra "D. Afonso", surto no pôrto e comandado por Marques Lisboa, futuro Marquês de Tamandaré. O chefe dos revoltosos, o ardoroso tribuno Nunes Machado, tombou morto por uma bala na cabeça, durante a refrega, atacando o Quartel da Soledade. Sem comando, os rebeldes foram repelidos.

Peixoto de Brito sucedeu-lhe na chefia até fugir para o estrangeiro. A Praia continuou a lutar inglòriamente no interior, em Paratibe, Monjope, Água Preta, Pajeú de Flôres, Bezerros, Goiana, Jacuipe e Cruangi, até dezembro de 1849, quando seu

Notável Estirpe Militar do Brasil

HÁ famílias em que as mesmas atividades e misteres se transmitem através de muitas gerações. Formam-se desta sorte no decurso do tempo, de avós a netos, em notável continuidade, verdadeiras dinastias de artistas, de políticos, de magistrados ou de militares. Desta última espécie temos no Brasil alguns exemplos notáveis, criados sobretudo nas longas e cruentas lutas que travamos durante dois séculos nas fronteiras meridionais. Foram assim os Correias da Câmara, os Fontouras, os Osórios, os Marques de Souza, os Mena Barreto e outros.

Sôbre esta última dinastia de soldados, famosa em tôdas as nossas guerras sulinas, escreveu Múcio Teixeira no seu livro *"Gaúchos"*: "Há famílias que, à semelhança das séries de reis de uma mesma raça, formam verdadeiras dinastias pela linha de sucessão, como a dos Calcaños, na Venezuela, que tem cinco irmãos poetas e prosadores notáveis; a dos Madrazos, na Espanha, de pintores e músicos; a dos Gusmões e a dos Andradas, em S. Paulo, aquela apresentando à posteridade três irmãos ilustres, dentre os quais se destacam Alexandre, poeta e diplomata, e Bartolomeu, o Padre Voador, sem esquecer a trindade de estadistas, que revive em três gerações, sempre com os mesmos nomes: José Bonifácio, Antônio Carlos e Martim Francisco. Nenhuma, porém, tão pujante e numerosa como a dos Mena Barreto, no Rio Grande do Sul, entrelaçada aos meus avoengos por vínculos de consangüinidade que chegaram até a mim. O tronco desta árvore, que ainda hoje rebenta em flôres gloriosas, foi o Marechal João de Deus Mena Barreto, Visconde de S. Gabriel".

Não fiquem esquecidas, a propósito, as palavras do escritor General Souza Doca: "No Brasil ocorre um fato curioso e digno de observação — uma espécie de dinastia, ou, melhor, a lei da hereditariedade em alto grau desenvolvida, em certas famílias, com muitos membros ilustres pelos mesmos títulos. Primeiramente, tivemos, em S. Paulo, os Andradas e os Gusmões — citamos sòmente o que de pronto nos ocorre à memória, ilustres

estadistas uns, e consumados oradores outros; depois apareceram no Rio Grande do Sul, ao mesmo tempo, os Marques de Souza e os Mena Barreto, aquêles representados por três gloriosos generais que durante um século, ininterruptamente, desempenharam saliente papel nas lutas em prol da integridade e da honra da nossa pátria; e os outros que durante um espaço de tempo superior a 150 anos, em 4 gerações sucessivas vêm figurando na galeria dos brasileiros ilustres por feitos heróicos. De tôdas as famílias citadas a Mena Barreto é a que maior número de representantes ilustres tem dado; só oficiais-generais conta 14, todos figurando honrosamente nos fastos da História Pátria. Escrever a história da família Mena Barreto é escrever muitos e brilhantes capítulos da nossa história militar, e os fatos mais importantes da vida do Rio Grande do Sul, onde, desde sua formação histórica, vêm os membros dessa família ilustre representando um papel salientíssimo e prestimoso".

O primeiro Mena Barreto, o tronco dessa grande árvore militar, cujos ramos sombreiam as páginas de nossas campanhas foi o grande cabo-de-guerra Marechal João de Deus Mena Barreto, 1.º Barão e Visconde com grandeza de S. Gabriel, nasceu na vila dêsse nome em 1769 e ali faleceu a 27 de agôsto de 1849. Completou-se em 1949 o 1.º centenário de sua morte. Dentro de alguns anos completar-se-á o 2.º do seu nascimento. Já seu pai era o Coronel João de Deus Barreto Pereira Pinto, devendo se notar que êstes últimos nomes também são duma família tradicionalmente militar.

Assim, num período de cêrca de 200 anos, essa família foi de fato a maior dinastia militar de nossa História. Iniciada por um Marechal João de Deus Mena Barreto chegou à nossa época com outro marechal do mesmo nome. O do período colonial iniciou sua carreira na campanha de 1801 contra os espanhóis, na qual galgou os postos da hierarquia até o de sargento-mor, que corresponde a major atualmente. Em 1808, era tenente-coronel. Em 1811, tomou parte na 1.ª invasão do Uruguai sob as ordens do Conde do Rio Pardo. Em 1816, na campanha contra o Caudilho Artigas, foi ferido no combate de Ibirocaí. Na Batalha de Catalan, um ano depois, comandou uma das alas do exército luso-brasileiro. Em 1818, chegou ao pôsto de Marechal-de-Campo, isto é, General de Divisão nos nossos dias. Promovido a tenente-general em 1824, participou das campanhas externas e internas no Sul, de 1828 a 1836. Grã-Cruz do Cruzeiro e Comendador de Aviz, era Fidalgo da Casa Real e do

Conselho de Sua Majestade, o Imperador. Barão em 1841, foi elevado a Visconde com grandeza em 1845.

Seu filho foi o segundo Barão de S. Gabriel, João Propício da Fontoura Mena Barreto, cadete dos Dragões do Rio Pardo em 1820, herói de tôdas as campanhas meridionais, Marechal-de-Campo em 1864 e comandante-chefe do Exército Imperial que nesse ano invadiu o Uruguai, tomou Paissandu e ocupou Montevidéu. Grande do Império, Comendador da Rosa, de Cristo e de Aviz, Dignitário do Cruzeiro e Fidalgo da Casa Imperial.

O último Marechal Mena Barreto, a exemplo dêsses fundadores da estirpe, governou o Amazonas em 1924, participou da Junta Governativa do Brasil em 1930, foi Interventor Federal no Rio de Janeiro e se viu elevado a curul de Ministro do Supremo Tribunal Militar em 1931.

A lista de militares componentes dessa ilustre família é a prova provada de que nunca houve no nosso país e talvez nunca tenha havido em outro qualquer tão grande número de elementos do mesmo sangue e com o mesmo nome em atividade nas classes armadas. Essa vocação guerreira que se transmite de pais a filhos desde o Século XVIII está de verdade na massa do sangue, como diz o povo, e demonstra uma hereditariedade verdadeiramente assombrosa.

Eis a relação nominal dos Mena Barreto militares no decurso de dois séculos de história do Brasil: Falecidos: 1 — Marechal João de Deus, Visconde de S. Gabriel; 2 — Marechal João de Deus, Ministro do Supremo Tribunal Militar; 3 — Marechal João Propício, Barão de S. Gabriel; 4 — Marechal Gaspar Francisco; 5 — Marechal José Luís; 6 — Marechal Antônio Adolfo; 7 — Marechal Manoel Joaquim; 8 — Brigadeiro João Manuel; 9 — Brigadeiro João Francisco; 10 — General Vítor Sampaio; 11 — General João Manuel; 12 — General João Rodrigues; 13 — General Alfredo; 14 — General João Carlos; 15 — General Pedro Augusto; 16 — Coronel José Luís; 17 — Coronel João Sabino; 18 — Coronel José Joaquim; 19 — Coronel Catão; 20 — Major João Carneiro; 21 — Major José Maria; 22 — Capitão Luís Francisco; 23 — Capitão Gaspar Adolfo; 24 — Capitão Ricardo; 25 — Capitão Nuno; 26 — Capitão Antônio Victor; 27 — Capitão Inácio Joaquim; 28 — Capitão João Francisco; 29 — Tenente Gaspar Francisco; 30 — Tenente João Zi; 31 — Tenente João de Deus; 32 — Tenente João Batista; 33 — Tenente Francisco Herculano; 34 — Tenente Firmino Herculano; 35 — Tenente Francisco

de Paula; 36 — Tenente Peri; 37 — Tenente Alfredo; 38 — Tenente Adolfo; 39 — Tenente João; 40 — Tenente João Manuel; 41 — Tenente Antônio; 42 — Tenente Tomás; 43 — Tenente Gabriel; *na Reserva*: 44 — Coronel João Propício; 45 — Coronel Ibanez; 46 — Coronel Alfredo; 47 — Tenente-Coronel Carlos; 48 — Capitão Sabino; 49 — Capitão Gabriel; *na Atividade*: 50 — Coronel Amado; 51 — Coronel Sebastião Dalizio; 52 — Tenente-Coronel Carlos; 53 — Tenente-Coronel Osvaldo; 54 — Tenente-Coronel João de Deus; 55 — Tenente-Coronel Waldemar; 56 — Tenente-Coronel Olavo; 57 — Tenente-Coronel Celso; 58 — Major Pedro Augusto; 59 — Major Paulo Emílio; 60 — Major Maurílio; 61 — Capitão Ramão; 62 — Capitão Marcelo; 63 — Capitão Múcio; 64 — Capitão Olavo; 65 — Capitão Paulo; 66 — Tenente Heitor; 67 — Tenente José Maria; 68 — Tenente Arquimedes; 69 — Tenente Azary; 70 — Tenente Argos; 71 — Tenente Luís Carlos; 72 — Tenente Descial; 73 — Tenente Arlindo; 74 — Tenente Carlos Augusto; 75 — Tenente Elmo; 76 — Cadete Carlos Alberto.

A estatística dessa estirpe militar brasileira é na verdade surpreendente: 76 oficiais em um século, dos quais 43 mortos na guerra ou na paz, 6 na reserva e 27 na atividade. Nesse total, 15 generais, 9 coronéis, 7 tenentes-coronéis, 5 majores, 14 capitães, 25 tenentes e 1 cadete.

Êstes números demonstram que jamais houve no Brasil família em que se encontrasse uma tão longa e tão bela continuidade do espírito militar.

Um Caxias Desconhecido

A 10 de junho de 1925, em sessão pública da Academia Brasileira, no Petit Trianon, fazia o Sr. Rodrigo Otávio uma revelação sensacional: *Caxias enamorado e poeta.* E, assim, se viu que Luís Alves de Lima e Silva, Marechal do Exército, Duque de Caxias, Condestável do Império, a Espada Invicta do Segundo Reinado, o Unificador e Pacificador do Brasil, Herói Epônimo da Pátria, Símbolo Imortal do Exército Brasileiro, como qualquer môço amara e versejara à sombra das fagueiras ilusões da juventude.

Estivera o Sr. Rodrigo Otávio no Hotel Bolívar, de Lima, no Peru, durante as comemorações da Batalha de Ayacucho, em companhia do grande jornalista uruguaio Eugenio Garzon, filho do General do mesmo nome e possuidor do precioso arquivo de seu genitor, que teve marcada atuação nos destinos de sua terra natal. O General Eugenio Garzon, soldado de José Gervásio Artigas e oficial de Bolívar e Sucre, combateu contra o Império na campanha de libertação do Uruguai de 1825 a 1828, quando o então Major Luís Alves de Lima e Silva, pertencente ao famoso Batalhão do Imperador, se achava sob as ordens do General Carlos Frederico Lecor, Visconde da Laguna, de guarnição em Montevidéu. "Era, disse Rodrigo Otávio, dos freqüentadores da casa de M. Miguel Furriel, Regedor da cidade, casado com a nobre dama D. Madalena Gonzalez Luna y Zayas, Marquesa de Montes-Claros. A casa abastada de D. Miguel era, em Montevidéu, o salão social do tempo, e nela os brasileiros eram acolhidos com especial carinho." Tinha o casal uma filha môça e linda pela qual o futuro Duque de Caxias, então solteiro e guapo, se apaixonara. Estava quase noivo, quando rebentou a guerra e interrompeu o idílio.

Segundo as revelações de Eugênio Garzon filho a Rodrigo Otávio, baseadas nos papéis de seu pai, ao voltar Luís Alves de Lima e Silva a Montevidéu em 1852, como Conde de Caxias

e comandante-chefe do Exército Imperial contra Oribe e Rosas, encontrou sua antiga namorada que casara havia 20 anos, em 1832, com o General Eugênio Garzon, viúvo desde 1831. "Entre os filhos do extinto casal, sobressaía D. Paulita, jovem de 20 anos, cuja beleza lembrava a de D. Ângela, ao tempo em que Caxias a conhecera e amara. O General, que jamais deixara de entreter relações de correspondência com a família Furriel, achando-se de novo em Montevidéu, voltou naturalmente a freqüentar a casa, e dêsse interessante episódio de sua vida gloriosa deixou no álbum de D. Paulita uma expressiva nota." São versos datados de 22 de março de 1852 e assinados *Conde de Caxias* num álbum de família que o jornalista uruguaio deu a ler e copiar ao acadêmico brasileiro. Ei-los, segundo constam da Revista da Academia Brasileira de Letras, de julho de 1925:

A D. Paulita

Lindo botão, bem conheço
A rosa donde procedes:
Olha... e verás que inda hoje
Em beleza não lhe excedes.

No Pantanoso eu a vi
Inda tão bela e viçosa,
Hoje o pampeiro da vida
Dobra-lhe a fronte formosa.

Não importa, inda eu a vejo
Com tôda a nobreza e graça,
Que só o sepulcro extingue,
Beldades que são de raça.

Lindo botão, deves ter
Justo desvanecimento,
Por nasceres duma rosa
De tanto merecimento.

Saberás que as flôres têm
Sucessiva dinastia
E pertence sempre a rosa
A mais nobre hierarquia.

Os espinhos que te cercam
Não são para te ferir,
Simbolizam as virtudes
Que deves sempre seguir.

Servem para defender
Tua angélica beleza
Da ímpia mão que pretenda
Manchar a tua pureza.

Nesse álbum da família Garzon, além do Conde de Caxias, deixaram versos de seus próprios punhos, segundo a revelação de Rodrigo Otávio, outras grandes figuras do Brasil Imperial, reunidas em 1852 na cidade de Montevidéu, em conseqüência da campanha contra o tirano Rosas: os Ministros José Maria do Amaral e Honório Hermeto Carneiro Leão, Marquês do Paraná, o Almirante John Pascoe Grenfell, que à testa de nossa esquadra forçara o passo de Toneleros e o então Barão de Pôrto Alegre, Manuel Marques de Souza, vencedor da Batalha de Caseros, que desfilara à frente de sua divisão, triunfalmente, pelas ruas de Buenos Aires.

Os grandes generais do Império eram dados às musas. Elas não coravam de ombrear com seus sabres vitoriosos. O herói de Curupaiti escreveu no álbum da família Garzon, em seguimento às trovas de seu chefe, o Marechal Conde de Caxias, estas quadras singelas:

Se ainda as antigas eras
Por agora vigorassem,
E a sós num jardim de flôres
Os poetas te encontrassem;

Com cendal de aéreo azul,
Escondendo o sexo teu,
Com asas, aljava e setas,
Fingindo descer do céu;

Qual seria o enganado
Por amor não te tomasse?
E, prosseguindo no engano,
Por Vênus não procurasse?

Mas, se as graças são também
Delas irmãs e filhas dela,
E pode chamar-se Vênus
A mulher mais linda e bela,

Sem ficção, és tua a Filha
Dessa beleza ideal!
E o fato de ser formosa
Conseqüente e natural.

O Brigadeiro Manuel Marques de Souza firmou êstes versos a 5 de abril de 1852, 13 dias após os de Luís Alves de Lima e Silva. Rendendo como êle culto à beleza de D. Paulita Garzon, a filha, como que rendeu maior à de sua mãe, D. Ângela. Mas nas quadras de Pôrto Alegre há simples artifícios literários, enquanto que nas de Caxias ressumbra como um perfume sutil a memória dum amor perdido na distância do tempo e enevoado pelo fumo das batalhas. O segundo se inspirou no primeiro.

Êstes documentos revelam um Duque de Caxias humano e sentimental, bem diverso da figura hierática que vemos perfilada com o brilho e o contôrno nítido dum símbolo heráldico no alto da escadaria de nossa História. Ainda mais diferente daquele Caxias militar, protótipo da Ordem e da Disciplina que o alemão Sieber nos pinta com pinceladas de mestre na página final do seu "Retrospecto da Guerra contra Rosas". Um Caxias que amou na mocidade e em lembrança dêsse amor perdido no fundo do passado fêz versos sentidos na idade madura. Um Caxias desconhecido.

O Cabo Submarino no Brasil

A TELEVISÃO e a radiotelegrafia não permitem à geração atual avaliar a importância que tiveram há menos dum século o telégrafo com fio e, especialmente, o telégrafo submarino, que ainda continuam a prestar ótimos serviços. A telegrafia submarina foi de fato a primeira ligação rápida que se conseguiu estabelecer entre os continentes separados pelos oceanos. Whetstone fêz nesse sentido as primeiras tentativas em 1840, nada conseguindo devido à deficiência do isolamento dos cabos empregados. Que a coisa era possível demonstrou Morse, enviando mensagens que chegaram ao seu destino por meio dum cabo submerso através da baía de Nova Iorque.

Os estudos continuaram até que os irmãos Breit, trabalhando por conta da França na Inglaterra, fabricaram em Londres um cabo, que, lançado na Mancha, permitiu se comunicasse as duas margens do Canal em data famosa na história da telegrafia submarina, 25 de setembro de 1851. Êsse cabo era tão perfeito que funcionou por espaço de 38 anos, até 1889. Seu isolamento fôra obtido com uma espessa camada de guta-percha. Daí por diante os progressos foram se tornando cada vez mais rápidos. Em 1853, colocava-se o cabo entre a Grã-Bretanha e a Irlanda. Três anos mais tarde, organizava-se e fundava-se em Nova Iorque e em Londres a primeira companhia para a fabricação de cabos submarinos. Em 1857, um dos irmãos Breit conseguia do Govêrno Francês a necessária concessão para ligar telegráfica e submarinamente a França e a Argélia, passando pela Córsega e pela Sardenha. Em 1858, a Terra Nova estava em comunicação com a Inglaterra. Era a primeira ligação intercontinental que se conseguia: América-Europa.

Então, os inglêses sentiram a importância que iam ter as ligações telegráficas submarinas. O Govêrno da Rainha Vitória nomeou uma comissão técnica encarregada de estudar a fundo a questão, de promover os melhoramentos materiais necessários e de determinar um plano de ação construtiva a respeito. O grande resultado foi a construção e equipamento em 1865 dum navio colossal para a época, que Júlio Verne imortalizaria em

um de seus livros *"A Cidade Flutuante"*, o "Great-Eastern", destinado a colocar o imenso cabo submarino através do Atlântico entre a Grã-Bretanha e os Estados Unidos. A primeira tentativa não deu resultado. Da segunda, a ligação foi feita a 27 de julho de 1886. Os franceses três anos depois puseram um cabo do pôrto de Brest às Ilhas de S. Pedro e Miquelon no litoral americano. Mas só em 1897 conseguiram um cabo direto entre a França e os Estados Unidos. Nesse ínterim, a Inglaterra multiplicava seus cabos submarinos pelo mundo, tornando-se quase a monopolizadora dessas comunicações intercontinentais. Mais tarde, vieram os cabos norte-americanos, italianos e alemães.

O assunto motivou a convocação duma conferência internacional em Paris de 1882 a 1883. Tinha por finalidade resolver as questões suscitadas entre diversas nações a propósito dos referidos cabos desde 1869. Após longas e exaustivas discussões, redigiu-se uma convenção assinada em 1884 e posta em vigor a partir de 1 de maio de 1888. Ela estabelece punições para a danificação proposital ou acidental dos cabos fora das águas territoriais, as quais serão aplicadas pelo Estado a que pertença o navio danificador e suspende êsses efeitos em caso de guerra. Regula finalmente tudo o que se relaciona com a matéria.

Foi o Brasil um dos países que, logo depois da instalação dos grandes cabos entre a Europa e a América, procurou usar dessa nova facilidade de comunicação do pensamento. Graças aos esforços do Govêrno Imperial, a 1 de janeiro de 1874, inaugurava-se o cabo submarino entre o Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco. No dia 19 do mesmo mês e ano, era aberta ao público a estação de Belém do Pará em ligação com aquelas e o Rio. Assim, o extremo norte se via unido pela rápida transmissão da palavra à Capital do Império. Ainda em 1874, a 22 de junho, fazia-se a inauguração do cabo entre o Brasil e a Europa, partindo do Recife. Em seguida, ano a ano, foram se colocando os postos intermediários: Maranhão, Ceará, Paraíba, Alagoas. Vieram finalmente os do sul. Santos, Destêrro e Pôrto Alegre. Aos poucos, tôda a costa brasileira podia se corresponder entre si e corresponder-se com qualquer país da Europa e com a América do Norte.

Foi Sua Majestade, o Imperador D. Pedro II, o grande propugnador da instalação do cabo submarino no nosso país. Tendo acompanhado com o maior interêsse as experiências e trabalhos que se realizaram até o feito do "Great-Eastern" em 1866 oito anos mais tarde via quase todo o Brasil litorâneo ligado à Côrte e ao resto do mundo.

Era um grande progresso que punha o Império na vanguarda das nações sul-americanas, tôdas elas repúblicas que o consideravam como escravagista, obscurantista e reacionário. Pessoalmente, o Monarca influíra junto a sucessivos gabinetes para a consecução dêsse grande fator de progresso. Depois dos Estados Unidos, vinha logo o Brasil como o país que se preocupara em obter êsse grande melhoramento de suas comunicações internas e externas. Na América tôda, estava em segundo lugar; na América meridional, estava em primeiro.

A memória dêsses fatos se perpetua numa grande caixa de nogueira esculpida, com as armas do Império Brasileiro em relêvo na tampa, alças, dobradiças e fecho de bronze cinzelado, oferecida ao Senhor D. Pedro II pela Companhia do Cabo Submarino, a qual encerra amostras dos primeiros cabos telegráficos colocados no mundo: em 1852-1854, de Holâhead e Houth; em 1853, de Orfordness ao Havre, de Dovre a Ostende e da Dinamarca ao Belt; em 1854, de Port Patrick a Donoghadee e Whitehall e de Spezzia à Córsega; em 1855, de Varna a Balaklava, no Mar Negro; em 1856, da Terra Nova ao Cabo Bretão; em 1857, da Sardenha a Bona; em 1858, da Sardenha a Malta e Corfu, através do Oceano Atlântico, de Whitehaven à Ilha de Man, da Inglaterra ao Hanover, dos Dardanelos a Creta e da Inglaterra à Holanda; em 1859, de Folkstone a Boulogne Sur Mer, da Sicília a Malta, de Atenas a Sira e Quios, da Sardenha a Malta e Corfu, do Mar Vermelho à Índia e da Tasmânia ao Estreito de Bass; em 1860, de Iviza a Maiorca, nas Baleares, de Barcelona a Port-Mahon, de Toulon a Argel, de Jersey à França e nos estreitos dinamarqueses; em 1861, de Malta a Alexandria; finalmente, em 1874, do Pará ao Rio de Janeiro.

Como se vê, contém o precioso cofre um resumo concreto da história do cabo submarino ligando as várias partes da terra, desde o Brasil à Tasmânia, da Europa à Oceania, através de todos os mares, nas primeiras décadas de seu emprêgo pelo mundo civilizado. Nesse emprêgo, tiveram os inglêses a primazia. Estava-se em pleno apogeu da época vitoriana. A Paz Inglêsa, à semelhança da antiga Paz Romana, se impunha ao mundo genuflexo diante de sua poderosa talassocracia, a mais poderosa jamais formada à face da terra. É natural, portanto, que, antes dos demais povos, fôsse o inglês quem gozasse os favores da admirável invenção, ligando-se às nações vizinhas e às suas

colônias. Pode-se considerar o Cabo Submarino como um dos grandes instrumentos do predomínio britânico no mundo do século XIX. Hoje, tudo isso não passa de *vieilles légendes, vieilles lunes,* como disse o poeta francês.

O Entrudo e o Zé Pereira

A ÉPOCA do Carnaval varia de ano a ano, porque está condicionada ao regime das *festas móveis* ou variáveis no tempo, estatuídas pela Igreja Católica Românica. A base de suas grandes solenidades rituais é a chamada Páscoa da Ressurreição, que nunca jamais deve coincidir com a Páscoa dos Judeus, na qual se deu, no mês de Nizan ou Março, a Paixão de Nosso Senhor Jesus Cristo. A fim de evitar essa coincidência em qualquer tempo, a Igreja sàbiamente determinou se celebrasse a Páscoa da Ressurreição no 1.º domingo posterior ao 14.º dia da lua que vem após 21 de março. Compreende-se isso desde que se tenha em vista que os hebreus se degiam por um calendário lunar e não pelo calendário solar adotado pelos povos cristãos. Assim, cronològicamente, a Páscoa da Ressurreição cairá sempre no 1.º domingo seguinte à lua cheia imediatamente posterior ao Equinóxio da Primavera, fixado no dia 21 de março.

Em virtude dessa determinação, se a 21 de março fôr sábado e lua cheia, o dia 22 será o Domingo de Páscoa, caso em que êste ocorre o mais cedo possível; se a primeira lua cheia, isto é, o 14.º dia da lua, após o Equinócio, fôr 29 dias depois de 20 de março, por conseguinte a 19 de abril e êste dia fôr domingo, o de Páscoa só poderá ser a 25 de abril, caso em que ocorre o mais tarde possível. Daí se verifica que o Domingo de Páscoa ou Domingo da Ressurreição sòmente pode cair entre duas datas extremas: 22 de março e 25 de abril. Ora, o Domingo de Carnaval, Domingo da Qüinquagésima ou Domingo Gordo cai sete domingos antes do da Ressurreição. Por isso, muitas vêzes se realiza o Carnaval em fevereiro e outras vêzes em março.

É o Carnaval festa de fundo pagão, que tem suas remotas raízes nos orgíacos festejos de Babilônia, denominados Sacae. Nêle se dá liberdade aos instintos da carne — *Carne — Vale.* Só a carne vale e se manifesta nessa comemoração dionisíaca. Ou o nome vem do *carsus-navalis,* carro naval de triunfo ne-

tuniano usado nesses festejos, que duraram nas Flandres e na Alemanha até o século XIII, relembrando as invasões dos Normandos ou Vikings. Mas, logo que os seus tumultos se apagam, após três dias de intensa liberdade, a segunda e a têrça-feira, a voz da Igreja, na Quarta-feira de Cinzas lembra aos desvairados a fatalidade da morte: *Memento, homo, quia pulvis es et in pulverem reverteris.* Lembra-te, homem, de que és pó e ao pó voltarás. Desta sorte, é a têrça-feira de Carnaval uma como introdução às cerimônias litúrgicas que se iniciam na Quarta-feira de Cinzas. Dizia-se em latim que era o dia do *Introitus,* isto é, daquela introdução. A palavra *introitus* corrompeu-se em *Entrudo* e, por extensão, se passou a denominar antigamente ao Carnaval *Entrudo* e, como era inveterado costume, usar-se durante êle de brincadeiras com água, hoje a palavra tomou a acepção restrita de Carnaval *molhado.*

Nos bons tempos de antanho, atirava-se água nas pessoas que passavam pelas ruas das janelas e balcões das casas, jarros, baldes e bacias. Havia foliões que punham à porta de suas moradias pipas e tonéis cheios, nos quais, ajudados de outros, mergulhavam os transeuntes desprevenidos. Em compensação, depois do banho, lhes serviam quitutes e bebidas. Devemos considerar isso como uma reminiscência dos antigos *banhos lustrais* ou banhos de purificação ritual para se entrar em vida nova. Ainda aí a palavra *Introitus* encontra significativa aplicação. Perdido o sentido primitivo, êsses banhos se tornaram meras brincadeiras, às vêzes finalizando em conflitos e pancadaria grossa, quando os que eram molhados à fôrça não estavam dispostos a suportar o brinquedo, achando-o, apesar da tradição, de péssimo gôsto.

Com o tempo, o costume se amenizou, os baldes e tinas foram abandonados, passando-se ao uso menos bárbaro de *limões* e laranjinhas feitos de leve camada de cêra, recheados de água perfumada ou colorida, que se atiravam de longe nas pessoas descuidadas. Mais tarde, com a aplicação da borracha de seringueira aos usos industriais, as *laranjinhas de cêra* tiveram a substituí-las outras da mesma forma, porém de fino envólucro elástico. As vítimas dêsse entrudo não se aborreciam tanto com as que os ensopavam com água de cheiro como com as que traziam colorantes, que lhes manchavam chapéus e roupas. Isso provocava rixas e barulhos, muitas e muitas vêzes de certa gravidade.

Deram-se novos e melhorados meios para o entrudo. Adotaram-se as pequenas bisnagas de borracha com canudo de metal,

ou de metal flexível, de vários feitios e tamanhos, as quais, apertadas pelos dedos, esguichavam, quase como um vaporizador, líquidos perfumados nos que tomavam parte nas lides carnavalescas. Isso estêve em grande voga na era de 1900. Mas apareceram malvados que carregavam as bisnagas com môlho de pimenta ou ácido fênico, produzindo queimaduras e até cegueiras. A Polícia, então, proibiu terminantemnte o uso de tais objetos.

Todavia o velho Entrudo teimava em não morrer, retormando seus processos e rejuvenescendo-se pelos anos afora. Às bisnagas sucederam a princípio os tubos de Cloretil e, afinal, os de vidro e metal dos chamados lança-perfumes, que são coisa de ontem. Houve anos em que se gastaram tantos milhões dêles nos carnavais cariocas que as suas fábricas de França enviaram representantes especiais para estudar as admiráveis condições dêsse mercado no Brasil. Fundaram-se, depois, fábricas nacionais que exploraram essa lucrativa indústria. Finalmente, os viciados começaram a procurar no éter contido nos tubos de lança-perfume a embriaguez dos sentidos, quer nas vias públicas, quer nos bailes em recintos fechados, de modo que as autoridades se viram forçadas a proibir o seu uso.

Morreu, assim, já nos nossos dias, metalizado, perfumado e industrializado o velho Entrudo nascido nas bacias e tonéis de água de nossos avós. Nos últimos tempos de sua existência, tivera a colaboração inocente do papel colorido sob a forma de confetes e serpentinas, e de espanadores para fazer cócegas, denominados *Mamãe-sacode*.

O emprêgo de laranjinhas e limões de cheiro ou de água de cheiro começou no Rio de Janeiro na época da Independência. Atiravam-se êsses projetis carnavalescos até nos teatros. As crônicas do Primeiro Reinado registram a propósito um episódio interessante, que ocorreu no então Real Teatro de S. Pedro de Alcântara, ao Róssio, hoje substituído por um monstro moderno de alvenaria e crismado como João Caetano. Foi no Carnaval do Ano da Graça de 1825. A atriz Estela Sezefredo, então famosa, trêfega, muito jovem e muito divertida, ousou lançar um dêsses limões na pessoa de Sua Majestade, o Imperador D. Pedro I, sendo incontinenti prêsa e metida nas grades do antigo Aljube, ao pé do Morro da Conceição, para no silêncio e na solidão meditar um pouco sôbre a sua estouvada brincadeira.

Estela Sezefredo era natural do Rio Grande do Sul e começou sua carreira como dançarina daquele Teatro, tendo pronunciado o discurso na festa oficial de sua reabertura, a 1 de

dezembro de 1824, quando ali se representou o "Engano Feliz" de Rossini. Tendo vindo de sua terra natal com 12 anos de idade, em 1822, pois nascera a 14 de janeiro de 1810, contava sòmente 15 anos ao praticar a pequena loucura carnavalesca que a levou à cadeia. Deixou de ser bailarina e estreou como atriz aos 23 anos, em 1833, na comédia "Camila". Alcançou êxito ruidoso de então por diante no palco. Casou com o grande ator João Caetano dos Santos, passando a chamar-se Estela Sezefredo dos Santos. Enviuvou em 1863 e pretendeu, embora já maior de 50 anos, voltar a ganhar a vida como atriz, não obtendo mais nenhum êxito. Faleceu na maior miséria em Niterói, a 13 de março de 1874.

O infatigável e probo historiador da cidade do Rio de Janeiro, Vieira Fazenda, desenterrou da poeira dos arquivos alvarás, avisos e posturas municipais sôbre o Entrudo carioca desde o século XVII. O Entrudo continuou aqui no século XVIII, mas com proibição absoluta, de acôrdo com as próprias Ordenações do Reino, do uso de máscaras e embuçados, sob penas variadas: prisão, multas, açoites e até degrêdo.

O Carnaval de rua, com préstitos alegóricos, como nós o conhecemos, parece datar no Rio de Janeiro de 1854, ano em que se fundaram as duas primeiras sociedades carnavalescas da cidade — Veneziana e Sumidades Carnavalescas. Os primeiros bailes de fantasia realizaram-se em 1846.

Durante o Segundo Reinado, surgiu no Rio e se alastrou às Províncias nova modalidade do Carnaval, a Zabumbada ou Zé Pereira, antepassado dos Cordões e Ranchos, com uma cantiga, cujo estribilho andava na bôca de tôda gente:

Viva o Zé Pereira
Que a ninguém faz mal!
Viva a pagodeira
No dia do Carnaval!

O criador dêsse novo Carnaval existiu mesmo de verdade. Era o português José Nogueira de Oliveira Paredes, sapateiro na Rua de S. José n.º 22, antigo caceteiro miguelista em Portugal, que participara ali das famosas rebeldias populares — a Patuléia e a Maria da Fonte, vindo, fugido dos liberais vencedores com D. Pedro I, dar com os ossos do lado de cá do Atlântico. Mal se anunciava o Carnaval, êle reunia uma dúzia de patrícios, que comiam, bebiam à boa maneira lusitana e saíam ruas a fora, batucando tambores, tocando zabumbas e cantando:

Viva o Zé Pereira
Que a ninguém faz mal!
Viva a bebedeira
No dia do Carnaval!

A zabumbada de Paredes e seus companheiros obedecia a ritmo tão certo e espalhafatoso que ninguém podia imitar. Sua passeata pelas ruas públicas atraía verdadeiras multidões de acompanhantes. Muitos pretenderam imitá-lo, capitaneando bando de tocadores de bombos e outros instrumentos de pancadaria, mas sem que jamais lhe levassem as lampas na famosa toada.

Vieira Fazenda nos dá conta da origem do nome de Zé Pereira para a batucada do José Nogueira de Oliveira Paredes desta sorte: "Dizem uns que, em certas localidades de Portugal, é o bombo conhecido por *Zé Pereira;* querem outros, e isto é mais provável, que, na primeira noitada de bom sucesso, os companheiros de Paredes, na fôrça do entusiasmo e influenciados pela vinhaça, trocaram o nome do chefe e davam vivas ao Zé Pereira em vez de Zé Nogueira".

Como quer que seja, Zé Nogueira ou Zé Pereira presenciou seu triunfo na ribalta, quando a célebre Companhia Teatral Heller levou no Rio à cena uma paródia dos "Pompiers de Nanterre" sob o título sugestivo de "O Zé Pereira Carnavalesco", tendo Paredes comparecido ao espetáculo de cartola e sobrecasaca, e chorando em público de alegria.

José Nogueira ou Zé Pereira, criador do verdadeiro Carnaval de rua do Rio de Janeiro, inventor do rancho ou cordão, iniciador da batucada, morreu dum ataque de apoplexia na véspera dum carnaval, depois de examinar cuidadosa e carinhosamente em sua oficina de sapateiro os bombos e tambores do seu bando de foliões, instrumentos de sua fama, por cuja integridade zelava com amor paternal e aos quais chamava emocionadamente *meus queridos amigos.* Fôra, em verdade, o Rei da Batucada.

Sic transit gloria mundi!...

Os Dromedários do Ceará

O PINTOR francês F. Biard veio ao Brasil no Ano da Graça de 1858, pintar os retratos do Imperador, da Imperatriz e das Princesas Imperiais. Seus amigos franceses desaconselharam tão perigosa e remota viagem, mas êle, decidido a enfrentar a febre amarela e as serpentes, fêz ouvidos de mercador e atravessou o oceano. Disso resultou um livro "Deux années au Brésil", editado pela Livraria Hachette em 1862, com ilustrações de Riou, segundo os desenhos do autor.

O paquête de rodas inglês que trouxe o pintor ancorou no Lamarão, fora do Pôrto do Recife, *Fernambouc,* como êle chama. Recusou-se a desembarcar numa jangada sôbre aquelas ondas agitadíssimas. Saltou, porém, na Bahia e comeu num restaurante um tanto à inglêsa e um tanto à brasileira. Suas impressões sôbre a cidade do Salvador reduzem-se a isto: edificação portuguêsa e muitos negros. A beleza natural da Guanabara maravilhou-o. Desembarcou no antigo Cais dos Mineiros, desceu a Rua Direita, hoje Primeiro de Março, e entrou na do Ouvidor, tendo ali a sensação de se achar numa rua francesa, tantos eram as casas comerciais dos seus compatriotas, os quais a denominavam *Rue Vivienne.*

O viajante-pintor queixa-se do calor, das môscas, das formigas e, acima de tudo, das baratas. Também se queixa dos impostos! Quando se vestia de branco, por causa da canícula, ninguém fazia caso dêle. Quando se vestia de prêto, com a cartola, todos o tratavam com a maior consideração. Passeou e pintou muito, encantado pela natureza tropical. Percorreu a Tijuca, *Tijouka,* como escreve. Achou o Rio "uma cidade das Mil e Uma Noites". Deslumbrou-o a bondade da Família Imperial. D. Pedro II hospedou-o no Paço de S. Cristóvão, onde, diz, as pulgas quase o devoraram. A chave de broca do seu quarto era tão grande e pesada que se tornava verdadeiro suplício carregá-la. O francês exagera certos aspectos e certas coisas para fazer gracinhas, o que é próprio da raça.

Pondo isso de parte, o livro de Biard nos fornece curiosas notas sôbre a vida brasileira naquela época: as procissões com seus anjinhos e S. Jorge a cavalo; as vendas de escravos em leilão; os pequenos séqüitos de mucamas e moleques atrás das damas de qualidade; as pequeninas intrigas de aldeia em que o Rio era fertilíssimo etc. Rende justiça à hospitalidade nacional nesta frase: *personne ne la pratique si noblement que le brésilien.*

Terminada a pintura dos imperiais retratos, Biard, que amava a História Natural e se dedicava à Entomologia, resolveu conhecer grande parte de nosso país. Foi ao Espírito Santo, desafiando maracajás, mucuins, cupins, sapos-bois, mosquitos, formigas, bichos de pé e outros animais terríveis. Interessaram-no os homens de opa verde que pediam esmolas para as almas do Purgatório e os negros que carregavam, cantando, pesados pianos à cabeça. Êle mesmo penetrou no nosso folclore, pois a seu respeito cantaram os mestiços capixabas que o conheceram esta quadra, que êle nos oferece naturalmente deturpada:

Seu Biá vai ao sertão
Matá passarinho!
Seu Biá vai ao sertão
Matá surucucu!

Do Espírito Santo, Biard seguiu para o Norte. Viu a Bahia, Pernambuco e a Paraíba. Na página 306 do seu volume, refere-se desta sorte ao Ceará: "Pelo meio-dia fundeamos diante de *Ciarra* (*sic*), que também se chama Fortaleza. Rodeada de coqueiros, a cidade aparenta ser bastante bonita, apesar de só se poder chegar lá através duma praia arenosa. Só se ancora ali para deixar e receber o correio. Vi, passando pela praia, animais que muito me intrigaram, pois me pareciam maiores do que cavalos e parecidos com camelos. Não me enganei, eram de fato camelos, sem dúvida importados da África por uma sociedade de aclimação indígena. Julgo a região excelente para êsses animais habituados ao areal".

Lendo-se isto, pensa-se que o francês ou se enganou ou nos pregou uma mentira, afirmando ter visto naquela época camelos nas praias do Ceará. No entanto, êle viu mesmo. Êsses camelos existiram na minha terra natal.

O Govêrno Imperial, com o intuito de aclimar no Nordeste tão úteis animais, mandou buscar na Argélia 7 casais dêles, que partiram da capital daquela colônia na barca francesa "Splendi-

de", a 21 de junho de 1859. A compra dêsses dromedários foi realizada pelo Vice-Presidente da famosa Société Française d'Acclimatation, Richard du Cantal, devidamente autorizado pelo Govêrno do Brasil, o qual contratou também 4 argelinos para tratarem os animais durante a viagem e ensinaram aos cearenses o melhor modo de lidar com êles. A travessia foi rápida e feliz para a época. A barca "Splendide" chegou a Fortaleza no dia 24 de julho do mesmo ano de 1859. Sòmente um dos animais adoecera e veio a morrer dias depois.

Imagine-se o alvorôço que causou na então pequena capital cearense a chegada de tão exóticos bichos com seus tratadores de albornoz e turbante. Os dromedários foram estabulados no Depósito Público da Câmara Municipal, que era um terreno murado à Praça do Ferreira, hoje o logradouro mais importante de Fortaleza. Mais tarde, os animais, já descansados da viagem, foram enviados para o sertão: seis para Canindé e sete para Quixeramobim.

Durante o período de sete anos, que medeou entre 1859 e 1866, os dromedários tiveram filhos, dizendo-se mesmo que êstes eram de grande robustez; todavia, sem tratamento adequado e fora do seu meio, foram morrendo, os pais e os filhos, de maneira que, em fins de 1866, dêles sòmente restavam quatro. A 31 de outubro do referido ano, o Ministério da Agricultura, reconhecendo tàcitamente o malôgro da tentativa de aclimação, expediu um aviso, mandando vendê-los em hasta pública. Tal venda só se realizou a 4 de fevereiro de 1867. Nessa ocasião, os quatro pobres dromedários restantes se encontravam sob a guarda de meu tio-avô, o Coronel Francisco Fidelis Barroso. Arrematou-os por um conto de réis o Sr. João do Carmo. A venda foi aprovada por aviso ministerial de 27 de março.

Terminou, assim, a vida pública dos camelos ou dromedários do Ceará avistados pelo pintor Biard. Da sua vida particular de então por diante nada se sabe. Que terá feito o meu patrício João do Carmo daqueles quatro *mehára,* como se diz na Argélia? Terão morrido carregando cana em algum engenho, lenha em qualquer fazenda, frutas em qualquer sítio, algodão pelas estradas ou em circos mambembes de cavalinhos por êsse mundo do Brasil interior a fora?

Duas são as tentativas de aclimação de camelos na América, ambas sem êxito: essa do Ceará e a do Peru, na época ainda do domínio espanhol, no século XVI. Êstes, porém, não se reproduziram como aquêles. Idêntica experiência, segundo escreve de Paw, se realizou na Espanha e não produziu resultado.

Ainda na minha meninice alcancei a tradição oral deixada pelos dromedários no Ceará. Sua viagem para o sertão deu azo a interessantes episódios. Pelos caminhos, os cavalos, horrorizados com seu aspecto e seu cheiro, desembestavam como loucos, mulas e jumentos fugiam espavoridos, as boiadas estouravam, as crianças escondiam-se, as mulheres desmaiavam de mêdo e os homens punham-se em guarda, persignando-se. Tôdas as vêzes que ia governar o Ceará um novo Presidente de Província mandavam-se buscar no Canindé e no Quixeramobim os pobres bichos para êle ter o gostinho de os ver. Os dromedários, coitados! iam e vinham, graças à adulação nacional.

O pintor Biard é o único viajante estrangeiro do Brasil Imperial que viu os dromedários no Ceará e a êles se refere. Estêve, depois, no Maranhão e percorreu o Amazonas que o encheu de assombro. Dali se dirigiu aos Estados Unidos. Finalmente regressou à França. A relação de sua viagem é uma das mais interessantes que existem.

A Segunda Filha de D. Pedro II

Em documento de sua autoria, a Princesa D. Isabel a Redentora, filha mais velha de D. Pedro II, diz o seguinte: "A 2 de dezembro de 1864, chegavam ao Rio o Conde d'Eu e o Duque de Saxe. Meu pai desejava essa viagem, tendo em mira nossos casamentos. Pensava-se no Conde d'Eu para minha irmã e no Duque de Saxe para mim. Deus e nossos corações decidiram diferentemente, e a 15 de outubro de 1864 tinha eu a felicidade de desposar o Conde d'Eu. . ." Por essa confissão, mais uma vez se verifica que o homem põe e Deus dispõe, como bem diz o povo, juiz de multimilenar sabedoria. O coração das Princesas Imperiais desviou desta sorte o curso dos arranjos políticos e o Duque de Saxe, ao invés de Príncipe Consorte da herdeira do trono do Brasil, se tornou marido da segunda filha do Imperador.

Era esta D. Leopoldina, nascida no Rio de Janeiro a 13 de julho de 1847, então com 17 anos de idade, de beleza comparável a de D. Francisca, Princesa de Joinville, sua tia e madrinha, e a de D. Amélia de Beauharnais, neta de Josefina Bonaparte e segunda mulher de D. Pedro I. A projeção histórica de D. Isabel, três vêzes Regente do Império, herdeira da coroa e libertadora dos escravos sombreou a figura de sua irmã mais môça, cujo destino foi menos brilhante em sua curta trajetória pelo mundo. Mas a formosura, o recato, a simplicidade, a discrição e a graça da segunda filha de D. Pedro II tornam a sua figura extraordinàriamente simpática aos que estudam a vida e os atos das pessoas da Casa Imperial.

Seu marido, Luís Augusto de Saxe Coburgo Gotha, Duque de Saxe, pertencente à mais ilustre casa que dera e ainda daria Príncipes Consortes e Soberanos para vários tronos europeus, irmão do futuro Czar dos Búlgaros, sobrinho de D. Fernando, marido de D. Maria II de Portugal, primo do Rei Leopoldo da Bélgica e do Príncipe Alberto, espôso da Rainha Vitória da

Inglaterra, nascera no Castelo d'Eu, em França, 9 de outubro de 1845. Era, portanto, sòmente dois anos mais velho do que sua mulher.

Os casamentos das filhas de D. Pedro II, celebrados ambos sendo Ministro do Império o Conselheiro José Liberato Barroso, realizaram-se em datas diversas. O de D. Isabel com o Conde d'Eu, como já ficou dito, a 15 de outubro de 1864. O de D. Leopoldina com o Duque de Saxe, a 15 de dezembro do mesmo ano. O primeiro foi nomeado Marechal do Exército Brasileiro; o segundo, Almirante da Esquadra Imperial. Os dois estiveram presentes à rendição de Uruguaiana e o Conde d'Eu foi o comandante-chefe de nossas fôrças vitoriosas no último período da campanha do Paraguai.

Do consórcio da filha segunda de D. Pedro II com o Duque de Saxe nasceu a 19 de março de 1866 no Rio de Janeiro o Príncipe D. Pedro de Alcântara Augusto Luís Maria Miguel Gabriel Rafael Gonzaga, conhecido na nossa História simplesmente como D. Pedro Augusto, neto preferido do Imperador e da Imperatriz, pela inteligência, amor ao estudo e dedicação aos avós que o educaram. Pouca gente sabe que durante nove anos, de 1866 a 1875, isto é até nascer D. Pedro de Alcântara, filho primogênito de D. Isabel e do Conde d'Eu, de acôrdo com a Constituição do Império, foi D. Pedro Augusto considerado herdeiro presuntivo da coroa. Vale dizer que, se nesse espaço de tempo falecessem D. Pedro II e D. Isabel, ao trono imperial do Brasil subiria um representante da velha e nobre casa de Saxe Coburgo Gotha. É corrente ter havido até certo movimento de opinião nas rodas do Paço de S. Cristóvão e nos círculos políticos favorável à apresentação às Câmaras duma emenda constitucional regulando a sucessão da coroa a favor do neto mais velho do Imperador.

Chamou-se o segundo filho de D. Leopoldina e do Duque de Saxe, D. Augusto Leopoldo, tendo nascido no Rio de Janeiro a 6 de dezembro de 1867. Era arrebatado de gênio e dado a conquistas amorosas como seu bisavô D. Pedro I. Casou em 1904 com D. Carolina, Arquiduquesa da Áustria, e teve oito filhos. Ainda no Rio, a 21 de maio de 1869, nasceu o terceiro filho do casal, D. José Fernando, que faleceu solteiro em 1888. Já o quarto filho, D. Luís Gastão nasceu no Castelo de Abenthal a 14 de setembro de 1870, veio ao Brasil e casou duas vêzes, a primeira com a Princesa Matilde da Baviera, a segunda com a Condêssa Maria Ana de Trauttmansdorf-Weinsberg.

Como se vê, a segunda filha do Imperador e seu espôso retiraram-se para a Europa em 1870 e ali em breve D. Leopoldina se extinguiria, vítima dum ataque de tifo, que a levou para o túmulo no Castelo de Abenthal, a 7 de fevereiro de 1871. Tinha sòmente 24 anos de idade. É compreensível, pois, a afeição que D. Pedro II e D. Teresa Cristina dedicaram ao Príncipe D. Pedro Augusto, que representava a filha morta em plena mocidade e que correspondia plenamente pela sua formação mental e seu caráter a êsse sentimento de seus avós. Uma anedota relatada por Múcio Teixeira pinta como zelava D. Pedro II pela educação moral do seu neto. Tendo ido D. Pedro Augusto a um baile na casa duma fidalga, no Rio Comprido, dêle sòmente voltou alta madrugada. Ao entrar no seu aposento do Paço de S. Cristóvão, deparou com espanto o Imperador deitado em sua cama, lendo à luz duma vela o "D. Quixote". D. Pedro II levantou-se à sua chegada e disse-lhe risonho: "— Filho, a cama dum rapaz solteiro não deve ficar abandonada a noite inteira. Vi-a tão solitária que lhe vim fazer companhia. Peço-te apenas que me não obrigues a repetir esta noitada, porque os velhos não devem alterar seus hábitos e só tu me obrigarias a isto".

A lição serviu e nunca mais o jovem Príncipe passou uma noite fora de casa. Êsse rapaz educado tão nobre e severamente foi quem mais sofreu o golpe desfechado sôbre o velho Imperador a 15 de novembro de 1889. Viajava êle, desde 27 de outubro de 1888, como segundo-tenente, em volta do mundo, a bordo do "Almirante Barroso", do comando do então Capitão-de-Mar-e-Guerra Custódio José de Melo, quando em Colombo, capital da ilha de Ceilão, chegou a notícia da proclamação da República. O comandante do navio recebeu ordem para desembarcá-lo, o que fêz contrariado, sendo emocionante a despedida do jovem e correto oficial.

O choque sofrido nessa ocasião abalou de tal modo D. Pedro Augusto, feriu-o tão profundamente que chegou na Europa com o juízo afetado. Depois de cuidadoso tratamento, melhorou consideràvelmente. Em vias de pleno restabelecimento, a morte do avô exilado em Paris causou-lhe tamanha mágoa que a insanidade voltou. Então, foi internado no Hospício de Tulln, na Baixa Áustria, onde veio a falecer a 7 de julho de 1934.

Seu irmão D. Augusto Leopoldo, marido da Arquiduquesa Carolina da Áustria, serviu, sem perder os direitos de cidadão brasileiro, por decisão do Imperador Francisco José, na Marinha Austríaca, tendo feito brilhante exame de admissão, graças ao curso que tirara na Marinha do Brasil. De sua correspon-

dência mantida no decurso de longos anos com amigos brasileiros, sobretudo os Barões da Estrêla e de Maia Monteiro, se vê que nunca se pôde acostumar de todo à vida da Europa e constantemente carpia saudades de sua pátria. Quando revogado o banimento da Família Imperial pelo Presidente Epitácio Pessoa, pretendia D. Augusto Leopoldo vir ao Brasil; mas o destino não lhe permitiu a satisfação dessa vontade: faleceu a 11 de agôsto de 1922 no Castelo de Schladming. A única pessoa da Casa de Saxe-Coburgo-Gotha-Bragança, formada pelo casamento da segunda filha de D. Pedro II, que pisou terras do Brasil depois do exílio da Família Imperial foi D. Teresa Cristina Maria, sua filha, em companhia de seu espôso, no ano de 1938.

D. Leopoldina e seu marido, enquanto viveram no Brasil, ocuparam o Palácio denominado do Duque de Saxe, que ficava ao pé da Quinta da Boa Vista, num parque limitado dum lado pela atual Rua General Canabarro e do outro pela Central do Brasil, terrenos cortados atualmente pela Avenida Maracanã. Nesse palácio, morou após a partida dos pais para a Europa, quando se tornou homem, o Príncipe D. Pedro Augusto. Restaurou-o com o maior gôsto, mobiliou-o com alfaias de valor trazidas da Alemanha e ali deu recepções e banquetes que fizeram época. Com a proclamação da República, essas relíquias foram dispersadas em apressado leilão, a casa entregue ao Ministério da Guerra e por fim destruída para dar lugar a novas construções. Do Palácio do Duque de Saxe restam sòmente hoje dois dunquerques com altos espelhos brasonados e dourados, felizmente recolhidos ao Museu Histórico Nacional. Suas faces, inúmeras vêzes, nos bons tempos idos, refletiram a face pensativa do jovem D. Pedro Augusto, destinado à loucura, e a peregrina beleza da segunda filha de D. Pedro II, D. Leopoldina Teresa Francisca Carolina de Bourbon Bragança e Saxe-Coburgo-Gotha, destinada a uma morte prematura longe da família e da pátria. Suave e graciosa figura, cheia de beleza, de virtude e de modéstia, que as circunstâncias da vida levaram para longe do país natal como fôlha que o vento açoita.

As Espadas de D. Pedro II

D. PEDRO II, ao contrário de seu pai D. Pedro I, tido e havido como verdadeiro soldado, foi sempre um soberano burguês à maneira de Luís Filipe, bonacheirão, pacífico, mais preocupado com os livros do que com as armas, não tendo nunca comandado um regimento. Na sua grande maioria, por dever de ofício, os príncipes de sangue recebem nas casernas, nas escolas e nos campos a educação militar. O nosso segundo Imperador, tutelado por José Bonifácio e pelo Marquês de Itanhaem, criado no convívio de calmos e provectos estadistas, nunca se dera aos exercícios de guerra e não experimentara nem impusera os rigores da disciplina. Ninguém mais paisano do que êle.

Andava geralmente de casaca e, quando as circunstâncias o obrigavam ao uniforme, desde a meninice vestia a farda de almirante. Raros seus retratos com a de Marechal do Exército. Todavia, no assédio de Uruguaiana, onde foi prestigiar com sua presença os defensores de nosso território invadido pelos paraguaios, fardou-se de Coronel do 1.º Batalhão de Voluntários da Côrte, organizado no Rio de Janeiro. Era uma homenagem pessoal que assim prestava à mocidade brasileira alistada para desafronta do Brasil. Sôbre êsse uniforme simplíssimo usava um poncho de abertura bordada a ouro e na cabeça punha, às vêzes, o pequeno quepe agaloado de coronel e, outras, o chapéu prêto redondo que distinguia aquela tropa. É com essa indumentária que está representado por Chaves Pinheiro na maqueta de sua projetada e não erigida estátua eqüestre, bem assim na iconografia do cêrco de Uruguaiana, especialmente na famosa gravura em que recebe a espada do chefe paraguaio sitiado, o Major Estigarribia. Nessa ocasião, trazia o Imperador pendente do talim o sabre de oficial general em segundo uniforme regulamentar no Exército Brasileiro: bainha de couro com guanições de latão dourado, lâmina ligeiramente curva com cota saliente, punho de marfim com refôrço e maçã de metal, guarda em S.

Outros documentos, gravuras, quadros, estátuas, etc. mostram-nos D. Pedro fardado de almirante ou em trajes majestáticos, trazendo outras espadas, estas simples ou ricas, em forma de gládio antigo, próprias mesmo de grandes cerimônias.

Em meados de 1828, um antiquário parisiense noticiou, no entanto, que tinha para vender *a espada de D. Pedro II.* Imediatamente um colecionador brasileiro residente em Lisboa veio a público, afirmando que *a verdadeira espada de D. Pedro II* estava em seu poder. E acrescentava que a tinha adquirido dum vendedor de antiguidades por cento e cinqüenta escudos. Era dourada, com ramos de carvalho na bainha, as iniciais P. II sob a coroa imperial nos copos, e, na lâmina, galivado, o dístico *Viva o Imperador!*

Fora disso nenhum documento comprobatório de ter essa arma pertencido ao soberano do Brasil. Quem conhece um pouco de armaria brasileira sabe com segurança que a coroa e a sigla imperiais figuravam em todos os sabres e espadas de oficiais do Segundo Reinado, sendo que ressaltam melhor nos dos generais, devido ao metal dourado de melhor qualidade. A legenda *Viva o Imperador!* data das lâminas das pesadas *lattes* da Imperial Guarda de Honra de D. Pedro I e estampa, damasquinada, nas dos oficiais-generais de seu sucessor. Fôlhas de carvalho e outros relevos indicam que a espada foi dum general e nada mais. Na verdade, existem espadas ou sabres de generais da monarquia brasileira tão belos, tão suntuosos que parecem armas dum soberano. O equívoco é, pois, fácil de se estabelecer.

Sendo as iniciais P. II e a coroa imperial regulamentares nas armas da oficialidade justamente não aparecem nas verdadeiras espadas que usou o Monarca. A que êle usou em Uruguaiana e trazia sempre em uniforme comum, mimo de metal lavrado no punho e de lâmina damasquinada, as que êle cingiu nas cerimônias, em forma de gládio antigo, uma cravejada de gemas, que serviu à coroação, outra folheada de ouro e outra de bronze cinzeladas a mão, essas estão autenticadas pela sua procedência. Existiram, antes de passarem para os mostruários dos museus, em poder dos membros da Família Imperial.

Iniciais e coroa têm levado inúmeras pessoas dentro e fora do Brasil a pensar que se achavam de posse duma espada do Imperador, quando lhes caía nas mãos qualquer arma de Coronel da Guarda Nacional ou de oficial superior ou general do Exército, douradas e ostentando aquêles símbolos.

Poucas, já devidamente catalogadas e autenticadas, são as espadas que pertenceram a D. Pedro I e D. Pedro II, de maneira que é muito difícil aparecer alguma nova que possa ser considerada verdadeira.

A Voluntária da Pátria

PARA a galeria das heroínas brasileiras, em que figuram Maria Úrsula de Abreu Lencastre, Joana Pereira, Bárbara Heliodora, Bárbara de Alencar, Joana Angélica, Maria Quitéria de Jesus Medeiros, Ana Nery, Rosa da Fonseca e tantas outras, o Ceará, minha querida terra natal, contribuiu com uma figura hoje esquecida, mas que merece lembrada. Trata-se de Jovita Feitosa, humilde sertaneja que se alistou, em trajes masculinos, como Voluntário da Pátria, quando o Brasil inteiro ofereceu seus filhos, cheios de entusiasmo, para a guerra provocada pelos insultos à nossa soberania e à nossa bandeira lançados pelo Ditador do Paraguai, Francisco Solano Lopez.

Jovita Alves Feitosa, da velha e tradicional família cearense dos Feitosas, que, durante longos anos, nos tempos coloniais, se empenhara em luta de vida e morte com a família rival dos Montes, dando origem à famosa guerra sertaneja dos Montes e Feitosas, nasceu a 8 de março de 1848 na povoação do Brejo Sêco, no sertão dos Inhamuns. Há dúvidas quanto à sua filiação. Em depoimento prestado no Rio de Janeiro, declarou ser filha de Maximiano Bispo de Oliveira e de Maria Alves Feitosa; no que prestou ao Chefe de Polícia da Província do Piauí, disse que os nomes dos pais eram Simeão Bispo de Oliveira e Maria Rodrigues Oliveira, sendo neta do baiano Simões Dias.

Aos doze anos de idade, perdeu a mãe, levada pela terrível epidemia de cólera que varreu os sertões nordestinos em 1860 e viveu em companhia do pai até ir morar em Jaicós, no Piauí, com um tio chamado Rogério, que era mestre da banda de música local. Trazia o desejo de dedicar-se à arte musical; mas as notícias da guerra e do entusiasmo que despertava na mocidade brasileira alcançaram aquêle longínquo rincão e a mocinha sertaneja decidiu combater pela pátria ameaçada. Para isso, deixando a casa do tio em segrêdo, caminhou setenta léguas a pé e chegou à cidade de Teresina, capital da Província, vestida de

homem, tendo cortado os longos cabelos a faca e cobrindo a cabeça com um chapéu de couro, de vaqueiro.

Nesses grosseiros trajes masculinos se apresentou no Palácio da Presidência e se ofereceu como Voluntário da Pátria, segundo noticiou a imprensa local. Tinha de 17 a 18 anos de idade, feições de índio, isto é, acabocladas, e falar desassombrado. A propósito, o jornal teresinense "Liga e Progresso" estampava esta nota: "Em um dêstes últimos dias apareceu no Palácio da Presidência, pedindo para ser alistado Voluntário da Pátria, um jovem de 17 anos de idade, pouco mais ou menos, de estatura regular, vestido simplesmente de camisa e calças, e trazendo na mão um chapéu de couro. S. Ex. o Sr. Dr. Franklin Doria (*Barão de Loreto, Presidente do Paiuí*), aceitando-o como tal lhe ordenara que, no dia seguinte, se apresentasse para ser aquartelado. Algumas pessoas, porém notaram e ficaram prevenidas sôbre os sinais característicos dêsse jovem voluntário, que mais lhe indicavam ser uma mulher do que um homem, e não o perderam mais de vista. Às 5 horas da tarde do dia designado para o aquartelamento do jovem voluntário, uma multidão imensa o acompanhava para a casa do Sr. Dr. Chefe de Polícia, onde, chegando, declararam algumas pessoas que êsse indivíduo, que se dizia Voluntário da Pátria, era uma mulher disfarçada em homem. O Sr. Dr. Freitas mandou entrar o suposto Voluntário e procedeu ao interrogatório que aqui damos à publicidade".

O referido interrogatório nos fornece a data exata do acontecimento que, então, agitou a cidade de Teresina: 9 de julho de 1865, pouco menos dum mês após a vitória do Riachuelo. Livre de ferros e de qualquer coação, diz o documento oficial, a rapariga foi inquirida pelo Chefe de Polícia em pessoa, na presença de testemunhas e do escrivão Raimundo Dias de Macedo, respondendo com a maior clareza ao que lhe foi perguntado. Deu a filiação a que nos referimos e o nome de Antônia Alves Feitosa. Jovita era apelido caseiro. Procedia dos Inhamuns, no Ceará, e estivera sete meses em Jaicós, no Piauí, na residência dum tio. Vivia de suas costuras. Saíra de Jaicós a 20 de outubro e viera na companhia dos Voluntários conduzidos pelo Capitão Cordeiro, com o único fim de ver se podia ser aceita para a guerra do Paraguai.

"Perguntado se não era amásia de algum dos Voluntários com quem veio, respondeu que não tinha relações com êsses homens, e que os acompanhou sòmente porque vinham para a

capital, tendo por muitas vêzes lhes declarado, quando indagaram da sua viagem, que se ia apresentar como Voluntário da Pátria."

Tomara roupa de homem por lhe dizerem que, como mulher, não seria aceita no Exército. Seu sexo fôra descoberto, na feira, por outra mulher que notara suas orelhas furadas e a apalpara no seio, apesar de sua oposição. A mesma mulher dera parte no que descobrira ao Inspetor do Quarteirão e êste a mandara conduzir à Polícia por dois soldados. Chorava em presença da autoridade por se sentir envergonhada. Não sabia carregar uma espingarda, mas sabia atirar com ela, tendo disposição para aprender a arte da guerra, suportar os trabalhos da campanha e matar o inimigo. Se o Govêrno não a aceitasse como soldado, sujeitar-se-ia a seguir para o Sul do país, onde se ocuparia com o que fôsse próprio ao seu sexo. Todavia o seu grande desejo era ser soldado. Seu pai ainda vivia no Brejo Sêco, no Ceará, em companhia de seus irmãos menores. O irmão mais velho, Jesuíno Rodrigues da Silva, partira já para a guerra. Sabia ler e escrever mal.

Outro jornal piauiense noticiava que Jovita tinha por intento "bater-se com os monstros que tantas ofensas têm feito às suas irmãs de Mato Grosso; vingar-lhes as injúrias ou morrer nas mãos dêsses tigres sedentos". Afinal Jovita assentou praça e recebeu as divisas de 1.º Sargento. A imprensa afirmou que ela se apresentava nas ruas de Teresina de farda e saiote, mostrando-se resoluta e satisfeita. O pai, que fizera uma viagem a Caxias, no Maranhão, foi vê-la em Teresina e deitou-lhe a sua bênção.

Jovita embarcou para a Parnaíba a 10 de agôsto de 1865, em companhia de 460 Voluntários. No vapor "Gurupi", seguiu para S. Luiz do Maranhão, de onde veio para o Rio de Janeiro no "Tocantins", aqui chegando a 9 de setembro. Por tôda parte despertava a curiosidade pública. Acorriam multidões para contemplá-la e aclamá-la. Suas fotografias saíam diàriamente na imprensa e rara a pessoa que não possuía uma.

No mesmo ano de 1865, a Tipografia Imparcial de Brito & Irmão publicava no Rio de Janeiro pequeno folheto sob o título "Traços Biográficos de Jovita, Voluntária da Pátria", de autoria de *Um Fluminense*. Nêle, a cearense é descrita desta forma: "É um tipo índio. Tem uma estatura mediana, maneiras simples e sem afetação, despida daquela gravidade, que impõe um respeito profundo, bem proporcionada, rosto redondo, uma cútis amarelada, cabelos curtos, crespos e dum negro acaboclado, mãos de homem e sêcas, pés grandes. Seus olhos negros, cheios de

luz, a tornam simpática, seus lábios fechados com alguma graça ocultam dentes alvos, limados e pontiagudos. Uma serenidade d'alma estende-se pelo seu todo e mesmo lhe assegura uma confiança que a tranqüiliza".

Um Fluminense confessa que estêve com ela, que o surpreendeu pela singeleza e tranqüilidade da atitude. Trajava calças brancas, blusa de chita aberta ao pescoço, em tôrno do qual se via um rosário e uma corrente de ouro. Enquanto falava, brincava com bonecas sôbre uma mesa. Achou-a um tanto enigmática. Disse que tinha muita raiva dos paraguaios e lamentava que a não aceitassem como soldado. Estimava D. Pedro II. Sentia-se vivamente contrariada.

A 16 de setembro de 1865, o Ministro da Guerra baixava o seguinte ofício ao Comandante do Batalhão de Voluntários do Piauí: "Não havendo disposição alguma que permita a mulheres terem praça nos Corpos do Exército, nem nos da Guarna Nacional, ou de Voluntários da Pátria; não pode acompanhar o corpo sob o comando de V. S. com o qual veio da Província do Piauí a voluntária Jovita Alves Feitosa na qualidade de praça do mesmo corpo, mas sim como qualquer outra mulher das que se admitem a prestar junto aos corpos em campanha os serviços compatíveis com a natureza do seu sexo, serviços cuja importância pode tornar a referida voluntária tão digna de consideração, como de louvores o tem sido pelo seu patriótico oferecimento: o que declaro a V. S. para seu conhecimento e govêrno. Deus guarde a V. S."

Jovita apelou dessa resolução ministerial; mas o Ministro manteve seu ponto de vista, louvando o seu oferecimento e oferecendo-lhe os meios para retornar decentemente ao seio de sua família. Outras Voluntárias da Pátria, que lhe seguiram o exemplo, também não foram aceitas. Em Pernambuco, D. Mariana Amélia do Rêgo Barreto, com 18 anos de idade, môça de boa família, que pretendeu alistar-se no 5.º de Voluntários. Em Alagoas, outra de que o nosso folclore conserva a lembrança nestes versos satíricos:

Sinhá Mariquinha
da saia comprida,
da crista de galo,
do pé de galinha,
não foi recebida
na tropa de linha.

A pobre Jovita viu, assim, desabar o seu sonho heróico que as manifestações públicas tinham acalentado. Exercitara-se em Teresina no manejo das armas e fora promovida a Sargento. Em S. Luís do Maranhão, hospedara-se em casa do Tenente Campos, Ajudante de Ordens do Presidente da Província, assistindo a um espetáculo em sua honra no teatro do empresário Vicente Pontes de Oliveira, onde a artista D. Manuela recitara, empunhando a bandeira imperial, versos de Moniz Barreto. Aparecera no palco rodeada pelos atores da companhia fardados de Voluntários da Pátria, cantando em côro um hino de Libânio Colás com letra de Juvenal Galeno, o grande poeta popular de Fortaleza. O povo cobrira-a de flôres. Um negociante português, Boaventura Coimbra de Sampaio, ofertara-lhe magnífico fardamento de pano fino. O Juiz de Direito Antônio Francisco de Sales deu-lhe um jantar em sua residência, comparecendo ao mesmo todos os oficiais do seu batalhão. Na Paraíba, fôra recebida por uma Comissão de homenagem, que a presenteou com uma anel de brilhantes. No Recife, o Presidente levou-a ao Teatro Santa Isabel no seu camarote, sendo saudada por um poeta, que recitou uma poesia a ela dedicada, terminando por êstes versos:

Peço palmas para a môça
Que ocupa um lugar ali,
Ela vale uma epopéia:
Erguei-vos, nobre platéia:
Essa amazona aplaudi!

Depois, tudo isso desabou. Veio o crepúsculo do esquecimento. Anoiteceu na sua alma. E a pobre Jovita terminou seus dias ninguém sabe como. Melancólico o fim dessa heroína que sonhara vingar na guerra as mulheres de Mato Grosso violentadas e mortas pelos invasores da Pátria.

Os Zuavos do Brasil

CHAMAM-SE Zuaguai ou Zuagas os belicosos membros duma tribo cabila das montanhas que separam a Argélia da Tunísia. Os Turcos, quando dominaram as duas Regências Barbarescas, não podendo submeter êsses montanheses, ofereceram-lhes serviço militar no Exército Otomano, formando com êles corpos especiais de infantaria ligeira denominados de Zuavos. Os Zuavos permaneceram na organização militar turca até o fim do Império, do *Memalik i Osmanye,* com o advento da República, o *Cumhuriyet* de Kemal Pechá. Nesse antigo exército, o *Nizam,* ao lado da cavalaria *Hamidié,* que era uma espécie de milícia nacional, figuravam como outra singularidade os regimentos de Zuavos com largas calças vermelhas, curtos jalecos azuis agaloados e fêz encarnado. Os da Guarda Imperial se distinguiam dos de linha pelo uso do turbante verde, côr sagrada do Profeta Maomé.

Ao conquistarem a Argélia, em 1830, os franceses imitaram a organização militar turca nesse ponto, oferecendo por sua vez aos irredutíveis montanheses de Zuaga o serviço militar em condições semelhantes. Em fins daquele ano, já se haviam organizado algumas companhias de Zuavos e em princípios de 1831 existiam dois batalhões enquadrados por oficiais e sargentos franceses, e especializados como tropas ligeiras. Em 1837, criou-se um terceiro batalhão e se reuniram os três num Regimento de Zuavos, cujo primeiro comandante foi o então Coronel Lamoriciére.

Em 1838, a França reorganizou suas tropas coloniais, permitindo aos europeus o ingresso nos Zuavos e deixando aos indígenas, inclusive os naturais da Zuaga, as novas formações de Atiradores Argelinos, que se celebrizariam na campanha de 1870 sob o nome de Turcos. Tornaram-se, assim, os Zuavos exclusivamente franceses. Manteve-se, no entanto, nêles, até nossos dias, com diminutas modificações, o uniforme da tradição otomana:

largas calças garanças, curto jaleco azul com ornatos de cadarço vermelho e na cabeça a chechia rubra de borla pendente. Com essa indumentária espalhada por tôda parte pelas gravuras e quadros, êsses soldados se tornaram dos mais famosos do mundo, ombreando em originalidade com os Escravos gregos, os Honveds húngaros, os Cossacos da Rússia e os Hússares de vários países.

Em 1854, a França já possuía 4 Regimentos de Zuavos, sendo um da Guarda Imperial de Napoleão III, que se distinguia pelo turbante branco em lugar da chechia vermelha. Essas tropas, consideradas de escol, cobriram-se de glória em tôdas as campanhas do Segundo Império Francês. Na da Itália, decidiram da vitória em Palestro e Magenta. No México, participaram de todos os combates. Na Criméia, carregaram brilhantemente em Alma e Inkermann. E, afinal, na invasão da França pela Alemanha em 1870, se sacrificaram em Reichschoffen.

Além da Turquia e da França, Roma também teve Zuavos. Em 1860, para defender os Estados do Papa, depois que os deixara o corpo expedicionário francês que Napoleão III ali mantinha, do ataque dos garibaldinos e piemonteses que os ameaçavam para realizarem com a posse da Cidade Eterna a unidade italiana, o então General Lamoriciére organizou um batalhão de Zuavos, lembrado naturalmente de haver sido seu primeiro Comandante na Argélia. Seu uniforme era o mesmo dos Zuavos franceses nas linhas e no corte, mas não nas côres, pois haviam adotado a cinzenta. Também ao invés da chechia usavam um quepe do modêlo denominado Cavaignac. Constituíam essa unidade, que se denominava Zuavos Pontifícios, voluntários recrutados nas mais nobres famílias de França. Comandava-a o Barão de Charette, descendente do famoso chefe dos Vendeanos na Revolução Francesa.

Os bravos e cavalheirescos Zuavos Pontifícios lutaram heròicamente em Castelfidardo e em Mentana. Depois da ocupação de Roma, em 1870, pelo Exército de Vítor Emanuel, achando-se a França invadida pelos alemães, vieram sob o comando do General de Sonis oferecer seus serviços à pátria. O Govêrno da Defesa Nacional os aceitou e os Zuavos Pontifícios se bateram com honra na Batalha de Loigny. Terminada a campanha, a legião de Zuavos Pontifícios foi dissolvida.

Continuaram, porém, na Argélia os quatro antigos Regimentos de Zuavos Franceses, com a obrigação, de 1899 em diante, de terem sempre o seu quinto batalhão e o seu depósito na Metrópole.

Além da Turquia, da França e da Roma Papal, sòmente o Brasil teve Zuavos. Foi um corpo de voluntários baianos que se organizou e apresentou no acampamento de Concórdia para a guerra do Paraguai. Composto na sua maioria de homens de côr, usava o espaventoso uniforme turco dos Zuavos da Argélia. Êsse batalhão de Zuavos da Bahia teve duração efêmera, sendo logo enquadrado e uniformizado como os outros corpos de Voluntários da Pátria. Nas suas interessantes "Reminiscências da Campanha do Paraguai", o General Dionísio de Cerqueira descreve o garbo e o pinturesco dêsses valentes Zuavos de sua terra natal.

O uso dessa farda e dessa designação do lado de cá do Atlântico mostra a grande voga dos Zuavos no mundo, naquele tempo, 1865. Êles se tinham popularizado através do noticiário da imprensa e da iconografia da época, ferindo as imaginações, tanto pela sua atuação das guerras da Itália, quer contra os austríacos, quer a favor do Sumo Pontífice, como sobretudo pela glória que os cobriu na campanha da Criméia, a qual teve o condão de prender a atenção do mundo inteiro.

Na distância do tempo, não é difícil imaginar como se tornou popular no Brasil a campanha da Criméia, onde os exércitos coligados da França, da Inglaterra, da Turquia e do Piemonte venceram com inauditos esforços as epidemias de cólera e de tifo, e a heróica resistência moscovita. As estampas dos zuavos franceses atravessando o Alma ombreavam com a dos lanceiros e hússares inglêses que haviam dado a famosa Carga da Brigada Ligeira, em Balaklava. Em Paris, inaugurava-se a ponte de Alma e abria-se o bulevar Sebastopol. A frase de Mac Mahon na tomada do reduto de Malakof, *je suis et j'y reste,* corria parelhas com o acróstico do Rio Neva, espalhado pela propaganda britânica: N — Napoleão, E — Eugênia; V — Vitória, A — Alberto, nomes dos soberanos das grandes potências aliadas contra a Rússia. Um eco dessa popularidade se propaga até hoje no nome dado ao torreão central do Arsenal de Marinha do Recife: Tôrre de Malakof. Os apelidos dos generais que batiam os russos ou eram levados pelas doenças andavam de bôca em bôca: Lord Raglan, Saint Arnaud, Pelissier, Canrobert, Mac Mahon, La Mamora, Osman Pacha. Os pais batizavam os filhos com os sobrenomes de Canrobert e Pelissier. Os Osmans apareciam a cada passo. E os zuavos eram, como se diz vulgarmente, enquanto durou a campanha longínqua e impressionante, de 1853 a 1856, a *coqueluche* da época. Até nos

jardins dos palacetes como se vê no Museu do Estado, no Recife, figuravam como ornamentos estátuas de zuavos.

Nessa guerra da Criméia, no dia 8 de setembro de 1855, data da tomada da formidável Tôrre de Malakof, morreu heròicamente, combatendo à frente de sua companhia, um brasileiro, o Tenente do 1.º Regimento de Zuavos Eduardo de Villeneuve, de origem francesa, nascido no Rio de Janeiro, irmão do Conde de Villeneuve, que foi Ministro Plenipotenciário do Império do Brasil na Bélgica. A morte dêsse jovem e bravo oficial contribuiu extraordinàriamente para tornar ainda mais populares na nossa terra tanto os zuavos franceses, nos quais servia, como aquêle combate, cuja memória se perpetuaria na Torre de Malakof do Arsenal do Recife. Dez anos mais tarde, em 1865, ainda um eco dessa celebridade se fazia ouvir no fardamento e designação dos Zuavos Baianos que se apresentaram para desafrontar a Pátria nos campos do Paraguai.

O Escândalo do Hôtel du Louvre

EM 1872, viajando pela Europa Meridional de regresso do Egito ao Brasil, o Imperador D. Pedro II resolveu passar pela *mui leal e invicta* Cidade do Pôrto, profundamente ligada a seu pai, D. Pedro, na luta contra D. Miguel e que guarda, num relicário, o seu coração. Hospedou-se no Grand Hôtel du Louvre, de que era proprietária D. Maria Henriqueta de Melo Lemos Alvelos e Silva. Pouca gente conhece o resultado dessa hospedagem imperial. É que ela não foi paga, o que deu lugar a verdadeiro escândalo com a respectiva publicidade.

Os fatos estão expostos num folheto raríssimo intitulado "O Sr. Rabello e o Grand Hôtel du Louvre", impresso na Tipografia Lusitana, sita naquela cidade na Rua das Flôres n.º 84, em 1872, assinado pela proprietária do hotel, cujo nome vem acima, e datado de 25 de junho do citado ano.

Declara de início D. Maria Henriqueta que com o mais vivo desgôsto vem se ocupar de público da referida hospedagem do Imperador do Brasil. Em tão desagradável pendência, lamenta ter sido alcançado o nome do Sr. D. Pedro II, a quem sinceramente respeita. Daí o se ter conservado muito tempo em silêncio, a fim de não revelar o *grau de baixeza* do negócio, que era *de causar nojo.* Daí ter sofrido calada muito tempo as injúrias e grosserias do então Cônsul do Brasil no Pôrto, Sr. Manuel José Rabelo. E passa a historiar o que aconteceu, segundo seu ponto de vista.

Transcreve um telegrama recebido a 17 de fevereiro de 1872, de Madri, com a assinatura do Sr. Cunha, Mordomo de Sua Majestade, do teor seguinte: "Desejo saber se no dia 29 pode ter preparados quartos para o Imperador do Brasil, compostos dum salão, sala de jantar, 12 quartos principais, e bons quartos para 10 criados". Deu a essa pergunta esta resposta, também pelo telégrafo: "Estarão prontos para o dia indicado os quartos, sa-

lão e sala de jantar para o Imperador do Brasil no Hôtel du Louvre. Espera-se resposta definitiva'.

Neste final se incluía a prudência do comerciante, pois as instalações pedidas demandavam arranjos e despesas de certo vulto. A tal resposta definitiva não se fêz esperar. Veio no dia 18 de fevereiro com a mesma assinatura, *Cunha*: "Prepare tudo conforme disse para o dia 29". Isto mereceu mais um telegrama: "Está se preparando o Hôtel du Louvre, e às ordens do Imperador como determina".

A 23 de fevereiro, D. Pedro II, que tinha deixado Madrid, se achava em Córdova e dali o Sr. Cunha passava êste recado telegráfico à dona do hotel portuense: "Prepare tudo para o dia 29. Sua Majestade chega na manhã do dia primeiro; eu, ou outros, chegarão primeiramente responda pelo telégrafo para o Hotel de Paris, em Sevilha, se posso contar com tudo arranjado".

Então, conta a proprietária: "Desde o dia 18 de fevereiro o Grand Hôtel du Louvre ficou à disposição de Sua Majestade, o Imperador do Brasil, a fim de se realizarem os preparativos, pedidos de Madrid, para a recepção dos imperiais viajantes e de sua comitiva, vendo-me eu até obrigada por êsse motivo a despedir todos os meus hóspedes, no que me prejudiquei, não só então, mas também para o futuro".

É fácil compreender isso, de vez que se tratava dum hotel relativamente pequeno, onde o soberano brasileiro iria ocupar dois salões, 12 quartos principais e 10 quartos para a sua criadagem. Alega a hospedeira esforços e sacrifícios insanos durante dias, porque "o Imperador dum grande império devia ser suntuosamente hospedado". A 29 de fevereiro, estava o hotel preparado para receber, "não um viajante econômico e vulgar como o Sr. Manuel José Rabelo, diz D. Maria Henriqueta, indignada, mas o próprio Imperador do Brasil, que não podia desconhecer que a magnificência e o luxo, que encontrou naquele hotel, haviam efetivamente custado à sua proprietária alguns contos de réis, e que era dever seu, quer como soberano, quer como homem honrado, pagar religiosamente o preço de sua hospedagem com relação a essa magnificiência e a êsse luxo".

Descreveu-os o "Comércio do Pôrto" em sua edição de 29 de fevereiro de 1872. O primeiro andar destinado a Suas Majestades e o segundo destinado ao seu séquito tinham sido modificados, decorados e mobiliados com apurado gôsto. Plantas, estatuetas, tapêtes, espelhos, vasos ornamentais, lambris de nogueira dourada, sanefas, cortinas, reposteiros, contadores, bufetes e quadros, tudo fôra escolhido e disposto com o maior es-

mêro. Havia charões, porcelanas da Índia e de Saxe, candelabros de bronze, gobelinos e lustres de cristal. Todavia, vários criados do Imperador, que o precederam ao Pôrto, exigiram importantes modificações dêsses arranjos, dos quais também o mesmo jornal deu notícia.

Para a estada de D. Pedro II no Hôtel du Louvre, contratou a proprietária um cozinheiro especial em Lisboa e pôs à disposição do monarca 22 criados. Como se vê do exposto, semelhante hospedagem não poderia ser barata. O Mordomo Cunha, pouco antes da partida do imperial hóspede, perguntou a D. Maria Henriqueta quanto tencionava cobrar. "Respondi-lhe, declara a queixosa, que não estava disposta a apresentar conta; mas antes era intenção minha deixar inteiramente ao arbítrio de Sua Majestade pagar-me o que lhe parecesse justo. — Não faça isso, minha senhora, replicou êle, porque nesse caso ficará muito prejudicada. *O Imperador é pouco generoso.*"

Na véspera da partida do Imperador, o Sr. Cunha pediu a conta da hospedagem, avançando porém, que, se *fôsse exorbitante,* não seria paga. A proprietária lhe exprobou a grosseria e êle se desculpou, dizendo que podia tirá-la, *cortando largo,* pois lhe poderia ensinar *meio seguro de ser paga qualquer quantia pedida.* Então, depõe D. Maria Henriqueta: "Repeli o oferecimento que me pareceu ignóbil". Não podemos emitir juízo sôbre o assunto, pois fala a maior interessada nêle e o Sr. Cunha não se pode defender por estar morto há muito tempo.

À noite, segundo a mesma senhora, foi procurada pelo então Cônsul do Brasil no Pôrto, Sr. Manuel José Rabelo, o qual lhe disse estas duras palavras: "Minha senhora, vim aqui para lhe declarar que a sua conta é exorbitante, e que o Imperador não veio ao Pôrto para ser roubado".

A hospedeira replicou que ia falar pessoalmente com Sua Majestade e o Cônsul aí lhe afirmou que estava naquilo a mando do Mordomo e voltaria no dia seguinte para novo entendimento. Mas o Imperador partiu e êle se recusou a pagar. D. Maria Henriqueta foi a Lisboa e procurou D. Pedro II no Hotel Bragança, sem conseguir nunca lhe falar. De regresso ao Pôrto, o Cônsul citou-a em juízo para liquidação da conta, do que se seguiu o escândalo com bastante publicidade. Manuel José Rabelo atacou D. Maria Henriqueta pela imprensa e ela ou alguém por ela lhe respondeu por meio de folhetos com ampla distribuição, sem papas na língua.

Naturalmente o leitor está ansioso por saber a quanto montava a conta duma hospedagem imperial que motivou tão gran-

de estardalhaço. Conforme palavras da própria hoteleira, a quatro contos e quinhentos mil réis fortes, portuguêses, o que, na época, correspondia mais ou menos a nove contos de réis fracos, brasileiros.

D. Maria Henriqueta deixou correr à revelia o pleito dessa dívida, pois o respeito que devotava a pessoa do Imperador lhe impedia de demandar contra ela em juízo. Nisto procedeu mais corretamente do que o Mordomo e o Cônsul, os quais não souberam evitar triste espetáculo dum Imperador sair dum hotel sem pagar. É quase certo que Sua Majestade tenha morrido ignorando completamente o escândalo provocado por êsses funcionários, que, segundo insinua a hoteleira, parece terem querido comer bola...

Terminando seu requisitório contra o Cônsul do Brasil, exclama a proprietária do Grand Hôtel du Louvre: "Filha dum dos bravos que desembarcaram ao lado do Imperador, o Sr. D. Pedro IV, nas praias do Mindelo, senti um vivo alvorôço, quando soube que seu augusto filho vinha hospedar-se em minha casa. Fiz tudo para o receber dignamente sem idéia de apresentar conta: forçaram-me a apresentá-la, e depois insultaram-me cobardemente, dizendo-me que eu pretendia roubar Sua Majestade. A êsse tempo ainda o Imperador estava em Portugal: podia citá-lo, se quisesse, para a respectiva ação, e preferi ver-me a braços com gravíssimas dificuldades do que dar um passo tão doloroso para mim... Aquela hospedagem serviu apenas para me cobrir de dívidas, e tornar decadente o Hôtel du Louvre, cujas condições eram excessivamente prósperas naquele tempo... Quem especula não se porta como eu, que prefiro dar por saldadas as minhas contas com o Sr. D. Pedro II à vergonha de intervir com êle num pleito sôbre tão mesquinho objeto".

Na verdade, D. Maria Henriqueta de Melo Lemos Alvelos e Silva põe em xeque neste final o Cônsul Rabelo, que não soube evitar tão lamentável episódio, glosado pela imprensa portuguêsa. O "Diário da Tarde" e o "Jornal do Comércio" de Lisboa estranharam seu inqualificável procedimento contra a hoteleira. Esta, afinal, saiu-se do caso com bastante galhardia, segundo parece.

Triste, lamentabilíssimo o que ocorreu no Pôrto, justamente onde D. Pedro I sustentou o assédio pôsto por D. Miguel e à cuja guarda, como D. Pedro IV, legou seu generoso coração. Mais tarde, outro fato histórico viria unir mais uma vez a muito leal e heróica cidade à nossa História: o falecimento no Grand

Hôtel de D. Teresa Cristina, Imperatriz do Brasil, a 28 de dezembro de 1889.

A conta imperial do Hotel portuense foi finalmente paga por quarto comerciantes lusos, filhos da muito leal e invicta cidade, enriquecidos no Brasil, os quais se cotizaram para êsse fim. O jornal portuense "O Tripeiro", que noticiou dessa forma a cessação do escândalo, infelizmente não publicou seus nomes. Certamente êles preferiram o anonimato.

No livro, muito pouco conhecido, do escritor português Gomes Monteiro *"Feras no Povoado — Memórias dum Guerrilheiro Cabralista"*, o derradeiro capítulo é inteiramente dedicado a D. Maria Henriqueta Alvelos e ao triste episódio do Grand Hôtel du Louvre. Os pormenores contidos nessa obra literária dão-lhe grande valor como fonte de informação histórica, porquanto promanam de documentação verdadeira. O caso do não pagamento pelo Cônsul brasileiro Manuel José Rabelo da conta apresentada pela Senhora Alvelos fêz tamanha sensação na época, que mereceu do lápis satírico de Rafael Bordalo Pinheiro uma caricatura formidável sob o título — *Viagem do Imperador do Brasil,* na qual Sua Majestade aparece vomitando as tripas comidas sem pagar, no Pôrto...

Segundo a narrativa de Gomes Monteiro, o Imperador chegou àquela cidade em 1872, quando a estação ferroviária ainda ficava nas Devesas, em Vila Nova de Gaia, além do Rio Douro. As ruas estavam ornamentadas de palmas, bandeiras e arcos triunfais. Em carruagem descoberta, Sua Majestade passou pela Rua de S. João, o Largo de S. Domingos e a Rua das Flôres. Instalou-se no Grand Hôtel du Louvre e, quatro dias mais tarde, seguiu para o Minho de carruagem, fazendo antes piedosa romaria à praia do Mindelo, onde seu pai desembarcara para expulsar do trono D. Miguel I. Ao partir, deu instruções ao Cônsul para o pagamento da conta daqueles quatro dias de hotel.

"Então é que foram elas!", escreve Gomes Monteiro e prossegue: "A Senhora Alvelos, que sabia aproveitar as oportunidades, apresentou uma conta de mil libras. — Isso não pode ser! — protestou o Cônsul no auge da indignação: — Mil libras? Não posso pagar essa exorbitância. — Não pode pagar? — inquiriu a hoteleira com um sorriso desdenhoso. — Até aí sei eu... Mas não foi o Sr. Cônsul que hospedei, sim o Sr. D. Pedro II, Imperador do Brasil. Êsse pode pagar. — Mas eu é que não estou de acôrdo. — Que me importa a sua opinião que para aqui não aquece nem arrefece, entende, Sr. Cônsul?... — Não entendo. — Pois é fácil. Eu hospedei o amo e não o criado. Claro

está que não me disporia a fazer as despesas que fiz para alojar o Sr. Cônsul do Brasil. — Mas, minha senhora, uma conta de mil libras por quatro dias de hospedagem é uma exorbitância inqualificável! — Que o Sr. Cônsul ache exorbitante ou não a minha conta isso pouco me importa — declarou a Senhora Alvelos com um ligeiro encolher de ombros. — A conta que apresento tem de ser paga, dê lá por onde der. Qualquer tribunal a justificará em face das despesas que tive de fazer. Fiz obras e adquiri mobiliário, como posso provar, e tudo isso custou muito dinheiro...

Nessa discussão, que atingiu um grau muito eloqüente, a hoteleira disse ao Cônsul coisas de arrepiar, segundo o aludido escritor: que, se quisesse fazer economias, levasse Sua Majestade a qualquer das estalagens do Poço das Patas; que por ter D. Pedro I, quando estivera cercado no Pôrto, comido fiado e sem pagar, não estava ela disposta a fiar ao filho para que lhe não pagasse. E mandou instaurar o processo.

"Foi enorme o escândalo que os jornais da época exploraram largamente, diz o autor citado. O caso teria atingido maiores proporções se não surgisse a intervenção de quatro capitalistas portuenses, que, tendo enriquecido no Brasil, resolveram abafar o escândalo. Conforme combinação feita entre os quatro, um dêles dirigiu-se ao Hôtel du Louvre e, chegando à fala com D. Maria Henriqueta, apresentou-lhe um cheque de mil libras, que poderia rebater no Rio de Janeiro."

Por essa notícia se vê que os tais capitalistas não dispunham de dinheiro no Pôrto e precisavam para o pagamento daquela soma, equivalente então a uns quatro contos de réis, sacar sôbre suas casas ou seus sócios na capital brasileira. D. Maria Alvelos argumentou que a viagem para entrar na posse daquela quantia seria cara e os beneméritos comerciantes lhe deram seiscentos mil-réis para vir e voltar. Benditos tempos êsses em que com seiscentos bagos se atravessava duas vêzes o Atlântico! Em tempos mais idos, um Governador-Geral do Estado do Brasil ganhava isso por ano...

O escândalo do Grand Hôtel du Louvre, provocado pela falta de habilidade, quero crer, do Cônsul do Brasil, teve êsse calmo desfecho. D. Maria Henriqueta meteu o pé no barco, veio ao Rio de Janeiro e voltou com as mil libras. Mas êsse dinheiro não lhe proporcionou nenhuma felicidade. A mulher pôs-se a esbanjar e *deu com o hotel em pantanas*. Abriu, então, para tentar a sorte, novo hotel na Foz do Douro, alugando uma casa de vastas proporções na Avenida de Carreiros. Êsse se-

gundo Hôtel du Louvre já não tinha o qualificativo Grand a preceder-lhe o título e fechou dentro dum ano da data de sua inauguração por falta de hóspedes. A senhora Alvelos teimou e abriu na Rua do Túnel, no prédio que faz esquina com a Rua do Gama e foi mais tarde residência do Dr. Nunes da Ponte, o terceiro Hôtel du Louvre, de vida ainda mais efêmera do que o segundo.

Melancólico o fim da existência dessa mulher de cabelinho na venta, como vulgarmente se diz, que se celebrizou em Portugal, não só pelo incidente da hospedagem do Imperador do Brasil, como pelos seus próprios atos, que escandalizaram, afirma o Guerrilheiro Cabralista em suas Memórias, "a preconceituosa sociedade do seu tempo". *Perpètuamente divorciada*, informa, *levantava poeira nas ruas com a sua carruagem faustosa de dama livre*. Apodavam-na de grande desavergonhada. Sua carreira desenfreada acabou na miséria. "A Senhora Alvelos, isolada num mísero quarto, costumava sair ao anoitecer, a deitar umas cabeças de sardinha aos gatos vadios da vizinhança. Foi esta a única obra de caridade que fêz em tôda a sua vida! Por isso, a rapaziada, ao vê-la passar, abrigada nos seus trapos, que, em tempos idos, haviam sido de seda preciosa, chamava-lhe cruelmente *a Velha dos Gatos...*"

Temos certeza de que o Magnânimo Sr. D. Pedro II, que certamente morreu sem ter perfeito conhecimento do escândalo por ela provocado em tôrno do seu nome, se soubesse do que D. Maria Henriqueta ia sofrendo a socorreria, como o fêz com tanta gente ingrata, à custa do seu bôlso particular.

O Carrasco de Ouro Prêto

EM todos os países onde houve ou há a pena de morte, existiram ou existem carrascos oficiais. Isto desde os mais remotos tempos até nossos dias. Êsses verdugos são bem pagos, mas vivem afastados da sociedade. Na velha Cidade de Nurembérgia, mostrava-se à margem do Pegnitz a casa solitária, onde, outrora, vivia retirado de todos o executor das altas obras da Justiça local. Houve carrascos que passaram à História, como o célebre Sanson da Revolução Francesa, que executou Luís XVI, Maria Antonieta, Danton, Robespierre, Saint-Just, tantos outros e foi imortalizado numa página emocionante de Balzac. Às vêzes, o cargo de carrasco se torna hereditário numa família segregada do convívio social. Outras, o verdugo se esconde sob um pseudônimo, como o da França atual, *Monsieur de Paris*. Nos tempos idos, os carrascos e seus ajudantes vestiam-se de vermelho. Alguns exerciam as horrendas funções mascarados. Na nossa época, os que acionam a guilhotina ou ligam o comutador da cadeira elétrica trajam à maneira comum, de prêto.

Tão variados os carrascos, têm sido os meios oficiais de dar a morte. Na Turquia, empalavam-se os condenados, enfiando-os numa estaca pontiaguda fincada no chão. Na Espanha, empregavam o garrote, gargalheira de ferro que os estrangulava de encontro a um poste de madeira. Na França posterior à Revolução, ficou na moda a guilhotina, que não passa da antiga "maiden" escocesa da velha Doloire do Languedoc, aperfeçoada pelo Dr. Guillotin. Na Alemanha e na Inglaterra, degolava-se o réu com um cutelo ou machado sôbre um cepo. Nos Estados Unidos, usa-se o fuzilamento, a fôrca, a cadeira elétrica e a câmara de gás. Houve coisas piores entre outros povos, no correr do tempo: envenenar com a cicuta, estrangular com um laço, afogar em cinza, queimar na fogueira, crucificar, untar de mel e expor às formigas, do que veio a expressão popular: — Ora, *me melem,* se eu fizer tal coisa!

O suplício mais comum, no entanto, por tôda parte, para os crimes ordinários, foi, sem dúvida, o da fôrca. A construção dêsse patíbulo também variou bastante: de duas pernas, de três pernas, de madeira, de alvenaria e madeira, de pedra como a famosíssima de Mont-faucon, singela, múltipla, mais alta ou mais baixa, negra ou pintada de vermelho, com alçapão embaixo, como a inglêsa, sem alçapão e ao ar livre, como as de qualquer outra parte.

Quando tivemos a pena de morte no Brasil, isto é, desde os tempos coloniais até o fim do Império, o instrumento usado para as execuções foi a fôrca. Mesmo para crimes políticos. Assim morreram, por exemplo, Bequimão, o Tiradentes, Ratcliff, Metrovitch, Frei Caneca e outros. Houve fuzilamentos, alguns já na República, em plena guerra civil. Sòmente a Filipe dos Santos, em Minas, se impôs o terrível suplício do esquartejamento por 4 cavalos, que era na antiga França reservado aos parricidas e regicidas a êles assemelhados, e, na Bahia o degolamento ao Coronel Leitão.

Foi D. Pedro II quem aboliu, não juridicamente, mas de fato, o funcionamento da fôrca no Brasil, comutando tôdas as penas de morte em prisão perpétua, depois do êrro judiciário que levara ao patíbulo o inocente fazendeiro campista Mota Coqueiro.

Carrasco oficial, titulado, funcionário público, nunca houve no nosso país. Por isso, os executores das altas obras de Justiça eram outros criminosos, que ganhavam por se sujeitarem ao odioso mister certas vantagens, ou, na generalidade dos casos, pobres escravos. Como a maioria dos que padeceram morte natural na fôrca, para empregar a expressão jurídica da época, foram escravos, vê-se que uns dêsses infelizes enforcavam os outros.

Tomemos para exemplo do que aí fica a Província do Ceará durante o Império. Na região do Cariri, principalmente na Vila do Crato, exercia o ofício de verdugo o mestiço de negro e índio Cosme Cavaco, condenado à morte por cruel assassínio. A Regência comutou-lhe o crime em galés perpétuas e as autoridades locais o obrigaram àquele trágico serviço. Quando ficou velho, deixavam-nos, às vêzes, dar um passeio pelas ruas. Num dêles, matou um indivíduo. Antes que a Justiça terminasse seu novo processo, faleceu. Em Fortaleza, foram carrascos um tal Pareça e Manuel Prêto, escolhidos pelo mesmo processo. O de Sobral também, Lourenço Nogueira Campos, que chorava quando tinha de executar alguém. Na Vila do Ipú, forçaram ao mister o es-

cravo Caetano. Na do Aracati, o criminoso de morte João Chico, enforcado depois por outro galé, João Pedro. Na de Russas, o condenado à prisão Manuel Pereira.

A mesma coisa ocorria nas outras partes do Brasil.

Entre êsses carrascos à fôrca, condenados a galés ou míseros escravos, às vêzes também condenados, o mais famoso foi o de Ouro Prêto, que serviu a Mariana, Bomfim, Serro, Conceição, Leopoldina, S. João Nepomuceno, Mar de Espanha, Barbacena, Sabará, Curvelo, Pitangui, S. João d'El Rei, Baependi, Queluz, Campanha, Caldas, Pouso Alegre, Araxá, Piranga, Jacuí, Três Pontas e Uberaba, em Minas; Campos, Barra Mansa e Rio Prêto, na Província do Rio de Janeiro, chamava-se Fortunato José e nascera no ano de 1817, na Cidade de Lavras, como escravo de João de Paiva. A viúva dêste, D. Custódia, criou o negrinho com a maior bondade, mas êle era de natureza má e, na adolescência, se entregou a todos os vícios. Aos 25 anos de idade, matou sua senhora e protetora a cacête, porque o repreendera.

Condenado à morte em Ouro Prêto, capital da Província, no ano de 1832, apelou da setença para o Govêrno da Regência, pedindo-lhe fôsse a pena comutada em prisão perpétua sob a condição de executar os sentenciados à fôrca. Obteve o que solicitou e até 1871 exerceu suas hediondas funções, que começara pelo Natal de 1833. No decurso dêsses 44 anos, pendurou do patíbulo, nas localidades já mencionadas, 87 réus, na maioria pobres escravos criminosos como êle, que nos dá a média de 2 execuções anuais. Entre elas, algumas dignas de nota, como as dos famigerados irmãos Tira-couro, Maximiano e João Gomes, que apavoraram algum tempo a velha cidade de Mariana. Sempre reclamava por ser mal pago: 12 mil réis, se comia por conta própria, nas localidades aonde ia a chamado; 4 mil e oitocentos réis pela Câmara de Ouro Prêto.

Como era um prêso igual aos outros, ao chegar em qualquer cidade ou vila, onde devia proceder a uma execução, metiam-no na cadeia com os demais detentos. Por isso, uma feita, dormindo na de Pitangui, um sentenciado deu-lhe várias navalhadas. Quase morreu. De então por diante, nunca mais foi pôsto com aquêles que devia enforcar.

Fortunato José, o carrasco negro de Ouro Prêto faleceu na Cadeia Pública dessa cidade, atual Museu da Inconfidência, mais ou menos em 1880, com 63 anos de idade e 45 de executor das obras da Justiça mineira. No seu número de 17 de julho de 1877, o periódico daquela cidade "Mosaico Ouropretano" contou

algumas coisas interessantes da sinistra vida dêsse verdugo: tinha grande repugnância em enforcar mulheres; observara que os sentenciados, na maioria, não se resignavam com a morte, subindo ao patíbulo revoltados, mesmo contra os confessores que os acompanhavam e procuravam consolá-los; sofria de reumatismos e desejava, como última aspiração, obter a liberdade, para morrer sossegado em qualquer canto.

O carrasco de Ouro Prêto foi um dos últimos do velho Brasil.

Os Santarrões do Morro do Ferrabrás

A QUESTÃO dos Mukers ou Santarrões do Rio Grande do Sul abalou a opinião pública do Brasil, pouco depois de terminada a Campanha do Paraguai. A farta documentação sôbre o assunto foi publicada em 1907, na "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro", por Eduardo Marques Peixoto. A respeito existe também um livro, editado em Pôrto Alegre pelo Padre Ambrósio Schupp. A palavra Mucker significa beato, santarrão, fanático. E essa história, pouco conhecida da maioria dos brasileiros, é cheia de mistérios e de sangue.

Foi palco dos estranhos acontecimentos, que procuraremos resumir, a colônia alemã de S. Leopoldo, perto de Pôrto Alegre, fundada em 1824, na qual havia protestantes e católicos. Êstes tinham sido, em 1844, disciplinados na sua fé religiosa pela hábil e pertinaz doutrinação de dois jesuítas expulsos de Buenos Aires pelo Ditador D. Juan Manuel de Rosas, os Padres Sedlach e Agostinho Lipinski. Aquêles pertenciam a várias seitas e elegiam os próprios ministros, de modo que, entre êles, não havia unidade religiosa e, muitas vêzes, os pastores não possuíam a idoneidade moral requerida pelo cargo. Gozava nesse meio de grande prestígio o pastor Klein, natural de Hunsrücken, na Prússia Renana, homem alto, espadaúdo, forte e esperto, tipo acabado do aventureiro sem escrúpulos. Estivera, antes de vir para o Brasil, nos Estados Unidos, onde não tivera êxito. Com astutas intrigas e fingidas maneiras, impusera-se aos protestantes de S. Leopoldo, de cujo seio faria eclodir a seita misteriosa, sangrenta e satânica dos Muckers.

Corria o ano de 1872, quando o colono João Jorge Maurer começou a espalhar que, ao ir buscar lenha nas matas do Morro do Ferrabrás, perto de S. Leopoldo, avistava, meio oculto pela folhagem, um ente misterioso, o qual lhe dizia que abandonasse o trabalho agrícola e se dedicasse a curar enfermos e aleijados, pois Deus o destinava para essa alta e consoladora missão.

Na opinião de muitas pessoas, êsse vulto não era senão o pastor Klein, que estava sugestionando o ignorante colono.

Era êste casado com uma anabatista, Josefina Mentz, mulher tarada, que sofria crises epilépticas desde os doze anos de idade, seguidas de longas letargias ou de manifestações de sonambulismo. Lia constantemente a Bíblia Sagrada e, declarando-se tomada de inspiração divina, interpretava os textos da mesma a seu talante. O pastor Klein, seu parente, freqüentava-lhe a casa com a máxima intimidade, sendo considerado o "diretor invisível" de tudo o que nela se passava, como ficou provado pela correspondência entre ambos, mais tarde encontrada. João Jorge Maurer, analfabeto e sem energia, deixava-se dominar inteiramente por ela, tornando-se mero joguete nas suas mãos e na do inescrupuloso pastor. Klein explorou o casal com satânica habilidade e dêle surgiu a horrível seita.

Muitos colonos protestantes começaram a freqüentar as sessões realizadas na casa de Maurer e Josefina, a qual ficava em sítio êrmo, ao pé do Morro do Ferrabrás. Quando a sala se enchia de gente, começava a soar uma caixa de música e Josefina aparecia vestida de longas roupagens brancas, com uma coroa sôbre os cabelos soltos. Ficava em êxtase e abençoava todos os presentes, que, de joelhos, juravam obediência absoluta ao Capítulo V do Evangelho de S. Mateus, o qual trata do Sermão das Oito Bem-aventuranças. Então, ela interpretava os textos sagrados, dando o que denominava seu verdadeiro sentido e proibindo terminantemente seus fiéis de freqüentar a igreja e de mandar os filhos à escola. Depois, caía de costas, contorcia-se e jazia por fim em completa imobilidade, absolutamente insensível a qualquer dor.

Punham-se os sectários a entoar cânticos, ela despertava e distribuía a todos "beijos jubilosos". Logo, cegos, aleijados e enfermos, altamente sugestionados por aquela cena, se aproximavam do casal Maurer, a fim de receber o influxo da fôrça hiperfísica que dêle emanava, pois criam que o Cristo se encarnava em Josefina e esta transmitia seu poder ao espôso, verdadeiro profeta. Constava que se verificavam muitas curas. Convencida de ser o Cristo, Josefina Mentz escolhera doze indivíduos para seus apóstolos, sendo dêles o mais prestigioso e honrado o que representava Judas Iscariotes.

Como se vê, a seita se apresentava com um caráter perigoso: exegese pessoal, heresia, taumaturgia e imoralidade. Como temessem a intervenção das autoridades ou uma reação dos próprios alemães católicos e protestantes conscientes, os Muckers

começaram a se preparar para a eventualidade duma luta armada. O ferreiro e armeiro Carlos Einsfeld, filiado ao movimento, comprava às escondidas armas e munições, que o tropeiro Jacob Fuchs, alcunhado Jacob das Mulas, conduzia para a venda de Pedro Schmidt ou Pedro Serrano, foco de propaganda e vício, onde se faziam as ligações entre os fanáticos. Carabinas, pistolas, terçados, punhais, pólvora, cartuchame, latas de querosene para incêndios, tudo era distribuído e ocultado nos matos, enquanto disfarçadamente se entrincheiravam as casas de moradia, visando a necessidade duma prolongada resistência.

Estavam as coisas nesse pé, quando o subdelegado de S. Leopoldo foi alertado e avisou o Chefe de Polícia da Província, Luís José de Sampaio. Êste trouxe, pessoalmente, pelo vapor "Germania" 20 soldados do 12.° Batalhão de Infantaria de Linha e 10 praças da cavalaria da Polícia. A fôrça cercou a casa dos Maurers. João Jorge não resistiu à prisão e Josefina foi conduzida numa padiola por se achar em estado de profunda letargia, o qual durou vários dias sob observação médica. Abriu-se inquérito em Pôrto Alegre. Os depoimentos das testemunhas, inspiradas ou atemorizadas pelo pastor Klein, nada adiantaram. O Chefe de Polícia oficiou ao Presidente da Província, a 14 de maio de 1873, e êste ao Ministro da Justiça, um mês depois, que não se apurara coisa alguma que pudesse incriminar as pessoas detidas. Em conseqüência, o casal Maurer foi pôsto em liberdade e voltou à sua residência do Morro do Ferrabrás.

Mas a mão oculta do pastor Klein, assessorado por um tal Georg Robison, usurário que prometia o perdão das dívidas aos católicos alemães que abjurassem sua religião e entrassem para a seita, continuou a manejar os seus títeres. Os sectários declaravam-se ELEITOS, consideravam os demais ÍMPIOS, moviam intrigas e fomentavam entre a população da colônia tôda sorte de perversas desordens, de modo que as famílias se inimizavam entre si, os esposos se separavam e até os filhos se rebelavam contra seus pais.

Daí a animadversão geral contra os Muckers. Êstes, em dezembro de 1873, enviaram um abaixo-assinado ao Govêrno Imperial, dizendo-se hipòcritamente pessoas mansas e pacíficas, vítimas inocentes de intrigantes e desordeiros, e de truculências policiais. Reclamavam urgentes providências contra essas injustas e descabidas perseguições. O Ministro da Justiça pediu informações, diante disso, ao Presidente da Província, a 27 de dezembro. No dia 20 de janeiro de 1874, êste solicitava esclarecimentos ao Chefe de Polícia, que, por sua vez, mandava o pro-

cesso ao subdelegado de S. Leopoldo, Lúcio Schneider, para informar. Esta autoridade respondeu, no dia 28 do mesmo mês, que tudo era mentira e que os Santarrões, furiosos por terem sido proibidas as suas reuniões pela Polícia, ameaçavam a população ordeira a torto e a direito, pretendiam tirar-lhe a vida e recebiam a tiro os policiais que ousavam se aproximar do local de suas assembléias.

Nenhuma providência a mais foi tomada pelas autoridades até que, na noite de 30 de abril de 1874, um indivíduo mascarado, passando pela casa de Guilherme Clos, adversário da seita, deu uns tiros para dentro da mesma pela janela, matando um menino de 14 anos de idade, Jorge Humbert, e ferindo gravemente outro menor, que com êle estava brincando. O clamor público perseguiu o assassino, mas êle conseguiu manter, a bala, os perseguidores a distância, tendo sido auxiliado por outro embuçado e conseguindo escapar, depois de ferir gravemente o policial João Francisco de Almeida. Outra vez foi o Chefe de Polícia da Província a S. Leopoldo, abriu inquérito e nada pôde apurar.

No mês de maio seguinte, o colono Martin Kassel abandonou a seita, sendo cruelmente castigado. Os Muckers atacaram-lhe a casa, à noite, e a incendiaram, depois de haverem morto e *sangrado*, êle e sua espôsa. Cinco filhos pequenos do casal fugiram, loucos de pavor. Êsse bárbaro crime alarmou a colônia e obrigou o Chefe de Polícia a voltar a S. Leopoldo, trazendo um destacamento de Infantaria de Linha e Guardas Nacionais.

Novo inquérito e novas procrastinações. Como se quisessem desafiar a autoridade policial e a fôrça pública, grupos de fanáticos assaltaram, ao mesmo tempo, na noite de 26 de junho de 1874, treze casas isoladas de colonos alemães, saqueando-as, queimando-as, matando e *sangrando* os moradores sem exceção: homens, mulheres e crianças! Diante dessa monstruosidade, vieram reforços de Pôrto Alegre: noventa praças do Exército com dois pequenos canhões, sob o comando do bravo Coronel Genuíno Olímpio de Sampaio, veterano das guerras do Uruguai e do Paraguai. Essa fôrça atacou a residência entrincheirada de João Jorge Maurer, onde se alapardavam os Santarrões, que resistiram corajosamente a três horas de tiroteio. Faltaram munições à tropa, que teve de retirar, abandonando os canhões encravados, com 3 oficiais e 32 homens feridos. Se não fôsse o piquête de cavalaria da Polícia, que protegeu a retirada, os Muckers vitoriosos a teriam chacinado e certamente *sangrado*, como era seu costume ritual.

O Coronel Genuíno acampou em Campo Bom e pediu mais reforços: de 500 a 600 infantes, 2 peças de maior calibre e uma estativa de foguetes de guerra, sistema Congréve, dos que tinham prestado bons serviços contra os entrincheiramentos paraguaios, pois, além dos sectários que defendiam a casa dos Maurers, grande número dêles, bem armados e municiados, estavam ocultos nas matas denominadas do Padre Eterno e nos desvãos do Morro do Ferrabrás.

Enquanto não chegavam os recursos pedidos em homens e material de guerra, como a tropa acampada sem munições nada pudesse tentar, os fanáticos pintaram o diabo pela redondeza, incendiando casas, *sangrando* pessoas e praticando orgias, em que era do ritual a permuta de mulheres. A própria Josefina Mentz abandonou o marido e passou a viver com Rodolfo Sehn, de família católica, que se pervertera.

Sòmente a 15 de julho de 1874, o Coronel Genuíno dispôs de fôrças suficientes para voltar à carga contra a seita sangrenta. A 19, lançava-se à frente de seus soldados contra o covil do *Doutor Milagroso,* como chamavam João Jorge Maurer. Ferido por um tiro, de tocaia, expirou logo depois, sendo substituído no comando pelo Tenente-Coronel Fraga. Apesar da artilharia e dos foguetes, o combate durou dois dias, de modo que só a 20 a casa foi tomada, nela se encontrando onze cadáveres de seus defensores.

Muitos fanáticos lograram fugir, reunindo-se aos bandos que assistiam nas matas e no morro. A perseguição contra êles continuou, com lutas quase diárias, até ser conquistado seu derradeiro reduto, na noite de 1 para 2 de agôsto de 1874. Neste se achava o corpo de Josefina crivado de balas e, abraçado a êle, ainda vivo, Rodolfo Sehn, que a soldadesca enfurecida palitou com as baionetas. Mais tarde, dentro do mato, enforcados numa árvore e já putrefatos, descobriram os vencedores João Jorge Maurer e Carlos Maurer, seu irmão. Parece que a mesma *mão oculta* que os havia movimentado em vida ali os dependurara mortos, a fim de que suas bôcas não pudessem revelar o sangrento mistério de que eram conhecedores.

O pastor Klein e seis cabecilhas da seita que a polícia pôde agarrar foram processados e condenados pelo júri a 23 anos de prisão. Klein cumpriu-os e saiu da cadeia em 1897, ainda atemorizando os que escreveram sôbre êsses trágicos acontecimentos, como o Jesuíta Ambrósio Schupp, que confessa isso sem constrangimento. Nessa época, tão perto de nós, relativamente, ainda existiam alguns Muckers num lugar denominado Terra

de Bastos, na região das colônias alemãs do Rio Grande do Sul. Foram êles que, numa noite, mataram e cortaram a veia jugular da mulher do colono Albino Schroeder, *sangrando-a* do mesmo modo que praticavam os Santarrões do Morro do Ferrabrás. Sabe-se também que, na data de 3 de janeiro de 1898, naquele mesmo local, os colonos alemães se armaram e puseram em perseguição de alguns remanescentes dos Muckers, que haviam *sangrado* várias pessoas moradoras em sítios desertos.

Êste capítulo de fanatismo sangrento da nossa História, praticado por alemães, é idêntico ao do famoso Mestre Quiou e ao da Pedra Bonita no Nordeste, e semelhante ao de Antônio Conselheiro, em Canudos, ou do Monge do Contestado. O que prova que os fenômenos de misticismo não são privativos das populações mestiças de nossos sertões.

O Imperador do Brasil no Egito

D. PEDRO II, Imperador e Defensor Perpétuo do Brasil, era um grande estudioso da Egiptologia e um grande amigo do Egito. Sua atenção, conforme êle próprio confessa, fôra despertada para essa ciência difícil e apaixonante pelas obras que, a seu pedido, lhe mandara por ocasião da Exposição de Paris de 1871, o Professor francês de Rougé. No ano seguinte, achando-se o Monarca brasileiro na Europa, o famoso egiptólogo, apesar de bastante doente, reabriu seu curso da matéria no Colégio de França, que D. Pedro freqüentou como aluno assíduo e perseverante.

O Imperador cultivava com grande interêsse o estudo do grego, do hebraico, do sânscrito, do austríaco, do aramaico e do copta. A *"Gramática Hieroglífica"* de Brugsch lhe era familiar. Mantinha correspondência constante com os maiores epigtólogos de seu tempo. Conversou inúmeras vêzes com Mariette-Bei. Freqüentou no Cairo a casa de Gaillardot-Bei, onde ao chá se discutiam questões científicas. Gaillardot, de Rougé e Brugsch eram seus amigos pessoais. Estava a par do que se publicava sôbre o assunto: trabalhos de Champollion, memórias de Belzoni, comunicações de Wilkinson, guias de Isambert e de outros. Era capaz de ler um texto hieroglífico e se divertia em fazer esboços de curiosidades que encontrava. E chegou mesmo a esposar teses então avançadas como a da existência duma pré-história egípcia, defendida por Gaillardot contra Mariette.

Não é, pois, de admirar desejasse conhecer *de visu* o teatro dessa grande civilização que preocupava seu espírito e procurasse realizar êsse desejo da melhor maneira. Daí as duas viagens que empreendeu ao país dos Faraós. Ali estando, participou das sessões do Instituto Egípcio do Cairo, de que foi membro, entrando na discussão de vários assuntos, propugnando mesmo na sessão de 13 de janeiro de 1877 a conservação e defesa dos monumentos entregues às profanações dos turistas e às devas-

tações do povo ignorante. Fêz até a propósito uma comunicação especial sob o título "O Vandalismo dos Viajantes", arquivada no Livro de Ouro da instituição.

A primeira viagem de D. Pedro ao Egito realizou-se no ano de 1871, já no fim, demorando-se até o comêço de 1872. Acompanharam-no a Imperatriz e o Visconde do Bom Retiro. Foi quando longamente freqüentou o Museu Egípcio de Bulaq, então dirigido pelo grande Mariette-Bei, com quem tratou em demoradas tertúlias das questões históricas, artísticas e arqueológicas suscitadas por seus estudos. Então, visitara Alexandria e o Delta, as Pirâmides de Giseh e a Esfinge, as muralhas de El Fostat, o velho Cairo, as mesquitas famosas, a Cidadela, os túmulos dos Mamelucos e dos Califas Abassidas, os restos de Mênfis e de Abusir.

Foi *habitué* das reuniões promovidas por Gaillardot na sua residência do bairro de Kolali, conversou com o Kediva Ismail, estudou sua reforma da instrução pública e elogiou as obras que realizou, como o Canal de Lahum.

A segunda viagem durou de dezembro de 1876 a janeiro de 1877. Sabe-se que Sua Majestade pretendia voltar mais uma vez ao Egito no ano de 1888, não lhe permitindo isso seu precário estado de saúde que o reteve na Europa e o fêz regressar à Pátria, sem ultimar a excursão. Em 1889, a proclamação da República desterrou o velho Soberano que foi morrer melancòlicamente em França no ano de 1891.

Sua Majestade o Senhor D. Pedro II gostava mesmo de viajar. Estêve em várias províncias do Brasil, nos Estados Unidos, em quase tôda a Europa. Visitou a Finlândia, a Rússia, o Cáucaso e parte do Oriente Próximo. Em 1876, chegou pela segunda vez ao Egito e subiu até o alto Nilo. Dessa excursão deixou um diário do próprio punho, em francês, encontrado por acaso no fundo da gaveta dum móvel do Paço, de S. Cristóvão, que o Visconde de Taunay traduziu e seu filho, o ilustre historiador e acadêmico Afonso Taunay, ofereceu ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Êste o publicou na íntegra.

A 11 de dezembro de 1876, partiu D. Pedro II de Giseh, no Cairo, a bordo do vapor "Feruz" (Turquesa). Eram 2.15 da tarde. Ao anoitecer, o barco fundeou em Marguna, depois do Imperador ter contemplado sob os últimos raios do Sol a pirâmide em degraus de Sakarah. A 12, passou por Beni-Suef, a pirâmide de Meidun, Bibeh e um dos engenhos de açúcar do Kediva por entre *dahabiehes* (barcos a vela) carregados de madeiras e forragem.

A 13, estavam à vista as montanhas de Ambra, cujos contornos bizarros o Imperador desenhou na sua carteira de notas. Apareceu o minarete da mesquita de Samalut, um pouco antes do lugar onde Campbell se afogara num naufrágio com outros inglêses. Em frente, o Gebel Teil ou Monte dos Pássaros com o convento de Deir-el-Bakarah. D. Pedro II desembarcou em Minieh, para visitar outra usina açucareira do Kediva. Passou à sua frente um *dahabieh* que conduzia Sir John Elliot e sua família.

No dia 14, o Imperador desembarcou em Beni-Hassan e, montado num burrico, visitou os sepulcros reais de Knumhotep, Amenhi e Amenemhait, cavados na rocha, bem como a gruta então denominada de Diana, *Speos Artemidos,* em grego. Seguindo a viagem, viu nova usina de açúcar do Kediva, em Rodah, e chegou a Haggi Gandel. Infelizmente, lamenta, não lhe sobrou tempo para ver a necrópole de Tel-el-Amarna e as grutas de Maubdet, que Mariette-Bei lhe informara conterem múmias de crocodilos sagrados. O "Feruz" ancorou à noite um pouco acima de Monfalut. Sua Majestade ocupou-se no estudo da *"Gramática Hieroglífica"* de Brugsch.

A 15, visitou Siut, onde rezou numa capela católica, contemplou o minarete de Abu Tig e o local onde o famoso Mahdi atacara os cristãos que navegavam no Nilo. Antes de Siut, em Elahum, abria-se um canal mandado cavar pelo Kediva. Nas proximidades, ficava o Moeris, lago em egípcio, construído por Amenemhait III, e os restos das 6 mil salas do famoso Labirinto.

No dia 16, o barco tomou carvão em Suhag. Viu-se Akmin, aldeia apelidada de Um-el-Bacaur, *mãe de tôdas as desgraças,* o que dá a medida de sua péssima fama. Veio depois a cidade de Girgeh. Em Belianeh, D. Pedro II desembarcou e foi a cavalo a Arabat-el-Matfun, a antiga Abidos, percorrendo as ruínas do templo de Osíris, levantado pelo grande Ramsés II, as do templo de Seti e a necrópole de Kom-es-Sultan.

A 17, prosseguindo a subida do rio, de binóculo contemplou o Imperador do Brasil Farchut e Hu. Esta é a antiga Diópolis Parva, a cuja frente se ergue Lass-el-Saiad, a antiga Chenoboscion. Contemplou ainda a Ilha de Tabeneh, onde no século VI S. Pacomio fundara um mosteiro célebre. Às 2 horas da tarde, desembarcava em Denderah e se dirigia a pé para o templo da Deusa Hathor, no qual viu as cartelas hieroglíficas de Domiciano e Trajano. Visitou ainda o chamado Tifônio.

O dia 18 foi dedicado a uma visita a Luxor e Carnac, "o mais admirável ajuntamento de ruínas do mundo", verdadeira

"Babilônia em ruínas", escreve o Imperador. Admirou Sua Majestade a sala hipostílica e os silhares esculturados de cenas históricas. Voltou no dia seguinte, 19, almoçando naquela sala, à sombra de suas colunas colossais, examinando, depois, um por um, os vários templos destroçados pelo furor dos homens e a mão do tempo. Lutor, informa D. Pedro II, do árabe El-luq-sor, os Palácios, ofereceu-lhe à curiosidade novas maravilhas: o templo de Gurnah e o Ramesseion com suas estátuas, pilones e baixos-relevos, nos quais Sua Majestade decifrou e leu as cartelas reais. 20 de dezembro de 1876 foi um dia dedicado aos famosos colossos de Memnon, um dos quais emitia vozes ao nascer do Sol, conforme narra o historiador Eusébio, calando-se depois que foi restaurado por ordem do Imperador romano Sétimo Severo, e o outro jazia tombado sôbre o areal desde o terremoto do ano 29 antes de Cristo.

O Soberano brasileiro subiu ao pedestal do colosso e copiou alguns *grafitti,* inscrições traçadas por legionários romanos, em latim. Entre elas, esta em caracteres gregos: *Floriano Filipe ouvia Memnon enquanto o divino Adriano o escutava á hora...* Numa dobra do terreno, entre as dunas fulvas, viu o templo de Dur-el-Medineh, construído pelos Ptolomeus, e os túmulos do Cheik-Abd-el-Gurnah. Ali perto ficava a casa onde vivera o grande egiptólogo Wilkinson. A um lado, outro templo famoso, o Deir-el-Bahari, com a iconografia da expedição enviada à Arábia pela Rainha Hutason. Ainda percorreu o Monarca o grande túmulo da 26.ª Dinastia, em El Assasif, e a necrópole de Droh-Abul-Negat, cujas jóias se encontram no Museu de Bulaq, no Cairo. Foi desta sorte que D. Pedro II visitou as ruínas de Tebas Hecatompila, a metrópole das Cem Portas.

O "Feruz" atracou a 21 em lugar mais próximo de Medineh-Abu e o Imperador estudou detidamente o templo de Tutmosis III e os túmulos reais de Biban-el-Moluk. A 22, partiu para Esneh, percorrendo as mastabas de Amenophis III, de Seti I, de Ramsés III, onde ainda jazia a sua múmia, de Ramsés VI e IX, bem como o templo de Harpeksuti, na antiga Hermonthis, e as rochas de Gebel Gebelein. De Esneh, a Latópolis de Estrabo, anota o Imperador, alcançou no mesmo dia El Kab, outrora Eileithias, onde viu o túmulo do chefe dos barqueiros Ankmés, lendo as cartelas dos Faraós Apries e Amasis. Em seguida, palmilhou a ribanceira semeada de escombros de antigos monumentos de Bisket-Abu.

A 23, desembarcava em frente do templo de Ediu, erigido por Ptolomeu Filopator, com as cartelas do Filometor e do

Evergeto, que êle traduziu, o pórtico de Ptolomeu Dionísio, os baixos-relevos de caçadas de hipopótamos e crocodilos, a assinatura do arquiteto Imhotep, filho de Ftá, e o grande monólito lavrado de Nectanebo, trazido de Denderah. Subindo ao terraço do pórtico para apreciar o panorama da região, o Imperador descobriu, gravados numa pedra, os nomes do explorador da Abissínia e das nascentes do Nilo, Caillaud, com a data 1816, e o do engenheiro Legentil, da expedição de Bonaparte, com a data revolucionária *Frimaire an VIII*, o que corresponde a 1797.

À tarde, o "Feruz" continuou a navegar para Gebel-Selsesah, encalhando aqui e ali nos açoreamentos do rio. Fazia luar e à sua luz branca e triste prateando as águas, as areias, os bosques de tamareiras e as ruínas silenciosas e concentradas nas solidões das terras marginais, o Sr. D. Pedro II, segundo confessa com sua própria letra, passou "algumas horas deliciosas, deixando a imaginação divagar".

E o manuscrito imperial se interrompe no ponto onde se lê o seguinte: "Acreditei a princípio que os templos eram orientados, mas penso agora que suas fachadas se voltavam para o Nilo, o rio sagrado, que alimentava os lugares onde as barcas levavam as imagens das divindades e onde se representava a passagem das almas para o *Amenti* (o inferno egípcio). Lá impunham-lhes provas..."

A Revolta do Impôsto do Vintém

HOJE que o povo carioca vive escorchado de impostos decerto ninguém acreditará que já se rebelou por causa dum mísero tributo conhecido na História por Impôsto do Vintém. Ainda não faz um século que isso aconteceu e, no entanto, em vista do que ocorre em nossos dias, que nos submetemos a todos os vexames fiscais, até parece lenda ou invenção de jornalista à cata de assuntos sensacionais.

Em 1879, sendo Ministro da Fazenda o Dr. Afonso Celso de Assis Figueiredo, Visconde de Ouro Prêto, e havendo necessidade de equilibrar o orçamento do Império, por proposta do mesmo estadista ao Parlamento criou êste pela lei de 31 de outubro do ano citado um "impôsto de trânsito sôbre passageiros de ferro-carris e vias férreas do Estado". A 13 de dezembro seguinte, saiu a regulamentação da nova taxa a vigorar de 1 de janeiro de 1880 em diante.

Era ela de 20 réis ou *um vintém,* como se dizia na época, 2 centavos atuais, sôbre cada passagem de bonde e trens de subúrbio do Rio de Janeiro. A nova tributação não fôra combatida no Congresso nem na imprensa. Sòmente o venerando "Jornal do Commercio" atacara o projeto de lei. Todavia, ao ser aplicada, revelou-se, como escreve Mestre Moreira de Azevedo, "severa, desigual e incômoda". Severa, acrescenta, porque incidia mais, o que era natural, sôbre o maior número de passageiros, os pobres. Incômoda pela dificuldade dos trocos. Desigual, finalmente, porque pagavam os mesmos 20 réis os passageiros de 1.ª, 2.ª ou 3.ª classes dos bondes e trens. Daí se avolumarem os protestos populares contra a medida governamental.

Logo no dia de Ano Bom se realizou grande comício na então Praça D. Pedro II, antes Terreiro do Paço e agora 15 de Novembro, no qual o famoso tribuno republicano Dr. José Lopes da Silva Trovão aconselhou em tropos inflamados ao povo se recusasse ao afrontoso pagamento do vintém. Lopes Trovão era

orador fogoso e demagógico, cuja celebridade se prolongou até alguns anos após a proclamação da República, que ajudou a implantar. Depois, seu ardor acalmou-se à sombra benéfica duma sinecura e o povo carioca durante longos anos o via passar pela Avenida Rio Branco como um dos tipos populares da cidade. Alto, ligeiramente curvado, de bigodes brancos pendentes à gaulesa e cabeleira encanecida, usava sempre um terno de fraque azul de feitio especial, com a gola redonda e sem corte ou casas na lapela. Também de feitio especial, feitos de encomenda, eram seus colarinhos que rodeavam o pescoço como um vaso. Diziam que eram colarinhos pluviômetros. Completavam esa exótica indumentária uma cartola e um bengalão.

A voz de Lopes Trovão em janeiro de 1880 excitou a populaça que, por volta da tarde, se aglomerava na Rua Uruguaiana, vociferando e ameaçando arrancar os trilhos dos bondes que, na sua maioria, por ali passavam. Alguns exaltados concretizaram as ameaças. Houve trechos da pavimentação de paralelepípedos desfeitos, carris arrancados aos dormentes e bondes depredados ou virados. O Govêrno mandou o 1.º Batalhão de Infantaria do Exército sob o comando do Coronel Enéas Galvão manter a ordem. A tropa encontrou barricadas e inesperada resistência popular. Abriu fogo, do que resultou quatro mortos e inúmeros feridos.

A ebulição alastrou-se pela Cidade até o dia 4 de janeiro, sendo as autoridades obrigadas a reforçar o policiamento das ruas com destacamentos de fuzileiros-navais e marinheiros, a fim de manter a ordem e dispersar os grupos de sediciosos. A companhia de bondes do Jardim Botânico propôs-se entrar para o Tesouro com os vinténs das passagens do seu tráfego, evitando aos seus passageiros o vexame da cobrança. Por tôda parte o público se recusava ao pagamento do acréscimo, o que multiplicava incidentes e conflitos, sendo a polícia impotente para atender a tôdas essas pequenas perturbações da ordem pública. Dias terrìvelmente agitados os que então viveu o Rio de Janeiro.

O Ministério não resistiu a essa revolta popular, que recebeu dia a dia o apoio de vozes prestigiosas no Parlamento e nos jornais. A 20 de março, João Luís Vieira Cansação de Sinimbu apresentava às Câmaras o pedido de demissão coletiva do Gabinete que presidia e do qual fazia parte o Visconde de Ouro Prêto. O Imperador convidou para formar novo Ministério o Conselheiro José Antônio Saraiva, cujas declarações iniciais no Congresso foram contra o famigerado impôsto. O Parlamento

revogou-o mais tarde. Ninguém, porém, o pagava e mesmo ninguém o cobrava mais, o povo pessoalmente o revogara.

A lembrança do Impôsto do Vintém permanece no nosso folclore, num lundu colhido e publicado por Moreira de Azevedo:

Se o povo se levantou,
Fêz o povo muito bem,
Se depois se acovardou,
Foi por causa do vintém.

Se nos bondes a passagem
Pagar mais o povo tem,
Se brigarem na viagem,
Foi por causa do vintém.

O Brasil adiantado
Caminhava muito além,
Se hoje vê-se atrasado,
Foi por causa do vintém.

Foi tudo de cabo a rabo
Por um dinheiro xenxém,
Se o povo fêz o diabo,
Foi por causa do vintém.

Adeus, amigo xingu,
Requiescat in pace, amen,
Se escrevi êste lundu,
Foi por causa do vintém.

De passagem seja dito, para elucidação do texto, que se denominava dinheiro xenxém a moeda colonial de 20 réis em que o número estava expresso em algarismos romanos, XX.

Não só o folclore se ocupou do Impôsto do Vintém. Êle subiu à ribalta na cena cômica "Sô Zé Povinho", revisteca de autoria de Faustino Manuel Soares, representada no Rio de Janeiro daquele tempo. Um dos atores recitava com grande êxito êstes versos chulos:

Vive o pobre amargurado,
Mas vai pagando o vintém,
Se quiser ser transportado,
Quando vai e quando vem.

Bondes, estradas de ferro,
Até o fumo também,
Não tem que dizer: Não quero.
Há de pagar o vintém.

Sempre o forte contra o fraco,
O grande contra o pequeno,
Se não tem para tabaco,
Tenha o vintém pro govêrno.

Ainda agora êsse vintém
Tantas desgraças causou,
Guerra vai e guerra vem,
E afinal continuou.

Maldita praga rateira
De tempos a tempos vem,
Não podem roer algibeira,
Mas vão filando o vintém.

Não conseguiu, todavia, o episódio passar além dessa versalhada. Dez anos após o tiroteio da Rua Uruguaiana, em pleno regime republicano, quiseram alguns *patriotas* ou *patrioteiros* comemorar o fato; mas a idéia morreu afogada na indiferença geral. Esta, porém, jamais afogará a lição histórica dessa rebelião contra um impôsto antipático e injusto. É que hoje o povo, como êle próprio diz, *paga e não bufa*, tudo quanto queiram os que o dirigem sob o nome de aumentos. Naquele tempo o povo *bufava* e, às vêzes, não pagava, pouco lhe importando fôsse sòmente um vintém...

Um Linchamento no Tempo do Império

NO dia 2 de outubro de 1880, aparecia no Rio de Janeiro um periódico destinado a uma vida escandalosa e a um fim trágico. Dizia-se *crítico, satírico e chistoso,* mas não passava duma oficina de difamação. Trazia o nome significativo de "O Corsário" e pertencia ao mulato Apulcro de Castro, ex-tipógrafo, pasquineiro sem escrúpulos e testa de ferro de quantos desejavam, à sombra protetora do anonimato, lançar mancheias de lama sôbre a reputação dos vultos então em evidência na administração e na política. Assoalhava-se à bôca pequena que muitas das catilinárias estampadas nesse pasquim eram da autoria de penas ilustres. Apontavam-se entre outras as do conhecido político liberal Lopes Trovão e do cabo eleitoral dos conservadores Duque Estrada Teixeira, notório protetor das maltas de capoeiras que, no fim da Monarquia, infestavam a Cidade e sòmente seriam extirpadas no comêço da República pela enérgica ação do Chefe de Polícia Sampaio Ferraz.

Durante cêrca de três anos, a virulência da linguagem e os escândalos que provocava deram a "O Corsário" tremenda evidência e vasta circulação. Impôs-se pelo terror. Os que não o liam em público liam-no ocultamente. Não se detinha só na vida pública de suas vítimas, entrava sem o menor respeito por suas vidas particulares adentro. Cobria diàriamente de insultos o Conselheiro José Antônio Saraiva, Presidente do Ministério, e seus Ministros, especialmente o Conselheiro Rodolfo de Souza Dantas. Quando êsse gabinete foi mais tarde substituído pelo do Conselheiro Lafayette Rodrigues Pereira, passou a injuriá-lo da mesma forma. Vivia de chantagens, extorsões e cobranças de dívidas com estardalhaço. Na seção intitulada "Cartas ao vovô", infamava as pessoas que freqüentavam o Paço de S. Cristóvão, insinuava calúnias contra os membros da Família Imperial e fazia alusões grosseiras à pessoa por todos os títulos respeitável do velho Imperador. Cada dia que se passava êsse jorna-

leco, açulado pelo êxito fácil, a fama barata e a impunidade lucrativa, se tornava mais hediondo e mais temido.

Está, porém, escrito que, um dia entre os dias, como dizem os árabes, o feitiço se volta contra o feiticeiro. Aquilo não podia continuar, pensava tôda gente. O Govêrno Imperial, estrênuo respeitador das garantias constitucionais, mantido sempre por D. Pedro II no acendrado culto da mais ampla liberdade de imprensa, nunca tomara a menor providência no sentido de coibir aquêles abusos de linguagem afirmando não encontrar amparo nas leis para reprimir a audácia do foliculário. As circunstâncias se encarregariam do terrível castigo a ser impôsto na via pública ao famigerado caluniador Apulcro de Castro.

Subira a tal ponto sua audácia que se atreveu, sem qualquer motivo ponderável ou provocação, a insultar os oficiais do Exército Imperial, sobretudo os do glorioso e tradicional 1.º Regimento de Cavalaria, guarda e escolta de Sua Majestade, o Imperador. A propósito duma dívida não paga a um negociante da Rua da Quitanda, arrastou impiedosamente pela sarjeta o nome dum alferes e dêste passou ao do próprio comandante daquela unidade. Finalmente, as injúrias choveram a granel sôbre tôda a classe militar.

Como o Imperador, apesar das reclamações que lhe chegavam, não se decidisse a determinar providências policiais contra o audaz verrineiro, que desafiava céus e terra, os militares resolveram atuar por conta própria. A reação contra os excessos do caluniador não se fêz esperar. Alguns oficiais, dirigindo um bando de cadetes e soldados de cavalaria, empastelaram na Rua de S. José n.º 52 a tipografia de "O Corsário". Apulcro de Castro não se intimidou com o desfôrço. Havia ganho já bastante dinheiro com seu triste mister e possuía outra oficina na Rua do Hospício. Dela fêz sair imprudentemente o pasquim, continuando a insultar os oficiais do Exército em linguagem cada vez mais reles. Dava a impressão dum agente de difamação do Exército a serviço de fôrças interessadas na desmoralização do regime.

O derradeiro número de "O Corsário" saiu a 23 de outubro de 1883. O ambiente da Cidade era pesado. Andava qualquer coisa no ar. Fervilhavam cochichos e borboleteavam boatos por tôda parte. Entre êstes, o gravíssimo de ter sido o verrineiro condenado secretamente à morte numa reunião da oficialidade da guarnição da Côrte. Só faltava executar-se a sentença. Para isso, no dia 24, grupos de oficiais à paisana surgiram nos lugares onde êle costumava aparecer. Apulcro de Castro compreendeu

e sentiu, então, o perigo da tempestade que provocara. A 25, em pânico, subiu as escadas do sobradão da Rua do Lavradio, onde funcionava a Chefatura de Polícia, entre 2 e 3 horas da tarde, a pedir garantias de vida.

Achava-se no poder o gabinete chefiado pelo Conselheiro Lafayette, sendo Ministro da Justiça o Dr. Francisco Prisco de Souza Paraíso e Chefe de Polícia o Desembargador Gama e Melo. Apresentou-se o dono de "O Corsário" ao Delegado de dia, Dr. Macedo de Aguiar, a quem mostrou pela janela grupos de oficiais à paisana pelas imediações. Estavam à espera dêle para matá-lo. Nem sabia como conseguira chegar até ali com vida. O Delegado levou o fato ao conhecimento do Chefe de Polícia que tomou as providências cabíveis ao caso, com a necessária prudência, em vista de tratar-se duma classe inteira, cujos brios tinham sido vilmente atingidos. Mandou dispersar os ajuntamentos na rua, comunicou o que ocorria ao Ministro da Guerra para que fizesse recolher os oficiais aos seus corpos e pediu a intervenção imediata do Ajudante-General do Exército, cargo que corresponde hoje ao de Chefe do Estado-Maior e que era exercido pelo Visconde da Gávea.

Não se encontrava êste no momento no Quartel-General do Campo de Santana; mas seu Ajudante-de-Ordens, o Capitão João Antônio Ávila, inteirando-se da comunicação da Chefatura de Polícia, para a mesma imediatamente se dirigiu. Falou com alguns dos oficiais que compunham os grupos ameaçadores, procurando dissuadi-los de seus propósitos, o que não conseguiu. Possìvelmente para evitar que invadissem a sede da Polícia e cometessem uma violência inqualificável, achou melhor conduzir o pasquineiro para lugar mais seguro ou ignorando, julgando sua companhia suficiente para protegê-lo. Urgia essa providência como de momento a momento aumentavam os magotes de militares pelas esquinas, desobedecendo às intimações dos guardas urbanos para que se dispersassem.

Apulcro de Castro aceitou de bom grado o alvitre proposto pelo Capitão Ávila. Tomaram ambos um carro oficial e deixaram o prédio da Chefatura. Antes, porém, da viatura alcançar a Rua do Resende, um bando de indivíduos a cercou aos gritos de morte, brandindo revólveres e punhais. Enquanto uns dominavam os cavalos e o cocheiro, e outros reduziam à impotência o Capitão Ávila, ferindo-o num ombro, os restantes linchavam o infeliz, que gritava por misericórdia e se debatia em desespêro sôbre as almofadas ensangüentadas.

O Delegado de plantão desceu em seu auxílio, seguido de policiais, as escadarias do sobradão; mas, quando chegou ao local do crime, os linchadores se tinham dispersado em tôdas as direções, o Ajudante-de-Ordens do General Visconde da Gávea estava machucado, com os alamares arrancados e a farda em desalinho, e Apulcro de Castro agonizava crivado de balas e de punhaladas. Conduzido para o interior da Chefatura de Polícia, ali faleceu dentro de poucos minutos. Assim terminou sua vida e carreira o mais célebre pasquineiro que jamais teve o Brasil. Infelizmente a dura lição não aproveitou a muitos que lhe têm sucedido e lhe hão de suceder nesse nojento ofício...

Considerando-se desautorado nas suas funções pelos oficiais que fizeram justiça com as próprias mãos, demitiu-se o Chefe de Polícia Gama e Melo, e foi atacar deselegantemente o Govêrno pela imprensa. Seu substituto, o também Desembargador Tito de Matos, mandou instaurar o inquérito da praxe. Apurou-se serem responsáveis principais pelo linchamento o então Capitão Antônio Moreira César, destinado a morrer em Canudos, o Tenente Bento Tomás Gonçalves, os Alferes Antônio Manuel de Aguiar e Silva e Ismael Caetano Pereira do Lago. Havia mais sete oficiais bastante comprometidos. O processo durou até fins de 1884, quando foi arquivado por falta de provas contra os denunciados, segundo os têrmos da sentença do juiz criminal do feito.

O linchamento de Apulcro de Castro impressionou profundamente a opinião pública de todo o Brasil, apesar do quase silêncio da imprensa da época. Êle marcou o início das graves questões militares que, em notável crescendo, abalariam os alicerces da Monarquia e preparariam com a Abolição o advento da República. O Govêrno Imperial, que fôra acusado de tolerar a campanha de infâmias de "O Corsário", passou a ser acusado senão de haver instigado, pelo menos de ter permitido o atentado e compactuado com êle. A visita feita pelo Imperador dias mais tarde ao 1.º Regimento de Cavalaria foi considerada como verdadeira aprovação oficial do ato de desafronta praticado violentamente por seus oficiais. Dizia-se que Sua Majestade estava contente por terem êles também o desagravado e à sua família e amigos, que o foliculário nunca respeitara. Todavia as maltas de capoeiras da Cidade pertencentes à fação dos Luzias contrária à dos Nagôs, ligadas ao cabo eleitoral Duque Estrada, amigo e colaborador de Apulcro de Castro, puseram na noite de 26 de outubro de 1883 o centro urbano em polvorosa, provocando conflitos e quebrando lampiões, sendo dispersadas a pata de cava-

lo. O Partido Liberal aproveitou o ensejo para atacar fortemente o Govêrno. Apesar de liberal e republicano, Rui Barbosa o defendeu pelas colunas do "Jornal do Commercio", no qual escrevia sob o pseudônimo de Swift, considerando o jornaleco do verrineiro linchado na Rua do Lavradio *um lupanar servido por prelos.*

Dois Imperadores Poetas

ENTRE suas maluquices, D. Pedro I teve também a de fazer versos. E foi mau poeta. As musas nem sempre são amigas das coroas. O cancioneiro de D. Diniz e os lais de Maria de França são exceções que confirmam a regra.

Nos apensos de seu livro *"D. Pedro I e a Marquesa de Santos"*, Alberto Rangel transcreve algumas produções poéticas atribuídas ao primeiro Imperador do Brasil. São quatro, das quais três de amor. Intitula-se a primeira *Anachreontico* (sic) e sua grafia se enfeita com vários hh:

Ho que prazer
Eu'stou sentindo
Por ver a intriga
Hir já fugindo

Ella pençou
Poder quebrar
Firme amizade
Que desvairar!!!!

Mão poderosa
Sobresshaindo
Desbaratou
Não consentindo;

Que impostores
E immoraes
Executassem
Planos taes.

A versalhada nada tem de anacreôntica. É pífia, antes de caixeiro de venda do que de príncipe. O amor inspirou outros

versos da mesma marca inferior a Sua Majestade, que os dedicou à Marquesa de Santos, como sendo dum anônimo:

Não duvides
Nem hum instante
Qu'eu sou fiel
Qu'eu sou constante.

Nem por sombras
Nunca menti
Como pod'ria
Ser falso a ti.

Já á bem tempo
Vives comigo
Eu á tanto
Vivo contigo.

Podias saber
Os meus pensares
Que nunca foram
Os teus pesares.

Por verdadeiro
E disvellado
Ind' hei de ser
Crucificado.

Não duvides
Nem hum instante
Qu'eu sou fiel
Qu'eu sou constante.

No papel em que se encontram êsses versos, há em letra d'água a data 1825 e, abaixo, esta apostila: "Feitos derrepente (*sic.*) no meio duma acerba paixão que attormentava (*sic.*) ao I".

Vejamos a terceira produção:

O amor que tu me mostras
Em penhor de gratidão
Faz com que te eu diga
He teu o meu coração.

Si eu lhe pudesse dizer
Que me desse do seu pão
Logo depois... lhe diria
He teu o meu coração.

Finis coronat opus.

Se o primeiro imperante era tão mau poeta, como aí se vê, o segundo não lhe ficava atrás. Documentos do próprio punho de D. Pedro II demonstram que, na arte de versejar, êle se não avantajava ao pai e nos fazem crer que os belos sonetos do exílio não passam de piedosa fraude, como se diz, do Barão de Loreto.

Em agôsto de 1888, regressou o segundo Imperador da Europa pelo paquête francês "Congo". Três ou quatro dias antes da chegada ao Rio de Janeiro, em papel timbrado de carta do próprio navio, o Comandante do mesmo, também metido a poeta, escreveu o seguinte, para agradecer o retrato autografado com que o soberano do Brasil o mimoseara:

A. S. M.

qui daigne signer son portrait comme
membre de l'Académie des Sciences:

Le premier sur le throne il place la science;
De ses nobles desseins réglant l'impatience,
Il a brisé des fers; et de son peuple heureux
Il a fondu savamment l'avenir lumineux.

En mer. 19 — *Aout* — 1888

D. Pedro II sentiu-se lisonjeado com a quadra; tomou dum lápis e, na mesma fôlha de papel, traçou mais abaixo estas palavras:

"Versos feitos pelo Comandante. Traduziu-os logo, passeando".

Há uma certa pretensão de haver feito fàcilmente a tradução, na última frase. No entanto, ela é péssima, como se verá:

Primeiro sôbre o trono assentou a ciência
De seus nobres desígnios regrando a impaciência,
Quebrou os grilhões, e do povo ditoso
Sábio fundou o futuro luminoso.

Não ficou sòmente nisso a tertúlia poética a bordo do transatlântico francês. O jôgo floral entre o capitão e seu imperial passageiro prosseguiu. No dia seguinte, 20 de agôsto, o marinheiro dedicara a Sua Majestade esta poesia.

Aprés demain au jour nous serons prés de terre,
Devant nous étendu le grand géant de pierre
Semblera reposer sur d'immobiles eaux.
Sa tête — Gabia — dirige les vaisseaux,
Son pied, le Pain á Sucre, un grand bloc, determine
L'entrée, et fiérement de son pic la domine.

Un jour á ce genie il arriva qu'un roi,
Jean VI osa crier: — He, géant, léve-toi!
Mais lui, sur des destins, continua son rêve
Et si vous lui criez, vous aussi, qu'il se leve...
Il répondra: Pourquoi troublez-vous mon sommeil;
Il n'est pas arrivé le jour de mon réveil,
A' quel fol ennemi dois je crier: — qui vive?!
Qu'ai je á faire aujourd'hui, puisque D. Pedro arrive?

O Imperador não resistiu ao desafio. Entrelinhou os versos um tanto forçados, mas muito lisonjeiros, do Comandante do "Congo" com os de sua pavorosa tradução. O documento autógrafo é curiosíssimo, porque mostra pelas emendas, hesitações e riscos o trabalho mental do poeta. Foi êste:

Dois dias mais, ao clarear, perto do continente
Ante nós, deitado, o pétreo gigante ingente,
Sôbre a água tranqüila estará a descansar.
Sua cabeça, a Gávea, as naus a encaminhar
Seus pés, o Pão de Açúcar, massa que assinala
A entrada e, com o pico altivo, o avassala.

Outrora, a êsse gênio, um rei ao seu chegar,
João Sexto, ousou dizer: — Gigante, levantar!
Mas, certo, do futuro o seu sonho é constante
E se lhe gritando também que se levante
Responderá: — Por que meu sonho perturbar?
Ainda não chegou o dia de acordar.
A que louco inimigo grito eu: — Quem vem lá?
Que tenho de fazer? D. Pedro chegará.

Mas há ainda pior do que isto. A bordo do "Congo" parece que o Imperador só pensava em versos. Fazia constantemente exercícios de rima de lápis em punho, conforme atestam documentos de seu próprio punho:

Agora são elas
Começo nas celas.
Humildes, como elas,
P'ra evitar naquelas
Vastas e belas.
Doce ave onde zelas.
Pátria que anelas.
Lá soam chamarelas.
O inimigo debelas
E amigo excelas.

Quem poetava desta forma em agôsto de 1888 não seria capaz de produzir os chamados sonetos do Exílio poucos anos depois. É difícil admiti-los como sendo obra do Imperador. A verdade dos fatos é que, como poeta, D. Pedro II não era nada melhor do que D. Pedro I.

O Paquête do Exílio

DEVEM ter sido dias muito tristes aquêles que a Família Imperial passou a bordo do paquête "Alagoas" do Lóide Brasileiro rumo do exílio, na Europa, após a proclamação da República.

Apeado do poder pelo pronunciamento militar vitorioso sem resistência, foi D. Pedro II levado com os seus, após angustiosa expectativa no Paço da Cidade, para bordo da corveta "Parnaíba", de onde os transferiram para o "Alagoas". Conta-se que, naquele paço, o Capitão Solon Ribeiro, ardente republicano, ao transmitir ao velho soberano o decreto do Govêrno Provisório que o exilava da pátria, usou o tratamento de Vossa Excelência. Em 64 anos de vida e 49 anos de govêrno, o Imperador nunca fôra chamado senão de Majestade. Espantado com aquêles têrmos, o monarca fitou no oficial, firmemente, seus olhos azuis. O Capitão perturbou-se e emendou: — Vossa Alteza... Os olhos de D. Pedro II continuaram pousados nêle com espanto e Solon Ribeiro, confuso ante aquela atitude, disse afinal: — Vossa Majestade... Então, o Imperador estendeu a mão e tomou o papel que êle lhe apresentava.

O "Alagoas" recebeu os ilustres passageiros na Ilha Grande e costeou o litoral montanhoso até Cabo Frio. Ali se fêz ao largo. E, pouco a pouco, nas brumas azuladas, se foram apagando os contornos da terra brasileira que os olhos de D. Pedro II, nela nascido, depois de a ter leal e honestamente servido durante meio século, nunca mais haveriam de contemplar. O mesmo destino tivera seu pai, o Fundador do Império.

Menos a Imperatriz, que era napolitana, e o Conde d'Eu, que era francês, todos os outros haviam nascido e vivido sempre no Brasil, onde pensavam decerto fechar os olhos um dia para o último sono. Foram arrancados violentamente à terra natal e mandados para bem longe. Poucos poderiam voltar revogado o banimento pelo Presidente Epitácio Pessoa em comemoração

ao centenário de nossa independência política. Assim, iam de viagem, cheias de tristeza as faces pálidas, de melancolia as olheiras arroxeadas e de amarguras as almas. Céu e mar do Cabo Frio em diante. Mar e céu. E perdida a esperança de rever o Brasil.

O Comandante do "Alagoas" chamava-se Pessoa e Pessoa se chamaria o Presidente que iria revogar o banimento. "Alagoas" era o nome do navio e o da Província onde haviam nascido o Marechal Deodoro que proclamara a República e o Marechal Floriano que a consolidaria. Coincidências da História. E na pôpa do barco flutuava uma nova bandeira, a primeira da República, que não subsistiu e acabou substituída pela da Monarquia com o globo azul em lugar do brasão imperial no losango amarelo. Essa bandeira obedecia ao formato da dos Estados Unidos da América do Norte. Cópia servil. Listras alternadas verdes e amarelas. No canto azul, 20 estrêlas de prata representando os Estados.

Durante muitos anos após ter servido para essa melancólica missão, o paquête "Alagoas" passou para a cabotagem do Lóide Brasileiro. Sòmente velho e imprestável foi retirado do serviço. Todavia algumas relíquias salvaram-se e se encontram devidamente conservadas no Museu Histórico, onde recordam o triste exílio do Imperador.

Em primeiro lugar, a sua bandeira de riscas verdes e amarelas e quadro azul estrelado de prata. Em segundo, o banco do tombadilho, onde o soberano deposto se sentava a ler ou a meditar, contemplando a vasta e monótona paisagem do mar. Dêsse banco, sem dúvida, via o Imperador aquela bandeira tão diferente da que dera sombra à Independência do Império nascente e gloriosamente adejara sôbre as armas vitoriosas dos exércitos que haviam desfilado em triunfo nas três capitais do Prata: Montevidéu, Buenos Aires e Assunção. Que pensaria êle daquela nova bandeira? Seria para êle a imagem da pátria como a outra?

Em terceiro lugar, vem a secretária e a poltrona de que se servia Sua Majestade para escrever no silêncio de seu camarote. Em quarto, as cadeiras em que se sentavam o Imperador e a Imperatriz na sala de jantar e as do camarote imperial. Em sexto, o relógio de bordo, que marcou uma por uma as horas dessa triste viagem. E, finalmente, a roda do leme que dirigiu o paquête através do Atlântico, levando a Família Imperial para um destêrro que não merecia.

A Imperatriz não resistiu ao golpe e foi morrer logo na leal e invicta Cidade do Pôrto. O Imperador pouco tempo lhe sobreviveu. Em 1891, falecia em Paris. Seus corpos embalsamados jazeram longos anos no panteão real de S. Vicente de Fora, em Lisboa. Hoje repousam no seio da pátria, na Catedral de Petrópolis.

O Dragão do Mar

EM Fortaleza, capital do Ceará, na minha infância e adolescência, a figura mais popular no Bairro da Praia era, sem dúvida, o velho Francisco do Nascimento, prático-mor do pôrto, alcunhado por Dragão do Mar. A praticagem ficava, então, na chamada Rua da Praia, atual José Avelino; primeiro, numa casa de duas portas entre a Rua Sena Madureira e o Beco do Maceió, junto a velhos e chagados depósitos de sal que caíam em ruínas, e não existem mais; depois, noutra casa semelhante, quase à esquina daquela rua, em frente da primitiva Escola de Aprendizes Marinheiros, paredes meias com a venda do conhecidíssimo Pedro Brito, onde o futuro caricaturista do "Malho", o famoso Leônidas, então rapazola anônimo, se exercitava para o seu ofício, fazendo pequeninos letreiros humorísticos. O prático-mor habitava no comêço da Rua da Alfândega um casarão antigo e assobradado, rodeado de coqueiros, com fundos para as dunas e para um riacho que descia da Aldeota. O casarão fazia canto com a rua que levava à Ladeira do Farias, antiga Rua do Arrecife, onde nascera Araripe Júnior.

Todos os dias o Dragão do Mar era visto no trajeto entre a sua residência e a Praticagem, cortando lentamente em diagonal a abandonada Praça da Alfândega e parando um instante no desaparecido Café do Floriano, duas e mais vêzes, nas idas e voltas do almôço e do jantar ou das chamadas repentinas, quando o remador de vigia no óculo grande da repartição anunciava uma vela branca ou um penacho de fumo negro no horizonte. Quase sempre andava só. Raramente, acompanhado pelo prático Remígio Joaquim da Silva de alva barba em leque sôbre o peito ou pelo prático Constâncio com seu jeitão acaranguejado de caboclo.

Caminhava devagar, *cangueiro,* como se diz lá para as minhas bandas, isto é, de cabeça pendida, os braços pendurados e gingando como ao galear dos navios no balanço da vaga. Era

gordo e forte, mulato bastante escuro, quase negro, mas de cabelo liso. Usava bigode curto e farto, com barba em pêra, tudo ficando branco. Falava de mansinho e tinha nos olhos grande expressão de bondade. Não ia a parte alguma. Vivia retirado. De casa para a Praticagem. Da Praticagem para casa. Não bebia. Tomava um cafèzinho no Floriano. Às vêzes, dava uma volta pela praia até o esboroado Cais dos Inglêses, as mãos nas costas, olhando os verdes mares bravios. Seus únicos luxos, suas únicas vaidades — e os não relaxava — eram os dois galões de primeiro-tenente honorário da Armada, de cadarço negro nas fardas de zuarte, dourados na de flanela azul para a missa domingueira na Conceição, ou, nos feriados, a farda de Major da Guarda Nacional para cumprimentar o Presidente do Estado.

Durante uns dez anos assim o vi e me acostumei com sua figura no inesquecível cinematógrafo da minha infância. Pelo que ouvia contar, sabia que êle era uma página viva da história da minha gloriosa e martirizada terra natal, que êle era o famoso "Dragão do Mar" da Abolição dos Escravos, o chefe dos jangadeiros que se haviam recusado a transportar os negros sôbre os seis paus de suas embarcações, no Pôrto de Fortaleza, o símbolo humano da libertação duma raça.

O movimento libertador começara no Ceará em 1880 com a sociedade "Perseverança" que angariava recursos pecuniários e com êles alforriava os negros. Em 1881, os jangadeiros do pôrto, onde só se podia nessa época trafegar nas suas primitivas embarcações, chefiados por Francisco do Nascimento, opuseram-se aos embarques e desembarques de escravos, apoiados pela "Sociedade Libertadora" ou simplesmente "A Libertadora", já então formada. Seu jornal, "O Libertador", deixara fama e aquêle nome de "A Libertadora" eu leria até me fazer homem num aloja de fazendas na Rua da Boa Vista, hoje Marechal Floriano, na esquina fronteira à antiga Intendência Municipal, de propriedade dum dos filhos do Barão de Aratanha. Êsse letreiro e a figura do prático-mor eram os vestígios que até mim chegavam entre 1898 e 1908 do grande movimento iniciado em 1880 e terminado em 1884, quatro anos antes da Abolição total, quando já não havia mais escravidão na Terra da Luz.

A jangada de Francisco do Nascimento foi a primeira que veio ao Rio de Janeiro, sulcando com sua vela triangular as águas da Guanabara em abril de 1884 e tendo ao leme o prático-mor. Recebida no Cais do Pharoux, por enorme multidão, carregaram-na os mais entusiastas aos ombros no meio de grande

préstito, sendo depositada no Museu Nacional, então no Campo de Santana, onde fica hoje o Arquivo. Falaram ali em nome da Sociedade Abolicionista Cearense do Rio de Janeiro, oferecendo-a, o Sr. Melo e Oliveira e, recebendo-a, o grande sábio Ladislau Neto. Comemorando o acontecimento, cunharam-se medalhas em 1888, em ouro, prata e cobre, com uma jangada iluminada pelo sol, no reverso. Assim, a modesta embarcação indígena se imortalizou na nossa medalhística. Em julho de 1886, a jangada denominada oficialmente Jangada Libertadora, havia sido transferida do Museu Nacional para o Arsenal de Marinha, de onde desapareceu não se sabe como. É provável ter apodrecido pela má conservação e ido parar no lixo. Perdeu-se desta sorte a mais preciosa relíquia da Abolição.

Francisco do Nascimento, feito prático-mor do Pôrto de Fortaleza, sobreviveu-lhe longos anos na sua existência singela e sem cuidados, ramerrão cotidiano da casa para a Praticagem e da Praticagem para a casa. O título exagerado de "Dragão do Mar", dado nos estos apaixonados do entusiasmo libertador jamais se tornou popular. O povo não poderia aplicá-lo ao velhote cangueiro e gordo, de pêra branca, para lá e para cá todos os dias Rua da Praia afora, ou segurando calmamente a cana do leme do escaler vermelho da Praticagem. Êle de dragão fisicamente não tinha nada. Ainda menos na amenidade do trato. A alcunha dos dias de glória voou-lhe dos ombros como uma capa mal atada que o vento leva, evaporou-se como a espuma das vagas que o alíseo lhe soprava nas faces, quando ia buscar fora do pôrto os paquêtes do Lóide.

Nem lhe ficava bem. Os marinheiros, estivadores, tarrafiadores, jangadeiros e outros moradores da Praia, do Outeiro, da Jurema, do Meireles, do Mucuripe e do Pirambu, acostumados com êle desde longos anos, ignoravam completamente que fôsse o tal *"dragão"* e, se algum ouvia relembrar o episódio libertador, pensava tratar-se de outra personagem. Para todos êles, o prático-mor merecia um apelido mais íntimo, de maior compreensão e significação amiga e local. Era o Sr. Prático-mor para os remadores do seu bote encarnado; o Nascimento para os seus colegas Remígio Joaquim da Silva e Constâncio; o Mestre Chico para os que o tinham conhecido como mestre de jangada; porém, para tôda a gente, simplesmente o Chico da Matilde.

A Matilde, sua mãe, fôra uma negra escrava, muito conhecida no antigo Bairro da Praia, em tempos do Sr. D. Pedro II, por vender doces de tabuleiro na Rua do Chafariz. O molequinho Chico, seu filho, criado à beira do pôrto, seria pelo favor do

destino um dos libertadores de sua raça infeliz, o Dragão do Mar! Chico da Matilde era o nome da Infância; Mestre Chico, o apelido da Mocidade; Dragão do Mar, a alcunha da Glória. O povo preferiu o nome da infância. E fêz muito bem. Porque a infância é muito maior do que a glória.

A Morte Misteriosa de Sena Madureira

AS lembranças da infância são as mais tenazes e duradouras. Elas nos acompanham dia a dia pela vida além. Tenho por isso bem presente na memória o nome que se dava em Fortaleza, minha terra natal, à mais antiga rua da cidade, que acompanhava desde a Lagoa do Garrote até o mar, entre as duas colinas em que assenta a capital cearense, o curso do Riacho Pajeú: Rua Sena Madureira. Nos tempos coloniais, fôra a Rua Direita. Depois, passara a ser a Rua de Baixo. Nos últimos tempos do Império, quando o Conde d'Eu fêz ao Norte sua viagem de propaganda do malogrado Terceiro Reinado, crismaram-na em Conde d'Eu. Após a proclamação da República, foi Sena Madureira, como a conheci. Hoje, sua parte alargada entre a praia e a Praça da Sé ou Caio Prado denomina-se Avenida Alberto Nepomuceno.

Quem foi êsse Sena Madureira, cujo nome assim conheço desde a meninice e deram a uma das principais ruas da cidade onde nasci? Que fêz de notável para que seus apelidos substituíssem o de Conde d'Eu logo que o Império desapareceu nas auroras ensangüentadas da República? Como se justifica essa homenagem que naturalmente naquela época não foi feita só no Ceará, pois ainda em nossos dias vemos como se reptem à face do país, de acôrdo com os fenômenos políticos, o batismo de logradouros públicos com os apelidos em voga na opinião pública do momento?

Antônio de Sena Madureira, filho do Juiz de Direito, Dr. Casimiro de Sena Madureira, de origem baiana, e de D. Maria Francisca Peixoto, pernambucana de Garanhuns, nasceu no Recife a 16 de fevereiro de 1841. Assentou praça como cadete no 1.º Batalhão de Artilharia a Pé e matriculou-se na Escola Militar. Em 1859, era alferes-aluno e em 1860 terminava o curso, colando o grau de bacharel em Ciências Físicas e Matemáticas. Confirmado no pôsto de Alferes em 1861, no Corpo do Estado-

Maior, seguiu para a Europa, onde aperfeiçoou seus conhecimentos técnicos até 1865.

Rompera, então, a guerra contra o Paraguai e Sena Madureira entrou em campanha como Assistente do Ajudante-General (Chefe do Estado-Maior) junto à 1.ª Brigada de Infantaria. Tomou parte em todos os combates do início da invasão do território inimigo e notadamente na 1.ª Batalha de Tuiuti, a 24 de maio de 1866. No combate de 6 de novembro era ferido a bala. Sua bravura na tomada do reduto Cierva ou do Estabelecimento deu-lhe a promoção a Capitão em 1867. No decurso da luta, prestou excelentes serviços nas obras de castramentação e fortificação, tendo dado aos oficiais de Marinha aulas de Direito Internacional Marítimo, a bordo da corveta "Niterói".

Depois, em comissão do Ministério da Agricultura, estudou as regiões encachoeiradas dos Rios Araguaia e Tocantins, e serviu como engenheiro ao Govêrno da Província do Rio de Janeiro. Tornou à Europa em 1873, comissionado pelo Govêrno Imperial para estudar a organização dos exércitos europeus e seus modos de recrutamento de oficiais e soldados. Sôbre a matéria apresentou circunstanciada e importante memória ao Ministério da Guerra. Esperava-o em 1875 a promoção a Major. De 1880 a 1884 comandou a Escola de Tiro e recebeu os galões de tenente-coronel.

A questão da abolição dos escravos agitava o Brasil. O Ceará liderava as outras províncias na campanha libertadora. Seu principal jornal denominava-se "O Libertador" e era órgão da Sociedade Libertadora. O ano de 1884 nascia com o município cearense do Acarape crismado em Redenção, porque nêle não havia mais escravos. O chefe dos jangadeiros de Fortaleza, Francisco do Nascimento, o Chico da Matilde, Mestre Chico, à frente de seus destemidos companheiros recusara-se a transportar escravos para bordo dos navios nas suas jangadas e recebia a gloriosa alcunha de Dragão do Mar. Nascimento e sua jangada vieram ao Rio de Janeiro, onde tiveram consagrada recepção. Músicas. Flôres. Passeatas. Discursos. A jangada recolhida ao Museu Nacional. Cunhagem de medalhas comemorativas. Sena Madureira, oficial culto, partidário da Abolição e mesmo da República, ofereceu ao Dragão do Mar uma recepção na Escola de Tiro.

Isso motivou uma interpelação oficial por parte do Marquês da Gávea, Ajudante-General ou Chefe do Estado-Maior do Exército, a que Sena Madureira respondeu com ombridade, negando-lhe competência para intervir na vida interna da Escola,

sujeita diretamente ao Comando-Geral da Artilharia, exercido pelo Marechal Conde d'Eu. O Ajudante-General representou ao Ministro da Guerra e êste mandou repreender e demitir o oficial que prestara uma homenagem ao jangadeiro cearense libertador. Aqui encontramos a razão básica do nome de Sena Madureira dado a uma das mais antigas, senão a mais antiga, rua de Fortaleza. Isso exprimia a gratidão dos cearenses àquele que jogara a sorte do seu cargo na luta pela Abolição, ajudando a glorificar a chamada Jangada Libertadora e seu Mestre, no Rio de Janeiro.

Sòmente em 1888 voltaria a exercer outro cargo de relêvo, a direção da Fábrica de Pólvora da Estrêla. Então, a agitação da questão abolicionista se agravava com a da famosa questão militar. Na opinião de Deodoro da Fonseca, atingido pelos efeitos dessa questão em que o Império soçobraria, a alma e o corpo dela era o Tenente-Coronel Sena Madureira. No seio da oficialidade possuía grande prestígio proveniente de sua ilustração, de sua bravura e de seu caráter independente. *Uma das bandeiras* do Exército. Muitos oficiais o consideravam *chefe* e estavam dispostos a acompanhá-lo em qualquer terreno. Era opinião corrente, que abrolhava nos jornais do tempo, que, nessa famosa questão militar, sòmente nêle o Exército tinha confiança, porque sua atitude fôra sempre firme, enquanto a de Deodoro da Fonseca fôra sempre vacilante. Dedicado à sua classe e republicano entusiasta, encerrou sua carreira com um sério incidente com o Marechal Severiano da Fonseca, Barão de Alagoas, irmão de Deodoro, Ajudante-General do Exército, o que o levou a pedir demissão de Diretor da Fábrica de Pólvora da Estrêla a 20 de janeiro de 1889.

Estava escrito que não veria a República proclamada por Deodoro a 15 de novembro daquele ano, a República que sonhara e pela qual se vinha batendo desde o regresso do Paraguai. A 27 de janeiro, uma semana após demitir-se, morria misteriosamente. Achava-se à tarde no Quartel-General na Praça da República, onde bebeu um copo d'água mineral. Horas depois, sobrevinha-lhe uma febre fortíssima e pela madrugada de 28 era cadáver. Noticiava "O País" do dia 29 que o ilustre oficial fôra "literalmente fulminado por violento acesso de *febre perniciosa*, que o prostou em poucas horas". O "Correio do Povo" dizia na data do aniversário de seu falecimento: "A morte feriu-o de súbito, à traição, surpreendendo-o em plena robustez, quando mais aceso lhe ia o ardor patriótico, quando mais se empenhava na luta, combatendo a um tempo os inimigos que a sua altivez

lhe granjeava e a forma manárquica de que era intransigente adversário". Rui Barbosa, no "Diário de Notícias" de 20 de março de 1889, considerava a morte de Sena Madureira um *lance fulmíneo* que aplainara o caminho do Govêrno, "desfechando tão irremediável golpe no patrimônio de nossas fôrças militares".

Na verdade, a morte de Sena Madureira nunca foi bem explicada. Falou-se dum acesso de *febre perniciosa* e não se fêz autópsia nem se tomou providência alguma para aclarar êsse estranho caso dum homem sadio, em plena robustez, que toma um copo d'água mineral, arde pouco depois em febre alta e horas mais tarde morre. Correram vozes de ter sido o valente soldado envenenado pelos inimigos da República pela qual êle se batia. Essa tradição de envenenamento conservou-se no seio de sua família. Mas o mistério dessa rápida morte continua de pé. E parece tarde demais para ser devidamente esclarecido.

Uma República e Dois Reinos

A COSTA atlântica setentrional do continente sul-americano compreendida entre o Cabo Orange e o Gôlfo de Darien foi tôda ela descoberta e explorada pelos espanhóis. Na sua 3.ª viagem, em 1498, Cristóvão Colombo atingiu a larga foz no Orenoco. No ano seguinte, 1499, Pero Alonso Niño e Cristobal Guerra visitaram o litoral denominado *Costa de Perlas*. No mesmo ano, pouco depois dêstes, batia a linha costeira Alonso de Hojeda, levando como pilotos a Juan de la Cosa e Américo Vespúcio. De novembro de 1499 a 1500, foi Vicente Yañez Pinzon quem explorou aquela região até Santa Maria del Mar Dulce, na embocadura do Orenoco. Enfim, em 1502 realizou-se a viagem de Diego de Lepe.

Nunca houve dúvidas durante longo tempo sôbre a posse daquelas terras pelos seus descobridores espanhóis, os quais começaram a fundar pela costa as primeiras feitorias e estabelecimentos coloniais, berços da colonização da Colômbia e da Venezuela. Em 1596, porém, quase um século após os descobrimentos acima registrados, um aventureiro inglês de alto estôfo, Sir Walter Raleigh, em companhia de outro, Keymis, visitou aquelas paragens e lançou aos quatro ventos na Europa a lenda do Eldorado: no interior daquelas terras, no seio das selvas, havia uma cidade em que tudo era de ouro e o próprio soberano, coberto de pó de ouro, se chamava o Dourado. A lenda incendiou as imaginações. E sôbre a costa noroeste da América do Sul corvejaram logo as ambições das três grandes nações piratas do mundo, que não descobriram, mas tão sòmente se locupletaram no que foi descoberto pelos espanhóis e pelos portuguêses. A França, a Holanda e a Inglaterra logo procuraram se apoderar de territórios costeiros que lhes permitissem a expansão pelo interior, na demanda do Eldorado.

Eis aí como surgiram ao norte da nossa Amazônia, além do Meridiano marco de Tordesilhas as três Guianas, três cunhas

estrangeiras ainda hoje existentes, graças à fraqueza e à falta de sentido político das nações sul-americanas. Essa vizinhança trouxe ao Brasil duas questões de limites, hoje felizmente resolvidas. Uma com a Guiana Inglêsa. Outra, mais grave, com a Guiana Francesa.

Os primeiros estabelecimentos dos franceses ali datam, segundo parece, de 1604. Em 1651, para a exploração do território, fundou-se em Paris a "Compagnie de la France Equinoxiale", a qual malogrou. Os holandeses ocuparam a região, provisòriamente, em 1676. O Ministro Choiseul procurou no ano de 1763 realizar uma colonização intensa da Guiana, mandando para ela 12 mil emigrantes, que as doenças tropicais em pouco tempo liquidaram. A capital, Caiena, foi fundada em 1634, mas só teve algum desenvolvimento ao tempo de Colbert, grande ministro de Luís XIV, em 1664.

A palavra Guiana ou Guyanna vem certamente do francês Guyenne, que se pronuncia Guiane e nada mais é do que a deturpação, através da Lingua d'Oc ou provençal, do latim Aquitânia, que designava a parte meridional da França compreendida entre o Loire, o Atlântico e os Pírineus. Já César dividia a Gália em três partes: Céltica, Bélgica e Aquitânia. A palavra Caiena ou Cayenna, em francês Cayenne, procede do baixo latim Caia ou Caya, que quer dizer moradia ou casa. Deu-se êsse nome aos navios desaparelhados, que se ancoravam ou encostavam nos portos para servirem de depósitos de equipagens, casernas ou presigangas. Era esta última atribuição a mais comum, de modo que *caiena* equivale a pontão ou prisão flutuante. Ora, como a cidade da Caiena fica numa ilha e é um presídio de forçados desde longa data, bem lhe calha o apelido.

A expansão portuguêsa para o Norte desrespeitou a linha divisória de Tordesilhas e alcançou desde o século XVII as margens do Rio Oiapoque. Foi êste sempre o limite tradicional entre o Brasil e a Guiana Francesa, denominando alguns a região nossa ao sul daquele rio Guiana Brasileira. O famoso Tratado de Utrecht assentou oficialmente essa fronteira. Os povoadores brasileiros já tinham de tal modo explorado e se fixado na região que, em 14 de junho de 1637, El Rei Filipe IV de Espanha e III de Portugal, criou a chamada Capitania do Cabo do Norte, composta por ela, para apanágio de Bento Maciel Parente, um dos criadores da Amazônia. O Tratado de Madrid de 1750 deixou de pé tal situação. E a tradição dessa Capitania do Cabo do Norte, incluída na Província do Grão-Pará, ao tempo do Brasil-Reino e da Independência, e na do Pará, depois da ele-

vação da Comarca do Rio Negro a Província do Amazonas, viria à tona justamente nessa época. A 1.º de julho de 1853, o Deputado Cândido Mendes de Almeida apresentava à Câmara do Império um projeto de lei, que não foi avante, criando ali a Província Oiapóquia ou, como escrevia, Oyapockia, tendo como capital a vila de Macapá.

Todavia, apesar da posse pacífica pelo lado do Brasil da vasta região ao sul do Rio Oiapoque, denominada geralmente Amapá, os franceses sempre a ambicionaram. Em 1887, surgiu em Paris um aventureiro chamado Júlio Gros, natural de Vances, no Departamento do Sena, apregoando-se Presidente da República do Cunani. Cunani ou Counani, como escrevem os franceses, é um rio da chamada Guiana Brasileira e o nome dum povoado da mesma. Essa designação se aplica por extensão ao território mais avançado do Brasil, ao norte, sôbre a costa do Atlântico, compreendido, portanto, entre a serra de Tumuquehumaque ou Tumucumaque, o Oiapoque, o oceano e o Cunani, espécie de ponta de lança para o setentrião.

O tal Júlio Gros constituiu em Paris, nas barbas das autoridades, uma espécie de govêrno exilado da República da Guiana Independente ou República do Cunani, nomeando ministros e mandando cunhar e esmaltar uma condecoração denominada a Estrêla do Cunani. Tem tôda razão aquêle escritor que diz ser o francês — *un monsieur decoré qui ignore la géographie*. No caso, a carapuça assenta como uma luva. Os franceses levaram a sério o Presidente exilado do Cunani e compraram os diplomas da tal Estrêla, o que deu meios pecuniários para viver ao aventureiro e aos que o acompanhavam e com êle faziam côro. Os jornais publicaram artigos, notícias e entrevistas a respeito. Falou-se mesmo à socapa da conveniência da França estender sua proteção à pobre República do Cunani, cujo govêrno fôra expulso pelos brasileiros e viera refugiar-se na França, sua pátria de origem. A farsa ridícula durou alguns meses até que o Govêrno Imperial fêz uma reclamação enérgica ao Govêrno Francês, estranhando a possibilidade de um caso de polícia daquela natureza. Então, como não era possível proceder de outra forma, o Govêrno da República Francesa publicou a 11 de setembro de 1887 uma nota oficial que pôs têrmo à ignóbil exploração. O mais engraçado é que, dias antes, tinha havido um golpe de Estado no chamado Conselho do Govêrno da República do Cunani, tendo um dos Ministros de Estado deposto o Presidente Júlio Gros...

Mas os olhos da França continuavam a mirar o sul do Oiapoque. A questão do Cunani não pudera ir adiante por falta de base. Inventou-se outra, anos depois, a do Amapá. Em 1895, os garimpeiros franceses começaram a atravessar o Oiapoque e a vir batear o ouro de aluvião nos ribeirões e rios do território brasileiro, causando prejuízos aos nossos patrícios, geralmente nordestinos ou de origem nordestina, ali estabelecidos. Guiava-os e aconselhava-os um chefe indígena seu aliado, conhecido pela antonomásia de Capitão Trajano. E êsses forasteiros tornavam-se cada dia mais audaciosos e ameaçadores.

Veiga Cabral, nordestino destemido, que vivia há muito no Amapá e gozava de grande prestígio entre a população, certo dia reuniu sua gente e expulsou todos os garimpeiros franceses. Estava achado o pretexto, que a República ridícula do Cunani não conseguira dar, para a intervenção da França. Imediatamente, obedecendo a ordens vindas de Caiena, uma Companhia francesa de Infantaria de Marinha, sob o comando do Capitão Lumier, transpôs a secular fronteira e invadiu o nosso território. Veiga Cabral não se amedrontou. O fereceu-lhe combate e derrotou-a completamente, obrigando-a a voltar à Guiana, com perda do seu comandante e de 4 soldados.

Foi êste o remate duma luta secular pela posse das terras entre a margem esquerda do Amazonas e a direita do Oiapoque, iniciada pela França no século XVII. Em 1676, o Almirante d'Estrées, trazendo tropas comandadas por de Férolles, expulsara, por ordem de Luís XIV, os holandeses do território da atual Guiana Francesa e dêle se apossara. De Férolles pretendeu estender êsse domínio até Marajó e invadiu o Amapá em 1697, atacando os fortins lusos ali fundados por Mota Falcão, em 1684. O Governador do Pará, Antônio de Albuquerque, mandou expulsar os invasores imediatamente. Francisco de Souza Fundão e João Moraes de Mendonça bateram os franceses e construíram novos fortes em Pará, Rio Negro, Tapajós e Pauxis. Daí se originaram negociações diplomáticas, em que Portugal sempre manteve o seu ponto de vista quanto à fronteira do Oiapoque.

A questão passou, como se vê, do terreno da luta armada para o âmbito das Chancelarias. Tanto a França como o Brasil concordaram, afinal, em submeter o litígio à arbitragem. O árbitro escolhido foi o Presidente da Confederação Helvética, o qual, a 1.º de dezembro de 1900, deu seu laudo favorável aos nossos direitos. O Govêrno Francês conformou-se com êsse julgamento. Hoje, o Amapá é um território federal e da Re-

pública do Cunani resta ridícula lembrança. A grande maioria dos brasileiros até ignora que isso tenha existido. O grande Barão do Rio Branco foi o autor dessa solução definitiva da questão do Amapá. É curioso que a França sempre se tenha prestado à criação dêsses governos exilados e exóticos, inventados por aventureiros de baixo calibre. Mais de uma dezena de anos antes do aparecimento de Júlio Gros com a República do Cunani, outro francês, um solicitador de Perigueux, Aurélio Antônio Tounens, que andara em grandes aventuras pela América do Sul, conforme apregoava, lançou em Paris uma campanha de imprensa, a fim de obter fundos para a restauração do reino, que fundara e perdera no nosso continente. Ocupava um apartamento na Rua Lafayette, tinha um Conselho de Ministros e com êles despachava. Intitulava-se Orélio Antônio 1.°, Rei da Araucânia e da Patagônia. Cunhou moedas e uma condecoração para impingir aos papalvos parisienses: a Estrêla do Sul. Seu financiador era o judeu Jacob Michael, seu Arquichanceler um tal José A. de La Rosa, que se dizia Duque de Rosenburgo e Membro da Universidade de Esmirna. Vendia títulos de nobreza.

O Ministro do Chile em Paris no ano de 1874, Alberto Blest Gana, apresentou ao Govêrno Francês uma nota, protestando contra aquela indecente exploração sob nomes geográficos americanos, um dos quais, Araucânia, era do seu país. A Polícia francesa moveu-se e obrigou Orélie Antoine I^er^ a deixar Paris, refugiando-se no Périgord. Acabou como acendedor de lampiões numa pequena cidade.

Ora, Júlio Gros, Presidente da República do Cunani, foi um mero imitador de Aurélio Antonio Tounens. O interessante, porém, é que em 1891, de novo apareceu na França outro govêrno exilado da mesma espécie. Êste foi o do italiano Aquiles Laviardi, que montou no Boulevard Rochechouart n.° 110, em Paris, a sede do seu Conselho de Ministros, como Rei da Araucânia-Patagônia, grau 33 da Maçonaria, grau 90 do Rito de Menfis e grau 96 do Rito de Misraim. Êsse novo soberano distribuía por dinheiro uma bela condecoração — a Ordem Real da Coroa de Aço.

Foi êste o último Rei da Patagônia pela graça de Deus...

O Napoleão dos Pampas

ALGUNS historiadores denominam o caudilho gaúcho Gumercindo Saraiva — Napoleão dos Pampas. Há manifesto exagêro nessa gloriosa alcunha. Todavia a figura dêsse guerrilheiro ainda não foi devidamente estudada como merece. Talvez seja cedo para isso, porque não estejam devidamente sepultados sob a cinza do tempo os ódios e paixões desencadeadas nas contendas civis, cujo grande cenário foi o Sul do Brasil nos primeiros anos daquela República Velha, que o mesmo Sul destruiria com a Revolução de 1930.

Há grande divergência quanto à origem dêsse General dos Maragatos. Querem uns que Gumercindo Saraiva houvesse nascido em Cerro Largo, no Uruguai, nada tendo de brasileiro e nem sequer sabendo falar o português. Seu nome não seria Saraiva e sim Saravia. Querem outros fôsse correntino, natural de Corrientes, na Argentina, mas de formação brasileira. Ainda outros afirmam que nasceu no Rio Grande do Sul, em Santa Vitória do Palmar. Uns escrevem seu nome com u e outros com o: Gumercindo e Gomercindo. A opinião mais acatada, no entanto, é a de que nasceu mesmo no Brasil, no Arroio Grande, tendo sido levado na meninice para a Banda Oriental, onde se tornou homem.

A verdade é que, no tempo da Monarquia, de regresso do Uruguai ou vindo de lá, o futuro caudilho federalista se estalebeceu como estancieiro em Santa Vitória do Palmar, ali granjeou notável influência e recebeu postos da Guarda Nacional, chegando a chefiar as hostes do Partido Liberal e a recusar o título de Barão de Santa Vitória oferecido pelo Govêrno do Império.

As perseguições políticas que sofreu no Govêrno de Júlio de Castilhos o forçaram a exilar-se no Uruguai, de onde, quando deflagrada a Revolução Federalista, invadiria o Rio Grande do Sul à frente duma fôrça de cavalaria equipada à sua custa. Na primeira investida, foi obrigado a desistir. Na segunda, porém,

avançou até o Paraná, de onde retirou mais tarde para a fronteira do Rio Grande, ali morrendo no campo de batalha. Da audácia de sua memorável marcha militar através de três Estados da Federação, de sua bravura nos combates lhe veio êsse apelido exagerado de Napoleão dos Pampas. Outros, porém, se limitaram a denominá-lo sòmente General dos Maragatos.

O nome de Maragatos, dado aos federalistas pelos castilhistas, é depreciativo e de procedência castelhana. Chamam-se, assim, na Espanha os mestiços de mouros e cristãos que habitam as serras ao sul de Astorga, no Reino de Leão, na sua maioria almocreves de profissão, tidos e havidos como gente que deve ser posta à parte.

Na proclamação que dirigiu aos *bons brasileiros,* de Salzinho, quando pela segunda vez passou a fronteira, a 2 de fevereiro de 1893, Gumercindo Saraiva declara-se brasileiro: "... não me considereis inimigo, mas sim como brasileiro que regressa à pátria..."

O início da República no Brasil foi assinalado por graves acontecimentos que tiveram repercussão em todo o país. O dissídio entre o Fundador do Regime, Marechal Deodoro da Fonseca, e as correntes políticas levaram-no a dar um golpe de Estado que falhou e pôs no poder o Vice-Presidente, Marechal Floriano Peixoto, o qual se tornaria o Salvador e o Consolidador das novas instituições. O eco dêsses fatos produziu nos Estados, com raras exceções, de norte a sul, deposições de governos, pronunciamentos e rebeldias. No Rio Grande do Sul, travou-se luta de morte entre os partidários do grande tribuno Gaspar da Silveira Martins e os de Júlio de Castilhos, que apoiava o Marechal Floriano. Assim rebentou nos pampas a revolução que tomou o nome de federalista.

Gumercindo Saraiva tentou pela primeira vez a invasão do Rio Grande do Sul em fevereiro de 1893 pela fronteira do Aceguá. Atacado e perseguido pela cavalaria do caudilho José Gomes Pinheiro Machado, futuro General e chefe político de grande prestígio em todo o país, voltou para o Uruguai, de onde viera, a preparar-se para nova investida. Desta trouxera sòmente 600 homens e lhe faltara o apoio de outro caudilho federalista, o famoso Joca Tavares, que retirara de D. Pedrito por sua conta e risco, deixando-o sòzinho em face da junção da gauchada de Pinheiro Machado e das fôrças legais do General Rodrigues Lima.

Em agôsto do mesmo ano, porém, apoiado pelo caudilho Oliveira Salgado, Gumercindo Saraiva voltou à carga. Ambos trans-

puseram a fronteira em Lavras, derrotando logo no Cêrro do Ouro as tropas do Govêrno e tomando-lhes o armamento. Em setembro, a Revolta da Armada no Rio de Janeiro contra Floriano Peixoto, chefiada pelo Almirante Custódio José de Melo, entusiasmou os invasores maragatos. Aproveitando a ensancha, Gumercindo Saraiva apoderou-se da cidade de Itaqui, onde fêz frente às fôrças de Pinheiro Machado e Rodrigues Lima. Não conseguiu derrotá-las, nem se retirar novamente para o Uruguai, cujo caminho elas lhe cortavam. Então, avançou audaciosamente para Santa Catarina.

Pressupõem os que glorificam a memória do caudilho que êle desenvolvia um plano ousado: deixar o inimigo na retaguarda, boiando no espaço; apoderar-se de Santa Catarina desarmada e do Paraná desprevenido; dar a mão à esquadra nos portos do litoral dêsses Estados; penetrar em S. Paulo e ali concentrar todos os elementos antiflorianistas dos territórios ocupados para um avanço contra o Rio de Janeiro. Floriano Peixoto metido entre dois fogos, o do mar e o de terra, estaria perdido. Por isso, as avançadas dos maragatos, comandadas por Juca Tigre, alcançaram a linha de Itararé, onde quase seria detida em 1930 a marcha de outra revolução.

Gravíssima era, de fato, a situação do Govêrno da República na sua capital. Na noite de 5 para 6 de setembro de 1893, revoltara-se a Esquadra comandada por Custódio José de Melo. Floriano Peixoto fêz frente a essas terríveis circunstâncias com tão calma energia que bem mereceu da História a alcunha de Marechal de Ferro. Paralisou-se a vida do Rio de Janeiro sob os contínuos bombardeios. Irrompeu uma epidemia de febre amarela. Tornou-se necessário reprimir greves e agitações, bem como açaimar açambarcadores e especuladores. As estações navais européias ameaçaram realizar desembarques de tropas para proteção de seus súditos, o que seria repelido a bala pelo Marechal. Grande parte da população abandonou as casas, fugindo para o interior. A fortaleza de Villegaignon aderiu à revolta. Felizmente para o Govêrno, o apoio do Exército era incondicional e o entusiasmo da mocidade da Escola Militar verdadeiro fanatismo. Nas revistas populares do tempo se cantava:

Mineiro que vem de cima
Sem saber da novidade.
Quando chega em Cascadura
Bombardeio na cidade...

Pif-paf! é a granada;
Pode entrar que não é nada.
Pif-paf! é o bombardeio
Lá no Rio de Janeiro...

A 9 de dezembro de 1893, a situação ainda pioraria com a junção aos revoltosos do Almirante Luís Felipe de Saldanha da Gama, Comandante da Escola Naval, o oficial general de maior prestígio na sua classe pelo nome, pela coragem, pelo caráter e pela capacidade militar.

Todavia a rebelião não lograva abalar a terrível resistência de Floriano Peixoto. A capital defendia-se com baterias improvisadas nas praias e morros litorâneos. As fortalezas da barra mantinham-se fiéis. Os rebeldes, em busca duma base de operações terrestre, sem a qual não poderiam continuar a luta, eram repelidos de Niterói e expulsos de Magé, no fundo da baía, sendo obrigados a procurá-la no Paraná e Santa Catarina. Enfim, no comêço de 1894, o Govêrno conseguiu organizar, com velhos navios adquiridos no estrangeiro e reunidos no Recife e na Bahia, uma esquadra legal, cujo comando foi entregue ao Almirante Jerônimo Gonçalves, a qual se apresentou na barra do Rio de Janeiro em março. Então, os rebeldes tiveram de desistir da luta na Guanabara e de refugiar-se na corveta portuguêsa "Mindelo", que os levou a Montevidéu. Dali muitos se incorporaram às tropas federalistas que combatiam em terra. Entre êles, o próprio Almirante Saldanha da Gama, que iria morrer, combatendo como um leão, em Campo Osório.

Entrementes, o Almirante Custódio, que ocupava Paranaguá, estabelecia ligação em Curitiba com as fôrças de Gumercindo Saraiva. Seu avanço para o Norte fôra detido pela heróica resistência de Gomes Carneiro na Lapa. Mas a 11 de fevereiro de 1894, dias após a morte dêste, a cidade sem recursos capitulara. O cêrco da Lapa, porém, dera tempo a que se organizasse a reação governamental partindo de S. Paulo. Já na linha de Itararé se concentravam as fôrças legais sob as ordens do General Ewerton Quadros. Depois, elas se movimentaram. ocupando Castro e ameaçando Curitiba. A capital do Paraná fora a Cápua de Gumercindo Saraiva.

Tais circunstâncias obrigaram o caudilho a retirar para Santa Catarina, reunindo-se às cavalarias de seu irmão Aparício, que a guarneciam. Não considerando êsse refôrço suficiente para enfrentar as hostes governamentais que diàriamente engrossavam e cuja moral crescia na proporção dos reveses do adversá-

rio, recuou através do Rio Grande rumo à fronteira da República Argentina, de vez que na do Uruguai cruzavam as fôrças de Pinheiro Machado, seu tenaz adversário.

No dia 10 de agôsto de 1894, as tropas legais que perseguiam Gumercindo Saraiva surpreenderam-no em Carovi. No primeiro tiroteio, o caudilho tombou morto no meio dos companheiros que incitava à luta. Sua gente foi derrotada. Coube a Juca Tigre comandar os remanscentes dessa memorável aventura militar que se internaram no território da nação vizinha.

Foi êsse o triste fim do General dos Maragatos, cognominado o Napoleão dos Pampas.

O Misterioso Fim de Marcelino Bispo

NO dia 5 de novembro, "a data fatal em que houve a morte do grande marechal", como dizia uma modinha em voga nesse ano de 1897, entrava a barra do Rio de Janeiro o paquête do Lóide Brasileiro "Espírito Santo", trazendo o General João da Silva Barbosa e algumas fôrças que haviam participado da Campanha de Canudos. Preparava-se para êsses expedicionários grande manifestação popular. O Presidente da República, Dr. Prudente de Morais, e o Ministro da Guerra, Marechal Carlos Machado de Bittencourt, foram a bordo levar as boas-vindas às tropas e ao seu bravo comandante. De regresso, desembarcaram a 1 hora da tarde no mesmo ponto de onde haviam partido, o pontilhão do Arsenal de Guerra em frente ao chamado Portão da Minerva, hoje entrada do Museu Histórico Nacional. A multidão, entusiasmada, dava vivas às altas autoridades da nação, quando um anspeçada do 10.° Batalhão de Infantaria, natural de Alagoas, chamado Marcelino Bispo de Melo, avançou para o venerando Chefe da Nação e lhe apontou uma garrucha ao peito. A arma emperrou e o tiro não partiu. Então, o Marechal Bittencourt, que heròicamente procurara cobrir com seu corpo o do Presidente ameaçado, o Coronel Mendes de Morais, chefe da Casa Militar da Presidência, e o Alferes Cunha Morais se lançaram sôbre o anspeçada, a fim de desarmá-lo e prendê-lo. Travou-se uma luta corpo a corpo, pois Marcelino Bispo, largando a garrucha, sacara da bainha afiado punhal, com que àgilmente se defendia, no paroxismo da raiva. O Coronel Mendes de Morais teve a farda rasgada e saiu ferido. O Marechal Bittencourt recebeu quatro punhaladas e tombou exânime junto ao Portão da Minerva.

De espadas desembainhadas, o Coronel João Neiva, Diretor do Arsenal, o Coronel Tomé Cordeiro e outros oficiais conduziram o Presidente da República até sua carruagem, enquanto outros oficiais e praças conseguiam subjugar, desarmar e prender

o assassino do bravo Ministro da Guerra. Nessa última fase da luta, Marcelino Bispo ainda feriu o Alferes João Manuel de Faria e o cabo da Brigada Policial, Alfredo Francisco Martins Pereira. Recolhido ao xadrez do Arsenal de Guerra, edifício em que se acha agora instalado o Museu Histórico, o feroz alagoano teve de ser imobilizado com pesado grilhão de ferro, tal a braveza de que dava mostras, o que está documentado fotogràficamente.

A êsse tempo, desembarcava, com o General Silva Barbosa, o Vice-Presidente da República, Dr. Manuel Vitorino; e aquêles que julgavam morto o Chefe da Nação ou esperavam por essa morte, para que o referido Vice-Presidente assumisse o Govêrno, prorromperam em aclamações estrepitosas, que sòmente cessaram por intervenção do General Silva Barbosa. Ciente do que acontecera, o Dr. Manuel Vitorino, segundo documentos da época, se retirou, sem ao menos visitar de passagem o cadáver ainda quente do valente e honrado Ministro da Guerra.

Qual a origem, a razão, a causa de tão terrível atentado contra a vida dum cidadão probo e digno como Prudente de Morais?

Desde que o Marechal Floriano Peixoto deixara o poder e que Prudente de Morais o assumira processava-se grande agitação na capital da República. A imprensa desaçaimada o atacava contìnuamente, alcunhando-o de Biriba. A êle se atribuíam os males que afligiam o Brasil. Diziam-no inimigo dos militares e que usara o sorvedouro de Canudos para acabar com o Exército. Andavam no ar boatos de restauração da monarquia que envenenavam os florianistas jacobinos, os quais assassinaram numa estação dos subúrbios o infeliz Coronel Gentil de Castro, tido como líder da reação monarquista. O Visconde de Ouro Prêto, último Presidente do Conselho de Ministros do Império, escapou por um triz a êsse atentado. A Escola Militar da Praia Vermelha revoltara-se e fôra subjugada. Havia comícios pela cidade. Assaltavam redações de jornais. As derrotas de Canudos levavam o povo, conduzido por agitadores profissionais, a excessos lamentáveis. E a serena e fria energia com que Prudente de Morais ia mantendo a ordem e encaminhando o Brasil para a disciplina do novo regime desgostava os interessados no pandemônio, criava ódios e paixões que teriam de explodir desta ou daquela maneira.

O atentado de Marcelino Bispo era o fruto amadurecido da situação que o país vinha atravessando.

Momentos após o crime, o anspeçada foi interrogado pelo 1.º Delegado Auxiliar, Dr. Vicente Neiva. Negou-se a qualquer resposta. Continuou assim durante vários dias, declarando sò-

mente não poder trair um juramento sagrado que prestara. Tendo sido, no dia 30 de outubro de 1897, prêso o referido anspeçada confabulando com o Capitão honorário Deocleciano Mártir, um dos agitadores das ruas, numa casa da ladeira do Ascurra, a Polícia suspeitou de qualquer conivência entre êles e prendeu Deocleciano Mártir. Submetido a rigoroso interrogatório, negou obstinadamente qualquer participação no crime.

A Polícia continuou a apurar a origem do atentado e verificou que Deocleciano Mártir tivera entendimentos com diversos próceres da oposição ao Govêrno: o Capitão Moreira, os Deputados Torquato Moreira, Barbosa Lima e Irineu Machado, os Senadores Francisco Glicério e João Cordeiro, o próprio Vice-Presidente da República, Dr. Manuel Vitorino. No quartel do 1.º Regimento de Cavalaria, onde pernoitara na noite de 5 de novembro, aconselhado pelo Capitão Servílio Gonçalves, Deocleciano Mártir queimara as cartas comprometedoras de Glicério e Irineu Machado que trazia consigo. Empregados da Câmara depuseram que muitas vêzes Barbosa Lima confabulara com Deocleciano Mártir e o mesmo confessou que êste lhe dissera ser a liquidação de Prudente de Morais o único meio de levar à Presidência da República o Dr. Júlio de Castilhos. Todavia ignorava qualquer conluio. Ia fugir, porém, para Montevidéu, sob o nome suposto de Ildefonso de Barros, sendo detido na hora da partida.

Ouvido o Senador João Cordeiro, saiu-se com evasivas medrosas. A correspondência do Dr. Manuel Vitorino para amigos na Europa revelou que êle esperava no Rio *fatos extraordinários*. O Deputado Alcino Guanabara, jornalista da Oposição, também foi arrolado entre os cúmplices presumíveis dum vasto conluio, no qual, segundo os têrmos do inquérito, participaram mais o Tenente-Coronel Antônio Evaristo da Rocha, o Major Jerônimo Teixeira França, o Capitão-Tenente Rodolfo Lopes da Cruz, os Capitães Manuel Francisco Moreira, Servílio José Gonçalves, Marcus Curius Mariano de Campos, Umbelino Pacheco, José de Souza Veloso, Fortunato de Campos Medeiros e Joaquim Augusto Freire. A Polícia concluiu que tôdas as pessoas arroladas na inquirição eram passíveis de sanção penal e deviam ser processadas de acôrdo com a lei. Marcelino Bispo não passava do braço armado nas trevas dessa grande conspiração política.

O inquérito policial terminou a 10 de janeiro de 1898; mas o processo se procrastinou e acabou envolvido no silêncio mortal do esquecimento. Marcelino Bispo nada revelou que pudesse

elucidar o tenebroso caso. Dias após seu interrogatório, misteriosa morte para sempre lhe selou os lábios. Os jornais anunciaram que se suicidara, amanhecendo pendurado dum pedaço de lençol na grade do xadrez. Houve suspeitas na época de que era simulado o suicídio e de que mãos misteriosas, na calada da noite, o haviam morto para que nada revelasse sôbre os mandantes políticos do hediondo atentado.

O fotógrafo Guimarães, estabelecido na Rua do Ouvidor, fotografou o suicida de frente e costas na própria manhã do fúnebre achado. Êsses documentos sensacionais acham-se hoje no valioso arquivo do Museu Histórico. Por êles claramente se vê que Marcelino Bispo, com os pés agrilhoados numa forte barra de ferro, não se podia pôr de pé e mal se poderia arrastar sôbre os lajedos. Como lhe seria possível trepar assim peado nas altas grades, a fim de prender no cruzamento superior dos varões o trapo com que apareceu enforcado?

Ao drama público da morte do Marechal sucedeu no silêncio noturno a tragédia da supressão do homem que conhecia o segrêdo da conjura. Triste fim dos braços que as cabeças ocultas armam para fins criminosos! Até hoje, e já lá se vai mais de meio século!, perdura o mistério da morte do anspeçada do 10.º Batalhão de Infantaria, Marcelino Bispo de Melo.

ÍNDICE

Pág.

Os Fenícios no Brasil 7
O Padrão de S. Vicente 13
O Brasil já se Chamou América 18
O Monstro da Praia Vicentina 22
O Tacape de Tibiriçá 27
A França Antártica 30
Dois Pernambucanos em Alcácer Quibir 34
Natal de Sangue 38
O Verdadeiro Fundador de Fortaleza 42
As 3 Batalhas dos Guararapes 46
O Calabar de Batina 52
O Comércio do Brasil no Século XVII 55
A Tróia Negra de Palmares 58
Os Padroeiros da Bahia 62
Uma Cidade Misteriosa no Sertão 68
Uma Vila de Marrocos no Pará 73
A Pesca da Baleia no Rio de Janeiro 77
O Misterioso Ermitão de Minas Gerais 80
A Casa de Marília de Dirceu 86
O Meteorito do Bendegó 89
A Dinastia de Bragança 94
Um Brasileiro Libertador 98
Um General de Napoleão no Brasil 102
Os Encourados do Pedrão 105
O Canhão de João das Botas 109
A Guerra do Fidié 112
Rei de Portugal Imperador do Brasil 116

O Grande Favorito de Pedro I 119
D. Pedro I, o Amor e a Política 123
D. Pedro I e a Maçonaria 128
A Morte de Líbero Badaró 131
O Sacrifício do Imperador 136
Paixão e Morte de Pinto Madeira 140
Uma Guerra Maometana no Brasil 146
Gloriosa Aventura dos Farrapos do Mar 149
Um Imperador Negro no Brasil 154
A Maçonaria Negra de Vassouras 158
O Monte Cristo Brasileiro 161
Príncipe Francês Surrado na Bahia 164
O Solitário da Lagoa Santa 167
A Última Revolução do Império 171
Notável Estirpe Militar do Brasil 176
Um Caxias Desconhecido 180
O Cabo Submarino no Brasil 184
O Entrudo e o Zé Pereira 188
Os Dromedários do Ceará 193
A Segunda Filha de D. Pedro II 197
As Espadas de D. Pedro II 201
A Voluntária da Pátria 204
Os Zuavos do Brasil 209
O Escândalo do Hôtel du Louvre 213
O Carrasco de Ouro Prêto 220
Os Santarrões do Morro do Ferrabrás 224
O Imperador do Brasil no Egito 230
A Revolta do Impôsto do Vintém 235
Um Linchamento no Tempo do Império 239
Dois Imperadores Poetas 244
O Paquête do Exílio 249
O Dragão do Mar 252
A Morte Misteriosa de Sena Madureira 256
Uma República e Dois Reinos 260
O Napoleão dos Pampas 265
O Misterioso Fim de Marcelino Bispo 270

BIBLIOGRAFIA DE GUSTAVO BARROSO

LIVROS

1912 *Terra de sol* (natureza e costumes do Norte) Rio de Janeiro, B. de Aguila, 1912. 274 p.
— 2. ed. Rio de Janeiro, B. de Aguila |s. d.| 276 p.
— 3. ed. Rio de Janeiro, F. Alves, 1930. 272 p.
— 4. ed.
— 5. ed. Rio de Janeiro, Liv. São José |1956| 265 p.

1915 *Praïas e varzeas.* Rio de Janeiro, F. Alves, 1915. 142 p.

1917 *Heróes e bandidos* (os cangaceiros do Nordeste). Rio de Janeiro, F. Alves, 1917. 278 p.
— 2. ed. Rio de Janeiro, F. Alves, 1931. 278 p.
Idéas e palavras. Rio de Janeiro, Leite Ribeiro & Maurillo, 1917. 260 p.

1918 *A ronda dos seculos.* Rio de Janeiro, 1918. 352 p.
— 2. ed. Rio de Janeiro, Leite Ribeiro & Maurillo, 1920. 352 p.
— 3. ed. São Paulo, J. Olympio, 1933. 347 p.
— 4. ed. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1937. 304 p.

1921 *Ao som da viola* (folk-lore) Rio de Janeiro, Leite Ribeiro, 1921. iv+733+vi p.
— Nova ed. corr. e aum. Rio de Janeiro |Dep. de Imprensa Nacional| 1949. 595 p.
Casa de maribondo (contos) São Paulo, Revista do Brasil, 1921. 157 p.

1922 *Coração da Europa.* Rio de Janeiro, A. J. Castilho, 1922. 260 p.
Mula sem cabeça. São Paulo, Soc. Ed. Olegario Ribeiro, 1922. 135 p.
Uniformes do Exercito brasileiro. Obra commemorativa do centenario da Independencia do Brasil. Edição especial do Ministério da Guerra. Desenhos, aquarellas e documentos de J. Washf |sic| Rodri-

gues. Direcção geral e organização do texto por Gustavo Barroso (João do Norte) Rio de Janeiro, Imprensa Militar, 1922, 110 p.

1923 *Alma sertaneja* (contos tragicos e sentimentais do sertão) Rio de Janeiro, B. Costallat & Miccolis, 1923. 159 p.

Intelligencia das coisas. Rio de Janeiro, Annuario do Brasil |1923| 221 p.

O sertão e o mundo. Rio de Janeiro, Leite Ribeiro, 1923. 301+ii p.

1924 *Livro de milagres.* Rio de Janeiro, F. Alves, 1924. 204 p.

1925 *O ramo de oliveira.* Rio de Janeiro, Annuario do Brasil, 1925. 335 p.

1926 *Tição do inferno* (romance bárbaro) Rio de Janeiro, B. Costallat & Miccolis, 1926. 206 p.

1927 *Através dos folk-lores.* São Paulo, Melhoramentos |1927| 196 p.

1928 *A guerra do Lopez;* contos e episodios da campanha do Paraguay. São Paulo, Companhia Editora Nacional |1928| 206 p.

— 2. ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1929. 206 p.

— 3. ed.

— 4. ed. 1933.

— 5. ed. Rio de Janeiro, G. M. Costa, 1939. 239 p.

1929 *A guerra do Flores;* contos e episodios da campanha do Uruguay, 1864-1865. São Paulo, Companhia Editora Nacional, |1929| 202 p.

— 2 ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1930. 202 p.

— 3. ed. Rio de Janeiro, G. M. Costa, 1939. 202 p.

A guerra do Rosas (contos e episodios relativos á campanha do Uruguay e da Argentina — 1851-1852) São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1929. 241 p.

— 2. ed. Rio de Janeiro, G. M. Costa |1939| 202 p.

1930 *Almas de lama e aço* (Lampeão e outros cangaceiros) São Paulo, Melhoramentos |1930| 124 p.

O Brazil em face do Prata. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1930. 452 p.

— 2. ed. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1952. 456 p. (Biblioteca do Exercito. v. 171/172).

A guerra de Artigas, 1816-1820. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1930. 190 p.

— 2. ed. Rio de Janeiro, G. M. Costa, 1939. 191 p.
A guerra do Vidéo; contos e episodios da campanha da Cisplatina, 1825 a 1828. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1930, 254 p.
— 2. ed. Rio de Janeiro, G. M. Costa, 1939. 216 p.
Mythes, contes et légendes des indiens. Folklore brésilien. Paris, A. Ferroud, 1930. 179 p.

1931 *Aquem da Atlantida.* São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1931. 288 p.
O bracelete de safiras. Rio de Janeiro, Ed. Americana, 1931. 198 p.

1932 *As colunas do templo: erudição, folclore, história, crítica, filologia.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1932. 358 p.
Luz e pó. Rio de Janeiro, Renascença Ed., 1932. 249 p.
A senhora de Pangim (romance) Rio de Janeiro, Ed. Guanabara, 1932. 203 p.
— 2. ed. Lisboa, Agencia Geral das Colonias, 1940. 127 p.
— 3. ed. Rio de Janeiro, 1943.
— |Edição em quadrinhos| Rio de Janeiro, Ed. Brasil América |1956|.

1933 *O integralismo em marcha.* Rio de Janeiro, Schmidt, 1933. 143 p.
— 2. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1936. 145 p.
Mulheres de Paris. Rio de Janeiro, "Marisa", 1933. 179 p.
Osorio, o centauro dos pampas. Rio de Janeiro, Ed. Guanabara |1933| 196 p.
2. ed. Rio de Janeiro, G. M. Costa, 1939. 198 p.
O santo do brejo (romance) Rio de Janeiro, Renascença Ed., 1933. 194 p.
Tamandaré, o Nelson brasileiro. Rio de Janeiro, Ed. Guanabara |1933| 219 p.
— 2. ed. Rio de Janeiro, G. M. Costa, 1939. 305 p.
— 3. ed. Rio de Janeiro, Cia. Editôra Fon-Fon e Seleta, 1956. 268 p.

1934 *Brasil, colônia de banqueiros* (historia dos empréstimos de 1824 a 1934) Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1934. 259 p.
— 6. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1937. 259 p.

O integralismo de Norte a Sul. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1934. 187 p.
— 3. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1937.

1935 *História militar do Brasil.* São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1935. 341 p. (Biblioteca pedagógica brasileira. Sér. 5.: Brasiliana, v. 49).
— 2. ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1938. 346 p.
— 3. ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1940. 346 p.
A palavra e o pensamento integralista. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1935. 220 p.
O quarto imperio. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1935. 177 p. (Problemas políticos contemporâneos, n.º 9).
O que o integralista deve saber. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1935. 203 p.
— 5. ed. 1937.

1936 *Espírito do século XX.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1936. 290 p.
— 2. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1937. 290 p.
O integralismo e o mundo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1936. 290 p.
— 2. ed. 1937.
História secreta do Brasil. v. I. Do descobrimento à abdicação de D. Pedro I. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1936. 379 p.
— 2. ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1937. 381 p. (Biblioteca pedagógica brasileira. Sér. 5.: Brasiliana, v. 76).
— Segunda parte. Da abdicação de D. Pedro I à maioridade de D. Pedro II. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1937. 394 p.
— Terceira parte. Da maioridade de D. Pedro II à proclamação da República. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1938.

1937 *História secreta do Brasil.* São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1937-39. 3 v. (Biblioteca pedagógica brasileira. Sér. 5.: Brasiliana, v. 76, 76A, 76B) |v. 1: 3. ed., 1939; v. 2: 1937; v. 3: 1938|
Os protocolos dos sábios de Sião. São Paulo, Minerva, 1937.
Judaismo, maçonaria e comunimo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1937. 234 p.

Reflexões de um bode. Rio de Janeiro, Gráf. Educadora |1937| 178 p.
A sinagoga paulista. Rio de Janeiro, Ed. ABC, 1937. 269 p.
— 2. ed. Rio de Janeiro, Ed. ABC, 1937. 269 p.

1938 *Comunismo, cristianismo e corporativismo*. Rio de Janeiro, Ed. ABC, 1938. 164 p.

1939 *Coração de menino*. Rio de Janeiro, G. M. Costa, 1939, 320 p.
O livro dos enforcados. Rio de Janeiro, G. M. Costa, 1939. 185 p.

1940 *Comissão Brasileira dos Centenários de Portugal*. Pavilhão do Mundo Português e Pavilhão do Brasil Independente. Exposição do Museu Histórico Nacional. Catálogo descritivo e comentado, organizado por Gustavo Barroso... |s. 1. n. ed.| 1940. 134 p.
Liceu do Ceará. Rio de Janeiro, G. Costa, 1940. 220 p. (Memórias, v. 2)

1941 *O Brasil na lenda e na cartografia antiga*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1941. 203 p. (Biblioteca pedagógica brasileira. Sér. 5.: Brasiliana, v. 199)

1943 *Portugal semente de impérios*. Rio de Janeiro, G. Costa |1943?| 271 p.

1944 *A coleção Miguel Calmon no Museu Histórico*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1944. 263 p.

1946 *Seca e Meca e Olivais de Santarém*. São Paulo, Presença, 1946. 218 p.
As sete vozes do espírito (poesias) |Pref. de Olegário Mariano| |s. 1. n. ed.| 1946. 209 p.
Introdução à técnica de museus. Rio de Janeiro, Gráf. Olímpica, 1946-47. 2 v. |Ao alto do título: Ministério da Educação e Saúde. Museu Histórico Nacional. Gustavo Barroso|.
— 2. ed. Rio de Janeiro, Gráf. Olímpica, 1951. 2 v.

1948 *Quinas e castelos*. São Paulo, Ed. Panorama |1948| 236 p.

1951 *Cinza do tempo* (contos) Rio de Janeiro, A Noite |1951| 240 p.

1956 *História do Palácio Itamaraty*. Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1956. 186 p. (Museu Histórico e Diplomático do Itamaraty. Publicação n.º 2)

OPÚSCULOS

1913 *A balata. Rio de Janeiro,* Ministerio da Agricultura, Industria e Comercio, 1913. 22 p. (Superintendencia da Defesa da Borracha. Monografia n.° 20).

1918 *Tradições militares* (conferencia lida no Club Militar) Rio de Janeiro |s. ed.| 1918.. 34 p.

1928 *Apologos orientaes* (moralidades e fabulas) São Paulo, Melhoramentos |1928| 86 p. (Biblioteca da adolescencia. Ser. 3. Livro 2).

1931 *A ortografia oficial;* considerações sobre o acordo luso-brasileiro, as reformas ortográficas de 1907, 1917, 1924, 1929, o acôrdo de 1931. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1931. 90 p.

— 2. ed.

— 3. ed. acrescida de um vocabulário. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1931. 97 p.

1938 Caxias no Museu Histórico Nacional. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1938. p. |67|-69. |"Separata da Revista Militar Brasileira, n.° 3, vol. XXXV, de 25 de agosto de 1936".

1936 *Quando Nosso Senhor andou no mundo* (contos para crianças) Rio de Janeiro, F. Alves, 1936. 84 p.

Roosevelt es judio |trad. directa del portugués de Mario Busatto| Buenos Aires |La Mazorca| 1938. 34 p.

1940 *Pero Coelho de Souza.* Lisboa, Agencia Geral das Colonias, 1940. 60 p.

1945 *Caxias.* Rio de Janeiro, Agir, 1945. 46 p. (Nossos grandes mortos, 5)

— 2. ed. Rio de Janeiro, Agir, 1953. 48 p. (Nossos grandes mortos, 5).

1948 *Fábulas sertanejas.* Rio de Janeiro, Biblioteca Infantil do Tico-Tico |1948| 60 p.

1951 *Conferências na Bahia.* I — Presença do Brasil na literatura do Renascimento. II — A morte dos deuses e o fim do paganismo. III — O amável demônio de Paris. |Salvador| Diretoria do Arquivo, Divulgação e Estatística, 1951. 65 p.

D. Pedro I, peça histórica em 3 atos e 4 quadros. |Rio de Janeiro, Gráf. da Prefeitura| 1951. 47 p.

Direção

1940 *Anais do Museu Histórico Nacional.* v. I — 1940 — Rio de Janeiro, 1941.

1941 *Os melhores contos históricos de Portugal*... Pref. e seleção de Gustavo Barroso. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1941.

— 2. ed. Rio de Janeiro, Edições Dois Mundos |1943| 305 p. (Coleção Clássicos e contemporâneos, dir. por Jaime Cortesão).

Colaboração

1938 *Pequeno dicionário brasileiro da língua portuguêsa,* organizado por Hildebrando de Lima e Gustavo Barroso... Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1938, 1084 p.

Prefácios

1937 Cabral, J. *A questão judaica.* Pôrto Alegre, Globo, 1937. 241 p.

1939 Dodt, Gustavo. *Descripção dos rios Parnahyba e Gurupy.* São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1939. 233 p. (Biblioteca pedagógica brasileira. Sér. 5.: Brasiliana, v. 138)

Traduções

1919 *Tratado de Paz* |de Versailles| Rio de Janeiro, Leite Ribeiro, 1919. xi+387 p.

1920 Goethe, J. W. von. *Fausto.* Rio de Janeiro, Garnier, 1920. 218 p. (Collecção dos autores celebres da litteratura estrangeira).

Jarach, L. *Lições de moral e de instrução civica.* Adaptadas ao uso das escolas brasileiras por Gustavo Barroso (João do Norte) Rio de Janeiro, F. Briguiet, 1920.

1934 Gray, O. *O enigma de Bagschott* |The Bagschott mystery| São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1934. 2555 p. (Série Negra, v. 4)

Maurois, A. *Lyautey.* São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1934. 262 p. (Vidas célebres, v. 2)

Rengade, J. *A viagem submarina* |Voyage sous les floys| São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1934. 192 p. (Coleção Terramarear, v. 30).

1935 Farrère, C. *A Batalha.* São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1935. 268 p. (Coleção Para Todos, Nova fase, v. 7)

Merezhkovskii, D.S. *Jesus desconhecido.* São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1935. 362 p.

1936 Aragón J. de *O continente aéreo* |El continente aereo| São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1936. 190 p. (Coleção Terramarear, v. 43)

— *A destruição da Atlântida* |La destrucción de |Atlántida| São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1936. 2 v. (Coleção Terramarear, v. 44)

Farrère, C. *Os homens novos.* São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1936. 271 p. (Coleção Para Todos, v. 12)

1937 Benoit, P. *A castelã do Líbano* |La chatelâine du Liban| Rio de Janeiro, Vecchi, 1937. 237 p.

1938 Farrère, C. *Os civilizados* |Les civilisés| São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1938. 272 p. (Coleção Para Todos, v. 19)

1939 Adam, K. *Jesus Cristo.* Petrópolis, Vozes |1938| 325 p.

Dekobra, M. *A madona dos trens noturnos.* Rio de Janeiro, Vecchi, 1939. 252 p.

1941 Walter, G. *Marat, o amigo do povo.* Rio de Janeiro, Vecchi, |1941| 337 p.

Wells, H. G. *Pequena história do mundo.* 3. ed. acrescida de três novos capítulos. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1941. 409 p.

1943 Schlichthorst, C. *O Rio de Janeiro como é, 1824-1826* (Huma vez e nunca mais) Contribuição dum diário para a história atual, os costumes e especialmente a situação da tropa estrangeira na capital do Brsil. Tradução de Emmy Dodt e Gustavo Barroso, apresentada, anotada e comentada por êste. Rio de Janeiro, Z. Valverde, 1943. 300 p.

Trabalhos não localizados

O amável demônio de Paris. Lisboa, 1950.

O anel das maravilhas. 1924

Antes do bolchevismo. 1923.

O Brasil dos brasileiros. 1950.

Catálogo geral do Museu Histórico. 1924

Comédias e provérbios. 1924

Consulado da China. 1941

Discurso de recepção. 1924.

Duas conferências cervantinas. 1949.

En el tiempo de los Zares: Buenos Aires, 1924.
Inscrições primitivas no sertão do Ceará. 1930.
Integralismo e catolicismo. 1937.
A maçonaria seita judaica. 1937.
Mapirunga. Londres, 1924.
Mosquita muerta. Buenos Aires, 1921.
Pergaminhos. 1922.
Vocabulário das crianças. 1920